

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**LETÍCIA DE LUCA WOLLMANN SALDANHA**

**O PRONATEC E A PROCLAMADA POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DA  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: ACESSO,  
ABANDONO E PERMANÊNCIA A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO**

**CURITIBA  
2016**

**LETÍCIA DE LUCA WOLLMANN SALDANHA**

**O PRONATEC E A PROCLAMADA POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DA  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: ACESSO,  
ABANDONO E PERMANÊNCIA A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Educação no Curso de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Políticas Educacionais, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Monica Ribeiro da Silva.

**CURITIBA  
2016**

Catálogo na Publicação  
Cristiane Rodrigues da Silva – CRB 9/1746  
Biblioteca de Ciências Humanas – UFPR

S162p Saldanha, Letícia de Luca Wollmann

O PRONATEC e a Proclamada Política de Democratização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: acesso, abandono e permanência a partir de um Estudo de Caso. / Letícia de Luca Wollmann Saldanha. – Curitiba, 2016.  
260 f.

Orientadora: Profª Drª Monica Ribeiro da Silva.  
Tese (Doutorado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

1. Educação – Políticas Públicas. 2. Educação – Acesso. 3. Permanência Escolar. 4. Educação Profissional. I. Título.

CDD 373.011



## PARECER

Defesa de Tese de Leticia de Luca Wollmann Saldanha para obtenção do Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Ribeiro da Silva, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Regina de Oliveira Garcia, Prof. Dr. Domingos Leite Lima Filho, Prof. Dr. Mário Lopes Amorim, Prof. Dr. Márcio Luiz Bernardim, arguiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Tese: "O PRONATEC E A PROCLAMADA POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: ACESSO, ABANDONO E PERMANÊNCIA A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO".

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está Apta ao Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Monica Ribeiro da Silva		Aprovado
Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Sandra Regina de Oliveira Garcia		Aprovado
Prof. Dr. Domingos Leite Lima Filho		Aprovado
Prof. Dr. Mário Lopes Amorim		Aprovado
Prof. Dr. Márcio Luiz Bernardim		Aprovado

Curitiba, 29 de março de 2016.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Rita de Assis César  
Vice-coordenadora do PPGE

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Rita de Assis César  
Matrícula: 153085  
Vice-Coordenadora do Programa de  
Pós-Graduação em Educação

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Darley e Sônia, presenças incentivadoras e que sempre valorizaram o estudo como um dos principais meios para a formação do ser humano.

## **AGRADECIMENTOS**

A todos os membros do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná: professores, servidores e colegas que demonstraram profissionalismo, gentileza e amizade.

À Professora Monica, que acreditou na possibilidade do desenvolvimento da pesquisa e que me ensinou que as adversidades também podem ser encaradas como desafios, na árdua tarefa de viver e de conhecer.

Aos Professores Dante Moura, Domingos Lima Filho e Márcio Bernardim pela disponibilidade e pelas contribuições significativas para a pesquisa na Banca de Qualificação. Aos Professores Domingos Lima Filho, Márcio Bernardim, Mário Amorim, Sandra Garcia e Monica da Silva pelas considerações e avaliação do trabalho final.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa “Juventude, Escola e Trabalho” e do Projeto de Pesquisa sobre o Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), ambos da Universidade Federal do Paraná, pelo trabalho e aprendizagem coletivos e pelo companheirismo, especialmente à Eloise.

Aos alunos do Curso Técnico que, marcados pela esperança, valorizaram e se dispuseram a contribuir com a pesquisa; à equipe administrativa e pedagógica do SENAI e à SETEC que, ainda de uma forma limitada, disponibilizaram dados de pesquisa quantitativos.

Aos familiares, especialmente à minha filha Ana Clara e aos amigos, particularmente à Silvana, que me apoiaram nesta caminhada, pela compreensão, carinho e solidariedade.

Sempre há algo de novo e afinal sempre novamente o mesmo!

Adorno

SALDANHA, Letícia de Luca Wollmann. **O PRONATEC e a proclamada política de democratização da educação profissional técnica de nível médio: acesso, abandono e permanência a partir de um estudo de caso.** 2016. 260 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

## RESUMO

Esta pesquisa procurou analisar em que medida o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) contribuiu para a proclamada democratização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM). Tomou-se como base de análise os indicadores da oferta inicial (2011-2014) de cursos técnicos na forma concomitante a jovens estudantes do Ensino Médio público e as razões para o abandono e para a permanência destes no curso técnico do SENAI A, do município de Curitiba, PR, o qual obteve a maior demanda de alunos e de matrículas, mas que, paradoxalmente, apresentou a menor permanência. A hipótese desenvolvida na presente Tese é a de que o fenômeno de expansão no PRONATEC, mediante a oferta inicial de cursos técnicos na forma concomitante com Bolsa Formação, constituinte da especificidade do Programa, não contribuiu para a democratização da EPTNM, pois apresenta limites na própria natureza da forma de oferta concomitante, que impede o acesso de grande parte dos alunos da escola pública, que estudam e trabalham. Além disso, não garantiu também, à grande parte dos que tiveram acesso, a sua permanência no Programa, conforme demonstrou o levantamento inicial dos dados empíricos. A pesquisa situou o PRONATEC no âmbito das políticas de EPTNM, analisou o contexto de constituição do Programa, a legislação e a sua relação com o Ensino Médio e a EPTNM, à luz da produção teórica e dos princípios da garantia de acesso, permanência e conclusão e os dados quantitativos de oferta e de matrículas nos cursos técnicos concomitantes do Programa, no Brasil, no estado do Paraná e no município de Curitiba, representativos da expansão considerada pelo Programa. Para compor uma análise qualitativa, utilizaram-se como procedimentos metodológicos questionários e entrevistas com alunos. Concluiu-se que a proclamada política de democratização da EPTNM pelo PRONATEC não foi realizada, pois, desde a sua constituição, não houve uma ampla discussão sobre a natureza da oferta proporcionada, promovendo-se uma oferta massiva de cursos de qualificação, enquanto a de cursos técnicos na forma concomitante não permitiu o amplo acesso de alunos trabalhadores e distanciou-se da concepção de integração entre o Ensino Médio e a EPTNM. As razões principais para a reprovação e para o abandono no curso do SENAI A estão relacionadas a não efetivação do projeto pedagógico unificado na parceria prevista pelo Programa e na tentativa de homogeneização de todos os alunos pela instituição ofertante, que não considerou as condições econômicas, as experiências de vida e de escolarização dos jovens alunos do Ensino Médio da escola pública. A razão principal para a permanência dos alunos foi a mesma do ingresso no curso, relacionando-se à aceitação da ideologia de que os cursos técnicos do SENAI garantem emprego, pela sua ligação com a indústria e com o mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** EPTNM. PRONATEC. Acesso. Abandono. Permanência.



SALDANHA, Letícia de Luca Wollmann. **PRONATEC and the proclaimed democratization policy of technical vocational education of High School: access, abandonment and permanence from a case study.** 2016. 260 p. Thesis (Doctorate in Education) – Federal University of Paraná, Curitiba, 2016.

### **ABSTRACT**

This research sought to examine to what extent the National Program for Access to Technical Education and Employment (PRONATEC) contributed to the proclaimed democratization of Technical Vocational Education of High School (EPTNM). We took as base of analysis the indicators of the initial offer (2011-2014) of concomitant technical courses for young students of public high school and the reasons for the abandonment and permanence of these students in the technical courses of SENAI A, in the city of Curitiba, Paraná, Brazil, which had the highest student and enrollment demand, but, paradoxically, had the lowest permanence. The hypothesis developed in this thesis is that the expansion phenomenon in PRONATEC, through the initial offer of concomitant technical courses with Education Scholarship, part of the specificity of the Program, has not contributed to the democratization of EPTNM, as it presents limits in the nature of the concomitant offering form, which prevents access of most public school students who study and work. Moreover, it hasn't also guaranteed, to most who had access, their permanence in the Program, as the initial survey of the empirical data shows. The research situated PRONATEC within EPTNM policy, analyzed the inception Program context, legislation and its relationship with High School and EPTNM, based on the theoretical production and the principles of ensuring access, retention and completion, and quantitative data of offer and enrollment in concomitant technical courses of the Program, in Brazil, in the state of Paraná and the city of Curitiba, representative of the expansion considered by the Program. To compose a qualitative analysis, we used as methodological procedures questionnaires and interviews with students. We concluded that the proclaimed democratization policy of EPTNM by PRONATEC was not performed, because, from its establishment, there was no extensive discussion about the nature of the provided offer, promoting a massive offer of training courses, while the concomitant technical courses did not allow broad access of worker students and it was distanced from the integration concept between High School and EPTNM. The main reasons for the rejection and abandonment in the SENAI A course are related to the non-realization of the unified educational project in the envisaged partnership by the Program and in the attempt of homogenization of all students by the offering institution, which did not consider the economic conditions, life experiences and education of young public high school students. The main reason for the permanence of the students was the same as the entrance to the course, related to the acceptance of the ideology that the technical courses of SENAI guarantee employment due to its connection with industry and job market.

**Keywords:** EPTNM. PRONATEC. Access. Abandonment. Permanence.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados socioeconômicos e educacionais dos alunos do curso técnico da oferta matutina .....	122
Quadro 2 - Dados relacionados ao curso e à visão dos alunos da oferta matutina .....	123
Quadro 3 - Dados socioeconômicos e educacionais dos alunos do curso técnico da oferta vespertina .....	125
Quadro 4 - Dados relacionados ao curso e à visão dos alunos da oferta vespertina .....	126
Quadro 5 - Dados complementares dos alunos do Ensino Médio: Entrevista .....	134
Quadro 6 - Experiências de trabalho dos alunos entrevistados .....	140

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matrículas do Ensino Médio e da EPTNM no Brasil: 2011-2013 .....	75
Tabela 2 - Matrículas nos cursos técnicos de acordo com as formas de oferta: 2011-2013 .....	76
Tabela 3 - Matrículas nos cursos técnicos concomitantes de acordo com as redes: 2011-2013 .....	77
Tabela 4 - Resultados do PRONATEC: quantidade e porcentagens de vagas e de matrículas conforme as iniciativas do Programa (2011-2012) .....	85
Tabela 5 - Distribuição da Bolsa Formação Estudante (BFE) nos cursos técnicos por ofertante: 2011-2012. BFE % do total .....	86
Tabela 6 - Matrículas de Bolsa Formação, por raça/cor e por tipo/forma de curso: 2011-2014 .....	88
Tabela 7 - Matrículas de Bolsa Formação em cursos FIC e em cursos técnicos na forma concomitante e na subsequente, por nível de escolaridade do beneficiário: 2011-2014 .....	89
Tabela 8 - Matrículas nas iniciativas do PRONATEC: Brasil, 2011- 2014 .....	91
Tabela 9 - Matrículas nos cursos FIC e nos cursos técnicos: PRONATEC 2011-2014 .....	96
Tabela 10 - Matrículas nas redes e nas instituições do PRONATEC: 2011-2014. % do total .....	96
Tabela 11 - Total de matrículas do PRONATEC confirmadas em todas as iniciativas por unidades da Federação: 2011-2014 .....	98
Tabela 12 - Total de matrículas confirmadas por iniciativas: PRONATEC/ PARANÁ, 2011- 2014 .....	99
Tabela 13 - Matrículas nos cursos técnicos concomitantes e nos cursos FIC de acordo com as iniciativas: PRONATEC/PARANÁ, 2011-2014 .....	100
Tabela 14 - Número de vagas e de matrículas e relação entre o número de matrículas por vagas (M/V) nos municípios do Paraná, por instituições e cursos: PRONATEC/PARANÁ, 2012 .....	102
Tabela 15 - Perfil da Educação Profissional no Paraná: Matrículas, 2013 .....	104
Tabela 16 - Quantidade e Porcentagens de Matrículas nos cursos técnicos concomitantes e nos cursos FIC de acordo com as iniciativas: PRONATEC/CURITIBA, 2011-2014 .....	105

Tabela 17 - PRONATEC/CURITIBA/PARANÁ: Instituições/unidades ofertantes, quantidade de pré-matrículas, cursos técnicos e vagas: agosto de 2012 .....	117
Tabela 18 - PRONATEC/CURITIBA/PARANÁ: Comparativo entre Pré-Matrículas, Matrículas em agosto de 2012 e em setembro de 2013, por instituições/unidades: setembro de 2013 .....	118
Tabela 19 - 1º MÓDULO (2º Semestre 2012): número de matriculados, desistentes, reprovados e aprovados no curso técnico do SENAI A: PRONATEC .....	166
Tabela 20 - 2º MÓDULO (1º Semestre 2013): número de matriculados, desistentes, reprovados e aprovados no curso técnico do SENAI A: PRONATEC .....	166
Tabela 21 - 3º MÓDULO (2º Semestre 2013): número de matriculados, desistentes, reprovados e aprovados no curso técnico do SENAI A: PRONATEC .....	166

## LISTA DE SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação
APLs	Arranjos Produtivos Locais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CEB	Câmara de Educação Básica
CEC	Comissão de Educação e Cultura
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFT	Comissão de Finanças e de Tributação
CGU	Controladoria Geral da União
CJC	Comissão de Justiça e de Cidadania
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CTASP	Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos
CURSOS FIC	Cursos de Formação Inicial e Continuada
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio
DCNEPTNM	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio
DET	Departamento de Educação e Trabalho
EAF	Escola Agrotécnica Federal
EBEP	Programa de Educação Básica articulada com a Educação Profissional do Serviço Social da Indústria
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
EMI	Ensino Médio Integrado
EMP	Emendas Parlamentares
ENEM	Exame Nacional para o Ensino Médio
EP	Educação Profissional
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EPTNM	Educação Profissional Técnica de Nível Médio

E-TEC	Educação Profissional e Tecnológica na modalidade à distância
ETF	Escola Técnica Federal
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
Fecomércio	Federação do Comércio
FIC	Formação Inicial e Continuada
FIES	Financiamento da Educação Superior
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional
FONSET	Fórum Nacional de Secretários de Estado do Trabalho
GE	General Electric Company
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFs	Institutos Federais
IFPR	Instituto Federal do Paraná
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MIN	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOVATE	Movimento de Valorização e Articulação dos Trabalhadores em Educação do MEC
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NRE	Núcleo Regional de Educação
PAA	Plano de Ações Articuladas
PAET	Programa de Acesso ao Ensino Técnico
PAR	Plano de Ações Articuladas
PBF	Programa Bolsa Família
PBM	Plano Brasil Maior
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEP	Parecer Parlamentar
PIPMO	Programa Intensivo de Formação de Mão de Obra
PL	Projeto de Lei
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PNQ	Programa Nacional de Qualificação
PRL	Parecer Legislativo
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos
PROEM	Programa de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio
PROEMI	Programa Ensino Médio Inovador
SERE	Sistema Estadual de Registro Escolar
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social do Transporte
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SINASEFE	Serviço Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica
SISTEC	Serviço Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISUTEC	Sistema de Seleção da Educação Profissional e Tecnológica
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
SNA	Serviço Nacional de Aprendizagem
SUED	Superintendência da Educação
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TPE	Todos Pela Educação
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UFPR	Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
 <b>CAPÍTULO 1 - O PRONATEC NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS DE EPTNM NO BRASIL .....</b>	<b>35</b>
1.1 O CONTEXTO DE CONSTITUIÇÃO DO PROGRAMA .....	36
1.2 A LEI Nº 12.513/2011 COMO POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL .....	49
1.3 O DEBATE EM RELAÇÃO AO ENSINO MÉDIO, EPTNM E O PRONATEC .....	62
1.4 A OFERTA E OS DADOS DO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NO BRASIL .....	72
 <b>CAPÍTULO 2 - A OFERTA DO PRONATEC NO BRASIL, NO ESTADO DO PARANÁ E NO MUNICÍPIO DE CURITIBA (2011-2014) E A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO .....</b>	<b>82</b>
2.1 OS DADOS GERAIS DO PROGRAMA NO BRASIL .....	83
2.1.1 A Bolsa Formação Estudante e a Bolsa Formação Trabalhador ...	84
2.1.2 Os demais dados divulgados .....	93
2.2 OS DADOS DO PRONATEC NO ESTADO DO PARANÁ .....	99
2.3 OS DADOS DO PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE CURITIBA .....	104
2.4 O CONTEXTO HISTÓRICO DO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: A AMPLIAÇÃO DO ACESSO ESCOLAR .....	106
 <b>CAPÍTULO 3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: DADOS E REFERENTES DA PESQUISA EMPÍRICA .....</b>	<b>115</b>
3.1 O PERCURSO METODOLÓGICO .....	116
3.2 A APLICAÇÃO E DADOS DO QUESTIONÁRIO NO SENAI A .....	119
3.3 DADOS DE PESQUISA: OS ALUNOS QUE NÃO PERMANECERAM NO CURSO .....	128
3.4 A ENTREVISTA PARA A ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS .....	130
 <b>CAPÍTULO 4 - AS RAZÕES DO ABANDONO E DA PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NO CURSO TÉCNICO DO SENAI A .....</b>	<b>163</b>
4.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O TEMA DO ABANDONO NA EPTNM .....	163



4.2 DADOS DE ABANDONO, REPROVAÇÃO E CONCLUSÃO NO CURSO DO SENAI A .....	166
4.2.1 As razões da reprovação no curso técnico do SENAI A .....	167
4.2.2 As razões do abandono no curso técnico do SENAI A .....	172
4.2.3 As razões da permanência no curso técnico do SENAI A .....	180
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	 184
 <b>REFERÊNCIAS .....</b>	 198
 <b>APÊNDICE A - QUADRO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PRONATEC .....</b>	 218
 <b>APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO E RELACIONADO AO PRONATEC: ALUNOS DO CURSO .....</b>	 226
 <b>APÊNDICE C - ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS .....</b>	 229
 <b>APÊNDICE D - QUADROS DE TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS POR CATEGORIAS .....</b>	 232

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta da investigação acerca da relação entre a proclamada democratização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), a ampliação da oferta de cursos técnicos na forma concomitante aos alunos do Ensino Médio público e as razões para a permanência e para o abandono destes, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), correspondente à fase inicial de sua implantação (2011-2014).

Desde a posse da Presidente Dilma Rousseff no ano de 2011 prevaleceu o anúncio em seus discursos e nas propagandas oficiais, do impacto que seria causado à educação pela criação do PRONATEC no seu governo. Tal impacto estaria relacionado a uma modificação de ordem quantitativa na Educação Profissional e Tecnológica<sup>1</sup> (EPT) em curso, por meio da oferta de 8 milhões de vagas, destinadas aos alunos matriculados no Ensino Médio (EM) público e aos trabalhadores, nos cursos técnicos de nível médio e nos cursos de qualificação profissional (FIC). Para tanto, foram previstos recursos públicos consideráveis, no montante de aproximadamente 24 bilhões de reais para o período referente aos anos de 2011-2014.

O PRONATEC foi instituído pela Lei nº 12.513/2011, em caráter de urgência, tendo como objetivos: a intensificação da expansão e da interiorização das redes federal, estadual e privada; a democratização da oferta aos alunos da rede pública e a melhoria da qualidade do ensino médio público (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2012a).

A propaganda oficial veiculada pela rede televisiva nacional, a partir da data de 29/04/2014 referiu-se ao PRONATEC como o “maior programa de educação profissional realizado no país”, continuando a reforçar para a sociedade brasileira a dimensão quantitativa alcançada até aquela data, tendo favorecido “6

---

<sup>1</sup> Segundo o artigo 39, § 2º, I, II, III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é a modalidade de educação que abrange os cursos de formação inicial ou continuada (cursos FIC) ou de qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio (EPTNM) e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. Os artigos 36-B e 36-C dispõem que os cursos técnicos de nível médio podem ser organizados das seguintes formas: as articuladas ao ensino médio (integrada ou concomitante) e a subsequente ao ensino médio (BRASIL, LEI FEDERAL 9394/1996).

milhões de beneficiados, entre trabalhadores e estudantes, em 4.200 municípios brasileiros”, conforme o governo federal (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2014a).

O foco expansionista<sup>2</sup> do PRONATEC, centrado na dimensão quantitativa do Programa e propagandeado pelo governo revelou uma inegável conotação política, articulada à “democratização” da oferta de Educação Profissional (EP). A oferta dependeu e foi realizada por instituições públicas e instituições privadas interessadas, mediante a concessão de bolsas aos alunos e aos trabalhadores, denominadas Bolsas Formação<sup>3</sup>, repassadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE) às instituições ofertantes.

A motivação para a pesquisa, relacionada à análise da propalada democratização da oferta de EPTNM pelo Programa, articula-se à atuação profissional da pesquisadora que, como docente nos cursos técnicos da rede estadual do estado do Paraná a vinte e nove anos, vem acompanhando o seu desenvolvimento e o processo mais recente de tentativa de mudança quanto à perspectiva de formação profissional no estado a partir do ano de 2003, devido à possibilidade de retorno da oferta do Ensino Médio Integrado (EMI) à Educação Profissional, na rede estadual<sup>4</sup>. Posteriormente, no ano de 2007 o governo federal lançou o Programa Brasil Profissionalizado, voltado inicialmente para a expansão e indução da integração entre Ensino Médio e Educação Profissional nas redes estaduais de EPTNM, reforçando esta perspectiva.

Diante dos avanços conquistados nos últimos anos, principalmente pela possibilidade de retorno da formação integrada, oportunizada pelo Decreto Federal 5154/2004, que revogou o Decreto Federal 2208/1997 - ícone da separação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional -, surgiram os seguintes questionamentos iniciais quanto ao fenômeno do PRONATEC: qual o

---

<sup>2</sup> Em 01/01/2015 constou do discurso de posse da Presidente reeleita Dilma Rousseff no Congresso Nacional, transmitido ao vivo pela rede televisiva nacional, a menção quanto à continuidade da oferta no PRONATEC, correspondente a 12 milhões de vagas para estudantes e trabalhadores para o período de 2015-2018. Até a finalização desta Tese, não se encontrou justificativas oficiais relativas à necessidade do montante de vagas previstas no Programa, a saber, 8 milhões para o período de 2011-2014 e mais 4 milhões para o período de 2015-2018.

<sup>3</sup> A oferta de Bolsa Formação constitui-se como uma das formas de financiamento para a formação profissional no PRONATEC, nas modalidades Bolsa Formação Trabalhador e Bolsa Formação Estudante para os cursos de qualificação e cursos técnicos de nível médio (concomitantes e subsequentes).

<sup>4</sup> O interesse no processo de mudança de perspectiva de formação resultou na dissertação de Saldanha (2010) intitulada “Avanços e Contradições na Política de Educação Profissional Integrada no Paraná (2003-2010)”.

sentido da proclamada democratização na EPTNM através do reforço da oferta não pública e de formação não integrada ao Ensino Médio? O foco expansionista que caracteriza o PRONATEC, propagandeado pelo governo, não elide a discussão mais ampla sobre a democratização na EPTNM? A especificidade da forma de oferta realizada pelo Programa atende as condições de todos os jovens do EM interessados na EPTNM, no que diz respeito ao acesso, à permanência e consequentemente, à conclusão?

Os questionamentos anteriores conduziram à análise da oferta dos cursos técnicos concomitantes não públicos e em que medida esta opção contribuiu para a proclamada democratização na EPTNM e o sentido que esta assumiu no movimento de ampliação do PRONATEC. A análise considerou que as políticas educacionais não são lineares e que apresentam contradições. O alcance do Decreto Federal 5154/2004, por exemplo, foi limitado pela manutenção das formas anteriores de formação privada com recursos públicos, apresentando-se na realidade, como uma “acomodação conservadora” (KUENZER, 2006).

Em 2013, após um ano de implantação dos cursos técnicos do Programa ofertados no município de Curitiba<sup>5</sup>, estado do Paraná, o levantamento dos dados empíricos das matrículas permitiu constatar que, o número inferior em relação às matrículas iniciais, sugeria um grave problema de abandono e/ou reprovação.

Estes problemas, que se apresentam em todos os níveis e modalidades de ensino, fragilizaram também a política de expansão do PRONATEC. O Jornal Folha de São Paulo, na edição de 01/06/2014 abordou a questão do abandono no PRONATEC, correspondente a 13% do total das matrículas consideradas em todas as iniciativas do Programa, realizadas até o mês de maio de 2014; enquanto que especificamente nos cursos técnicos foi de 27,5% e a reprovação de 2,8% do total das matrículas realizadas nestes cursos no mesmo período, segundo dados fornecidos pelo MEC à imprensa (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014a).

A partir do resultado dos dados empíricos coletados e em confronto com os dados sobre o abandono no PRONATEC, divulgados pelo MEC através da

---

<sup>5</sup> Corresponde ao recorte e ao *lócus* de pesquisa do Grupo “Juventude, Escola e Trabalho”, do qual a pesquisadora fez parte a partir do ano de 2012 e que atualmente inscreve-se no âmbito do Grupo de Pesquisa “Observatório do Ensino Médio”, pertencente à Universidade Federal do Paraná, sob a coordenação da Professora Doutora Monica Ribeiro da Silva.

imprensa, surgiu a necessidade de ampliar a análise, buscando as razões para a não permanência no Programa, mediante a análise qualitativa com os alunos, em determinado campo empírico. Desta forma, a concepção referente à democratização na EPTNM através do Programa pode ser estendida nesta pesquisa, para além do foco quantitativo, de expansão da oferta - posição esta reforçada pelo governo -, com os indicadores contidos no princípio legal da garantia do acesso, da permanência e da conclusão.

As políticas públicas e, dentre estas, as políticas educacionais, representativas da ação do Estado segundo determinada (s) concepção (ões) que as orientam, relacionam-se às dimensões mais amplas da sociedade, como a econômica, a política, a cultural e a social. Os estados capitalistas através das políticas mantêm as bases do processo de acumulação do capital; mobilizam, disciplinam e tornam apta a força de trabalho para o mercado e estabilizam o sistema social, atenuando os conflitos entre capital e trabalho (FREITAG, 1987). Nesse movimento, as Políticas de Educação Profissional podem vir a reforçar as funções do Estado descritas acima, ou até mesmo, contraditoriamente, produzirem efeitos não previstos.

As políticas educacionais sintetizam os processos de formação e de desenvolvimento de um Estado particular, nas suas relações com o processo de acumulação global do capital. A reestruturação produtiva, tentando superar as crises do capitalismo, provoca mudanças no mundo do trabalho e no próprio papel do Estado. Portanto, para compreender o significado das políticas educacionais importa também relacioná-la aos antecedentes históricos mediatos e às questões conjunturais no contexto atual do Estado brasileiro, abordados no decorrer da análise.

Feitas estas considerações gerais, que situam o Programa como parte de uma totalidade e no campo da Educação Profissional, estabelecido “no âmbito da organização das relações de produção capitalista, em especial da força de trabalho no contexto do processo de desenvolvimento econômico e do próprio Estado brasileiro” (RAMOS, 2014, p.49) abordam-se a seguir, aspectos singulares relacionados ao objeto de estudo, permitindo ao leitor compreender o itinerário percorrido pela investigação e o recorte estabelecido na pesquisa.

No curso da expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no período correspondente aos anos de 2007-2011, iniciada na rede federal e nas

redes estaduais, representativa de um aumento de 53,5% das matrículas em relação aos anos anteriores (BRASIL/MEC/INEP, 2011) o governo federal criou um Programa que, aparentemente, fortaleceria a expansão pública já iniciada.

Contudo, o que se constituiu com o PRONATEC foi o reforço de uma concepção diversa da formação resgatada pelo Decreto Federal 5154/2004 e da natureza da expansão iniciada anteriormente na rede pública, caracterizando, o que se chama nesta Tese, da sua especificidade em relação à ampliação anunciada. Esta especificidade consistiu, na expansão inicial do Programa, na possibilidade de oferta de cursos técnicos na forma concomitante ao Ensino Médio (EM), realizada principalmente pelas instituições que compõem o Sistema S<sup>6</sup>, mediante a oferta de Bolsas Formação aos alunos do Ensino Médio.

Portanto, a ação inicial, constituinte da especificidade do PRONATEC, e as posteriores, realizadas a partir do ano de 2013, que possibilitaram também a oferta de EPTNM na forma subsequente ao Ensino Médio por outras instituições privadas, produziram efeitos que se aproximaram daqueles produzidos pelas políticas de EPTNM no final dos anos 1990: o distanciamento dos movimentos realizados para a recuperação da oferta pública de EPTNM e do processo de fortalecimento da concepção presente na política de Ensino Médio Integrado<sup>7</sup> à Educação Profissional, oportunizada pelo Decreto Federal 5154/2004.

O PRONATEC reuniu em torno de si as ações presentes nas iniciativas e nos programas que vinham se desenvolvendo no âmbito das políticas de EPTNM

---

<sup>6</sup> Do Sistema S fazem parte as unidades nacionais de aprendizagem, como as que compõem o Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria (SENAI), criado em 1942 e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), criado em 1946. Estas unidades possuem contribuição de fundo público compulsório e gestão privada através das entidades patronais (MANFREDI, 2002). Também fazem parte do Sistema S o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Social do Comércio (SESC), o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Transportes (SENAT), o Serviço Social dos Transportes (SEST), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) conforme dispõe Alexandrino (2011).

<sup>7</sup> O termo integrado refere-se, segundo o dicionário Aurélio, a “[...] cada uma das partes de um todo que se completam ou complementam” (FERREIRA, 1986, p. 954). Neste sentido, a educação geral “se torna parte inseparável da educação profissional, tanto nos processos produtivos, como nos educativos” (CIAVATTA, 2005, p. 84). A concepção de integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional significa, também, organizar o currículo a partir dos eixos do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia. As outras formas de oferta também podem organizar-se desta forma, embora se encontrem limitadas pela justaposição, mediante currículos distintos em instituições diferentes (forma concomitante) e pelo currículo do Ensino Médio já ter sido concluído (forma subsequente).

nos anos recentes, como por exemplo, o Programa Brasil Profissionalizado<sup>8</sup>, que originalmente apresentou uma concepção diversa das ações criadas exclusivamente pelo Programa, como a expansão da oferta de cursos técnicos na forma concomitante pelo Sistema S, por intermédio da oferta da Bolsa Formação Estudante, repassada às instituições ofertantes, com recursos do FNDE.

Os cursos técnicos na forma concomitante apresentam uma formação que tem como base um currículo fragmentado (módulos de ensino), desenvolvido em um tempo reduzido (mínimo de um ano). Além destes aspectos, como a matrícula geralmente é realizada em outra instituição e em outro turno em relação ao Ensino Médio, as condições desta oferta impossibilitam o acesso de muitos alunos trabalhadores, pela dificuldade em conciliarem os estudos com o trabalho. Há mais de dez anos, analisava Frigotto (2004):

Os depoimentos que estamos colhendo em entrevistas com dirigentes e professores da rede de Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e as análises que estamos efetivando numa pesquisa sobre o ensino médio técnico evidenciam que a proposta da concomitância do nível médio e técnico é inviável tanto do ponto de vista do processo pedagógico quanto do ponto de vista das possibilidades dos jovens que fazem tal escolha. Trata-se de jovens que necessitam de formação técnico-profissional porque a sua realidade social lhes impõe a entrada no mercado de trabalho precocemente. O que está acontecendo é uma grande evasão do nível técnico com frustração dupla: dificuldade em seguir o ensino médio (regular) e a interrupção abrupta de nível técnico. (FRIGOTTO, 2004, p. 67).

Portanto, pode-se perguntar: se o perfil predominante dos alunos da EPTNM concluintes dos cursos técnicos concomitantes indica uma condição socioeconômica que lhes permite postergar o trabalho remunerado para depois da conclusão do Ensino Médio ou do Ensino Superior, realidade distinta à de 64,7% de jovens estudantes/trabalhadores brasileiros entre 15 e 24 anos que trabalham e estudam (SIMÕES, 2010), em que medida a expansão desta oferta no Programa democratiza efetivamente a EPTNM, possibilitando à maioria dos jovens estudantes/trabalhadores realizarem esta formação profissional?

---

<sup>8</sup> O Programa Brasil Profissionalizado criado em 2007 objetivou estimular a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional pelos estados, mediante a transferência de recursos federais (BRASIL/MEC, s/d). Posteriormente, por pressão dos próprios estados, o Programa foi ampliado para a forma de oferta concomitante, conforme Moura; Lima Filho e Silva (2012).

A problemática central da tese pode ser assim enunciada: Que sentidos se podem atribuir à proclamada democratização do acesso e da permanência na EPTNM, por meio da oferta constituinte da especificidade do PRONATEC? Esta questão central compreende as seguintes questões auxiliares: No processo constitutivo do Programa, quais as justificativas para a ampliação desenvolvida? Como a legislação privilegia a oferta dos cursos técnicos concomitantes? Qual a relação entre a oferta no PRONATEC e as políticas para a EPTNM e para o Ensino Médio? No processo de expansão, qual a relação entre a oferta dos cursos técnicos concomitantes e as demais ofertas previstas no Programa? Quais as principais razões para o abandono e para a permanência em um curso técnico concomitante ofertado pelo PRONATEC, em uma unidade do Sistema S?

O Programa contemplou, em tese, toda a “rede” que compõe a EP, dentre as instituições públicas e as privadas. Foram previstos como ofertantes as instituições da rede federal, das redes estaduais e das municipais; as entidades paraestatais, que compõem o Serviço Nacional de Aprendizagem (SNA), denominado Sistema S e as demais escolas privadas que ministram cursos de qualificação e/ou cursos técnicos. Constituíram-se como demandantes no Programa os órgãos da administração pública federal direta e indireta e os entes federados em regime de colaboração.

As ações criadas pelo PRONATEC articularam-se também à ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou de qualificação, cursos que são de curta duração (mínimo de 160 horas) e que independem da escolaridade dos beneficiários, voltados para os trabalhadores e/ou estudantes do Ensino Médio público e os do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos<sup>9</sup> (BRASIL. LEI FEDERAL, 12513/2011).

Com base nos primeiros dados coletados pela pesquisadora sobre o Programa, referentes à sua expansão e publicizados pelo MEC, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) em 2012, estes demonstraram que na oferta inicial de 2,5 milhões de vagas, correspondentes ao

---

<sup>9</sup> Embora o PRONATEC situe a oferta aos alunos do Ensino Médio regular e aos da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o foco de análise na pesquisa concentra-se na oferta aos jovens alunos do EM regular. O uso do termo “jovens estudantes/alunos” nesta pesquisa refere-se aos sujeitos desta, considerando a categoria “juventude” na sua diversidade e não de forma abstrata e além da caracterização preponderante quanto à faixa etária prevista para estes sujeitos.



período de 2011-2012, aproximadamente 71% do total das vagas nacionais foram para os cursos FIC e 47% desta oferta foi realizada pelo Sistema S (BRASIL/MEC/SETEC/PRONATEC, 2012).

A preponderância da oferta de cursos FIC, no período de implantação inicial do PRONATEC, revela a natureza preponderante de qualificação do Programa - imediatamente voltada ao sistema produtivo e desvinculada da elevação de escolaridade -, e o destino de grande parte dos recursos públicos às instituições paraestatais que compõem o Sistema S, subsidiadas pela sociedade de longa data, através das contribuições compulsórias. A ampliação da oferta de cursos FIC para a qualificação de mão de obra justifica-se também por critérios econômicos, pois os cursos FIC demandam um tempo menor de formação e são menos onerosos em relação aos cursos técnicos.

A oferta de cursos FIC faz parte da política de qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho. Os antecedentes históricos de Programas desta natureza no Brasil encontram-se mais remotamente em 1963, no Programa Intensivo para Qualificação de Mão de Obra (PIPMO) e em 1995, no Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), que foram objetos específicos das pesquisas acadêmicas de Barradas (1986) e Cêa (2003), respectivamente.

A expansão e a qualificação da/na EPT que vinham sendo realizadas pelo Programa Nacional de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica (PROEP), parceria do MEC com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a partir de 1997, e pelo Programa Nacional de Qualificação Profissional (PNQ)<sup>10</sup>, do MTE, para o período de 2003-2007, passam a efetuar-se pelo PRONATEC, sob a coordenação da SETEC.

Segundo a análise de Paz e Oliveira (2012, p. 154), relativa à política nacional de qualificação profissional no Brasil, “há uma tendência de a política de qualificação profissional assumir as feições de uma política pública de Estado neoliberal, em contextos governamentais diferenciados”, reforçando o aspecto da

---

<sup>10</sup> De acordo com Kuenzer (2006), a partir do PNQ, também foram criados programas que se vincularam à Educação Básica no governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM) em 2005 e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) em 2006. A autora discutiu as políticas de EP do final dos anos 1990 e do início dos anos 2000, na forma de programas, como estratégias de “inclusão subordinada”, voltadas para o trabalho e o processo educativo precarizados. Este último não assegura a inclusão e a permanência, constituindo-se como um processo de “inclusão excludente” (KUENZER, 2006).

participação subsidiária das entidades privadas, assumida de forma subordinada à concessão de recursos públicos.

Embora a pesquisa tenha como foco de análise a oferta de cursos técnicos na forma concomitante no Programa, pois estes compõem a EPTNM, não se desconsiderou que a ampla oferta dos cursos FIC no PRONATEC também esteve voltada para os jovens estudantes do Ensino Médio.

Nesse sentido, quando o PRONATEC propiciou uma oferta quantitativamente superior de cursos FIC, visando a qualificação de mão de obra desvinculada da elevação de escolaridade, esta também não se mostrou atrativa para grande parte dos jovens alunos trabalhadores do Ensino Médio público, que necessitam de uma oferta de cursos técnicos que possua condições de realização e que possibilite uma inserção laboral qualificada.

A dubiedade do significado da denominação PRONATEC, como “Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego”, comporta interpretações diversas. Uma delas robustece o sentido de democratização da oferta do ensino técnico pelo Programa que, articulado às demandas do mercado de trabalho pode, ao final da formação técnica realizada pelos estudantes, possibilitar a inserção laboral qualificada. A outra, promovida principalmente através das amplas propagandas oficiais do Programa direcionadas ao povo brasileiro, legitima o Programa e reforça a ideologia de que ao se proporcionar a oferta do ensino técnico a todos, jovens estudantes, jovens estudantes-trabalhadores e trabalhadores-estudantes, o problema do desemprego estaria em parte resolvido pela qualificação de mão de obra, segundo o vínculo linear estabelecido entre ensino técnico e emprego.

Esta última interpretação está ligada a um aspecto que chamou a atenção nas propagandas do Programa: a ênfase dada exclusivamente à dimensão quantitativa a ser atingida pelo Programa, vinculando a expansão realizada pelo PRONATEC com a oferta de cursos técnicos “a todos os brasileiros”. Se na concepção do Programa esteve presente a estratégia de indução para a elevação da escolaridade dos alunos da escola pública, mediante a oferta de cursos técnicos, os dados iniciais demonstraram que na “realidade rebelde” correspondente a sua implantação, não foi o que efetivamente ocorreu devido à predominância da oferta de cursos FIC para os trabalhadores e/ou estudantes.

Além disso, a especificidade da oferta criada pelo Programa, que possibilita ao jovem estudante realizar um curso técnico concomitante gratuito, em uma instituição do Sistema S, por exemplo, não teve uma oferta quantitativa expressiva, se comparada às demandas dos alunos e à oferta de cursos de qualificação. Os resultados do levantamento empírico aproximaram-se das considerações realizadas anteriormente, acerca da natureza e da dimensão quantitativa da oferta no Programa.

O início da investigação partiu do levantamento de dados quantitativos referentes à oferta dos cursos técnicos do PRONATEC, relativos ao período da sua implantação inicial no segundo semestre do ano de 2012, no município de Curitiba, estado do Paraná, recorte e *lôcus* de pesquisa do Grupo “Juventude: Escola e Trabalho”, do qual a pesquisadora fez parte a partir do ano de 2012. Constatou-se que, no município citado, através do levantamento do número de pré-matrículas realizadas pelos alunos, o curso técnico mais procurado e que ofertou o maior número de vagas, paradoxalmente, apresentou uma menor permanência, após um ano de curso, de acordo com as informações disponibilizadas pela secretaria do curso técnico pesquisado.

Os fenômenos da não permanência e da reprovação, presentes no levantamento dos dados empíricos, permitiram relacionar à análise da oferta, as razões para a ocorrência dos fenômenos citados, na instituição que ofereceu o maior número de vagas, compondo um eixo de investigação qualitativa, pois as razões poderiam estar relacionadas também, com a especificidade da oferta do PRONATEC.

Outros motivos também reforçaram a realização desta análise: o primeiro, por entender que a pesquisa empírica com resultantes qualitativos, a partir de procedimentos metodológicos que privilegiam a visão (considerados também os seus condicionantes) dos jovens estudantes sobre o Programa pode trazer uma contribuição significativa às demais pesquisas sobre o PRONATEC, através da interlocução com aqueles a que se destina a Política, no âmbito da EPTNM e na especificidade da oferta do Programa. Além disso, o entendimento de Mazzotti (2001) aponta que,

[...] a identificação de padrões, dimensões e relações, ou mesmo a construção de modelos explicativos, além de não ser incompatível com o estudo de fenômenos microssociais, constitui

etapa essencial à construção da teoria e à aplicação a outros contextos. (MAZZOTTI, 2001, p. 39).

O segundo motivo articulou-se à previsão da oferta de Bolsa Formação aos alunos e a sua contribuição para a garantia de condições de acesso, de permanência e de conclusão aos alunos do PRONATEC.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a oferta inicial de cursos técnicos concomitantes no PRONATEC em relação à expansão ocasionada pelo Programa e as razões para o abandono e a permanência dos alunos, em um determinado curso técnico de uma unidade do Sistema S do município de Curitiba, implantado no período de 2012-2013, para determinar-se em que medida o Programa contribuiu para a pretendida democratização da EPTNM. Também se estabeleceram os seguintes objetivos específicos:

- Compreender as razões que justificaram a ampliação da oferta de EPTNM no PRONATEC, no seu processo constitutivo.
- Interpretar na legislação do PRONATEC, o papel que assume a forma de oferta de EPTNM privilegiada pelo Programa.
- Estabelecer a relação entre a forma de oferta privilegiada pelo Programa e as políticas para a EPTNM e para o Ensino Médio.
- Caracterizar e analisar a oferta do PRONATEC no Brasil, no estado do Paraná e no município de Curitiba (2011-2014).
- Discutir a relação entre expansão, democratização da oferta e o princípio da garantia do acesso e da permanência.
- Analisar no campo empírico, as razões para a permanência e para o abandono, segundo um dos principais beneficiários do Programa: os alunos do Ensino Médio público.

A hipótese desenvolvida na presente Tese é a de que o fenômeno de expansão no PRONATEC, mediante a oferta inicial de cursos técnicos na forma concomitante com Bolsa Formação, constituinte da especificidade do Programa, não contribuiu para a democratização da EPTNM, pois apresenta limites na própria natureza da oferta, que impede o acesso de grande parte dos alunos da escola pública, que estudam e trabalham. Além disso, não garantiu também, à grande parte dos que tiveram acesso, a sua permanência no Programa, conforme os dados empíricos demonstraram.

Desde a criação do PRONATEC, este tem recebido críticas em revistas científicas, provenientes de autores que discutem as relações entre o EM e a EPTNM, no sentido de que o Programa reforça a dualidade e a fragmentação nas relações entre o Ensino Médio e a Educação Profissional no Brasil (CIAVATTA; RAMOS, 2011) e de que a oferta de bolsas no setor privado caminha na direção oposta à universalização do Ensino Médio público, gratuito, obrigatório e de qualidade (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2011).

Integraram-se neste movimento entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED): a primeira criticou a exclusão das entidades na discussão do Programa com o governo e no debate proposto na Câmara Federal (CNTE, 2011) e a segunda fez referências críticas a vários aspectos do Programa, através da Moção nº 06<sup>11</sup> que solicitou a retirada do Projeto de Lei em tramitação. No II Colóquio Nacional de Educação Profissional: *A Produção do Conhecimento em Educação Profissional*, ocorrido em Natal, no Instituto Federal do Rio Grande do Norte no período de 06 a 09 de agosto de 2013, a Plenária aprovou também a Carta de Natal<sup>12</sup> em defesa de uma Educação Profissional pública, gratuita e de qualidade.

A partir do ano de 2012 a pesquisa procurou acompanhar os trabalhos publicados em eventos sobre o PRONATEC e articulados à EPTNM, como os da ANPAE, ANPED SUL e II COLÓQUIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, pois se dispunha de pouca literatura sobre o Programa recém-criado. Os trabalhos encontrados discutiram principalmente a perspectiva mercantil do Programa (FUENTES e FERREIRA, 2013; WALDOW, 2014); o desenvolvimento da qualificação profissional nos moldes da teoria do capital humano repaginada (JUNG e SILVA, 2014); as suas (não) relações com o Ensino Médio (SALDANHA, 2012) e as relações estabelecidas entre o público e o privado (SANTOS e RODRIGUES, 2012; SALDANHA, 2013).

---

<sup>11</sup> Esta foi aprovada em 04/10/2011 na 34ª Reunião Anual da ANPED em Natal, RN, de 02 a 05 de outubro de 2011. Proposta pelos GT 05, 09, 11 e 18, as críticas ao PRONATEC foram realizadas pelas razões que seguem: abandono do Ensino Médio integrado; financiamento público de oferta privada; precarização do trabalho dos profissionais das redes públicas; subordinação das políticas atuais à lógica privada do Programa e incentivo à criação do modelo dos Institutos Federais na iniciativa privada com financiamento do FIES (ANPED, 2011).

<sup>12</sup> Segundo o conteúdo da Carta de Natal, o Programa não considera problemas fundamentais da EPT como a formação integral dos estudantes; a integração com a educação básica; a formação inicial e continuada de professores; o financiamento e a pesquisa (CARTA DE NATAL, 2013).

Na revisão bibliográfica realizada pela autora sobre o PRONATEC no Banco de Teses do Portal da Capes até o ano de 2014, encontrou-se apenas cinco trabalhos de mestrado profissional sobre o PRONATEC, na área de Administração, Gestão e Políticas Públicas. Estes trabalhos versaram sobre o PRONATEC no âmbito do Brasil Sem Miséria/Osasco<sup>13</sup>, que ofertou cursos FIC, visando identificar causas de não resposta e de evasão no Programa.

Em relação às pesquisas que tratam exclusivamente da forma concomitante na EPTNM, não foram encontrados trabalhos. Doze trabalhos analisavam cursos técnicos ofertados tanto na forma concomitante quanto na forma subsequente e, na sua maioria, nos Institutos Federais. Em uma dessas pesquisas, Garcia (2011) ao analisar um curso técnico do IF Sudeste MG, constata que estas formas não se constituíram como fator decisório na escolha dos alunos, e sim a questão ocupacional.

No ano de 2015 foram localizadas quatro dissertações sobre o PRONATEC, que discutem sua relação com a EPTNM. Ramos (2014) analisou o Programa como Política Social de Estado; Godoi (2014) considerou as parcerias público-privadas e as suas implicações para a dualidade estrutural entre ensino médio e ensino profissionalizante público; Martins (2015) investigou as mediações econômicas, políticas e ideológicas, assim como as justificativas socioeconômicas para a implementação do PRONATEC e Silva (2015) realizou uma avaliação política do PRONATEC, especialmente quanto à função de legitimação do Estado Capitalista.

Em relação aos dados quantitativos referentes à oferta no PRONATEC, a pesquisadora encontrou dificuldade na coleta destes, embora estas informações estivessem registradas no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) que armazena os dados de implantação do Programa, repassados pelas instituições ofertantes ao governo, e no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC) do MEC. A presença

---

<sup>13</sup> De acordo com o *site* do governo federal, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) instituído por meio do Decreto nº 7492/2011 e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), objetivou superar a extrema pobreza até o final de 2014. A sua gestão envolve 22 ministérios, a parceria de estados e municípios, bancos públicos e o apoio do setor privado e terceiro setor. Organiza-se em torno de três eixos: garantia de renda; acesso a serviços públicos e inclusão produtiva. Um de seus desafios é o de aperfeiçoar as estratégias de inclusão produtiva como o PRONATEC do BSM, executado junto às prefeituras municipais, como no município de Osasco, São Paulo, por meio da assistência social. Foram destinadas um milhão de vagas para o PRONATEC do BSM (BRASIL.PLANO BRASIL SEM MISÉRIA, 2014).

dos Sistemas mencionados, como instrumentos de gestão do Programa, não justificou a não publicação destes no site do PRONATEC para consultas.

Os dados de oferta do estado do Paraná e do município de Curitiba não estavam disponíveis para a pesquisa ao terem sido solicitados em 2013, ao Departamento de Educação e Trabalho, pertencente à Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED).

Realizado o contato inicial com a SETEC, esta se mostrou receptiva em relação à solicitação para a disponibilização de dados oficiais para a pesquisa, relativos aos cursos técnicos concomitantes do PRONATEC no Brasil, no estado do Paraná e no município de Curitiba, nos anos de 2011-2014.

Entretanto, no decorrer do processo de comunicação entre a SETEC e a pesquisadora houve atrasos quanto aos prazos estabelecidos para o envio de dados; também não houve a disponibilização de alguns dados solicitados (oferta de vagas; taxas de abandono e de reprovação) e de esclarecimentos sobre os dados incompletos e os que ensejaram dúvidas. Os dados quantitativos, disponibilizados pela SETEC e referentes à expansão do Programa, mostram basicamente o número de matrículas realizadas em todas as iniciativas, apresentados na pesquisa. A análise da oferta ficou limitada a estas condições, envolvendo os dados relativos até o final do mês de agosto do ano de 2014 e dos disponíveis, através de publicações.

Os dados do final do ano de 2014 não foram disponibilizados pela SETEC, que não apresentou resposta às posteriores solicitações da pesquisadora, via inúmeros contatos telefônicos e por *e-mails*. Houve neste ato um flagrante desrespeito ao direito democrático do cidadão ao acesso à informação perante os órgãos da administração pública e a não observância dos princípios da transparência e da publicidade das informações, garantidos pela Lei nº 12.527/2011, que trata do Acesso à Informação (LAI).

As reflexões de Bobbio (1986) sobre as implicações do “poder visível” (público) com a democracia permitem o seguinte questionamento relativo ao PRONATEC: como justificar a falta de transparência e de publicidade das informações em um Programa que envolve um montante elevado de recursos públicos? A consolidação democrática circunscreve-se ao acesso às informações e aos dados públicos a qualquer cidadão.

O período demarcado para a análise da expansão da oferta do Programa na presente pesquisa compreendeu o período de 2011 a 2014 quando ocorreram a propositura, aprovação e implantação inicial do PRONATEC, pertencentes à primeira<sup>14</sup> fase do Programa. A pesquisa empírica referiu-se ao período inicial de implantação dos cursos técnicos nos anos de 2012-2013, correspondentes à duração do curso analisado no município de Curitiba.

Os documentos legais analisados na pesquisa foram o discurso oficial de posse da Presidente eleita Dilma Rousseff em 2011, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 1209/2011 do Executivo e a Lei nº 12.513/2011 que instituiu o Programa, com as suas alterações e as suas relações com a legislação educacional. Na análise da legislação foi dado o enfoque jurídico-normativo (RUIZ, 2013) que ultrapassa a análise puramente instrumental, buscando uma análise política, que visa compreender os fins que a legislação pretende alcançar, articulada às análises realizadas por determinados autores sobre o Programa. Outros documentos cotejados para a análise das categorias estabelecidas para o questionário e as entrevistas foram as Diretrizes Nacionais Curriculares para o Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRASIL/MEC/CNE/CEB, 2012), o Documento Referência para a Concomitância no PRONATEC (BRASIL, MEC/SETEC, 2012), o documento Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Ofertados no Âmbito do PRONATEC/Concomitância: Ensino Médio (SEED) + Curso Técnico (IFPR/SENAI/SENAC) realizado pelas entidades parceiras no estado do Paraná (PARANÁ, SEED/IFPR/SENAI/SENAC, s/d) e o Regimento Escolar dos Cursos Técnicos do SENAI PR (SENAI PR, 2012).

Como metodologia e pressuposto da pesquisa empírica privilegiaram-se os jovens alunos do Ensino Médio público, matriculados em um curso técnico do PRONATEC, como sujeitos da investigação e como “interlocutores válidos e privilegiados” (DAYRELL; LEÃO; REIS, 2010) para a análise das razões de suas permanências e as de abandono dos colegas.

Para o desenvolvimento da pesquisa empírica de caráter qualitativo, os procedimentos metodológicos utilizados consistiram na aplicação de questionários

---

<sup>14</sup> O governo federal, através do portal eletrônico do MEC, no mês de julho de 2014, noticiou a oferta de 12 milhões de vagas para a “segunda fase” do Programa, a ser iniciada no ano de 2015 (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2014b). No entanto, na edição televisiva do Jornal Nacional de 10/06/2015 foi anunciado que o governo reduziu a oferta no ano de 2015 para um milhão de vagas, em virtude das medidas econômicas que prevêm o ajuste fiscal (JORNAL NACIONAL, 2015).



em três turmas (2012-2013) que estavam concluindo um curso técnico concomitante, ofertado em uma unidade pertencente ao Sistema “S”, denominada pela pesquisadora de SENAI “A”, pertencente ao município de Curitiba. Esta instituição apresentou o maior número de pré-matrículas e de oferta de vagas e, a partir do resultado de uma menor permanência foram realizadas entrevistas posteriores com os alunos para a composição da análise qualitativa.

Os alunos selecionados para as entrevistas destacaram como o principal motivo para matricularem-se no curso, a garantia de obtenção de emprego através do curso técnico ofertado pela instituição pesquisada. Esta concepção foi reforçada pelo discurso do Programa, e analisada nas entrevistas, com base na Análise do Discurso Crítico (PINI, 2013), que contempla as relações dialéticas entre o discurso proferido e os elementos das práticas sociais. Destacam-se também dentre os resultantes das entrevistas as razões para o abandono e para a permanência dos alunos no curso técnico concomitante do PRONATEC, em uma unidade do SENAI.

O relato da pesquisa encontra-se nos quatro capítulos: o primeiro discorre sobre o contexto de criação do Programa, no âmbito do Executivo e do Legislativo, quanto às suas justificativas e a legislação que o caracteriza, situa o PRONATEC no âmbito das políticas mais recentes de EPTNM e de EM e apresenta um estudo inicial que caracterizou a EPTNM no Brasil.

O segundo capítulo tem como objetivo a análise dos dados iniciais referentes à expansão do PRONATEC no Brasil, disponibilizados em 2012 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC (BRASIL/MEC/SETEC/PRONATEC, 2012) e também, em 2014, pelo MEC/SETEC com base no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC) do MEC (BRASIL/MEC/SIMEC/SETEC, 2014). Além destes, encontram-se outros, contidos na apresentação intitulada “Avaliação do PRONATEC” (BRASIL/MEC, 2014) relativos à oferta do PRONATEC no Brasil, com base nos dados de vagas; de matrículas; os tipos de cursos e o perfil dos alunos.

Os dados referentes ao estado do Paraná também foram analisados e compõem o capítulo referido anteriormente, presentes na divulgação da SEED (PARANÁ/SEED/DET, 2013) e através dos disponibilizados pelo MEC/SETEC (BRASIL/MEC/SIMEC/SETEC, 2014). Os dados gerais referentes ao município de

Curitiba também foram disponibilizados pelo MEC/SETEC (BRASIL/MEC/SIMEC/SETEC, 2014) e pelo Núcleo Regional de Educação (NRE) de Curitiba, pertencente à SEED (PARANÁ/SEED/NRE, 2012). Os dados mencionados permitem relacionar a expansão quantitativa pretendida pelo Programa e, através da natureza da expansão realizada, o que esta representou para a democratização da EPTNM.

O capítulo também trata da discussão conceitual acerca do termo democratização da oferta e, com base em análises de autores considera a sua relação com o PRONATEC, especificadamente quanto à natureza da oferta e a garantia do princípio do acesso e da permanência dos alunos para compor a análise do processo de democratização da EPTNM através do Programa, considerando as contradições do sistema capitalista frente ao processo mais amplo de construção da democratização.

O terceiro capítulo aborda os procedimentos metodológicos estabelecidos e desenvolvidos na pesquisa de campo, a partir do resultado dos dados quantitativos obtidos no levantamento inicial da oferta do Programa, em um curso técnico concomitante no SENAI A, do município estabelecido como recorte da pesquisa. A análise quanto à principal razão apontada pelos alunos para a realização do curso ofertado pelo Programa e dos resultantes das entrevistas quanto às razões tanto da permanência como as de abandono, tomou como base a Análise do Discurso Crítico (PINI, 2013). As seis categorias de análise, compostas para o questionário e para a entrevista, compreenderam: os dados complementares dos alunos e dos colégios de Ensino Médio; a justificativa quanto ao principal motivo para a matrícula no curso técnico; as relações entre os jovens, a escola e o trabalho; as relações entre o Ensino Médio e o curso técnico; as impressões sobre a política do PRONATEC e, por fim, as relações entre os jovens, o presente e os seus projetos futuros. Tais informações permitiram ampliar a análise qualitativa com os jovens estudantes e possibilitaram o conhecimento de alguns aspectos relacionados à implantação do Programa. Estes resultados são apresentados em parte neste capítulo e no capítulo seguinte.

O quarto capítulo realiza inicialmente uma breve contextualização sobre o tema do abandono, voltado especialmente para a EPTNM e particularmente para o PRONATEC. Apresenta os dados empíricos sobre o abandono e o rendimento

dos alunos na instituição pesquisada e a visão destes quanto às principais razões que contribuíram para a reprovação, para o abandono dos colegas e as que motivaram as suas permanências no curso técnico ofertado. A identificação das possíveis razões para a ocorrência tanto do abandono quanto o da permanência permite a discussão acerca da relação entre estas e a forma de oferta para os cursos técnicos proporcionados pelo Programa e as suas implicações para a democratização na EPTNM.

As considerações finais sintetizam os principais resultados obtidos pela pesquisa.

## CAPÍTULO 1

### O PRONATEC NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS DE EPTNM NO BRASIL

Os reais interesses e as razões que motivam os governos para a propositura e para a produção de modificações nas políticas educacionais em curso são diversos e se relacionam às dimensões econômicas, políticas, culturais e sociais. A presente pesquisa não tem como objetivo específico determiná-los; no entanto, apresenta algumas reflexões, pois os considera como parte integrante do movimento realizado para produzir as alterações pretendidas através do PRONATEC, na atual Política para a Educação Profissional Técnica de nível médio.

Oszlak e O'Donnell (1995) provocam esta reflexão, ao tratarem de uma estratégia de investigação para a análise das Políticas de Estado na América Latina. Segundo os autores, há a necessidade, nesta perspectiva, de articularem-se os seguintes elementos: o surgimento de uma questão, a agenda e a estrutura social. Quanto ao primeiro elemento, o Estado pode apresentar um propósito ostensivo para a sua resolução, embora tenha como intenção real, desviar a atenção e os recursos que, de outra maneira poderiam ameaçá-lo, mediante o estabelecimento de uma nova questão. A agenda do Estado constitui as questões formadas por diferentes atores e segmentos sociais, na relação entre Estado e as alianças de classe.

Compondo o contexto de criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, fizeram parte da investigação as justificativas expressas pelo governo para a criação no Projeto de Lei nº 1209/2011 do Executivo e os elementos que foram reforçados no debate do Legislativo, relacionados ao seu processo de tramitação. Além das justificativas expressas, a análise documental estende-se à Lei nº 12513/2011 que caracteriza os principais elementos constituintes do Programa.

O primeiro capítulo objetiva situar o PRONATEC no âmbito das políticas de EPTNM e como se insere no debate atual sobre o Ensino Médio e a EPTNM e, finalmente, apresenta os resultados de um estudo que caracterizou a oferta de EPTNM brasileira e os dados mais recentes desta, articulados à produção teórica.

## 1.1 O CONTEXTO DE CONSTITUIÇÃO DO PROGRAMA

O contexto de constituição do Programa origina-se nas primeiras declarações públicas do governo. A ideia do que viria a ser conhecido posteriormente como o PRONATEC<sup>15</sup>, veio a público no discurso de posse<sup>16</sup> da Presidente eleita Dilma Rousseff em 2011 no Congresso Nacional, quando ela se referiu ao governo federal que, à época “[...] pretende aumentar o investimento público no Ensino Médio e estender a experiência do PROUNI para o Ensino Médio profissionalizante”.

A proposta de extensão da experiência do Programa Universidade para Todos (PROUNI) para o “Ensino Médio profissionalizante” sinalizou a ampliação de vagas para os jovens alunos/trabalhadores em instituições não públicas, para aqueles possuidores de condições socioeconômicas que não lhes permitiria a realização de um curso técnico pago, a exemplo dos ofertados pelo Sistema S. Na opção por esta oferta desconsiderou-se a oferta pública e a natureza da formação que seria propiciada, pois a oferta de uma qualificação ou formação profissional aligeirada e fragmentada em relação ao Ensino Médio apresenta como efeito, a inclusão precária dos alunos (KUENZER, 2006) e uma ampliação parcial da oferta pública.

As declarações iniciais, presentes no discurso de posse da Presidente, não garantiram a realização futura de uma reforma educacional que assegurasse mudanças estruturais na educação básica e, nem tampouco, romperam com a perspectiva assistencialista das políticas sociais de inclusão, em relação ao governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> É interessante considerar que a criação de um Programa nos moldes do PRONATEC foi também defendida no Programa de Governo José Serra, intitulado Programa de Apoio ao Ensino Técnico (PROTEC) de acordo com a Proposta 39 (PROGRAMA DE GOVERNO JOSÉ SERRA, 2010).

<sup>16</sup> As medidas destacadas acima integraram o discurso de posse da Presidente, na “luta pela qualidade da educação”, conjuntamente com a qualidade na saúde, na segurança e pela erradicação da miséria, que passam a compor as prioridades desse governo (DISCURSO DE POSSE, 2011).

<sup>17</sup> Fizeram parte das políticas de educação profissional, na perspectiva de políticas sociais de inclusão do governo Lula, o PNQ, voltado para a política de emprego e renda mínima para desempregados e subempregados; o PROJOVEM; a Escola de Fábrica e o PROEJA, discutidos no artigo de Kuenzer (2006). Segundo Azevedo, Shiroma e Coan (2012) ocorreu uma “mercadorização”, através da instituição de cursos FIC no PROEJA.

O Projeto de Lei nº 1209/2011 do Executivo (BRASIL. CÂMARA FEDERAL, PL 1209/2011a) foi enviado ao Congresso Nacional em regime de urgência em 28/04/2011 – revelando um imediatismo pragmático -, através da Mensagem nº 112 e apresentou um caráter intersetorial, assinado pelos Ministros da Educação e Cultura, do Trabalho e Emprego, da Fazenda, do Planejamento e Desenvolvimento Social. Franzoi, Silva e Costa (2013) entendem que a alegada urgência de preparação para o mercado de trabalho pautou a concepção do PRONATEC, que apresentou pressupostos como os do PLANFOR, como por exemplo, o da suposta linearidade entre formação e colocação no mercado de trabalho.

Das razões que justificam o encaminhamento da proposta de ato normativo, por meio da Mensagem Presidencial nº 112, o Programa é apresentado como

[...] medida de extremo impacto que contribuirá para a melhoria da qualidade da formação e qualidade profissional, representando uma política de inserção social a milhões de jovens e trabalhadores brasileiros, oferecendo a eles a oportunidade de participar no desenvolvimento do país. O PRONATEC, antes de ser uma política de Estado, é anseio da sociedade, participe de um projeto de nação. (BRASIL/CÂMARA FEDERAL, 2011b).

As razões destacadas para a criação do Programa apresentaram perspectivas economicistas e assistencialistas em relação à formação e a qualificação para os trabalhadores e jovens estudantes/trabalhadores da escola pública, compreendidas no âmbito de uma política de inserção social no desenvolvimento do país. Os cursos de qualificação ofertados pelo PRONATEC foram concebidos como instrumentos de “inclusão social” para o atendimento das demandas econômico-sociais, na perspectiva do desenvolvimento da “empregabilidade”<sup>18</sup> de trabalhadores e/ou estudantes. Legitimaram também o Programa para o enfrentamento de um “problema” brasileiro, disseminado pelos meios empresariais e corroborado pelo senso comum da sociedade e pelo governo: o da falta de mão de obra qualificada, como uma das causas principais

---

<sup>18</sup> A teoria do capital humano, desenvolvida nos anos 1960 apresentou uma concepção de educação instrumentalizada pela economia. Sua reedição nos anos 1990 enfatizou o conceito de empregabilidade, como uma habilidade a ser desenvolvida pelos indivíduos através da educação, visando o mercado. A aquisição da empregabilidade tornou-se assim, responsabilidade dos indivíduos. Na ideologia do capital humano a educação apresenta-se como forma de integração, ascensão e mobilidade social (FRIGOTTO, 2001; 2010).

do desemprego, desconsiderando-se a baixa escolaridade dos trabalhadores brasileiros.

Originalmente o Programa apresentou como destinatários os desempregados, os beneficiários de Programas federais de transferência de renda ou pertencentes ao Cadastro Único e os estudantes matriculados no Ensino Médio das escolas públicas. Em relação à possibilidade oferecida pelo PRONATEC a “milhões de jovens e trabalhadores” de participação no “desenvolvimento do país”, não houve referência a qual concepção de desenvolvimento o Programa tomou como base, pois o termo é polissêmico, comportando diversas interpretações.

Em relação ao desenvolvimento econômico e social, Rodrigues (2012) aponta o debate entre os analistas econômicos acerca dos mecanismos que asseguram uma melhor distribuição de renda e diminuição das desigualdades sociais: se a qualificação de mão de obra e o desenvolvimento de políticas sociais ou o estímulo ao crescimento econômico. Segundo o autor, a

[...] retomada do debate desenvolvimentista no Brasil insere-se em um contexto em que o Estado brasileiro tem procurado conciliar essas duas posições [como uma posição de terceira via], uma vez que o crescimento econômico a taxas elevadas e contínuas pode reduzir o problema da desigualdade na economia brasileira, juntamente com políticas sociais e educacionais que são fundamentais para a inclusão econômica formal de segmentos da população com baixos rendimentos e para a melhoria da distribuição de renda. Todavia, qualificação sem crescimento produzirá, por exemplo, uma gama de trabalhadores bem educados, subempregados ou desempregados. Políticas sociais isoladas da retomada do crescimento podem se revelar incapazes de garantir uma maior igualdade e, talvez mais grave, podem se transformar em políticas assistencialistas, com todos os riscos políticos inerentes a estes processos. (RODRIGUES, 2012, p. 07-08).

Kliksberg (2001) em seus estudos sobre políticas de desenvolvimento social, que têm como eixo norteador a redução da pobreza, aponta como uma das “falácias” dos problemas sociais da América Latina, a negação ou minimização da pobreza. Constituindo-se de forma elevada tanto no aspecto quantitativo quanto na diversificação qualitativa, demonstrou-se o seu crescimento desde os anos 1980, com poucas reduções consideráveis e aumento da desigualdade. De acordo com o autor, “não há ‘focos de pobreza’ a erradicar, mas um problema

muito mais amplo e generalizado que requer estratégias globais” (KLIKSBERG, 2001, p. 17).

Outra falácia citada pelo autor refere-se à suficiência do crescimento econômico para o desenvolvimento, com base no pensamento econômico ortodoxo, centrado no produto *per capita* bruto:

As conclusões resultantes enfatizam que quanto maior o crescimento e mais recursos existirem, ampliam-se as possibilidades para a sociedade, mas a vida das pessoas, que é a finalidade última, não pode ser medida por algo que é um meio, deve ser medida por índices que reflitam o que ocorre em âmbitos básicos da vida cotidiana. (KLIKSBERG, 2001, p. 24).

Kliksberg aborda como exemplo, o impacto da desigualdade socioeconômica nos anos de escolaridade. Baseando-se em estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) dos anos 2000, estes indicaram que, da população empregável com nível intermediário, 20% da força de trabalho possui apenas 5,5 a 7,3 anos de estudo nas cidades e 2,9 nas zonas rurais.

Como a desigualdade ampliou-se nos países latinos americanos que realizaram reformas econômicas pró-mercado, produzindo conseqüências discutíveis, daí a necessidade de repensar o papel do Estado no campo do desenvolvimento social, considerando-se nas políticas públicas a natureza estrutural da pobreza para um efetivo enfrentamento. Para Kliksberg (2001) o enfoque meramente técnico não é suficiente: o crescimento econômico deve proporcionar o desenvolvimento social, através da promoção da educação, do aprofundamento da democracia, da justiça e dos direitos humanos e da luta contra a pobreza.

O PRONATEC, como estratégia de desenvolvimento, ampliou o debate em torno da relação entre educação, crescimento/desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. As riquezas advindas do crescimento econômico da nação necessitam ser partilhadas entre todos e não concentradas para poucos, para que ocorra o desenvolvimento social. No entanto, a diminuição das desigualdades sociais não se realiza exclusivamente pela educação ou pela inclusão precária dos indivíduos no âmbito do mercado ampliado, de acordo com a lógica do capital.



Na perspectiva histórica do desenvolvimento brasileiro, a partir de 1930 ocorreu o intervencionismo econômico e social do Estado, como promotor do desenvolvimento, expresso no modelo urbano-industrial. Entretanto, segundo Ivo (2012) a sociologia do desenvolvimento orientou-se pela modernização conservadora até os anos 1980. A autora aponta diversos fatores articulados, compreendidos na nossa formação histórica - e não exclusivamente econômicos - que contribuíram para a formação de um processo histórico de exclusão das famílias de trabalhadores dos benefícios do desenvolvimento no Brasil: o escravismo e o latifúndio; o patrimonialismo, o clientelismo e o autoritarismo da cultura política brasileira; o capitalismo dependente periférico; a política restrita de seguridade social e o enorme volume da pobreza.

A crise do regime de acumulação fordista e as críticas conservadoras ao Estado de Bem-Estar Social, presentes nos países centrais do capitalismo, impactaram o papel do Estado como promotor do crescimento e de políticas sociais universais. No Brasil, os efeitos da reestruturação produtiva e da doutrina política do neoliberalismo são sentidos efetivamente nos anos 1990, através das reformas do Estado, mediante a adoção do modelo gerencial, baseado em critérios como o da eficiência e o da competitividade; da descentralização e a favor do fortalecimento do mercado; da abertura às privatizações; da transferência de responsabilidades para a sociedade civil por meio das parcerias público-privadas e da adoção de políticas sociais focalizadas para os pobres.

Alguns autores discutem as estratégias alternativas de desenvolvimento, que começaram a surgir a partir dos anos 2000, como a estratégia novo-desenvolvimentista que “[...] preconiza a relevância da estabilidade econômica e do equilíbrio fiscal, abrindo simultaneamente espaço para a retomada do desenvolvimento com equidade e sustentabilidade” (PEREIRA; DINIZ, 2009, p. 97). Esses autores entendem que esta estratégia de desenvolvimento atua como uma frente política, mediante a aliança do empresariado industrial nacional e a burocracia estatal, configurando uma coalizão político-econômica.

Segundo Peroni e Caetano (2012) o processo do novo-desenvolvimentismo tem como base o Estado como indutor da economia e de fortalecedor do setor privado, e se caracteriza como uma alternativa entre o neoliberalismo e o velho desenvolvimentismo (1940-1960). Este processo híbrido permite também aproximações da Reforma gerencial do Estado ocorrida nos anos

1990, legitimando-se pelo consenso entre empresários da produção, trabalhadores, técnicos do governo e a classe média profissional. Articula-se também aos fenômenos intitulados “governança pública” ou “concertação”,<sup>19</sup> iniciados no governo do Presidente Lula e que apresenta um novo modelo de gestão pública, formado por redes de organizações interdependentes que apresentam três lógicas distintas, porém “integradas”: a do Estado, a do mercado e a da sociedade civil. Nesta lógica, e de acordo com Castelo Branco (2009) o Estado aparece como um agente de mudanças sociais, na defesa dos interesses coletivos e não de classes ou grupos sociais. Para Ramos (2014) esta estratégia não supera o neoliberalismo, e sim amplia a capacidade de produção do consenso dos segmentos populares.

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2014) as políticas sociais no Brasil subordinam-se ao modelo de desenvolvimento desigual e combinado, fruto do capitalismo dependente<sup>20</sup> brasileiro, sob a hegemonia do capital financeiro. Portanto, o desenvolvimento brasileiro está inserido neste contexto mais amplo e o PRONATEC articula-se como um instrumento que legitima a continuidade da estratégia novo-desenvolvimentista brasileira, presente no governo da Presidente Dilma

O PRONATEC, mediante as parcerias público-privadas possibilita a publicização do privado, através da distribuição de recursos públicos aos espaços privados de formação técnica. Pela subordinação aos interesses do empresariado, precariza as demais ofertas públicas de EPTNM, desqualificando-as, e torna cada vez mais distante o direito de todos os alunos a uma Educação Profissional técnica pública, gratuita e de qualidade. Arelaro (2007) discute também que as parcerias público-privadas tensionam a “qualidade”, que passa a ser entendida como gestão competente para a eficiência educacional.

---

<sup>19</sup> Martins (2013, p. 24 ) exemplifica que um dos espaços de concertação no aparelho estatal é o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), representativo da sociedade, de caráter consultivo da Presidência da República. Conforme as *Cartas de Concertação* deste órgão, este “busca a construção do consenso” para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

<sup>20</sup> No trabalho intitulado *Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje*, Frigotto (2006) trata da especificidade do capitalismo que foi sendo configurado no Brasil – na transição de uma sociedade agrícola para uma sociedade urbano-industrial – como capitalismo dependente. A análise desenvolve-se a partir do pensamento de quatro intelectuais clássicos do pensamento crítico: Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira. Para Francisco de Oliveira, a forma de capitalismo dependente caracteriza-se por apresentar uma relação de simbiose entre o atraso, o tradicional e o arcaico ao moderno e desenvolvido, com a inserção subalterna na divisão internacional do trabalho.

A Mensagem Presidencial nº 112 referiu-se ao PRONATEC como uma Política de Estado, embora o significado do termo no texto tenha apresentado uma conotação de política de governo, no sentido de reconhecer os “anseios da sociedade”, como se esta não fizesse parte do Estado. Além disso, as Políticas de Estado caracterizam-se pela permanência; entretanto, o PRONATEC foi instituído no formato de Programa, que possui uma duração determinada. Conforme Paz e Oliveira<sup>21</sup> (2012, p. 140) esta é a tendência das políticas públicas de qualificação, implantadas com vigor a partir da década de 1990, que “resultam da nova identidade do modo de ser do Estado no capitalismo”.

Ramos (2014) sintetiza a relação entre uma política estratégica de governo, inserida em uma unidade conflitual, que caracteriza a Política de Estado capitalista:

Ainda que o PRONATEC se estabeleça como uma política de governo – resultado estratégico –, ele compõe, sobremaneira, um conjunto contraditório – unidade conflitual – de interesses das classes dominantes que, em relação ao bloco no poder, contribui para a hegemonia restrita das frações do capital monopolista no seio do Estado capitalista dependente brasileiro, e, em relação às massas populares nas primeiras décadas do século XXI no Brasil, garante a adesão ao projeto desenvolvimentista de novo tipo, subordinado ao grande capital financeiro internacional. (RAMOS, 2014, p. 26).

Em relação ao processo legislativo do PRONATEC, o Projeto de Lei (BRASIL. CÂMARA FEDERAL, PL 1209/2011a) foi apresentado em 29/04/2011 à Câmara dos Deputados Federais para a Apreciação do Plenário e a constituição de Pareceres das Comissões de Educação e Cultura, de Justiça e de Cidadania, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviços Públicos.

Até o final do mês de agosto de 2011 foram apresentadas 37 Emendas de Plenário e foram apensados dois Projetos de Lei (PL) ao projeto principal do PRONATEC: o PL 1288 que tratou da instituição do Programa de Acesso ao Ensino Técnico (PAET), mediante a concessão de bolsas de estudo em cursos técnicos, profissionais e sequenciais para estudantes em instituições privadas, e o PL nº 1343 visando alterar a Lei nº 7998 para condicionar a liberação de parcelas

---

<sup>21</sup> Os autores apresentam um quadro analítico com as aproximações e diferenciações entre Políticas de Estado e Políticas de Governo, com base nos conceitos de Azevedo (2001), Aith (2006), Bucci (2006) e Souza (2007).

do Seguro-Desemprego à comprovação de frequência em cursos de qualificação profissional. O primeiro foi declarado inconstitucional e o segundo foi aprovado.

O Parecer Legislativo 1 da Comissão de Educação e Cultura (PRL 1 CEC, 2011c) de 12 de agosto referiu-se ao Programa como:

[...] um compromisso do governo em apostar na expansão da oferta da EPT com qualidade, lançando mão de todos os instrumentos disponíveis e envolvendo segmentos públicos e privados. (BRASIL/CÂMARA FEDERAL/ PRL 1 CEC, 2011c, p. 10). [...] Aposta na parceria, na tradição e na experiência exitosa do Sistema S, estimulando-o a atuar no PRONATEC, por meio de incentivo à ampliação de vagas e a expansão da rede física dos serviços nacionais de aprendizagem. [...] Mesmo com a expansão pública e privada, [necessária] ação estruturante [PRONATEC] para possibilitar maior escala de oferta. (ibidem, p. 11).

O entendimento citado no Parecer Legislativo da Comissão de Educação e Cultura legitima a natureza da expansão prevista no PRONATEC, através da oferta de vagas e da expansão física do Sistema S, vinculando este último à qualidade requerida na Educação Profissional. Freitas (2012) defende que os recursos públicos devem ser direcionados somente à escola pública, visando a melhoria da sua qualidade.

Manfredi (2002) situa a construção do Sistema S, organizado e gerido por organismos sindicais patronais e estruturado com o SENAI (1942) e o SENAC (1943), originada pelo modelo construído para a formação profissional, a partir de 1930<sup>22</sup>. Tal modelo propiciou “[...] a montagem do sistema corporativista de representação sindical, [que] além de possibilitar o desmantelamento das iniciativas dos trabalhadores, favoreceu a construção de um sistema paralelo ao sistema público – o chamado ‘Sistema S’” (MANFREDI, 2002, p. 98).

A qualidade relacionada ao Sistema S é legitimada socialmente, foi construída historicamente de acordo com Neves e Pronko (2008), em virtude das primeiras instituições pertencentes ao Sistema terem desenvolvido a formação

---

<sup>22</sup> Para Bianchi (2001, p. 123) as entidades regionais representativas da indústria, criadas antes de 1930 e, adaptadas à legislação varguista “deram origem as formas de organização duradouras, que marcarão até os dias de hoje a representação empresarial e o anseio pela materialização de seus interesses na esfera governamental”. O trabalho de Rodrigues (1997, p.227) discute também que os empresários industriais brasileiros, desde a fundação em 1938 da Confederação Nacional da Indústria (CNI), “sempre estiveram presentes, no campo da luta hegemônico-pedagógica, buscando criar os homens à sua imagem e necessidade”. A atualidade desta discussão apresenta-se no recente movimento de articulação *Todos pela Educação (TPE)*, de caráter nitidamente empresarial, no âmbito da formulação de políticas e de mobilização social, realizada, por exemplo, na recente pesquisa de Martins (2013).

técnica para o trabalho complexo – caracterizado por uma natureza especializada e de maior tempo para a formação – no Brasil, distinguindo-se da formação imediata de mão de obra, ocorrida nos cursos de aprendizagem e de treinamento:

As décadas de 1930 e 1940 constituíram o marco cronológico específico para o desenvolvimento dos debates em torno da implementação do ensino técnico-profissional e da definição das modalidades que deveriam integrá-lo, como parte de uma crescente ação reguladora do Estado sobre o mercado e as relações de trabalho. [...] Uma de suas consequências mais importantes, paradoxalmente, foi a ‘privatização’ de uma parcela fundamental daquele tipo de formação: a criação em 1942 do SENAI. Dessa forma, estabelecia-se uma distinção fundamental entre as ‘escolas industriais’ de nível médio e caráter tecnológico, destinadas à formação para o trabalho complexo, e o ensino profissionalizante, representado pelos cursos de aprendizagem e de formação básica (treinamento), orientados para a formação direta e imediata da força de trabalho que se preparava crescentemente à vida urbano-industrial do país. (NEVES; PRONKO, 2008, p. 37-38).

O Estado, ao delegar a formação profissional de trabalhadores às organizações industriais em um momento da economia e da política nacional, sob a égide da “ideologia da industrialização nacional”, traduzida no governo e nas lideranças industriais, “reforça a idéia de [que] determinados movimentos educacionais ligados a economia do país surgem como instrumentos de apoio a essa economia e não como criação isolada” (FRIGOTTO, 1977, p. 159). O autor arremata que o compromisso do Estado com o desenvolvimento econômico - que, naquele momento histórico, esteve vinculado à industrialização - foi bem maior do que o referente à natureza da formação profissional.

Pochmann (2000) analisa a questão quanto à viabilidade atual deste modelo de formação, que teve como base a rigidez do fordismo, pois desde a década de 1990 aparecem “sinais de esgotamento” pela inadequação ao processo produtivo baseado na produção “enxuta”, decorrente do regime de acumulação flexível<sup>23</sup>, que traz como consequência a restrição aos postos de trabalho.

---

<sup>23</sup> A economia mundial tem como principal referência empírica o mercado de trabalho, que demanda uma formação correlata, na fase denominada por Harvey (1992) como a de “acumulação flexível” do capital e que, segundo Chesnais (1996) depende do crescimento do mercado financeiro e da aplicação do capital privado na produção de bens e serviços.

Entretanto, diante da mencionada “experiência exitosa do Sistema S”, constante do Parecer Legislativo 1 da Comissão de Educação e Cultura (BRASIL/CÂMARA FEDERAL/ PRL 1 CEC, 2011c) - embora sem a apresentação de evidências empírica -, pode-se inferir que a referida “ação estruturante” do PRONATEC significou também possibilitar o processo de privatização da política de EPTNM.

Segundo Freitas (2012, p. 383) uma das modalidades de privatização, ao lado das concessões, são os *vouchers* ou “bolsas”, permitindo aos alunos oriundos das classes populares estudarem nas escolas privadas, mediante a transferência de recursos públicos para estas, justificando o aparecimento de uma “escola privada para pobres”, no âmbito da EPTNM.

A estimativa de gastos que acompanhou o Projeto de Lei, relacionados à oferta da Bolsa-Formação e ao financiamento da Educação Profissional e Tecnológica é mencionada no Parecer Legislativo da Comissão de Finanças e Tributação, de 18/08/2011: na ordem de R\$ 700 milhões e de R\$ 300 milhões respectivamente (BRASIL/CÂMARA FEDERAL/ PRL 1 CFT, 2011e, p. 7). Estes valores previstos como gastos do Programa são consideráveis, se comparados ao que foi previsto para a modernização das redes públicas estaduais e municipais de Educação Profissional, constante da ação orçamentária e executada na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2011, no montante de R\$ 100,4 milhões (ibidem, p. 8).

A Comissão do Trabalho, Administração e Serviços Públicos em 16 de agosto de 2011 defendeu a construção de um Substitutivo consensual ao Projeto de Lei “[...] que aperfeiçoe e não desnature as propostas nele contidas e a concepção original do PRONATEC” (BRASIL/CÂMARA FEDERAL/ SBT CTASP, 2011h, p. 15), citando também as contribuições prestadas pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Fórum Nacional de Secretários de Estado do Trabalho (FONSET) aos debates.

O trabalho integrado que foi realizado pelos relatores das quatro Comissões envolvidas na análise do Projeto de Lei e as discussões conjuntas com representantes de “entidades da Educação e do Trabalho” são mencionados no Parecer da Comissão de Educação e Cultura. Fazem parte destes resultados

cinco alterações no PL, constantes da Lei do PRONATEC (BRASIL/CÂMARA FEDERAL/ PRL 1 CEC, 2011c, p. 16):

1. Articulação do PRONATEC ao Sistema Nacional de Emprego (novo inciso no artigo 4º da Lei);
2. Modificação na ordem das etapas processuais do Financiamento da Educação Superior (FIES) e alteração das condições de parcelamento (incorporação no artigo 12 e 13 da Lei);
3. Inclusão da expressão “registrada ou declarada” à Lei do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para obter-se critério mais objetivo na determinação da qualificação do trabalhador (artigo 14 da Lei);
4. Alteração da LDBEN para que os Serviços Nacionais de Aprendizagem passem a integrar o sistema federal de ensino com autonomia para a criação e oferta de cursos e programas de Educação Profissional e Tecnológica, mediante autorização do órgão colegiado superior do respectivo departamento regional da entidade, resguardada a competência de supervisão e avaliação da União (artigo 20 da Lei);
5. Aperfeiçoamento do texto da oferta de Bolsas-Formação para os trabalhadores da área de saúde (artigo 16 da Lei).

A alteração realizada que chamou mais a atenção foi a de número 4, que diz respeito à integração dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (Sistema S) no sistema federal de ensino. No texto original do Executivo enviado ao Congresso não constava esta modificação, realizada na Câmara dos Deputados Federais, oriunda do consenso entre as quatro Comissões envolvidas, representantes de “entidades da Educação e do Trabalho” e da maioria dos Deputados Federais.

A Lei nº 12.816 de 05/06/2013 que modificou a Lei do PRONATEC dispôs que os Serviços Nacionais de Aprendizagem passam a integrar o sistema federal de ensino na condição de mantenedores, com autonomia para criar instituições de Educação Profissional Técnica de nível médio, de formação inicial e continuada e de Educação Superior, observada a competência de regulação, supervisão e avaliação da União somente, favorecendo de forma explícita o Sistema S de acordo com o artigo 20 da Lei do PRONATEC. Na análise de Godói (2014) a modificação facilita o repasse contínuo de verbas públicas para estas instituições, ratifica a concepção mercantil de formação profissional e concebe a oferta da Educação Profissional como um serviço e não como um direito.

Os conteúdos das Emendas Parlamentares (EMP) aprovadas (6 a 9, 11, 12 e 14) e incluídas na Lei do PRONATEC, segundo a Relatoria da Comissão de

Constituição e Justiça e de Cidadania (BRASIL/CÂMARA FEDERAL/ PRL 1 CCJC, 2011d) foram: a possibilidade de oferta de cursos técnicos à distância; o estímulo à difusão de recursos pedagógicos; a inclusão de beneficiários trabalhadores no Programa, especificados como: agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores; a garantia de participação das pessoas com deficiências; os povos indígenas; as comunidades quilombolas e os adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Em 24 de agosto de 2011, o Parecer da Comissão de Finanças e Tributação (BRASIL/CÂMARA FEDERAL/ PAR 1 CFT, 2011e) aprovou o Projeto de Lei do Executivo. Um voto em separado propôs medidas saneadoras, em relação aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) destinarem-se apenas à formação inicial e continuada de qualificação profissional e condicionar o recebimento do Seguro-Desemprego aos cursos ofertados, à Bolsa Formação e a existência de vagas gratuitas; e também, garantir a transferência de recursos financeiros às instituições mediante a utilização de recursos orçamentários consignados às Bolsas Formação.

Em 31 de agosto de 2011, o Parecer Parlamentar (PEP) realizado pela Comissão de Educação e Cultura, tratou do resultado dos debates, que envolveram o Ministro da Educação e outras autoridades do MEC, da Casa Civil, do Ministério do Trabalho, Secretários de Educação; a realização de Audiências Públicas em “vários” estados, como em Santa Catarina, no Pará e no Mato Grosso do Sul para a discussão com a sociedade civil. Segundo o Parecer, o Relatório unificado das quatro Comissões, seria o resultado deste “amplo debate” (BRASIL/CÂMARA FEDERAL/ PEP CEC, 2011f).

No entanto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2011), uma das primeiras entidades a se manifestar criticamente sobre vários aspectos do Programa, ressaltou que o expediente do regime de urgência, utilizado pelo Executivo, no envio ao Congresso Nacional da proposta do PRONATEC permitiu a exclusão do debate na esfera de governo e na Câmara dos Deputados, de grande parte das entidades representativas da educação e de representantes de trabalhadores.

No mês de setembro do mesmo ano foi apresentado no Senado o PL da Câmara nº 78/2011 e a Comissão de Educação requereu a realização de Audiência Pública para instruir a votação e o convite às seguintes entidades:



Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Serviço Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica (SINASEFE); Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do MEC; Sistema S e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

Na 34ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) ocorrida no Rio Grande do Norte de 02 a 05 de outubro de 2011, a Assembleia Geral da entidade realizou a Moção nº 06 solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado.

Por fim, a Câmara Federal aprovou em 31/08/2011, o Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura ao PL 1209/2011 que, em 26/10/2011 foi transformado pela sua Mesa Diretora na Lei Ordinária nº 12513/2011, publicada no Diário Oficial da União em 27/10/2011. Em 08/11/2011 a Mesa Diretora recebe o Ofício nº 1992 do Senado Federal encaminhando o autógrafo sancionatório.

Em síntese, o trâmite legislativo que institucionalizou o PRONATEC caracterizou-se pela brevidade (seis meses) no Congresso Nacional, justificado pelo regime de urgência solicitado pela Presidente Dilma. Este regime recebeu críticas de várias instituições que se sentiram excluídas dos debates legislativos. No entanto, de uma maneira geral, as principais questões discutidas no Legislativo, presentes nos Pareceres Parlamentares, restringiram-se aos limites dos interesses previamente capitaneados pelo Executivo, preservando-os, em torno de uma suposta “unidade”. Algumas questões foram ampliadas no Legislativo, na forma de novas concessões, atendendo principalmente aos interesses e às demandas privadas, disputadas no interior daquele órgão.

De acordo com a avaliação política do Programa, quanto ao processo de formulação do PRONATEC, a partir da tramitação no Congresso Nacional, posiciona-se Silva (2015):

[...] compreendemos a partir de Poulantzas (1971) que essa aparente coesão em torno do Projeto de Lei do Pronatec, advém da necessidade de se aprovar um projeto que apesar das divergências políticas, na luta pela hegemonia das “frações” da classe dominante ou “blocos no poder” (partidos políticos), persiste um objetivo comum, que é o de manutenção do modo de produção capitalista. (SILVA, 2015, p.112).

O PRONATEC também reforçou as raízes históricas que vincularam a formação e a qualificação profissional realizada pelo Sistema S durante mais de

setenta anos com “qualidade”, legitimada socialmente, (re) compondo o modelo de gestão público-privado que foi posteriormente ampliado por outras instituições privadas. O Programa, promovendo a formação de mão de obra, procurou articular a lógica do Estado em sentido estrito (governo) com a do mercado, mediante a oferta de formação privada com subsídios públicos, favorecendo distintamente os ofertantes e os beneficiários do Programa.

A legislação do PRONATEC foi produzida de acordo com a concepção que articula educação e desenvolvimento econômico, envolvendo interesses políticos, econômicos e sociais em disputa. Revela quais as forças políticas representadas por organismos, instituições, movimentos e organizações civis que foram ouvidas na correlação de forças presentes no Estado, entendido este último como o espaço de disputas e de contradições (POULANTZAS, 1980), nas lutas pela hegemonia no campo. O próximo item trata desta questão e de suas contradições, expressas no conteúdo da Lei do Programa.

## 1.2 A LEI Nº 12.513/2011 COMO POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A Lei nº 12.513/2011 que instituiu o PRONATEC sofreu complementações e alterações através de várias Portarias, Resoluções, Editais, Decretos e da Lei nº 12.816/2013, atendendo demandas posteriores, na incorporação de novos beneficiários e de ofertantes e criando o consenso necessário em torno do Programa. Para a análise da Lei nº 12.513/2011 e de parte da legislação nesta pesquisa, que compõe o Programa, foi utilizado o enfoque jurídico-normativo (RUIZ, 2013), que ultrapassa a análise puramente instrumental, visando compreender os fins que a legislação pretende alcançar. Articularam-se também à análise alguns conceitos elaborados por autores da área da Educação visando uma melhor compreensão do disposto legalmente.

Conforme já foi mencionado, o artigo 1º da Lei nº 12.513/2011 que instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) apresenta como finalidade “ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira” (BRASIL, LEI FEDERAL 12513/2011). Os programas e projetos, relacionados à expansão não são especificados pela Lei do PRONATEC, constando apenas no site do MEC como pertencentes ao Programa

em questão, pois foram incorporados, subordinando-se à especificidade criada pelo Programa e constituindo uma forma de ampliar os resultados quantitativos, representativos da meta anunciada anteriormente.

O parágrafo único do artigo 1º da Lei do PRONATEC apresenta os seguintes objetivos do Programa:

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica;
- VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, LEI Nº 12.513/2011).

Portanto, a finalidade do Programa, exposta na Lei nº 12513/2011, articula-se à dimensão quantitativa de ampliação da oferta de Educação Profissional e Tecnológica. A expansão, a interiorização e a democratização da oferta da EPTNM constam no artigo 1º, parágrafo único, I, da Lei do PRONATEC, como um de seus objetivos, relacionados à problemática da pesquisa.

Outro objetivo do PRONATEC, além da expansão, articula-se à sua oferta, que envolve a questão acerca da sua qualidade social, pretendendo “contribuir para a melhoria da qualidade do Ensino Médio público, por meio da articulação com a Educação Profissional”, constante do parágrafo único do artigo 1º, inciso III, sem mencionar a oferta da forma integrada.

Uma das formas que articulam o Ensino Médio à Educação Profissional técnica é a forma integrada, na qual se realizam o Ensino Médio e o curso técnico no mesmo estabelecimento de ensino, em um mesmo turno e mediante o mesmo currículo, que procura integrar os conhecimentos gerais aos específicos. Como esta forma é a que se encontra no centro do debate mais recente na EPTNM desde a vigência do Decreto nº 5154/2004, no sentido de permitir uma formação integral aos alunos, será abordada na parte seguinte do capítulo, em virtude da sua desarticulação com o Programa, pois a especificidade criada pelo

PRONATEC recai na oferta de cursos realizados na forma concomitante, de frágil articulação com o Ensino Médio.

A oferta de cursos técnicos na forma concomitante é considerada pela LDBEN como articulada ao Ensino Médio, oferta priorizada pelo PRONATEC e constitutiva da “novidade” apresentada pelo Programa, mediante a Bolsa Formação e a articulação público-privada. Os alunos realizam o Ensino Médio em um estabelecimento de ensino público, em determinado turno, mediante uma matrícula e, em outro turno e instituição de ensino não público, outra matrícula para o curso técnico gratuito.

Embora sejam previstos na legislação “convênio ou acordos de intercomplementaridade, com planejamento e desenvolvimento de projeto pedagógico unificado”, conforme os artigos 36-C da LDBEN, o artigo 32, §2º, III das Diretrizes Gerais Nacionais para a Educação Básica e os artigos 7º, I, c e 8º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPTNM), de uma forma geral, o trabalho pedagógico das escolas e das instituições desenvolve-se não em torno de um projeto pedagógico unificado, e sim através de currículos separados, de forma que o conhecimento geral e o específico não se integram.

A partir da apresentação de algumas das principais limitações constantes da forma articulada concomitante, priorizada no PRONATEC, indaga-se: de que forma a ampliação do ensino técnico na forma concomitante poderia contribuir para a melhoria da qualidade do Ensino Médio público? O questionamento remete a uma questão que tensiona a escola pública: a sua qualidade.

A especificidade criada pelo PRONATEC tem a pretensão de enfrentá-la formalmente, mediante a oferta gratuita de cursos técnicos concomitantes, por instituições pertencentes ao Sistema S e por outras instituições privadas, aos alunos matriculados no Ensino Médio público, tornando-se também atrativa para milhões de jovens que estão fora da escola pública.

Nas instituições privadas ofertantes, onde predomina a lógica mercantil, revestida de racionalidade técnica, a formação apresenta-se de acordo com a concepção que possibilita tornar os alunos empregáveis, paradoxalmente em uma sociedade que “educa para o desemprego”, conforme a expressão original de Gentili (1998).

Portanto, o PRONATEC para cumprir com os seus objetivos, de democratizar a oferta de vagas na EPTNM e de contribuir para a melhoria da qualidade do EM público, utiliza-se da articulação público-privada distribuindo recursos públicos aos estabelecimentos escolares não públicos. Será que neste formato também não se permite a ampliação dos espaços através dos quais se desenvolve a lógica mercantil?

Segundo Ciavatta e Ramos (2011) a matrícula gratuita de Educação Profissional em instituições privadas atrai a sociedade, compensando a baixa qualidade do Ensino Médio público. A ampliação da articulação público-privada, presente na oferta concomitante e reforçada no PRONATEC, é estratégica para a desobrigação do Estado em relação à EPTNM pública e oportuna aos interesses da rede privada.

Oliveira (2009) apresenta duas compreensões básicas de qualidade na educação no contexto atual. A primeira decorre de uma orientação econômico-produtiva através do desenvolvimento de competências para o trabalho, pelo regime de acumulação flexível. A segunda decorre da perspectiva histórica e de luta pela ampliação da educação como direito. Os elementos históricos dessa última vertente são a gratuidade, a obrigatoriedade, a laicidade, a gestão democrática e a oferta da educação escolar com qualidade social.

Esse autor considera que a qualidade da educação deve ser compreendida na sua complexidade, envolvendo a dimensão extra e a intraescolar, as questões socioeconômicas e as culturais dos entes envolvidos; a dimensão dos direitos, as obrigações e as garantias no plano do Estado e no âmbito dos sistemas e das escolas; as condições de oferta do ensino; a gestão e a organização do trabalho escolar; a formação, a profissionalização e a ação pedagógica; o acesso, a permanência e o desempenho escolar. Além disso, “uma escola de qualidade é certamente aquela que possui clareza quanto a sua finalidade social” (OLIVEIRA, 2009, p. 250), ou seja, a que possibilite a apreensão dos saberes historicamente produzidos pelo conjunto da sociedade pelos educandos.

É a partir desta segunda compreensão de qualidade, desenvolvida em toda a sua complexidade, que se permite articular à análise da democratização da oferta, a permanência e o desempenho escolar, pertinentes à implantação do Programa em questão.

A primeira compreensão de qualidade abordada por Oliveira (2009), de orientação econômico-produtiva, com base no desenvolvimento de competências<sup>24</sup> para o trabalho (presentes inicialmente na Lei nº 9394/96; nos Parâmetros Curriculares Nacionais; nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ambas de 1999) e demandadas pelo regime de acumulação flexível<sup>25</sup>, orientou o PRONATEC, pois as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPTNM) de 1999 estavam em vigor quando o Programa foi instituído. Um dos objetivos da formação por competências para o trabalho é a empregabilidade, que passa a ser atribuída aos sujeitos e se encontra latente no programa.

O artigo 2º da Lei do PRONATEC trata da prioridade de atendimento no Programa dos estudantes do Ensino Médio da rede pública, incluindo os que realizam a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), nesta ordem:

- I - estudantes do Ensino Médio da rede pública, inclusive da Educação de Jovens e Adultos;
- II - trabalhadores;
- III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda;
- IV - estudante que tenha cursado o Ensino Médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento. (BRASIL, LEI Nº 12.513/2011).

A integração da modalidade EJA com a EPTNM é prevista através do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA). Silva (2015) discute a contradição entre a oferta da Bolsa Formação, prevista somente para cursos FIC,

---

<sup>24</sup> A formação por competências inseriu-se nas reformas educacionais do Brasil e da América Latina dos anos 1990, influenciadas pelos estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002; OLIVEIRA, 2010). Análises sobre a origem do termo competência, sua utilização e ressignificação na educação, assim como a sua crítica, foi realizada por vários autores, dentre eles Ramos (2002) e Silva (2008). Segundo Kuenzer (2002) as escolas são espaços de produção teórica, e sempre que possível articulada à práxis; mas são incapazes de reproduzir as competências em seu movimento e complexidade. As competências são históricas, desenvolvidas na prática social e produtiva (KUENZER, 2002).

<sup>25</sup> O regime de “acumulação flexível” do capital flexibiliza os processos, mercados de trabalho, produtos e padrões de consumo, surgindo a “polarização de competências” que, para Kuenzer (2006), exige um trabalhador de maior qualificação. A polarização de competências (para poucos) reforça contraditoriamente a precarização do trabalho (para muitos), necessária ao desenvolvimento do sistema capitalista.

segundo a Portaria nº 168 de 07 de março de 2013 (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2013b) e o Documento PRONATEC EJA, o qual apresenta como finalidade da EJA a elevação de escolaridade. Segundo a autora, existem objetivos na oferta nos cursos FIC que não estão declarados nos documentos oficiais, visando atender a função de legitimação do Estado capitalista.

O artigo 2º, IV permite aos estudantes que completaram o Ensino Médio público participarem do Programa, embora a oferta do PRONATEC para os cursos técnicos na forma subsequente só tenha ocorrido a partir de 2013. Esta situação talvez possa explicar o nível de escolaridade superior que compôs o perfil de alguns alunos em relação à oferta da Bolsa-Formação Estudante, constante dos dados disponibilizados pela SETEC e que são apresentados no segundo capítulo. O estranhamento diz respeito à situação hipotética de um aluno que concluiu o Ensino Médio e está cursando o Ensino Superior, ter se matriculado em um curso técnico ou FIC. Houve o questionamento à SETEC quanto a esta possibilidade, o qual não foi respondido à pesquisadora até o momento da presente redação.

A modificação do artigo 3º (BRASIL, LEI FEDERAL 12816/2013) especifica o regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a participação voluntária dos Serviços Nacionais de Aprendizagem e amplia a participação de instituições privadas e públicas de Ensino Superior, de instituições de Educação Profissional Tecnológica e de fundações públicas de direito privado para a oferta de cursos técnicos na forma subsequente ao EM, conforme estabeleceu a Portaria nº 160 de 05 de março de 2013 (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2013a). Portanto, o Programa inicialmente destacou a participação do Sistema S, atendendo posteriormente aos interesses dos demais empresários da educação para a oferta nas instituições privadas, articulando-os à demanda dos alunos concluintes do EM e colocando em disputa os recursos públicos, até mesmo pelas instituições públicas.

A Portaria nº 168 de 07 de março de 2013 (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2013b) determinou que o processo para os alunos concluintes do EM e interessados na forma subsequente de cursos técnicos fosse realizado por meio de seleção unificada (SISUTEC), a iniciar-se no mês de agosto de 2013, utilizando-se dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Entretanto, os editais de adesão ao SISUTEC foram publicados apenas no mês de janeiro de 2014.

As instituições de Ensino Superior podem ofertar cursos técnicos na forma subsequente, por intermédio da Bolsa Formação Estudante, desde que estes se correlacionem aos cursos de graduação ofertados, de acordo com a Tabela de Mapeamento de Cursos Técnicos, aprovada pela Portaria nº 20 de 27 de junho de 2013 (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2013c).

As ações que constituem o PRONATEC são especificadas no artigo 4º da Lei:

- I - ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica;
  - II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional;
  - III - incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem;
  - IV - oferta de bolsa-formação, nas modalidades:
    - a) Bolsa-Formação Estudante;
    - b) Bolsa-Formação Trabalhador;
  - V - financiamento da educação profissional e tecnológica;
  - VI - fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação à distância;
  - VII - apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;
  - VIII - estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação;
  - IX - articulação com o Sistema Nacional de Emprego;
  - X - articulação com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM, nos termos da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008.
- § 1º A Bolsa-Formação Estudante será destinada aos beneficiários previstos no art. 2º para cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas concomitante, integrada ou subsequente, e para cursos de formação de professores em nível médio na modalidade normal, nos termos definidos em ato do Ministro de Estado da Educação.
- § 3º O Poder Executivo definirá os requisitos e critérios de priorização para concessão das bolsas-formação, considerando-se capacidade de oferta, identificação da demanda, nível de escolaridade, faixa etária, existência de deficiência, entre outros, observados os objetivos do programa.
- § 4º O financiamento previsto no inciso V poderá ser contratado pelo estudante, em caráter individual, ou por empresa, para custeio da formação de trabalhadores nos termos da Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001 nas instituições habilitadas na forma do art. 10 desta Lei. (BRASIL, LEI FEDERAL, 12.513/2011).



As ações especificadas nos incisos I e II do artigo referido tratam da ampliação de vagas e da continuidade de expansão da rede federal<sup>26</sup> e das estaduais, que se integraram ao Programa como subprogramas e projetos iniciados em anos anteriores, a exemplo da expansão da rede federal, ocorrida principalmente nos anos de 2003-2010 e do Programa Brasil Profissionalizado, criado em 2007 e que atuou como indutor para a oferta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional técnica pelas escolas estaduais.

Quanto ao Programa Brasil Profissionalizado, que pretendeu inicialmente induzir a ampliação da formação integrada nos estados, Sandra Garcia, chefe do Departamento de Educação e Trabalho (DET) da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) da gestão de 2003/2010, aborda na entrevista constante da pesquisa de Saldanha (2010), a falta de condições materiais para a efetivação deste programa, pois a responsabilidade pela manutenção das escolas pertence aos estados, que não possuem um recurso definido para a Educação Profissional; além disso, os recursos provenientes de programas federais não se configuram como políticas de financiamento.

Nas propostas e estratégias relativas à expansão da Educação Profissional, o Documento-Referência da CONAE 2014 (FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2012) reforça a garantia da sua qualidade, com financiamento público permanente, em substituição à criação de programas pontuais para a EPT, como têm ocorrido constantemente nos últimos anos.

Além do principal obstáculo relativo à falta de financiamento permanente, que contribuiu para a não consolidação da implantação do Programa Brasil Profissionalizado, outro desafio apontado por Moura; Lima Filho e Silva (2012) foi a não constituição do quadro docente pelos estados. Embora todas estas barreiras ainda estejam presentes na EPTNM, o PRONATEC priorizou a formação técnica não integrada, realizada por instituições privadas. Ao mesmo tempo em que privilegia esta direção para a EPTNM, inclui formalmente os

---

<sup>26</sup> Em relação à expansão federal, ocorrida nos últimos anos do Governo Lula, não se ignora a polêmica surgida em torno da criação de uma “nova institucionalidade” com os Ifets, através do Decreto nº 6095 de 21 de abril de 2007, no âmbito da rede federal de educação tecnológica. O seu efeito foi gerar a desconstrução de uma rede de educação profissional que tinha como referencial a formação técnica de nível médio. Para maiores detalhes, ver a Tese de Azevedo, L. A.: “De CEFET a IFET: cursos superiores de tecnologia no Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina: gênese de uma nova institucionalidade?”.

programas iniciados anteriormente na rede pública, consolidando obstáculos e desafios pretéritos, na tentativa de superá-los pela via privada.

Em relação ao artigo 4º, inciso III da Lei do PRONATEC, referente ao incentivo para a ampliação de vagas nos Serviços Nacionais de Aprendizagem, a origem desta ação ocorreu em 2008, mediante o denominado Acordo de Gratuidade do governo com o Sistema S (SENAI, SENAC, Sesi e SESC). Segundo o Acordo, até o ano de 2014 dois terços das receitas líquidas do SENAI e do SENAC e um terço das do SESC e Sesi deveriam ser aplicadas na oferta de vagas gratuitas de cursos de formação para estudantes de baixa renda, matriculados ou egressos da Educação Básica ou trabalhadores empregados/desempregados. Segundo cálculos realizados pela pesquisadora, através dos dados disponíveis no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL/MEC/SISTEC, 2013) no período de 2009-2012, o Acordo realizou em torno de apenas 4% de matrículas em relação ao total de matrículas nos cursos técnicos daquelas entidades.

Os Serviços Nacionais de Aprendizagem, que recebem recursos oriundos da contribuição compulsória das empresas, necessitaram integralizar o Acordo realizado com o governo federal até o ano de 2014. Quando, através do PRONATEC, se permite que essas instituições integrem-se como mantenedoras e como ofertantes no Programa, também as assegura o recebimento de mais recursos públicos tanto para a ampliação de vagas quanto para a expansão da sua rede física, financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De acordo com a análise da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação “a concessão de bolsas visa compensar as perdas financeiras com as vagas gratuitas que o sistema terá de arcar, com mais peso, a partir de 2014”. (CNTE, 2011, p. 181).

O inciso VI do artigo 4º aborda o fomento da expansão da oferta de EPTNM na modalidade de educação a distância, consolidando a Escola Técnica Aberta do Brasil (Rede E-TEC) que tem ofertado cursos técnicos em pólos na modalidade à distância, passando a articular-se também aos outros subprogramas e projetos mencionados.

No inciso IV, a, b, do mesmo artigo, a oferta da Bolsa Formação, como uma das ações do PRONATEC, nas modalidades de Bolsa Formação Estudante e de Bolsa Formação Trabalhador foi a “novidade” do Programa. As diretrizes

para a sua execução foram previstas inicialmente pela Portaria nº 1.569 de 03 de novembro de 2011 (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2011a), para os cursos técnicos concomitantes e para os cursos FIC desenvolvidos na modalidade presencial, mediante a execução financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE).

Para Lima (2011) os governos, quando não mantêm a Educação Profissional como direito de acesso universal e oferta obrigatória, utilizam a oferta de bolsas “[...] sob o pretexto de, por um lado, favorecer aos mais capazes e, por outro, de não gastar o dinheiro público com a criação de infraestruturas formativas rígidas, burocráticas e perdulárias” (LIMA, 2011, p. 12). De fato, a concepção que orienta a oferta no PRONATEC não está voltada para o reforço da infraestrutura pública de ensino profissional e sim para a oferta e a ampliação da infraestrutura privada através dos recursos públicos.

Segundo o artigo 5º, § 1º da Portaria nº 1.569 de 03 de novembro de 2011 (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2011a) coube aos parceiros demandantes selecionar os beneficiários da Bolsa Formação Estudante. Diversos foram os critérios definidos e adotados pelos estados da federação para a participação dos alunos do Ensino Médio das redes estaduais nos cursos técnicos concomitantes como: situação de pobreza; sorteio; seleção; residência próxima aos cursos; desempenho escolar; situações de risco; participantes de programas sociais; frequência no colégio e matrícula no 2º ou 3º anos do Ensino Médio. Portanto, o acesso aos cursos ofertados pelo PRONATEC não ocorreu de forma plena para todos os alunos do Ensino Médio interessados, pois se encontrou limitado pelos critérios definidos por cada estado e estes, de uma forma geral, acabaram priorizando critérios assistencialistas.

A Portaria nº 185 de 12 de março de 2012 (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2012a), que revogou a de nº 1.569/2011, dispôs que a organização da oferta dos cursos é de responsabilidade do Ministério da Educação, segundo a capacidade de cada parceiro ofertante e com base nas especificidades apresentadas pelos parceiros demandantes. A esses últimos, além do processo de seleção, também coube a responsabilidade pela realização do processo de mobilização e pela realização das pré-matrículas dos alunos.

A Lei do PRONATEC, modificada pela Lei nº 12.816 de 05 de junho de 2013 (BRASIL, LEI FEDERAL 12816/2013), estabeleceu como beneficiários da

Bolsa Formação os estudantes, para os cursos de EPTNM nas formas concomitante, integrada ou subsequente e para os cursos de formação de professores em nível médio na modalidade normal. A forma integrada está relacionada ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrado à EPTNM, que se constitui no PROEJA.

Os cursos técnicos na forma subsequente do PRONATEC começaram a ser ofertados somente em 2014. O artigo 60 § 2º da Portaria nº 114 de 07 de fevereiro de 2014 (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2014) que alterou a Portaria nº 168 de 2013 não previu recursos de apoio estudantil, que compõem a Bolsa Formação Estudante, como o transporte e a alimentação, na oferta de cursos técnicos na forma subsequente. A Portaria nº 817, de 13 de agosto de 2015 constitui-se na mais recente quanto à oferta da Bolsa Formação no PRONATEC (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2015).

O montante para a transferência de recursos correspondentes aos valores da Bolsa Formação pela União às instituições públicas e aos Serviços Nacionais de Aprendizagem refere-se ao número de vagas pactuadas por cada instituição de ensino ofertante que, posteriormente, confirma as matrículas efetivadas no sistema eletrônico de informações do MEC (SISTEC). De acordo com o artigo 6º da Lei nº 12513/2011, deve ser observada a obrigatoriedade de devolução de recursos no caso de vagas não ocupadas. O mesmo artigo também estabelece que

§ 4º Os valores das bolsas-formação concedidas na forma prevista no caput correspondem ao custo total do curso por estudante, incluídas as mensalidades, encargos educacionais e o eventual custeio de transporte e alimentação ao beneficiário, vedada cobrança direta aos estudantes de taxas de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outro valor pela prestação do serviço. (BRASIL, LEI FEDERAL 12.513/2011).

Segundo o artigo 61 da Portaria nº 168 de 07 de março de 2013 (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2013b) as vagas pactuadas por cada instituição de ensino ofertante serão convertidas em horas-aluno, representativas do custo médio dos cursos. O artigo 16 trata do atendimento da demanda para a oferta de vagas pelos parceiros ofertantes, considerando o perfil dos beneficiários, os cursos, a localização geográfica da oferta e a quantidade de vagas. A oferta das vagas será aprovada pelo MEC/SETEC, responsável também pelos procedimentos de

supervisão, de monitoramento e de avaliação dos cursos e das unidades de ensino ofertantes da Bolsa Formação.

O Jornal Folha de São Paulo, publicou em 19 de outubro de 2014 uma matéria sobre o PRONATEC, na qual constam as falhas apontadas no sistema de registro do MEC, o SISTEC, referidas no relatório da Auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU) em relação à Bolsa Formação. O relatório indicou descontrole dos gastos públicos, em virtude da inexistência de processo de prestação de contas, de análise e de aprovação do cumprimento das vagas pactuadas com os ofertantes. Devido a estas lacunas, os alunos desistentes continuaram a ser contabilizados e as instituições receberam indevidamente o valor da Bolsa Formação pelo FNDE. Segundo a matéria, o MEC teria solicitado a prorrogação de prazo para apresentar providências quanto às indicações da CGU, alegando que “o procedimento de definição dos critérios de prestação de contas dos recursos destinados à Bolsa Formação está em fase de conclusão” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014c).

Os problemas detectados pelo CGU quanto ao registro de dados realizado pelo SISTEC e a falta de prestação de contas de unidades ofertantes, comprometem o previsto legalmente para a execução financeira do PRONATEC, nos anos correspondentes à primeira fase do Programa e também impactam o desenvolvimento de pesquisas sobre o Programa, pela não transparência dos dados e pela falta de informações acerca desta política pública.

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) passa a denominar-se a partir da Lei do PRONATEC, de Fundo de Financiamento Estudantil. A Lei do Programa também criou o FIES técnico que financia estudantes matriculados em cursos técnicos; estudantes e trabalhadores em cursos de formação inicial e continuada via financiamento para as empresas, em escolas técnicas privadas e nas unidades dos Serviços Nacionais de Aprendizagem. De acordo com a análise de Silva (2015) o Estado cumpre neste aspecto a sua função de acumulação do capital, beneficiando o mercado privado com recursos públicos.

As primeiras modalidades desenvolvidas pelo PRONATEC, demandadas pelos ministérios, constaram do *site* do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL/MDS/PRONATEC/2013): PRONATEC Copa do Mundo (Ministério do Turismo); PRONATEC Seguro Desemprego (Ministério do Trabalho

e Emprego); PRONATEC Brasil sem Miséria (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome); PRONATEC Bolsa Formação Estudante, Bolsa Formação Trabalhador e Financiamento da Educação Profissional e Tecnológica (Ministério da Educação) e PRONATEC Brasil Maior<sup>27</sup> (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

O Relatório de Auditoria Anual de Contas do Tribunal de Contas da União (TCU), referente ao exercício de 2013 atualizou também o número de participantes no PRONATEC Bolsa Formação, apresentando 183 parceiros ofertantes e

[...] 55 parceiros demandantes (13 ministérios, 6 secretarias vinculadas a órgãos federais e 26 secretarias de educação estaduais, além do Distrito Federal) [que] assumiram o compromisso de demandar os cursos de qualificação profissional, divulgar aqueles pactuados com as instituições de ensino e de captar candidatos interessados em se qualificar em cursos alinhados aos objetivos estratégicos das ações governamentais desenvolvidas por estes parceiros, dos quais podem ser citados o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Secretaria de Direitos Humanos da Casa Civil. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO, 2014, p. 04).

A despeito das situações problemáticas apontadas no Relatório, o foco quantitativo mantém-se realçado no PRONATEC, assim como o seu caráter inter-setorial, abordado por autores como Cassiolato e Garcia (2014). A recente dissertação de Martins (2015) apresenta a operacionalização do PRONATEC: 44 modalidades desenvolvidas pelo Programa, de acordo com as demandas dos Ministérios e das Secretarias; as unidades ofertantes e o público beneficiário, sintetizada em um quadro constante do Apêndice A da presente Tese.

Um dos últimos anúncios sobre a extensão da oferta do PRONATEC no Programa do Menor Aprendiz - que objetiva a qualificação profissional de jovens entre 14 a 16 anos de idade nas empresas - ocorreu no mês de setembro de 2014, nas propagandas televisivas referentes à Campanha Eleitoral para a

---

<sup>27</sup> O Plano Brasil Maior estimula a inovação e a competitividade da indústria nacional e fixa diretrizes para a elaboração de programas e projetos em parceria com a iniciativa privada. Constitui-se na política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior para os anos de 2011 a 2014 (BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2013).

Presidência da República. Segundo a declaração da candidata e Presidente Dilma Rousseff, esta oferta estaria prevista para o ano de 2015 (CAMPANHA ELEITORAL PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2014).

### 1.3 O DEBATE EM RELAÇÃO AO ENSINO MÉDIO, EPTNM E O PRONATEC

No desenvolvimento histórico da educação no Brasil, a relação entre o “ensino profissional” e o Ensino Médio foi marcada por distanciamentos e aproximações, conforme a análise de Kuenzer (2002):

[...] a iniciativa estatal primeiro criou escolas profissionais, no início do século XX, para só nos anos 40 criar o Ensino Médio. A partir de então, essas redes sempre estiveram de alguma forma (des)articuladas, uma vez que a dualidade estrutural sempre responde a demandas de inclusão/exclusão. [...] em decorrência, não há como compreender o Ensino Médio no Brasil sem tomá-lo em sua relação com o ensino profissional, já que ambos compõem as duas faces indissociáveis da mesma proposta: a formação de quadros intermediários, que desempenharão, no contexto da divisão social e técnica do trabalho, as funções intelectuais e operativas em cada etapa de desenvolvimento das forças produtivas. (KUENZER, 2002, p. 26).

A EPTNM representa “uma questão contraditória e com ambiguidades entre a qualificação profissional e a educação propriamente dita” (SIMÕES, 2010, p. 115), pois a formação profissional ora está imediatamente vinculada à perspectiva do mundo do trabalho, ora está mediamente a ele vinculada. O autor esclarece:

Na primeira perspectiva, assumimos o conceito de qualificação profissional como um conjunto de atividades educacionais que se situam no embate direto da relação capital-trabalho e, portanto, situa-se na fronteira de articulação da educação com as políticas de desenvolvimento econômico local e de geração de renda e que resultam em relação assalariada, de empreendedores individuais e solidários. Na segunda perspectiva adotamos o conceito de educação tecnológica como aquela que em consonância com o avanço do conhecimento científico e tecnológico e aparecimento das atividades mais complexas, incorpora na educação escolarizada a cultura técnica e busca a integração da ciência, tecnologia, cultura e trabalho. [...] A cultura tecnológica desafia a escola a fazer da cultura técnica um verdadeiro componente da formação geral. [...] em essência, a educação tecnológica não representa nenhum nível ou modalidade de educação, mas uma

dimensão fundamental da realidade contemporânea da sociedade a ser inserida no processo formativo e uma qualidade do processo educacional como um todo e, especificamente, de cada nível de ensino em sua complexidade própria. (SIMÕES, 2010, p. 114-115).

Considerando que o ensino técnico ao se vincular imediatamente ao mundo do trabalho, restringe-se ao conceito de qualificação, o autor menciona a perspectiva da cultura tecnológica como uma dimensão a ser considerada em todo o processo formativo, oposta à compreensão que a articula a um determinado nível de ensino, como sugere a atual denominação legal “Educação Profissional e Tecnológica” (EPT), vinculada esta última ao nível Superior.

No entendimento da tecnologia como a ciência da atividade humana e, conseqüentemente, como prática social, corporificada em técnicas (MACHADO, 2010), estabelece-se uma relação de intercomplementaridade entre ciência, tecnologia e técnica. A concepção restrita de técnica pode ser superada na incorporação dos avanços culturais, científicos, técnicos e tecnológicos na EPTNM, na sua integração com o Ensino Médio.

Nos debates educacionais brasileiros da primeira década do século XXI, estiveram presentes as discussões acerca da importância da reconstrução da concepção de integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, recuperando-se as discussões críticas realizadas nos anos 1980, em torno do vínculo da educação com as práticas sociais, do trabalho como princípio educativo e da politécnica<sup>28</sup>. Tais fundamentos aparecem no debate em defesa da revogação do Decreto nº 2208/97 que separou a Educação Profissional técnica do Ensino Médio, através de uma organização curricular própria e independente (art. 5º), que privilegiou a lógica de redução de custos no Ensino Médio - passando a denominar-se “Educação Geral” -, restringindo a oferta pública da EPTNM.

---

<sup>28</sup> A perspectiva de formação humana, referenciada ao longo da pesquisa, encontra as suas bases na concepção marxista da politécnica. Segundo Marx (1999) o ensino tecnológico, politécnico, apresenta-se como teórico e prático nas escolas dos trabalhadores e possibilita o desenvolvimento de um indivíduo integralmente desenvolvido, pelas dimensões da educação intelectual, física e tecnológica. A escola unitária de Gramsci também possui o sentido de uma formação mais completa, unindo trabalho intelectual e trabalho manual (técnico, industrial) para formar valores como a autodisciplina intelectual e a autonomia moral, necessários tanto para os estudos posteriores, como para a profissão (MANACORDA, 2007). Para Saviani (2007), a defesa da politécnica fundamenta-se em “propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas” (SAVIANI, 2007, p. 236). Nosella (2007) faz a crítica ao termo “formação politécnica” entendendo que expressa uma posição teórica ultrapassada e, defende a tese gramsciana da escola unitária, que contém a categoria antropológica da liberdade histórica de todos os homens.



A Reforma<sup>29</sup> “administrativa” de 1995 redefiniu o papel do Estado brasileiro, que assumiu concretamente a função de gestor “modernizado”, diminuindo sua atividade como executor de políticas sociais, privatizando bens e serviços públicos (PERONI, 2003; 2006). Esta direção esteve presente na Lei nº 9394/96, no Decreto nº 2208/97, na Resolução nº 04/99 e no Parecer do CNE/CEB nº 16/99 (que configuraram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio).

O retorno da forma de oferta e o aprofundamento das discussões sobre a concepção de integração da/na Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio foram possibilitados pelo Decreto nº 5154/2004, embora as demais formas de oferta continuem previstas neste. A integração possibilita aos alunos o desenvolvimento de uma formação humana<sup>30</sup> na perspectiva da integralidade, visando à compreensão das relações sociais, através de eixos estruturantes do conhecimento como o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia e uma atuação como cidadãos integrados à sociedade política. A formação humana contrapõe-se a uma formação restrita, “operacional” de ensino técnico e a uma formação “propedêutica” do Ensino Médio, que tem nos últimos anos visado principalmente a aprovação no Exame Nacional para o Ensino Superior (ENEM), como uma das formas de ingresso neste nível de ensino.

A defesa do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, realizada por autores como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), contém uma “proposta de travessia” para milhões de jovens brasileiros que necessitam tanto escolarizar-se, quanto situar-se no sistema produtivo. Também de acordo com Moura, Lima Fº e Silva (2012) as possibilidades de integração, como a proposta em torno da formação humana, representam uma expectativa de avanço em direção à politecnia.

Na análise de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), o Decreto nº 5154/2004 caracterizou-se como um documento híbrido, que expressou a correlação de

---

<sup>29</sup> No campo das Políticas Educacionais, os efeitos da Reforma do Estado brasileiro foram analisados por autores como: Ferreira (2009), Dourado e Paro (2001), Peroni (2003), Shiroma, Moraes e Evangelista (2002), Vieira (1995).

<sup>30</sup> Na formação humana, “[...] o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos” (CIAVATTA, 2005, p. 85).

forças entre uma esquerda heterogênea com alianças conservadoras e sua edição e a consequente revogação do Decreto anterior, não mudou o “processo de desmonte” produzido pela legislação educacional dos anos 1990. Além disso, segundo Frigotto (2010),

[...] essa proposta não avançou, tanto por falta de decisiva vontade política e recursos do governo federal e resistência ativa de grande parte dos governos estaduais, responsáveis pela política de ensino médio, quanto por uma acomodação das instituições educacionais e da sociedade em geral. (FRIGOTTO, 2010, p. 34).

Para além das discussões que qualificaram o “embate” em relação à concepção de integração e a aprovação do Decreto nº 5154/04<sup>31</sup> no governo Lula, as experiências de implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no país ampliaram o campo de estudos do Ensino Médio. Estão presentes em análises sobre as experiências de integração na rede pública estadual do Paraná (PARANÁ/SEED, 2008), em virtude de ter sido o primeiro estado a implantá-lo e em publicação recente, organizada por Silva (2013) que apresenta ações posteriores de implantação nos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Norte, a partir de diferentes perspectivas de análise.

Na revisão bibliográfica realizada no Banco de Teses do Portal da Capes, sobre os trabalhos que versaram sobre a integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, dos 79 registros encontrados, 31 pesquisas (aproximadamente 40%) referiam-se às experiências em Institutos Federais, com a maior abordagem em questões curriculares. Foram encontradas poucas teses que abordam a integração nas redes estaduais, como a de Bernardim (2013), Garcia (2009) e Maciel (2011): as primeiras referiram-se ao estado do Paraná e a última ao estado do Maranhão. As recentes dissertações de Steimbach (2012) e de Pelissari (2012) abordam questões como a permanência e o abandono em cursos técnicos integrados nas escolas da rede estadual do Paraná, segundo a perspectiva dos jovens estudantes.

Nesta segunda década do século XXI, as experiências de integração têm se articulado aos movimentos que procuram garantir a efetivação por parte do

---

<sup>31</sup> A obra “Ensino Médio Integrado: concepção e contradições” de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) foi uma das primeiras publicações do período pós-revogação do Decreto nº 2208/97. Rearticulou o debate sobre a integração, apresentando o processo político de disputa e a consideração ético-legal da revogação de um Decreto por outro Decreto.

Estado, do direito à Educação Básica, compreendido o Ensino Médio como a sua última etapa; da universalização do acesso e da permanência e da ampliação da obrigatoriedade do Ensino Médio (15-17 anos) em virtude da Emenda Constitucional nº 59/2009.

Desde o ano de 2003, o MEC debate a questão complexa do Ensino Médio no Brasil, que foge aos objetivos do presente trabalho. A necessidade de ampliação do seu acesso provocou discussões que passaram pela necessidade de reestruturação curricular, com a possibilidade de ampliação da jornada escolar. Uma das ações realizadas pelo MEC, com o apoio dos governos estaduais foi o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI)<sup>32</sup>, que teve como foco inicial a reestruturação curricular, mencionada por Garcia (2013):

Em meio à explicitação da crise da qualidade do Ensino Médio pelos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em setembro de 2009, o Ministério da Educação apresenta aos estados o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), que, em sua primeira edição, teve a adesão de 355 escolas de 18 estados. Com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), atendeu às escolas com vistas a apoiar a organização do trabalho pedagógico e o desenvolvimento de alternativas curriculares. [...] o Programa Ensino Médio Inovador foi reestruturado em 2011 com o intuito de induzir a implementação das novas DCNEM, orientando o redesenho dos currículos dessa etapa da Educação Básica. (GARCIA, 2013, p. 58).

Na perspectiva das DCNEM, a integração, que se consubstancia no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio com uma base unitária - contemplando a epistemologia dos conhecimentos gerais e específicos -, fortalece a EPTNM, pois ao centrar-se na formação humana, vai além da profissionalização, permitindo-se:

[...] discutir que, no Ensino Médio, a profissionalização seja uma possibilidade para os que vivem do trabalho sem tratá-la de forma reducionista, contemplando apenas os conhecimentos demandados pelo mercado de trabalho, é o desafio que se procura desvelar. [...] A inversão da qual não se pode abrir mão é que o Ensino Médio esteja centrado nas pessoas, nas juventudes,

---

<sup>32</sup> Sobre o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), duas dissertações foram produzidas recentemente (ISLEB, 2014; JAKIMIU, 2014) relacionando-o com os dados de fluxo escolar e com a política de reestruturação curricular respectivamente. Fizeram parte da pesquisa mais ampla, "O PROEMI: política de indução à reestruturação curricular na última etapa da educação básica", vinculada ao Observatório do Ensino Médio da UFPR, sob a coordenação da Professora Doutora Monica Ribeiro da Silva, e da qual a pesquisadora participou no ano de 2012.

não tendo, portanto, o mercado de trabalho como foco. Não são sujeitos abstratos e isolados, mas sujeitos singulares cujo projeto de vida se constrói pelas múltiplas relações sociais, na perspectiva da emancipação humana. (KUENZER; GARCIA, 2012 apud GARCIA, 2013).

Apesar de todas estas considerações acerca da integração no Ensino Médio, que procura deslocar o foco do mercado de trabalho para os seus sujeitos singulares, os jovens, o número de matrículas do Ensino Médio Integrado no Brasil não tem sido muito significativo: aproximadamente 16,2% do total do Ensino Médio, de acordo com dados do Censo de 2011 e de apenas 3,9% no ano de 2013 de acordo com Moura (2014). Para Ciavatta e Ramos (2011),

As dificuldades de implantação do ensino médio integrado se manifestam, inicialmente, como sendo de ordem operacional e conceitual. Porém, essas dificuldades são, na verdade, expressão dos limites estruturais dados pela dualidade de classes, que ganham densidade na formação de um senso comum pressionado pelas necessidades materiais imediatas e, salvo as escolas da rede federal (Cefet, institutos federais, colégios universitários), pela descrença na eficiência dos setores públicos. (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p. 36).

Portanto, a histórica dualidade que marca o Ensino Médio e a Educação Profissional, entre a educação propedêutica e a preparação para o mercado de trabalho, origina-se na desigualdade estrutural da sociedade. As recentes reformas que se apresentam como tentativas de romper com essa dualidade têm, na realidade, reforçado-a. Embora o PRONATEC tenha sido implantado em um contexto educacional de processo final de elaboração das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL/MEC/CNE/CEB, RESOLUÇÃO Nº 02/2012), reconhecido como direito subjetivo e dever do Estado, com oferta pública e gratuita a todos, desenvolvido nas dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia em sua unicidade e como eixos que integram os conhecimentos, tais avanços provenientes destas discussões não influenciaram a sua concepção.

Até o encerramento do processo de atualização das DCNEPTNM, com a aprovação em 09/05/2012 do Parecer nº 11/2012 do Conselho Nacional de Educação - adequado às mudanças instituídas em 2010 pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio -, estavam vigentes as Diretrizes anteriores, de

1999. Somente no mês de setembro do ano de 2012, quase um ano após a instituição do PRONATEC é que as novas DCNEPTNM são aprovadas, através da Resolução nº 06/2012 (BRASIL/MEC/CNE/CEB, RESOLUÇÃO Nº 06/2012). Embora tenham ocorrido avanços na legislação educacional dos últimos anos, as atuais Diretrizes para a EPTNM não os incorporaram, defendendo ainda a formação baseada em competências.

Em decorrência disto e das recentes mudanças legais instituídas problematizam-se várias questões relacionadas ao Programa: como “articular” concepções distintas, não convergentes, presentes nas DCNEM e nas DCNEPTNM? De que forma a concepção de formação baseada nas competências na EPTNM e na oferta de cursos técnicos subsequentes ao Ensino Médio poderiam contribuir para melhorar a qualidade do Ensino Médio? Como o Programa abarca a concepção do PROEJA, que se desenvolve na forma integrada, com as demais formas, a concomitante e a subsequente, que são articuladas imediatamente ao mercado de trabalho?

A análise de Ramos (2011) articula a oferta privada no PRONATEC, como compensação à falta de qualidade na oferta do EM público:

[...] os segmentos da sociedade que veem positivamente o ensino médio integrado à educação profissional tendem a coincidir com aqueles que dependem da oferta pública da educação básica. Diante da baixa qualidade dessa oferta, a educação profissional não deixa de ser uma alternativa de funcionalidade do ensino, no sentido de proporcionar uma suposta facilidade de ingresso no mercado de trabalho. A oferta concomitante e subsequente da educação profissional segue a mesma lógica. É por isso, a nosso ver, que a ideia – reproduzida como estratégia na proposta de PNE e consubstanciada no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC) – de se incentivar a oferta gratuita de matrículas na educação profissional pelos setores privados pode ser tão atrativa à sociedade, pois valeria, novamente, como compensação à baixa qualidade do ensino médio público. (RAMOS, 2011, p. 785).

Portanto, os que invocam a “crise do Estado” e desqualificam a educação pública, oferecendo como alternativa a educação privada, na realidade promovem os interesses privados correspondentes à parte da sociedade, enquanto muitos outros permanecem marcados pela precariedade de suas condições materiais de vida.

Em relação ao contexto econômico mundial, não se pode ignorar a discussão sobre o papel das influências contidas nas recomendações internacionais às políticas sociais – no Brasil, estas últimas visam articular desenvolvimento econômico e justiça social – dos governos nacionais, e que devem estar de acordo com o movimento do capital globalizado.

Oliveira (2006) ao analisar o alcance das Agências Multilaterais na Educação Profissional brasileira na década de 1990, apontou a influência da CEPAL na reforma da Educação Profissional brasileira. Segundo o autor, “[...] fica patente que a maior aproximação entre os espaços públicos e privados, contemplados na reforma do ensino profissionalizante brasileiro relaciona-se diretamente com o pensamento cepalino” (OLIVEIRA, 2006, p. 105-106). A oferta no PRONATEC, de cursos técnicos não públicos, na forma concomitante, aproximou-se também deste pensamento, assim como daquele pautado pelo Banco Mundial “[...] que compreende ser perfeitamente aceitável que o governo subsidie a formação dos estudantes mais carentes” (OLIVEIRA, 2006, p. 86), na sua relação com a Bolsa Formação Estudante, possibilitada pelo Programa para a realização de cursos técnicos privados.

Quanto à relação do PRONATEC com o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014/2024, a luta histórica travada desde os anos 1930 em defesa do direcionamento das verbas públicas exclusivamente para as escolas públicas, refletiu-se nas inúmeras discussões que ocorreram desde o ano de 2009 nas Universidades, na Conferência Nacional de Educação, nas Conferências Estaduais de Educação, no Fórum Nacional de Educação e nos respectivos Fóruns Estaduais visando contribuir com o Projeto de Lei nº 8.035/2010, referente ao novo PNE. No entanto, as estratégias para atender as metas, contidas na Lei nº 13.005 de 25 de janeiro de 2014 (BRASIL, LEI FEDERAL 13005/2014), que aprova o PNE, incluem as parcerias com as instituições privadas, demonstrando a hegemonia deste setor na disputa pelos recursos públicos.

A análise de Moura (2014) sugere que no transcurso dos quatro anos entre a proposta até a promulgação do PNE, o seu conteúdo, no que se refere basicamente às estratégias privatizantes, foi sendo articulado ao PRONATEC e às DNCEPTNM, como por exemplo, a estratégia 8.4 de oferta gratuita na forma concomitante na EPTNM, a ser realizada na esfera privada, visando cumprir a

meta 8, quanto a elevação da escolaridade da população de 18 a 29 anos. A estratégia 10.8 também se refere ao regime de colaboração com as instituições privadas, para a garantia da oferta de 25% das matrículas de EJA integradas a Educação Profissional.

Embora a meta 11 tenha previsto triplicar as matrículas da EPTNM e, pelo menos 50% no segmento público (BRASIL, LEI FEDERAL 13005/2014), a estratégia 11.7 referiu-se à oferta de financiamento estudantil para os cursos técnicos em instituições privadas da Educação Superior, conforme o que a Lei do PRONATEC incorporou posteriormente, os interesses privados. Segundo Moura (2014) esta estratégia dinamiza a competição no mercado de EP, como também permite aos empresários educacionais realizarem o modelo dos IFs, quanto à oferta de EPTNM e de Educação Profissional Tecnológica. O autor completa, referindo-se aos avanços e contradições presentes no cenário educacional analisado:

[...] o movimento que resultou nas DCNEM é um avanço relevante, malgrado insuficiente para materializá-las, pois forças contrárias com ampla hegemonia no cenário político nacional fazem com que programas opostos sejam alimentados por generoso volume de recursos do Tesouro Nacional, como no Pronatec. (MOURA, 2014, p. 365).

Lima (2011) discute que na gestão do governo Dilma “está colocado o risco em relação à estratégia, ainda incipiente pós-governo Lula, de reestruturação do Estado brasileiro na direção da consolidação do direito à educação profissional para jovens e adultos brasileiros no nível médio” (LIMA, 2011, p.14) a partir de suas análises sobre a Educação Profissional no estado do Espírito Santo, com tendências de mercantilização política e econômica e em relação ao “modelo tecnológico-integrado” de Educação Profissional correspondente ao período de 2004-2010.

Em 2012 o autor mencionado ampliou a sua análise, relacionando o PRONATEC, o PNE e as DCNEM. Considerou que o governo pode “não garantir nem a profissionalização e nem um Ensino Médio de qualidade, a fazer a formação profissional para o mercado via mercado da formação” (LIMA, 2012, p. 73) através do direcionamento de recursos públicos para o setor privado e para o Sistema “S”, que ameaça “a expansão da rede federal de EP e o acesso ao Ensino Médio como direito social” (LIMA, 2012, p. 73). No “direito à educação”

encontra-se a formação para o mercado que “transforma” a formação humana em mercadoria, através do “mercado da formação” privado. Para o autor, a formação, na condição de mercadoria, “submete-se à lógica da mercantilização, subordinando-se ao processo de parcelamento e de fragmentação, resultantes das formas de aceleração do tempo socialmente necessário para sua produção” (LIMA, 2012). Conclui que o Estado, ao repassar os custos da formação para o setor privado, além de mercantilizar a formação ofertada, cria “direitos” validados pela via meritocrática e pelo financiamento público de bolsas que reforçam as parcerias público-privadas (LIMA, 2012).

Machado e Garcia (2013) também questionam a viabilidade da oferta concomitante para jovens e adultos trabalhadores, privilegiada pelo Programa, através da freqüência a duas instituições, constituindo-se como uma dificuldade a mais para os alunos; além da oferta de uma formação fragmentada. Problematicam também no PRONATEC, a oferta realizada pelas instituições do Sistema S, que além de “escolherem” os cursos a serem ofertados, tem a tradição da formação de mão de obra para as empresas:

Nos dias de hoje, atentamos para a tendência de que o Sistema S seja novamente um interlocutor privilegiado na execução das propostas de cursos PRONATEC, por duas vias: a primeira, na execução da concomitância com as redes estaduais de ensino, na segunda, pela oferta dos cursos de formação inicial e continuada. (MACHADO; GARCIA, 2013, p. 59).

As parcerias público-privadas são reeditadas no PRONATEC, imprimindo um movimento de conservação em relação à Política de Educação Profissional dos anos 1990. As parcerias com instituições privadas e com o Sistema S implicam em iniciar-se o debate na sociedade “[...] sobre a natureza da formação profissional e quem a define” (FRIGOTTO, 2010, p. 39) para além da necessidade de ampliação de vagas em cursos técnicos e de qualificação para os jovens das escolas públicas, realizada pelo Programa.

Os cursos técnicos de Educação Profissional, ofertados nas formas concomitante e subsequente no PRONATEC, possuem respaldo legal na LDBEN, no Decreto nº 5154/04 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e, mesmo diante dos movimentos proporcionados pelas políticas atuais de Ensino Médio, pretendem “atrair” os jovens pobres, pertencentes à classe trabalhadora.



A natureza da “mudança quantitativa” que se pretende imprimir com o Programa representa, na realidade, a continuidade da perspectiva hegemônica mercantil que tem dominado na história da Educação Profissional no Brasil, defendida com vigor nos anos 1990, por interesses do Estado combinados aos interesses privados.

A metáfora de um grande guarda-chuva, utilizada por Franzoi, Silva e Costa (2013) para o Plano de Ações Articuladas (PAR), que envolveu ações para a melhoria da qualidade nas escolas, é empregada novamente pelas autoras em relação ao PRONATEC, na sua tentativa de unificar diversas ações fragmentadas e contraditórias que envolvem a Educação Profissional.

Ao tratar da modalidade no Brasil, Manfredi (2002) utiliza o conceito de rede que indica um “conjunto articulado de iniciativas de educação não padronizadas e diversificadas, desenvolvidas por agências sociais diferentes, mas organicamente vinculadas a uma política pública específica e aos Ministérios do Trabalho e da Educação” (MANFREDI, 2002, p. 146), formada por entidades federais, estaduais, municipais e instituições não públicas (como o Sistema S), Universidades, escolas, centros mantidos por sindicatos de trabalhadores e fundações mantidas por grupos empresariais, organizações não governamentais e o ensino profissional livre pioneiro na formação à distância.

O PRONATEC, ao priorizar a ampliação da formação profissional concomitante ao Ensino Médio público, caminha na direção oposta à concepção de integração entre Ensino Médio/Educação Profissional técnica no âmbito das políticas da EPTNM e as do Ensino Médio, fragmenta os recursos públicos e não enfrenta as causas do problema da qualidade na escola pública (SALDANHA, 2012).

Na sequência do capítulo, caracteriza-se a oferta de EPTNM no Brasil, apresentando-se dados quanto ao seu público, formas de oferta e a relação entre as suas matrículas e as do Ensino Médio.

#### 1.4 A OFERTA E OS DADOS DO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NO BRASIL

Constitui-se em um imenso desafio educacional o cumprimento das metas previstas no PNE, relativas ao EM e a EPTNM, que objetivam principalmente

universalizar o atendimento escolar da população de 15 a 17 anos, elevar a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio e triplicar as matrículas da EPTNM (sendo no mínimo, a metade desta oferta pública), assegurando a qualidade da oferta.

Considerando os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e os que compõem o Censo Escolar de 2011, as dificuldades encontradas na educação brasileira podem dimensionar a extensão do desafio: aproximadamente 14 milhões de analfabetos; a média de 7,5 anos de educação/escolarização da força de trabalho; 54% dos jovens de 15 anos e 80,9% dos de 19 anos que não concluíram o Ensino Fundamental e a taxa de escolarização líquida de cerca de 50% da população de 15-17 anos no Ensino Médio. De acordo com a Síntese de Indicadores do ano de 2011 (IBGE, 2012) com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 48% dos jovens não frequentavam o Ensino Médio naquele ano.

Para além da previsão legal de ampliação e da obrigatoriedade da oferta do Ensino Médio no PNE, a garantia do acesso, da permanência e da conclusão neste e na EPTNM são fundamentais para assegurar a superação dos resultados anteriormente citados. A realização das formas concomitante e subsequente de EPTNM pressupõem a conclusão do ensino fundamental, a matrícula no Ensino Médio e a conclusão deste último, respectivamente.

A seguir, apresenta-se preliminarmente uma síntese dos resultados de um estudo realizado pelo IBGE na modalidade da Educação Profissional, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos moradores de 10 anos ou mais de idade, intitulado “Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional 2007” (IBGE, 2009) que inclui dados da oferta de EPTNM no Brasil. Embora não seja recente e não trate apenas da EPTNM, configurou-se como o primeiro estudo oficial que caracterizou a modalidade da Educação Profissional no Brasil.

Das 159,4 milhões de pessoas que totalizaram o universo pesquisado, 6,0 milhões (3,8%) frequentavam algum curso de Educação Profissional e 29,6 milhões (18,6%) frequentaram anteriormente. Dentre as que freqüentavam os cursos, apenas 17,6% realizavam cursos técnicos de nível médio e 18,4% realizaram anteriormente, demonstrando porcentagens inferiores às dos cursos de qualificação profissional (cursos FIC).

Os cursos técnicos efetuados após a conclusão do Ensino Médio (forma subsequente) corresponderam a 55,4% e os cursados ao mesmo tempo do Ensino Médio, na forma integrada ou na concomitante, 42,4%. Somente 34,5 % destas pessoas foram atendidas pelas instituições de ensino público.

Quanto aos dados do público de EP (sexo, idade, renda e escolaridade), estes apontaram que mais da metade eram mulheres (50,7%) que procuraram principalmente os cursos na área da saúde (46,1%). Em relação à idade na EP, a faixa etária correspondente aos adultos de 30 a 39 anos de idade representou a maior parcela (21,4%) e a menor situou-se entre a faixa etária de 18 e 19 anos (5,8%), de jovens.

O estudo também constatou que, em todas as faixas etárias, a proporção de pessoas que frequentavam ou frequentaram a Educação Profissional foi crescente até a classe de rendimento mensal domiciliar *per capita* de mais de  $\frac{1}{2}$  a 1 salário mínimo, decrescendo nas classes de rendimento mensal superior a este. Quanto aos cursos técnicos, a maior participação (35,5%) foi daquelas pessoas com renda entre 1 a 2 salários mínimos.

Dentre as 4.661 pessoas que completaram o curso freqüentado, 3.038 (65,2%) trabalhavam ou trabalharam anteriormente na área de formação do curso, destacando-se a importância da escolarização formal para as ocupações profissionais desenvolvidas. O principal motivo alegado quanto a não conclusão dos cursos técnicos, pelos que o frequentaram anteriormente, foi o “problema financeiro” (24,5%), seguido pelo da insatisfação com os cursos (22,6%).

Finalmente, o estudo revelou que, quase 30% das pessoas que não trabalharam nas áreas dos cursos técnicos realizados, não o fizeram porque estes não tiveram correspondência com a oferta de vagas disponibilizadas pelo mercado de trabalho, demonstrando o descompasso existente entre a oferta na EP e as necessidades reais do mercado.

Portanto, os resultados apresentados indicaram que a natureza da EP está intimamente relacionada à qualificação de mão de obra, pretensamente articulada às necessidades do mercado de trabalho, independente da escolaridade e realizada principalmente por instituições privadas. Destina-se a um público de nível socioeconômico baixo, que necessita qualificar-se formalmente, devido às ocupações exercidas ou que apresenta dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Problematiza-se que devido à baixa escolarização da população, a possibilidade de realização de cursos técnicos por parte desta diminui, considerando-se o universo da EP. A condição socioeconômica de grande parte dos alunos do Ensino Médio impacta a não realização e a não conclusão dos cursos técnicos, pela imposição precoce do trabalho e/ou por problemas financeiros, principalmente quanto a realização de cursos técnicos não gratuitos, ofertados por instituições privadas.

Quanto aos dados de matrículas do Ensino Médio e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, de acordo com o Censo Escolar, dos anos de 2011, 2012 e 2013, enquanto o movimento quantitativo das matrículas do Ensino Médio regular revelou um decréscimo, o da EPTNM apresentou uma ampliação, o que sugere o crescimento da demanda em relação à formação técnica, conforme os dados contidos na Tabela 1 apresentada a seguir:

Tabela 1 - Matrículas do Ensino Médio e da EPTNM no Brasil: 2011-2013

Matrículas	EM	EPTNM*
2011	7.978.224	1.250.900
2012	7.944.741	1.362.200
2013	7.854.207	1.441.051
<b>Total</b>	<b>23.777.172</b>	<b>4.054.151</b>

Fonte: BRASIL/MEC/CENSO ESCOLAR, 2011; 2012; 2013. Tabela elaborada pela autora.

\* O número de matrículas do EM Integrado a EPTNM foram computadas na EPTNM pela autora, com o objetivo de demonstrar o quantitativo de alunos que se relacionam com a EPTNM em relação ao Ensino Médio regular.

Segundo dados contidos no Censo correspondente ao ano de 2014 (BRASIL/MEC/INEP/DEED, 2015), o Ensino Médio atingiu 8.300.189 matrículas (inclusas as do Ensino Médio Integrado à EPTNM e as do Ensino Médio na modalidade Normal/Magistério) e 1.374.569 na EPTNM (nas formas concomitante e subsequente). Embora estes quantitativos tenham sido estabelecidos diferentemente do critério utilizado na Tabela 1, conforme a explicação especificada em sua nota, a evolução das matrículas nos anos de 2008, 2010, 2012 e 2014 foi de redução de 0,8% no EM e de ampliação de 72,8% na EPTNM (BRASIL/MEC/INEP/DEED, 2015). Com a implantação do PRONATEC a partir de 2011, o seu impacto pode ser dimensionado pelo incremento na evolução das

matrículas de EPTNM de acordo com as redes, como a de -19,3% na rede estadual e de 28% na rede privada (BRASIL/MEC/INEP/DEED, 2015).

Os debates que envolvem as razões para a diminuição das matrículas no Ensino Médio<sup>33</sup> regular e as causas do abandono por parte dos jovens alunos têm reverberado e orientado as recentes mudanças nas políticas educacionais federais e estaduais, nesta última etapa da Educação Básica. O PRONATEC formalmente apresenta-se também como um instrumento para induzir a matrícula, a permanência e/ou conclusão do Ensino Médio, através de uma oferta prioritária de formação técnica na forma concomitante, visando à inserção profissional.

Moura (2014, p. 359) discute que o Ensino Médio apresenta-se de forma abstrata, para todos; como se o seu acesso consistisse em uma livre opção do aluno, entre o EM regular ou propedêutico, o EM Integrado à EPTNM ou o EM Integrado à EJA; no entanto, segundo o autor, faz parte de “[...] uma política que busca acoplar cada EM a um fragmento de classe usando como critério sua posição na hierarquia socioeconômica”, pois

[...] as distintas concepções e formas de organização curricular - incluindo os tempos e os espaços que sustentam os diversos EM - revelam fragmentação, o que impede o avanço nessa etapa em direção à garantia do direito igualitário à educação escolar, fruto de uma sociedade excludente na qual a correlação de forças não permite que o direito se materialize, embora no plano legal se anuncie o direito de todos à educação. (MOURA, 2014, p. 359).

A Tabela 2 apresenta o movimento quantitativo das matrículas nos cursos técnicos, de acordo com suas formas de oferta no período de 2011-2013:

Tabela 2 - Matrículas nos cursos técnicos de acordo com as formas de oferta: 2011-2013

Matrículas	EM Integrado Regular	EPTNM Concomitante	EPTNM Subsequente
2011	257.713	188.572	804.615
2012	298.545	240.226	823.429
2013	338.390	309.976	792.685

Fonte: BRASIL/MEC/CENSO ESCOLAR, 2011; 2012; 2013. Tabela elaborada pela autora.

<sup>33</sup> A diminuição de matrículas no EM começou a ocorrer desde o ano de 2004; a análise das razões envolve o levantamento de múltiplas determinações, que escapa ao objetivo estabelecido para o presente estudo.

Embora a Tabela 2 demonstre que as matrículas do Ensino Médio Integrado aumentaram nestes anos, com uma variação de 31%, comparando-se com a variação da forma concomitante, esta correspondeu a mais do que o seu dobro (64%), representativa do “efeito PRONATEC” (MOURA, 2014). A forma subsequente também sofreu estes efeitos negativos na sua variação, além de pressupor a conclusão do Ensino Médio.

Os cursos técnicos concomitantes realizam-se em outro turno em relação ao Ensino Médio. Dificilmente os alunos conseguem compatibilizá-lo com o trabalho, a não ser que este se caracterize como de meio período e que realizem o EM noturno. Ainda que exista esta possibilidade, compatibilizar o trabalho com o curso técnico e o Ensino Médio, em três turnos ininterruptos, configura-se uma tarefa bastante desgastante e quase impossível; devido também ao tempo reduzido para os deslocamentos necessários entre local de trabalho, instituições de ensino e residência, e também, para atividade de estudo extraclasse.

Diante destas dificuldades e de tantas outras, o universo dos jovens que trabalham e ainda assim conseguem realizá-la é pequeno, como demonstraram as entrevistas relacionadas ao campo empírico da pesquisa, pois a atividade remunerada impõe-se como uma necessidade para suprir suas condições materiais de vida. Portanto, o perfil dos alunos que frequentam um curso técnico concomitante público é o de serem provenientes de famílias que possuem um nível socioeconômico baixo; ou mais elevado quando a condição socioeconômica familiar permite o pagamento de um curso técnico privado, priorizado somente o estudo.

A Tabela 3 apresenta as matrículas nos cursos técnicos concomitantes em relação às redes de ensino, referentes aos anos de 2011 a 2013:

Tabela 3 - Matrículas nos cursos técnicos concomitantes de acordo com as redes: 2011-2013

Matrículas	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2011	25.057	64.739	4.883	93.893
2012	25.008	77.139	4.130	133.949
2013	30.175	74.727	4.490	200.584

Fonte: BRASIL/MEC/INEP, 2011; 2012; 2013. Tabela elaborada pela autora.

Pela própria natureza da concomitância, a rede privada detém o maior número de matrículas e a Tabela 3 demonstra este crescimento contínuo e significativo, do ano de 2011 para o ano de 2013, com uma variação de aproximadamente 114%. No PRONATEC a maior oferta dos cursos ocorreu particularmente no Sistema S, conforme será abordado no próximo capítulo.

Segundo a Tabela 3, a variação das matrículas de EPTNM na rede estadual no período de 2012-2013 foi de apenas 15%, podendo ter sido impactada pela oferta de cursos técnicos concomitantes na rede federal e no Sistema S pelo PRONATEC, como ofertas concorrentes à EPTNM da rede estadual.

De 2007 a 2012 o crescimento das matrículas na Educação Profissional técnica de nível médio foi de 74,6%, com o registro de 1.063.655 matrículas nos cursos técnicos concomitantes e subsequentes em 2012 (BRASIL/MEC/INEP, 2013) que, acrescido ao Ensino Médio integrado, contabilizou “mais de 1,4 milhões” (BRASIL/MEC/INEP, 2013, p. 31). Os dados corroboram a perspectiva governamental de continuidade na ampliação da oferta de EPTNM. No entanto, a expansão ocasionada pelo PRONATEC, em relação aos cursos técnicos, priorizou o aumento da oferta de vagas nos cursos que seguem a forma concomitante que, pelas razões expostas anteriormente, não se configuram como uma possibilidade de acesso para os alunos trabalhadores do Ensino Médio público.

No ano de 2012, do total de matrículas nos cursos técnicos concomitantes e subsequentes, 57,1% encontravam-se na rede privada; 31,0% na rede estadual, 9,9% na rede federal e 1,9% na rede municipal (BRASIL/MEC/INEP, 2013, p. 16). Esta porcentagem é semelhante à do período de 2003 a 2005 em que 56,8% das matrículas na EPTNM ainda concentravam-se nas instituições privadas (BRASIL/MEC/INEP, 2006), período este em que os efeitos do Decreto nº 2208/97, que separou a Educação Profissional técnica do Ensino Médio, ainda se fizeram presentes, aumentando as matrículas na rede privada.

Os cursos técnicos com o maior número de matrículas nos anos de 2011-2013 foram os pertencentes aos seguintes eixos tecnológicos: Ambiente, Saúde e Segurança; Controle e Processos Industriais seguidos pelo de Gestão e Negócios, segundo o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT) - referência

para a oferta dos cursos técnicos - e de acordo com a Resolução nº 04 de 06 de junho de 2012<sup>34</sup> que o atualiza.

### **Síntese do capítulo**

Este capítulo trata do PRONATEC no âmbito das políticas de EPTNM. Destaca inicialmente a constituição do Programa, que teve a forma de um processo aligeirado, entre o anúncio da sua criação e a promulgação da Lei nº 12513/2011. A correlação de forças ocorreu no âmbito do Estado restrito, nas esferas do Executivo e do Legislativo, excluídas do debate grande parte das entidades educacionais e de representantes de trabalhadores. Estabeleceu-se uma relação de consenso entre os órgãos governamentais e os representantes de instituições pertencentes à parte da sociedade civil, caracterizando uma discussão limitada que formalizou o processo de tomada de decisão anterior, no âmbito do Executivo.

De acordo com os documentos analisados, que compõem o processo de constituição, as razões para a criação do Programa apresentaram perspectivas economicistas e assistencialistas voltadas para a qualificação e a formação de trabalhadores e de jovens estudantes/trabalhadores da escola pública para o sistema produtivo. Compreendidas no âmbito de uma política de inserção social no desenvolvimento econômico do país, o Estado brasileiro assumiu o papel de indutor da economia e de fortalecedor do setor privado, mediante a estratégia denominada de “novo-desenvolvimentista”.

O Parecer Legislativo 1 da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal legitimou a expansão prevista no Programa, através da ampliação da oferta de vagas e da estrutura física do Sistema S, vinculando-o à qualidade supostamente requerida na Educação Profissional. A qualidade vinculada ao “privado” apresentou-se como uma solução imediata para suprir a não ampliação da educação básica pública como direito com a necessária qualidade social, segundo a demanda do regime de acumulação flexível.

A Lei nº 12.513/2011, que instituiu o PRONATEC apresenta a finalidade de ampliar a educação profissional, objetivando democratizar a oferta de cursos

---

<sup>34</sup> Em virtude da atualização do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (BRASIL/MEC/CNCT, 2014) constam 220 cursos, pertencentes a 13 eixos tecnológicos.



de educação profissional técnica de nível médio. Portanto, a pesquisa procura determinar em que medida o Programa promoveu a democratização do acesso e da permanência no período inicial de implantação, mediante a forma de oferta concomitante aos alunos do Ensino Médio público, pois as propagandas oficiais sugeriam a oferta de cursos técnicos “a todos os brasileiros” e concentraram-se no aspecto quantitativo alcançado pela somatória de todas as ações incluídas no Programa.

O PRONATEC possibilitou na sua oferta inicial, cursos técnicos na forma concomitante, estendendo a articulação público-privada, iniciada em anos anteriores. Como efeitos da expansão desta oferta e, também, a de cursos FIC ocorreram: a transferência de recursos públicos para as instituições não públicas; a ampliação dos espaços através dos quais se desenvolve uma qualificação e formação profissional que tem como base a lógica mercantil e o processo de privatização na política de EPTNM. Ao autorizar os Serviços Nacionais de Aprendizagem a integrarem-se como instituições mantenedoras e ofertantes no Programa, estas receberam ainda mais recursos públicos para a ampliação de vagas e para a expansão da sua rede física, financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além disso, a autonomia concedida pela Lei ao Sistema S, envolvendo a criação de cursos, estende-se além dos limites do Programa.

A especificidade do PRONATEC, quanto à EPTNM, refere-se à criação da oferta da Bolsa Formação, nas modalidades de Bolsa Formação Estudante e de Bolsa Formação Trabalhador, mediante a execução financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE) e também, a do Financiamento Estudantil para a realização de cursos técnicos privados com financiamento público, permitindo que estas instituições decidam a concepção de formação técnica a ser realizada.

O montante para a transferência de recursos correspondentes aos valores da Bolsa Formação pela União para as instituições refere-se ao número de vagas pactuadas por cada instituição de ensino ofertante que, posteriormente, deve confirmar as matrículas efetivadas no sistema eletrônico de informações do MEC (SISTEC). Cabe ao MEC/SETEC a aprovação da oferta das vagas, os procedimentos de supervisão, de monitoramento, de avaliação dos cursos e as unidades de ensino ofertantes da Bolsa Formação. As falhas nos registros do

SISTEC, correspondentes ao exercício do ano de 2013, apontadas pelo CGU, ocasionaram o recebimento indevido de recursos públicos por algumas instituições.

O desenvolvimento histórico demonstra que a relação EM e EPTNM marcada pela dualidade estrutural, apresenta distanciamentos e aproximações. O Decreto nº 2208/97 - um dos efeitos da Reforma do Estado no Brasil, ocorrida nos anos 1990 - separou a Educação Profissional técnica do Ensino Médio, através de uma organização curricular própria e independente, restringindo a oferta pública da EPTNM. A aprovação do Decreto nº 5154/04 que possibilitou o retorno da forma de oferta e da formação integrada - unindo organicamente o EM e a EPTNM - foi uma medida importante, mas não suficiente para neutralizar a não integração.

O estudo do IBGE (2009) na modalidade da EP, intitulado “Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional 2007” e que caracterizou a oferta e o público no Brasil demonstrou a predominância dos cursos FIC em relação à EPTNM quanto ao universo pesquisado. Quanto à forma e condição socioeconômica do público que realizou os cursos técnicos, mais da metade ocorreu na forma subsequente ao EM e a condição socioeconômica do público localizou-se na faixa de 1 a 2 salários mínimos. Tal condição acabou refletindo-se sobre a não conclusão dos cursos técnicos, principalmente devido ao “problema financeiro”.

O estudo também revelou que, aproximadamente 30% das pessoas que não trabalharam nas áreas dos cursos técnicos realizados, não o fizeram porque estes não tiveram correspondência com a oferta de vagas disponibilizadas pelo mercado de trabalho, demonstrando o descompasso existente entre a oferta da EPTNM no período e as necessidades reais do mercado.

Em anos recentes, como em 2012, do total de matrículas nos cursos técnicos concomitantes e nos subsequentes, mais da metade encontrava-se na rede privada, assemelhando-se ao final dos anos 1990 e do período compreendido entre os anos de 2003 a 2007 que, ainda sob os efeitos do Decreto nº 2208/97, promoveu as matrículas dos cursos técnicos na rede privada, através da desvinculação entre a Educação Profissional técnica e o Ensino Médio.

## **CAPÍTULO 2**

### **A OFERTA DO PRONATEC NO BRASIL, NO ESTADO DO PARANÁ E NO MUNICÍPIO DE CURITIBA (2011-2014) E A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO**

Este capítulo tem como objetivo analisar a oferta no PRONATEC dos cursos técnicos concomitantes em relação à expansão quantitativa apresentada pelo Programa, como parte da análise quanto à democratização da EPTNM. Toma como base os primeiros dados disponibilizados em 2012 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, contidos na apresentação intitulada “Resultados e Perspectivas do PRONATEC” (BRASIL/MEC/SETEC/PRONATEC, 2012) e nos enviados por essa Secretaria à pesquisadora em 2014 (BRASIL/MEC/SIMEC/SETEC/PRONATEC, 2014), a partir dos registros do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC) do MEC. Além destes, outra apresentação denominada “Avaliação do PRONATEC” (BRASIL/MEC, 2014) apresenta vagas, matrículas, tipos de cursos e perfil dos alunos.

Os dados relativos ao estado do Paraná e os referentes ao município de Curitiba também foram enviados pela SETEC (BRASIL/MEC/SIMEC/SETEC/PRONATEC, 2014) e são analisados neste capítulo. Além destes, foram considerados os divulgados pelo Departamento de Educação e Trabalho, o DET (PARANÁ/SEED/DET, 2013) e, em relação ao município de Curitiba, os disponibilizados pelo Núcleo Regional de Educação de Curitiba (PARANÁ/SEED/NRE, 2013).

Os dados apresentados no capítulo permitem dimensionar quantitativamente a oferta, a sua natureza e as matrículas realizadas nos cursos técnicos concomitantes do Programa, correspondentes à sua primeira fase de implantação, de 2011 a 2014, relacionando-os à democratização da EPTNM. Para fins de análise, destaca-se a especificidade do Programa quanto à oferta da Bolsa Formação Estudante possibilitada nos cursos concomitantes e a estratégia do governo em reunir outros programas e ações (denominados de “iniciativas”) incorporando-os ao PRONATEC, provocando um efeito de acréscimo ao resultado quantitativo divulgado.

Para além da análise da oferta e das matrículas, representativa de parte da expansão considerada pelo Programa, discute-se neste capítulo o significado do termo democratização, utilizado pelas políticas educacionais, com base na análise de Azanha (2004), que defende a sua investigação em cada momento histórico.

Se a demanda pela educação pública, concebida como um fenômeno histórico-social implicou na necessidade de expansão de vagas para a população, ao aspecto quantitativo requerido corresponde uma dimensão qualitativa, que implica na consideração das condições de acesso, de permanência e de uma formação completa aos alunos, que lhes propicie a compreensão do mundo em que estão inseridos. Portanto, a dimensão qualitativa encontra-se imbricada à quantitativa, embora a tendência das políticas educacionais seja a de separá-las, reforçando o aspecto quantitativo, como sinônimo de democratização da educação.

A presente análise sobre a democratização na EPTNM pelo PRONATEC fundamenta-se legalmente no princípio da universalização do acesso, da permanência e da conclusão.

## 2.1 OS DADOS GERAIS DO PROGRAMA NO BRASIL

Os primeiros dados do PRONATEC publicizados, referentes ao período de 2011 e 2012, foram disponibilizados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), presentes na apresentação intitulada “Resultados e Perspectivas do PRONATEC” (BRASIL/MEC/SETEC/PRONATEC, 2012) de 04/12/2012, do Secretário Marco Antônio Oliveira. As informações e dados constantes da apresentação são descritos a seguir, configurando os primeiros dados de pesquisa coletados sobre a implantação inicial do PRONATEC.

Da oferta aproximada de 2,5 milhões de vagas em cursos técnicos e em cursos FIC, no período inicial do PRONATEC (2011-2012), 1.183.813 matrículas concentraram-se no Sistema S (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT) em cursos FIC, ou seja, 47% das vagas ofertadas pelo Sistema S não foram em cursos técnicos como sugeriam as propagandas oficiais do Programa, principalmente as televisivas. A oferta de cursos FIC pelo Sistema S e pela Rede Federal correspondeu a 71% em relação aos cursos técnicos. A elevada oferta destes

cursos reitera historicamente, na presente fase de globalização financeira do capital, o processo de desenvolvimento desigual e combinado, característico da sociabilidade capitalista brasileira, de concentração de riqueza e de capital com a desigualdade (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2011).

A opção de formação para o trabalho simples atualiza-se novamente e é discutida por Leher (2015) em entrevista:

O drama é que a concepção do 'Pátria Educadora'<sup>35</sup> tem como correspondência a ideia de que a formação da maior parte da força de trabalho no Brasil deve ser por um trabalho mais simples, e isso tem consequências pedagógicas muito grandes. Se é para formar para o trabalho simples, a maior parte das escolas podem ser instituições estruturadas para a formação de um trabalho de menor complexidade, que seria desdobrados em processos de formação técnica de cursos de curta duração, cujo exemplo mais conhecido é o Pronatec, em que grande parte dos cursos são aligeirados para a formação de uma força de trabalho simples: tanto aquela que já estará inserida no mercado quanto aquela que constitui o que podemos denominar de um exército industrial de reserva. O documento 'Pátria Educadora' altera a racionalidade da organização da escola quando vislumbra escolas que vão formar força de trabalho de menor complexidade. É importante destacar que no documento encontramos uma formulação muito perigosa de enormes consequências para o futuro da educação brasileira, que é a referência que o Mangabeira faz da adoção de um modelo tipo SUS. (BRASIL DE FATO, 01/07/2015, s/p).

Portanto, a entrevista aborda o recente documento elaborado, que corrobora a ideia central de formação para o trabalho simples, mantém inalterada a opção de qualificação - quanto à natureza da formação profissional - e indica a sua ampliação, alertando para as consequências futuras na educação.

### 2.1.1 A Bolsa Formação Estudante e a Bolsa Formação Trabalhador

A Bolsa Formação Estudante e a Bolsa Formação Trabalhador, custeadas pelo MEC, "correspondem ao custo total do curso por estudante e ao eventual

---

<sup>35</sup> O entrevistado refere-se ao conteúdo do documento *Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional*, produzido em 22 de abril de 2015 pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), a cargo do Ministro Mangabeira Uber. O documento desenvolve uma proposta que articula qualificação ao desenvolvimento "produtivo inclusivo", baseado no mercado e apresenta as seguintes iniciativas como prioritárias para a transformação do ensino público: a organização federativa da educação; a reorientação do currículo e da maneira de ensinar e de aprender; a qualificação de diretores e de profissionais e o aprofundamento de novas tecnologias (BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, 2015).

custeio de assistência estudantil, de forma a subsidiar a alimentação e transporte e dos insumos necessários para a participação dos cursos” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015, p.129). A Bolsa Formação Estudante refere-se a cursos técnicos de nível médio, preferencialmente para estudantes da rede pública. A Bolsa Formação Trabalhador refere-se a cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou de qualificação profissional, preferencialmente para beneficiários do Seguro Desemprego e de programas de inclusão produtiva do governo federal.

Na sequência, apresentam-se inicialmente dados correspondentes à Bolsa Formação Estudante (BFE), destacados pela pesquisadora na Tabela 4 e nas seguintes, que se referem aos cursos técnicos concomitantes por caracterizarem a especificidade da oferta do PRONATEC no âmbito da EPTNM e do objeto de pesquisa.

Consta da Tabela 4 (BRASIL/MEC/SETEC/PRONATEC, 2012) o termo “matrículas”, o qual se problematiza em virtude das apresentadas na Rede Federal constituírem-se em número superior às vagas ofertadas para os cursos técnicos, assim como no Acordo do Sistema S, referente aos cursos FIC. Não houve nenhuma explicação quanto à ocorrência deste fato, até o momento da redação final da pesquisa.

Tabela 4 - Resultados do PRONATEC: quantidade e porcentagens de vagas e de matrículas conforme as iniciativas do Programa (2011-2012)

INICIATIVAS	VAGAS	%	MATRÍCULAS	%
<b>CURSOS TÉCNICOS</b>				
<b>Bolsa Formação Estudante</b>	<b>108.564</b>	<b>15</b>	<b>103.978</b>	<b>13</b>
Brasil Profissionalizado	123.858	17	97.465	12
E-TEC Brasil	224.000	30	209.485	27
Acordo Sistema S	132.535	18	125.335	16
Rede Federal de EPCT	151.560	20	252.716	32
<b>Total</b>	<b>740.517</b>	<b>100</b>	<b>788.979</b>	<b>100</b>
<b>CURSOS FIC</b>				
Bolsa Formação Trabalhador	817.358	45	548.626	32
Acordo Sistema S	991.743	55	1.183.813	68
<b>Total</b>	<b>1.809.101</b>	<b>100</b>	<b>1.732.439</b>	<b>100</b>

Fonte: BRASIL/MEC/SETEC/PRONATEC, 2012. As porcentagens foram inseridas na Tabela 4 pela pesquisadora.

As matrículas da Bolsa Formação Estudante, de acordo com a Tabela 4 estiveram aquém em 2% quanto à oferta desta, revelando que a demanda dos alunos foi menor do que a oferta. Dentre variadas razões, a oferta não despertou o interesse dos alunos, como também faltou condições para que os alunos realizassem os cursos. No entanto, na Rede Federal a demanda esteve acima da oferta em 12%, conforme a Tabela 4 demonstra. Esta constatação corrobora a defesa da ampliação da Educação Profissional Técnica pública mediante a oferta do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional, que apresenta uma proposta de formação técnica mais sólida para os alunos, na perspectiva da formação humana.

A oferta da Bolsa Formação Estudante, comparada às demais iniciativas incorporadas ao Programa para a EPTNM, como por exemplo, o Brasil Profissionalizado, o E-TEC Brasil, o Acordo com o Sistema S e a oferta na Rede Federal, representou apenas 15% no início da sua implantação. Além disso, comparando-se a oferta desta com a de Bolsa Formação Trabalhador, a última apresentou uma oferta três vezes maior.

A Tabela 5, que trata dos ofertantes da Bolsa Formação Estudante (BFE), revela que 80% destas matrículas, ou seja, 83.182 foram realizadas pelo Sistema S, de um total de 103.978 matrículas (Tabela 4).

Tabela 5 – Distribuição da Bolsa Formação Estudante (BFE) nos cursos técnicos por ofertante: 2011-2012. BFE % do total

Ofertantes	Porcentagem
SENAI	54
SENAC	26
Redes Estaduais	13
Rede Federal	7
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: BRASIL/MEC/SETEC/PRONATEC, 2012.  
Tabela organizada pela autora.

Conforme os dados constantes da Tabela 5, nos anos de 2011-2012, as instituições públicas foram as que receberam a menor destinação da BFE, demonstrando o reforço à parceria privada, que beneficiou uma formação não

integrada e a distribuição de recursos públicos para as instituições que formam o Sistema S. Esta foi a direção que se imprimiu à EPTNM.

Confrontando-se os dados constantes das Tabelas 4 e 5, embora a Rede Federal tenha realizado o maior número de matrículas nos cursos técnicos (Tabela 4), foi a que recebeu a menor destinação de Bolsa Formação Estudante (Tabela 5). A hipótese de que as vagas/matrículas que não são de Bolsa Formação já existiam e são independentes do Programa - embora sejam contabilizadas e apresentadas como parte dele, tanto no discurso como nos dados divulgados - não pode ser desconsiderada.

O PRONATEC evidenciou que a construção e o desenvolvimento de um sistema público de formação profissional consistente e permanente não foram priorizados, conforme atesta a destinação de recursos públicos para o Sistema S, que não se configura como público. Financiou-se R\$ 1,5 bilhão para o SENAI investir na construção de 53 novas escolas e na modernização e ampliação de 251 escolas já existentes, de acordo com a entrevista da Presidenta Dilma para a imprensa (O GLOBO, 26/11/2012). Neste sentido, reconfigurou-se a oferta pública não estatal, privilegiando o espaço privado e trazendo implicações para o processo de democratização da educação.

No PRONATEC, a despeito da possibilidade de participação das instituições federais no Programa, transferiram-se recursos públicos para instituições não públicas, através da oferta de Bolsas para os alunos, contrariamente à defesa propugnada pelo Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública, na proposição da destinação de recursos públicos exclusivamente para as instituições públicas. Além da transferência de recursos para o não público, transferiram-se também a oferta de vagas e a natureza da formação técnica para os alunos da escola pública.

Segundo Peroni (2012) a promoção da procura de vagas em instituições privadas, pelos segmentos de baixa renda, traz como efeito uma lucrativa expansão desta oferta, constituindo-se como um “novo tipo” de dualidade educacional.

Das metas constantes da apresentação (BRASIL/MEC/SETEC/PRONATEC, 2012) para o ano de 2013, fez parte a ampliação da Bolsa Formação Estudante para os cursos técnicos subseqüentes, direcionados aos egressos do Ensino Médio público e também para os cursos



técnicos na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), considerados integrados. A presente pesquisa não teve como objeto a análise da oferta no PRONATEC dos cursos técnicos subseqüentes, embora esta oferta tenha se iniciado após os anos iniciais de implantação do Programa, reforçando ainda mais a destinação de recursos públicos para a rede privada, mediante a possibilidade de entrada de novos ofertantes.

O maior número de matrículas de Bolsa Formação ocorreu na região Nordeste (32%), seguida da Sudeste (23%), Sul e Norte (16% cada) e Centro Oeste (13%). Os cursos técnicos ofertados que obtiveram o maior número de matrículas correspondentes à Bolsa Formação foram: Segurança do Trabalho (12,87%), Informática (10,26%), Administração (9,40%), Mecânica (6,75%), Eletrotécnica (5,51%), Contabilidade (4,56%), Logística (4,52%), Eletromecânica (3,42%), Enfermagem (2,90%) e Automação Industrial (2,76%) segundo a apresentação referida (BRASIL/MEC/SETEC/PRONATEC, 2012).

Na Tabela 6 constam os dados de matrículas referentes à Bolsa Formação Estudante e Trabalhador, por raça/cor (embora quase a metade dos alunos não tenham informado este aspecto) e relacionadas ao tipo de curso realizado, disponibilizados pela SETEC:

Tabela 6 - Matrículas de Bolsa Formação, por raça/cor e por tipo/forma de Curso: 2011-2014\*

RAÇA/COR	FIC	CONCOMITANTE	SUBSEQUENTE	TOTAL
Amarela	22.292	1.588	-	23.880
Branca	557.865	51.304	-	609.169
Indígena	9.068	411	-	9.479
Não informada	876.843	158.156	494.704	1.529.703
Parda	1.110.692	70.619	-	1.181.311
Preta	155.147	10.213	-	165.360
<b>Total Geral</b>	<b>2.731.907</b>	<b>292.291</b>	<b>494.704</b>	<b>3.518.902</b>

Fonte: BRASIL/MEC/SIMEC/SETEC, 04/08/2014. \*Dados até 04/08/2014.

Conforme a Tabela 6, em aproximadamente 83% das matrículas realizadas na Bolsa Formação Estudante, referentes aos cursos técnicos, não foram informadas as características de raça/cor pelos alunos do Programa.

No entanto, a Tabela demonstra que do total das matrículas de Bolsa Formação até o início do mês de agosto de 2014, menos da metade da meta estabelecida de 8 milhões de matrículas pelo Programa foram relativas à Bolsa Formação. A relação entre as Bolsas Formação, distribuídas entre os cursos FIC e os cursos técnicos (considerados os cursos técnicos subsequentes) foi de 28,9% para estes últimos e de 10,7% para os cursos técnicos concomitantes, que são “articulados” ao Ensino Médio. Em apenas um ano, desde a realização da Bolsa Formação para os cursos técnicos subsequentes em 2013, a sua oferta foi bem superior à dos cursos técnicos concomitantes, ofertados desde 2011.

Na entrevista para a imprensa em 30 de junho de 2014, o então Secretário da SETEC, Aléssio Trindade de Barros justificou oficialmente a realização de parceria com as instituições privadas em 2013, através da Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTEC) que ampliou a oferta de vagas do PRONATEC:

Notamos que faltava uma porta, um caminho para o estudante que faz o ENEM e quer fazer o curso técnico. Então passamos a atuar com universidades privadas bem avaliadas. Elas tinham profissionais muito capacitados e estrutura existentes. Foi uma forma de agregar todos os atores qualificados. (ENTREVISTA DE ALÉSSIO TRINDADE DE BARROS, 30/04/2014).

Quanto ao nível de escolaridade que também compõe o perfil dos alunos da Bolsa Formação, a Tabela 7 apresenta os seguintes dados:

Tabela 7 - Matrículas de Bolsa Formação em cursos FIC e em cursos Técnicos, na forma concomitante e na subsequente, por nível de escolaridade do beneficiário: 2011 a 2014

ESCOLARIDADE	FIC	CONCOM.	SUBSEQ.	TOTAL
Fundamental completo	258.540	1.189	-	259.729
Fundamental incompleto	238.023	430	-	238.453
Médio completo	1.270.058	23.019	-	1.293.077
Médio incompleto	883.588	266.243	-	1.149.831
Não alfabetizado	71	3	-	74
Não informado	-	-	494.704	494.704
Superior completo	37.163	132	-	37.295
Superior incompleto	44.464	1.275	-	45.739
<b>Total Geral</b>	<b>2.731.907</b>	<b>292.291</b>	<b>494.704</b>	<b>3.518.902</b>

Fonte: MEC/SIMEC/SETEC, 04/08/2014.

Os dados da Tabela 7 indicam que 71,1% do total das matrículas de Bolsa Formação foram ofertados nos cursos FIC e em 46,4% destas os alunos possuem o Ensino Médio completo; teoricamente integrariam a demanda potencial para os cursos técnicos subsequentes. No entanto, como foi vinculada a realização de cursos FIC com o pagamento do Seguro Desemprego para os trabalhadores que o pleitearam pela segunda vez em dez anos, parte deste universo necessitou realizá-los, mesmo com uma escolaridade que demandaria cursos técnicos.

A imprensa (O ESTADO DE SÃO PAULO, 02/02/2014) noticiou que apenas 4% dos desempregados têm realizado a qualificação exigida, pois o governo não tem conseguido disponibilizar cursos para esta parcela específica da população. Nestas condições, chama a atenção na Tabela 7 o número de pessoas correspondentes a um nível de escolaridade de Ensino Médio incompleto, que optaram em realizar um curso FIC e não um curso técnico concomitante, embora a oferta dos primeiros tenha sido muito maior e a sua duração reduzida. Portanto, a oferta dos cursos FIC não auxiliou na elevação da escolaridade dos trabalhadores.

Além das críticas realizadas por pesquisadores, entidades representativas têm se manifestado no sentido de que, o investimento maciço em cursos rápidos produz pouco impacto na formação e na empregabilidade dos alunos, em virtude da baixa complexidade técnica desenvolvida e também porque não garantem a elevação da escolaridade, segundo o Movimento de Valorização e Articulação dos Trabalhadores em Educação do MEC (MOVATE). Para o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) a maior parte dos cursos não tem qualidade e são ofertados sem a realização de pesquisa de mercado (NOTÍCIAS UOL, 30/06/2014).

Alguns dados contidos na Tabela 7, referentes ao nível de escolaridade dos alunos matriculados nos cursos técnicos concomitantes do PRONATEC, causaram certa estranheza à pesquisadora: 430 alunos com o Ensino Fundamental incompleto; 3 não alfabetizados e 1.407 com nível Superior. A dúvida da pesquisadora foi repassada à assessoria da SETEC em três oportunidades, e esta não se manifestou quanto ao significado destes dados.

Em relação aos egressos do Programa que obtiveram emprego, após a realização da qualificação ou da formação técnica, o MEC e o MTE ainda não

disponibilizaram informações oficiais até o momento da redação final da pesquisa e esta lacuna não se justifica após quatro anos de implantação do Programa e, principalmente, face ao montante de recursos envolvidos. O documento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/ Ministério da Educação (2015) informa que o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) está pesquisando sobre os egressos dos cursos técnicos do PRONATEC, em cooperação com o MEC.

As pesquisas qualitativas com egressos do Programa começaram a ser realizadas e algumas já foram finalizadas como a de Souza (2015) que analisa o resultado dos cursos FIC na vida profissional, educacional e social de egressos dos anos de 2012-2013, no campus de Paraíso do Tocantins. Segundo este estudo, do universo pesquisado, 53% dos egressos estão desempregados e 42% ocupados em empregos de baixo salário e informais, não correspondentes à área dos cursos de qualificação. Os dados referentes à pesquisa qualitativa apontaram a frustração dos alunos, pois a variável renda não foi alterada.

Os últimos dados disponibilizados pela SETEC à pesquisadora, no final do mês de agosto de 2014 são apresentados na Tabela 8, que apresenta as matrículas na Bolsa Formação e nas outras iniciativas do PRONATEC:

Tabela 8 - Matrículas nas Iniciativas do PRONATEC: BRASIL, 2011-2014

Iniciativas	2011	2012	2013	2014	Total
Acordo de Gratuidade	668.981	836.528	1.062.969	730.624	3.299.102
<b>Bolsa Formação</b>	<b>22.766</b>	<b>631.301</b>	<b>1.537.721</b>	<b>1.608.811</b>	<b>3.800.698</b>
Brasil Profissionalizado	77.717	81.096	81.251	58.640	298.704
E-TEC	27.159	56.498	103.332	22.152	209.141
Rede Federal	117.095	118.119	113.315	87.849	436.378
<b>Total Geral</b>	<b>913.718</b>	<b>1.723.542</b>	<b>2.898.588</b>	<b>2.508.076</b>	<b>8.044.023</b>

Fonte: BRASIL/ MEC/ SIMEC/ SETEC, 28-08-2014.

Os dados constantes da Tabela acima mostram que no período de 2011-2014 a iniciativa da Bolsa Formação (tanto a Bolsa Formação Estudante como a Bolsa Formação Trabalhador) apresentou um crescimento contínuo,

representando 47,24% do total das matrículas consideradas em outras iniciativas do PRONATEC.

Em contrapartida, considerando-se as matrículas das demais iniciativas que já vinham sendo desenvolvidas nos anos anteriores ao Programa e relacionadas à rede pública de EPTNM, como a da Rede Federal e do Programa Brasil Profissionalizado nos estados, estas corresponderam a apenas 9,3% do total de matrículas em todas as iniciativas consideradas pelo PRONATEC.

O recente estudo realizado pelas equipes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Ministério da Educação (2015), com base nos dados do SISTEC, retrata a iniciativa da Bolsa Formação no PRONATEC, mais especificadamente para os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e para as pessoas beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda do governo federal, reforçando a EPT como estratégica para a promoção da inclusão social e do desenvolvimento do país.

Segundo as análises contidas no estudo (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015), sintetizadas a seguir, a oferta de cursos de qualificação e de formação profissional visou à população de baixa renda e atendeu a demanda de empresários, de sindicatos e da população em geral.

Na iniciativa da Bolsa Formação, 63% dos matriculados eram também inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais e mais da metade beneficiários do Programa Bolsa Família. As análises versaram principalmente a modalidade de oferta do PRONATEC/ Brasil Sem Miséria (BSM) que procurou realizar o acesso à educação, vinculando-se ao eixo de inclusão produtiva urbana, mediante a qualificação profissional, dentre as tentativas de articulação do PRONATEC com outras políticas sociais.

O PRONATEC/BSM foi composto majoritariamente por um público feminino, jovem, negro e com Ensino Médio completo ou incompleto. Os resultados do estudo sugerem uma “boa correspondência” entre as qualificações ofertadas e a demanda do mercado de trabalho formal nos municípios considerados, embora considere o efeito do emprego como resultante de macro e micro condicionantes. O estudo apontou para o aumento de chances de formalização da inserção no mercado de trabalho; no entanto, a hipótese de que o

Programa também gera um aumento da informalidade também foi considerada, ainda a ser investigada por estudos posteriores, como os cursos técnicos.

### 2.1.2 Os demais dados divulgados

A apresentação “Resultados e Perspectivas do PRONATEC” (BRASIL/MEC/SETEC/PRONATEC, 2012) descreve que as redes estaduais de EPTNM ofertantes no período inicial foram as dos estados do Acre, do Amapá, do Pará, do Piauí, de Minas Gerais, da Bahia, de Goiânia, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, além da rede federal e dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (Sistema S). Os demandantes iniciais do PRONATEC consistiram no Ministério do Desenvolvimento Social (Programa Brasil sem Miséria), o Ministério do Trabalho e Emprego (Seguro-Desemprego), o Ministério do Turismo (Copa), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (Pronacampo), o Ministério da Defesa (Programa Soldado Cidadão), a Secretaria de Direitos Humanos (Programa Viver sem Limites) e as Secretarias Estaduais de Educação.

Uma questão que chamou a atenção nessa apresentação refere-se à falta de base que fundamentasse a oferta inicial de cursos técnicos do PRONATEC, pois se previu a construção “futura” de um Mapa da Educação Profissional, que teria os seguintes objetivos:

[...] o planejamento estratégico da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no Brasil; a identificação das demandas de setores produtivos estratégicos para a economia; a projeção da necessidade de formação de mão de obra; a base para a indução da oferta qualitativa de cursos nas diversas regiões do país; a plataforma tecnológica para gestão da demanda e da oferta de educação profissional. (BRASIL/MEC/SETEC/PRONATEC, 2012).

Ou seja, o “Mapa”<sup>36</sup> da Educação Profissional técnica e tecnológica ainda estaria para ser construído a partir do ano de 2012, após o início da implantação

---

<sup>36</sup> De acordo com o documento produzido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/ Ministério da Educação (2015), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) difundiu em 2012, o Plano Brasil Maior, um dos principais elementos da política industrial do governo federal, baseado no crescimento econômico inclusivo na inovação e no adensamento produtivo do parque industrial brasileiro. O Plano instituiu parceria com o MEC, no âmbito do PRONATEC, objetivando mapear as demandas por qualificação profissional através do contato com empresas, compondo o “Mapa de Oportunidades”, visando à articulação da demanda do mercado de trabalho com a oferta de mão de obra qualificada. As vagas mapeadas pelo MDIC foram repassadas às equipes da assistência social dos municípios para a execução do

do Programa. Deste modo, confirmou-se a falta de sustentação quanto à previsão e a oferta do quantitativo de 8 milhões de vagas para o período de 2011- 2014.

Portanto, a partir da análise dos dados iniciais apresentados ocorreu uma oferta preponderante de cursos de qualificação (FIC) no PRONATEC e para subsidiar a necessidade desta oferta, sentiu-se a ausência de estudos prévios que relacionassem a oferta com as necessidades reais de demanda, desconsiderando-se também os interesses dos alunos quanto à natureza da formação oferecida, desvinculada da elevação de escolaridade, o que dá indícios da fragilidade em termos de democratização real do acesso à EPTNM.

A oferta de mais de 70% de cursos FIC em relação ao total ofertado sobrepujou a oferta de cursos técnicos, que necessitam de maiores investimentos e de maior tempo de formação para o desenvolvimento de uma profissionalização completa e de qualidade para os jovens.

Na 43ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) ocorrida na data de 05 de junho de 2014 em Brasília foi apresentada a “Avaliação dos Resultados do PRONATEC” <sup>37</sup> (BRASIL/MEC, 2014) pelo então Ministro da Educação, José Henrique Paim Fernandes. Segundo a apresentação, até o mês de maio de 2014 foram executadas 7,3 milhões de matrículas no Programa, em relação à meta da criação de 8 milhões de vagas correspondente aos anos de 2011-2014, objetivando ampliar, diversificar a oferta gratuita de EPT e democratizar as formas de acesso para públicos diversos.

Consta da apresentação (BRASIL/MEC, 2014) que os ofertantes fizeram parte das redes federal, estaduais e municipais de EPT, do Sistema S (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT) e das instituições privadas. Além dos Ministérios citados anteriormente (BRASIL/MEC/SETEC/PRONATEC, 2012), que atuaram como demandantes na implantação inicial do Programa incluíram-se também os Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Desenvolvimento Social (MDS), da Integração Nacional (MIN), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Meio Ambiente (MMA) e a Secretaria de Direitos Humanos do Paraná

---

PRONATEC/Brasil Sem Miséria (BSM), estratégia para ampliar a oferta de mão de obra qualificada e as oportunidades de inclusão produtiva do público beneficiário do BSM.

<sup>37</sup> Nos contatos realizados entre a pesquisadora e a assessoria da SETEC, a partir do mês de julho de 2014 nas formas de ofício, por telefone e por *e-mails* para a obtenção de dados oficiais sobre a oferta no Programa, a pesquisadora foi informada que esta apresentação continha o resultado dos dados disponíveis e organizados até aquele momento pela Secretaria mencionada.

(SDH/PR), aumentando o raio de ação do Programa. Visando uma maior articulação entre o PRONATEC e outros Programas já existentes, foram consideradas as seguintes iniciativas estratégicas<sup>38</sup>: os Programas Brasil Maior (MEC/MDIC) e o Brasil sem Miséria (MEC/MDS), o Portal mais Emprego (MEC/MTE) e o Pronacampo (MEC).

Em relação ao processo de oferta e de demanda de vagas no PRONATEC, o processo inicia-se através da denominada “pactuação” entre demandante, ofertante e o MEC, de acordo com o interesse dos ofertantes em oferecer determinados cursos e de um número de vagas que possam corresponder às necessidades dos demandantes. Estes últimos devem efetuar a inscrição e a pré-matrícula dos interessados, comunicando-as aos ofertantes, que deverão efetivá-las através do SISTEC. A inscrição (pré-matrícula) pode também ser feita pelo sistema *on-line* do Programa ou pelo Sistema de Seleção Unificada de Educação Profissional e Tecnológica com base no ENEM, para os cursos técnicos subsequentes, ofertados a partir de 2013.

Quanto ao monitoramento e avaliação, o PRONATEC está sob responsabilidade do MEC, que é o gestor do Programa, através da SETEC. Embora existam divulgações oficiais de dados sobre o Programa - e que se apresentam com algumas divergências entre si - inexistente um estudo oficial por parte da SETEC que compreenda, no mínimo, dados quantitativos consistentes sobre os cursos FIC e os cursos técnicos do Programa

A Tabela 9 a seguir, apresenta as matrículas consideradas pelo PRONATEC até o mês de maio de 2014, embora não indique a oferta de vagas. Durante o período de 2011-2014, o quantitativo de matrículas nos cursos FIC correspondeu a 71% do total das matrículas, dando continuidade à tendência verificada nos anos iniciais de implantação do Programa, quanto à oferta de cursos FIC:

---

<sup>38</sup> Segundo a apresentação, o Programa Brasil Maior (MEC/MDIC) visa o atendimento das demandas específicas de setores produtivos estratégicos da economia nacional, de acordo com as empresas e apoiado pelas entidades representativas dos setores. O Programa Brasil sem Miséria (MEC/MDS) tem como objetivo promover a inserção profissional dos beneficiários da Bolsa Família; o Portal mais Emprego (MEC/MTE) visa promover a integração entre o sistema de acompanhamento de egressos do Pronatec e o sistema de colocação profissional do MTE e o Pronacampo (MEC) oferta a formação profissional para atender a população do campo (BRASIL/MEC, 2014).



Tabela 9 - Matrículas nos Cursos FIC e nos Cursos Técnicos: PRONATEC 2011-2014

Período	Matrículas Cursos FIC	Matrículas Cursos Técnicos
2011	606.445	313.855
2012	1.264.468	460.809
2013	2.144.437	760.561
2014*	1.200.543	588.915
<b>Total</b>	<b>5.215.893</b>	<b>2.124.140</b>

Fonte: BRASIL/MEC, maio/2014. Tabela organizada pela autora.

De acordo com a Tabela 9, observa-se que o ano de 2013 foi o mais expressivo. Vários fatores podem ter contribuído para tanto e, dentre estes, salienta-se um maior interesse dos alunos pela oferta dos cursos e a entrada de um número maior de ofertantes e de demandantes no Programa, mediante a oferta dos cursos técnicos subsequentes.

Salienta-se que os dados correspondentes ao total de matrículas nos cursos FIC e nos técnicos constantes da Tabela 4 (BRASIL/MEC/SETEC/PRONATEC, 2012), divergem da soma referente aos anos de 2011-2012 da Tabela 9 (BRASIL/MEC, 2014). Ambos resultam de duas apresentações distintas sobre o Programa e, no mínimo, a situação indica a inconsistência dos dados divulgados sobre o Programa.

A Tabela 10 apresenta a porcentagem das matrículas realizadas no PRONATEC em relação às redes e instituições, de 2011 até o mês de maio de 2014:

Tabela 10 - Matrículas nas Redes e nas Instituições do PRONATEC: 2011-2014. % do total

Redes/Instituições	Matrículas cursos FIC	Matrículas cursos técnicos
Rede Federal	8,2	30,8
Redes Est./Munic.	2,0	15,5
Instituições Privadas	-	19,5
SENAI	47,9	18,8
SENAC	38,0	15,3
SENAT	2,4	0,1
SENAR	1,5	-
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: BRASIL/MEC, maio 2014. Tabela organizada pela autora. Nota: (-) Não constam dados de matrículas.

A Tabela 10 demonstra que quase a metade do total de matrículas nos cursos FIC, até o mês de maio de 2014 foi realizada no SENAI (47,9%), reafirmando a sua hegemonia histórica no desenvolvimento da qualificação de mão de obra, em cursos de curta duração em relação às outras instituições ofertantes. Somando todas as matrículas realizadas pelo Sistema Nacional de Aprendizagem (Sistema S), a porcentagem aumenta para 89,8%.

No entanto, a pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2010 sobre a Educação Profissional e o mercado de trabalho aponta que os cursos de qualificação (FIC), ofertados em sua grande maioria pelo Sistema S e, particularmente, pelo SENAI, são os que proporcionam uma inserção menor no mercado de trabalho, pois “a existência das oportunidades de trabalho são de 30,7% na qualificação profissional para 40,1% nos técnicos de nível médio para 50,8% para os tecnólogos” (FGV, 2010, p. 28).

Em relação ao total de matrículas realizadas nos cursos técnicos, segundo a Tabela 10 a Rede Federal obteve a maior porcentagem de matrículas isoladamente (30,8%), que indica também a demanda dos alunos pelos cursos ofertados e/ou pelas instituições. Somando-se as matrículas realizadas nas instituições privadas, incluindo o Sistema Nacional de Aprendizagem, obtém-se a porcentagem de 53,7% das matrículas na rede não pública e de 46,3% das matrículas na rede pública. Tais porcentagens indicam a distribuição de um maior volume de recursos públicos para os cursos técnicos nestas instituições.

Em síntese, o caráter da expansão da oferta do PRONATEC quanto às redes e instituições, verificado indiretamente pelas matrículas realizadas, tanto nos cursos de qualificação de mão de obra, quanto nos cursos técnicos de nível médio, conforme a Tabela 10, apresentou um caráter acentuadamente privado.

As informações constantes na “Avaliação dos Resultados do PRONATEC” (BRASIL/MEC, 2014) indicam que o perfil preponderante dos beneficiários do Programa em relação ao gênero, compõe-se de 60,37% do público feminino, confirmando a tendência apresentada no estudo sobre a EP em 2007. A Lei nº 12.816/2013 que ampliou os beneficiários e os cursos de EPTNM ofertados, ao incluir os cursos de formação de professores em nível médio na modalidade Normal para a destinação de Bolsa Formação Estudante e estimular a participação de mulheres responsáveis pela unidade familiar, beneficiárias de programas federais de transferência de renda, nos cursos oferecidos por

intermédio da Bolsa Formação, possibilitou uma maior participação do público feminino.

Em relação à faixa etária atendida, 67,27% são jovens com idades entre 15 a 29 anos e apenas 30,07% destes têm entre 15 a 18 anos (BRASIL/MEC, 2014), correspondente à faixa etária líquida dos jovens do Ensino Médio regular.

A apresentação também aborda o perfil apresentado quanto à raça e a escolaridade no PRONATEC, indicando que 67,55% dos beneficiários são negros, somados aos que se declararam “pretos” e pardos; 42,32% possuem o Ensino Médio completo e 38,86% o Ensino Médio incompleto (BRASIL/MEC, 2014).

Os dados disponibilizados inicialmente pela Assessoria da SETEC à pesquisadora, o início do mês de agosto de 2014, gerados através do SIMEC foram: o total de matrículas confirmadas do PRONATEC por Unidades da Federação, do período de 2011-2014; as matrículas confirmadas por iniciativas no estado do Paraná e, também, a apresentada anteriormente, em relação à Bolsa Formação, por raça/cor e por tipo/forma de curso.

A Tabela 11 trata do total de matrículas pelas Unidades da Federação, no período de 2011- 2014:

Tabela 11 - Total de matrículas do PRONATEC confirmadas em todas as Iniciativas por Unidades da Federação: 2011- 2014\*

(continua)

ESTADOS	2011	2012	2013	2014	Total Geral
AC	15.185	30.845	47.459	31.495	124.984
AL	12.228	31.163	60.359	47.302	151.052
AM	14.580	37.013	53.145	37.126	141.864
AP	8.380	16.237	26.413	21.047	72.077
BA	55.026	95.596	156.728	118.584	425.934
CE	24.690	52.200	94.503	65.326	236.719
DF	10.142	23.806	40.903	30.973	105.824
ES	25.057	42.699	80.717	46.503	194.976
GO	27.509	59.175	110.316	86.385	283.385
MA	14.496	52.850	77.880	63.830	209.056
MG	89.807	164.999	328.936	256.853	840.595
MS	17.523	34.602	59.259	41.813	153.197
MT	38.473	75.573	116.435	85.198	315.679
PA	17.142	41.449	62.819	35.296	156.706
PB	17.235	44.854	74.743	62.764	199.596
PE	36.214	81.475	180.410	107.476	405.575

					(conclusão)
PI	16.098	35.529	61.088	35.884	148.599
PR	55.298	71.488	116.119	78.117	321.022
RJ	72.097	121.543	182.122	156.778	532.540
RN	16.521	41.536	94.768	73.526	226.351
RO	11.845	36.275	46.660	30.385	125.165
RR	7.748	15.313	31.072	27.092	81.225
RS	64.598	114.968	177.511	136.399	493.476
SC	30.752	63.363	115.001	105.457	314.573
SE	17.539	31.417	49.927	43.602	142.485
SP	191.095	278.672	428.714	296.705	1.195.186
TO	12.941	30.176	43.370	41.928	128.415
<b>Total</b>	<b>920.219</b>	<b>1.724.816</b>	<b>2.917.377</b>	<b>2.163.844</b>	<b>7.726.256</b>

Fonte: BRASIL/MEC/SIMEC/SETEC, 04/08/2014.

Observação: \*Até 04/08/2014.

Os dados da Tabela 11 ratificam o crescimento contínuo das matrículas em todos os estados da federação até o ano de 2013. O maior número de matrículas ocorreu nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia e no estado do Paraná representaram apenas 4,15% do total de matrículas no Brasil.

## 2.2 OS DADOS DO PRONATEC NO ESTADO DO PARANÁ

Constam da Tabela 12 o total das matrículas realizadas no período de 2011-2014 no Paraná (BRASIL/MEC/SIMEC/SETEC, 04/08/2014):

Tabela 12 - Total de Matrículas confirmadas por Iniciativas: PRONATEC/PARANÁ, 2011-2014

INICIATIVAS	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Acordo de Gratuidade	21.780	28.370	39.290	27.235	116.675
Bolsa Formação	-	22.157	60.886	47.801	130.845
Brasil Profissionalizado	14.078	12.579	12.944	-	39.601
E-Tec	14.458	5.089	27	-	19.574
Rede Federal	4.982	3.293	2.972	-	11.247
<b>Total Geral</b>	<b>55.298</b>	<b>71.488</b>	<b>116.119</b>	<b>75.036</b>	<b>317.942</b>

Fonte: BRASIL/MEC/SIMEC/SETEC, 04/08/2014.

Em virtude de dados incompletos na Tabela 12 quanto ao ano de 2014, estes impediram que o total de matrículas correspondentes às Iniciativas do Brasil Profissionalizado, da Rede E-Tec e da Rede Federal do estado do Paraná, pudessem ser comparadas com as demais. Quanto às matrículas de Bolsa Formação - que no estado em questão não contemplou o ano de 2011 e o maior número de matrículas ocorreu no ano de 2013, coincidindo com a ampliação da oferta possibilitada pelos cursos técnicos na forma subsequente -, estas superaram as demais iniciativas incluídas no Programa.

A Tabela 13 a seguir, que apresenta o número de matrículas nos cursos técnicos concomitantes e nos cursos FIC do PRONATEC, foi disponibilizada à pesquisadora no final do mês de agosto do mesmo ano pela SETEC. Na Tabela 13 os dados de matrículas correspondentes aos anos de 2011, 2012 e 2013 do Brasil Profissionalizado, estão divergentes em relação aos constantes da Tabela 12 apresentada anteriormente, assim como os da Bolsa Formação, revelando também inconsistência dos dados referentes ao estado do Paraná:

Tabela 13 - Matrículas nos cursos técnicos concomitantes e nos cursos FIC de acordo com as iniciativas: PRONATEC/PARANÁ, 2011-2014

INICIATIVAS	2011	2012	2013	2014	Total
Acordo de Gratuidade	21.780	28.370	39.290	27.235	116.675
FIC	20.169	25.372	33.889	23.203	102.633
Técnico Concomitante	1.611	2.998	5.401	4.032	14.042
Bolsa Formação	-	22.156	60.884	61.672	144.713
FIC	-	17.044	48.719	36.770	102.534
Técnico Concomitante	-	5.112	4.811	3.166	13.089
Técnico Subsequente	-	-	7.354	21.736	29.090
Brasil Profissionalizado	16.389	16.613	16.896	12.909	62.807
Técnico Concomitante	16.389	16.613	16.896	12.909	62.807
E-TEC	14.458	5.089	27	-	19.574
Técnico Concomitante	14.458	5.089	27	-	19.574
Rede Federal	4.982	3.292	2.970	3.150	14.394
Técnico Concomitante	4.982	3.292	2.970	3.150	14.394
<b>Total Geral</b>	<b>57.609</b>	<b>75.520</b>	<b>120.067</b>	<b>104.966</b>	<b>358.163</b>

Fonte: BRASIL/MEC/SIMEC/SETEC, 28-08-2014.

Do total de matrículas realizadas no estado do Paraná, a menor quantidade destas matrículas ocorreu nos cursos técnicos concomitantes, na iniciativa da Bolsa Formação, embora nesta iniciativa tenha ocorrido a maior quantidade de matrículas, se comparadas às demais e em decorrência dos cursos FIC, característica que representa a tendência nacional.

O quantitativo de matrículas nos cursos técnicos concomitantes do PRONATEC no Paraná, consideradas todas as iniciativas durante o período de 2011-2014, desconsiderando-se as do Brasil Profissionalizado apresentadas na Tabela 13, pois este Programa, a rigor, refere-se ao Ensino Médio integrado à EPTNM, foi de 61.099 (17,05%) do total de 358.161 realizadas em todo o Programa.

Os aspectos mencionados reforçam a hipótese de que, no estado do Paraná, a particularidade criada pelo PRONATEC em relação à oferta de cursos técnicos concomitantes com a Bolsa Formação, não democratizou a oferta de EPTNM, considerando as demais iniciativas do Programa.

No estado do Paraná, no período de 03 a 07 de fevereiro de 2011, durante a Semana Pedagógica que ocorreu em todas as escolas estaduais, promovida pela SEED, uma das metas educacionais do Governo Beto Richa, recém-empossado, foi assim anunciada<sup>39</sup> pelo Secretário de Educação Flávio Arns: “Incentivo à formação profissional no Ensino Médio, com Bolsas Auxílio”. O anúncio foi realizado, em virtude de uma parceria com o Sistema Fecomércio (SENAC e SESC) através de 7 mil novas vagas em cursos técnicos para estudantes da rede estadual, publicada em 08/02/2011 na seção de Notícias do Portal Dia a Dia Educação (PARANÁ/SEED, 2011).

No entanto, na matéria publicada em um jornal local, em 10/08/2012, com o título “Ritmo de Abertura de vagas no PRONATEC é lento” constou que haviam sido ofertadas 4,5 mil vagas em cursos técnicos no SENAI e 236 no SENAC (GAZETA DO POVO, 10/08/2012) para os alunos no âmbito do PRONATEC, neste período. A notícia justificou que o atraso na oferta de cursos técnicos no Paraná foi decorrente de uma decisão da própria SEED, que visou uma melhor

---

<sup>39</sup> A declaração fez parte de um videoclipe realizado para a Semana Pedagógica nas escolas públicas do Paraná, exibido no dia 03/02/2011, intitulado “Educação do Paraná em 1º lugar” e apresentado pelo Governador Beto Richa e pelo Secretário de Educação Flávio Arns.

organização do seu processo, pois os cursos FIC que haviam sido ofertados inicialmente para os estudantes pelo Programa, não atraíram o seu interesse.

A matéria também apresentou uma crítica realizada pelo entrevistado Lima, relacionada aos motivos que poderiam provocar um aumento das desistências nos cursos, em virtude de desenvolver-se no PRONATEC “dois currículos separados e de sobrecarregar os alunos” (GAZETA DO POVO, 10/08/2012).

O mesmo jornal, no início do ano de 2013, na reportagem intitulada “Faltam alunos para os Cursos Técnicos” (GAZETA DO POVO, 26/02/2013) informou que o PRONATEC no estado do Paraná apresentou um número insuficiente de matrículas em relação à oferta dos cursos técnicos, relatando a visita de uma equipe do SENAI neste período, às escolas estaduais com o intuito de convidar os alunos a matricularem-se nas 5 mil vagas dos cursos técnicos gratuitos (duração de 02 a 03 semestres), além da oferta de auxílio-alimentação, vale-transporte e material didático. Segundo a reportagem, a previsão do SENAI seria a de abertura de um total de 50 mil vagas no ano de 2013 para cursos técnicos e para cursos de capacitação, os últimos com duração de 160 a 200h/a. O coordenador do Programa no Instituto Federal do Paraná também informou na matéria que a oferta de vagas nesta instituição em 2012 esteve além da procura dos alunos.

Os primeiros dados sobre a oferta e as matrículas no Paraná, divulgados pelo MEC e publicados pela imprensa são apresentados na Tabela 14:

Tabela 14 - Número de Vagas e de Matrículas e relação entre o número de Matrículas por Vagas (M/V) nos municípios do Paraná, por instituições e por cursos: PRONATEC/PARANÁ, 2012

INSTITUIÇÕES/ CURSOS	VAGAS	MATRÍCULAS	M/V	MUNICÍPIOS
SENAC				24
Cursos Técnicos	910	333	0,35	
Cursos FIC	15.741	5.127	0,32	
SENAI				129
Cursos Técnicos	4.584	4.584	1,00	
Cursos FIC	23.383	8.615	0,36	
IFPR				17
Cursos Técnicos	600	320	0,53	
Cursos FIC	12.000	4.576	0,38	

Fonte: Gazeta do Povo, 26/02/2013. Tabela elaborada pela autora com a relação M/V.

Conforme os dados constantes da Tabela 14, a proporção entre a oferta de vagas nos cursos FIC foi superior à oferta de cursos técnicos. No entanto, a relação entre matrículas/vagas, os maiores índices corresponderam aos dos cursos técnicos em todas as instituições.

Comparando-se o total dos alunos matriculados nos cursos técnicos ofertados pelo PRONATEC nas principais instituições no ano de 2012, com o número de alunos matriculados (21.753) no Ensino Médio regular da rede pública estadual (BRASIL/MEC/INEP, 2012) as matrículas representaram apenas 24% do total dos alunos matriculados no Ensino Médio, revelando que, ainda assim, esta oferta do Programa não obteve um interesse significativo dos alunos. Embora a oferta de cursos técnicos e de cursos FIC do PRONATEC tenha ocorrido em 170 diferentes municípios, não abrangeu nem a metade dos 399 municípios pertencentes ao estado do Paraná.

As matrículas realizadas em relação às vagas ofertadas nos cursos ocorreram em um número bem inferior ao esperado. O que se observou como uma característica no estado do Paraná, contrariando a tendência destacada acima, foi o número de matrículas realizadas no SENAI em cursos técnicos concomitantes, em relação às vagas ofertadas. O interesse específico dos alunos poderia estar relacionado a várias causas, como: o prestígio que a instituição possui perante a sociedade paranaense, correspondente à visão de que há garantia de emprego após a realização dos cursos; a oferta de determinados cursos técnicos que interessaram aos alunos ou até mesmo à presença da instituição em um maior número de municípios.

No Simpósio de Educação Profissional, promovido pelo Departamento de Educação e Trabalho (DET) da SEED/PR em Foz do Iguaçu no período de 20 a 24 de maio de 2013 e dirigido aos professores da rede estadual dos 16 Núcleos Regionais pertencentes ao estado, a pesquisadora esteve presente. Na palestra de abertura, a Diretora do Departamento expôs os dados gerais de matrícula visando compor o perfil da Educação Profissional Pública do Paraná, conforme apresentado na Tabela 15:



Tabela 15 - Perfil da Educação Profissional no Paraná: Matrículas, 2013

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PARANÁ	MATRÍCULAS 2013
Ensino Médio Integrado	46.658
Ensino Médio Subsequente	36.452
PROEJA	790
Formação de Docentes	21.393
PRONATEC	14.354
E-Tec Brasil	13.254
ProFuncionário	5.056
Qualificações Profissionais (estimativa)	500
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>138.457</b>

Fonte: PARANÁ/SEED/DET, 2013.

Segundo a análise da Diretora do DET realizada no Simpósio, após a exposição destes dados, a política de integração entre o Ensino Médio e a EPTNM, iniciada em 2003 na rede pública do estado do Paraná, pode ter impactado negativamente os resultados do PRONATEC, pelo menos nos primeiros meses correspondentes ao ano de 2013.

O Paraná reproduz a tendência do maior número de matrículas na Educação Profissional técnica de nível médio concentrar-se na rede pública estadual. De uma forma geral, a falta de interesse dos alunos no Programa também pode estar relacionada à oferta massiva de cursos de qualificação, desvinculada da demanda por cursos técnicos de qualidade.

A 2ª Conferência Nacional da Juventude ocorrida em 2011 demonstrou, segundo os delegados presentes, que a questão central para a juventude brasileira é da qualidade da educação (51,4%). Segundo Farah Neto, Pinheiro e Esteves (2012), dentre os direitos considerados prioritários para as Políticas Públicas para a Juventude estão a Educação (85,7%) e o Trabalho (46,5%). Embora a Educação Profissional os contemple, a qualidade requerida também nesta modalidade configura-se como prioritária.

### 2.3 OS DADOS DO PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

A Tabela 16 apresentada a seguir, traz dados quantitativos das matrículas realizadas no município de Curitiba, relativas aos cursos técnicos concomitantes ofertados pelo PRONATEC no período de 2011-2014:

Tabela 16 - Quantidade e Porcentagens de Matrículas nos Cursos Técnicos Concomitantes e nos Cursos FIC de acordo com as Iniciativas: PRONATEC/CURITIBA, 2011-2014

Iniciativas	2011	2012	2013	2014	Total	%
<b>Acordo de Gratuidade</b>	<b>5.250</b>	<b>6.505</b>	<b>9.333</b>	<b>6.476</b>	<b>27.564</b>	<b>31,1</b>
FIC	5.008	5.731	8.105	5.846	24.690	27,8
Técnico Concomitante	242	774	1.228	630	2.874	3,3
<b>Bolsa Formação</b>		<b>3.179</b>	<b>8.468</b>	<b>11.286</b>	<b>22.934</b>	<b>25,8</b>
FIC		2.891	5.840	4.425	13.156	14,8
Técnico Concomitante		289	326	172	787	0,8
Técnico Subsequente			2.302	6.689	8.991	10,2
<b>Brasil Profissionalizado</b>	<b>2.973</b>	<b>3.607</b>	<b>4.510</b>	<b>3.191</b>	<b>14.281</b>	<b>16,1</b>
Técnico Concomitante	2.973	3.607	4.510	3.191	14.281	16,1
<b>E-TEC</b>	<b>14.458</b>	<b>4.280</b>	<b>27</b>		<b>18.765</b>	<b>21,1</b>
Técnico Concomitante	14.458	4.280	27		18.765	21,1
<b>Rede Federal</b>	<b>1.972</b>	<b>1.163</b>	<b>1.145</b>	<b>912</b>	<b>5.192</b>	<b>5,9</b>
Técnico Concomitante	1.972	1.163	1.145	912	5.192	5,9
<b>Total</b>	<b>24.653</b>	<b>18.735</b>	<b>23.483</b>	<b>21.865</b>	<b>88.736</b>	<b>100</b>

Fonte: BRASIL/MEC/SIMEC/SETEC, 28-08-2014.

No município de Curitiba, a maior proporção de matrículas em relação às iniciativas do PRONATEC no período de 2011-2014 deu-se no Acordo de Gratuidade com o Sistema S, sendo que 27,8% destas foram realizadas em Cursos FIC. Em seguida, na iniciativa da Bolsa Formação a oferta de cursos FIC correspondeu a mais da metade desta, com apenas 0,8% da oferta nos cursos técnicos concomitantes. Do total de 88.736 matrículas realizadas em todas as iniciativas do Programa no município de Curitiba, que corresponderam a 24% de todas as do estado do Paraná, 47,3% foram realizadas nos cursos técnicos na forma concomitante, de acordo com a Tabela 16.

No Caderno Estatístico do município de Curitiba, elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (PARANÁ/IPARDES, 2014) consta a População Censitária segundo a Faixa Etária e Sexo do ano de 2010, com base no Censo Demográfico do IBGE. Em torno de 129.993 da população apresentada na faixa de 10-14 anos no ano de 2010, corresponderia à faixa de 14-18 anos e, quatro anos após, a faixa líquida de idade dos jovens que poderiam estar cursando o Ensino Médio (15-17 anos) na capital do estado do Paraná. Subtraindo-se deste número, 25%, cálculo médio aproximado em torno das taxas

de analfabetismo, morbidade, evasão e retenção no Ensino Fundamental, atingem-se 97.495 jovens.

No entanto, conforme os dados de matrícula da SEED (PARANÁ/SEED, 2014) gerados pelo Sistema de Administração da Educação (SAE) de 08/11/2014 e disponibilizados no Portal Dia a Dia Educação, estão matriculados no Ensino Médio da Rede Estadual do município de Curitiba, 59.755 alunos. Destes, 47.029 estão no EM regular, 5.870 no EM integrado, 5.472 na EPTNM subsequente ao EM e o restante no PROEJA e Magistério/Normal.

A demanda potencial para o PRONATEC no ano de 2014 no município de Curitiba, considerados os cursos técnicos que elevariam a escolaridade, seria a de 47.029 alunos, que estão no Ensino Médio regular. Comparando este número com os dados da Tabela 16, somadas as matrículas constantes das iniciativas referentes ao ensino técnico concomitante, obteve-se o total de 4.905 matrículas destas no Programa no ano de 2014, ou seja, apenas 10,4% da demanda potencial para o Programa. A oferta de Bolsa Formação aos alunos para os cursos concomitantes no PRONATEC correspondeu a 3,5% do total ofertado, no ano de 2014.

Portanto, a contribuição dos cursos técnicos concomitantes do PRONATEC para a democratização da EPTNM, no município de Curitiba, não ocorreu de forma efetiva, de acordo com as matrículas efetuadas.

## 2.4 O CONTEXTO HISTÓRICO DO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: A AMPLIAÇÃO DO ACESSO ESCOLAR

Segundo Azevedo (2011) a configuração do setor educacional brasileiro esteve articulado ao processo de modernização, caracterizado pelo crescimento urbano e pela industrialização, originando também a demanda pela ampliação de oportunidades educacionais, que incorporou a histórica dualidade estrutural no sistema educacional.

Portanto, o debate sobre a questão da “democratização” no setor educacional não é recente, atravessou diversos períodos históricos e importantes esforços foram realizados, como o Manifesto dos Pioneiros (1932) e a Luta pela escola pública ocorrida entre os anos de 1948-1961, comportando desdobramentos até os dias atuais.

A discussão apresentada introduz um debate pretérito que envolveu o tema da democratização na educação brasileira, consubstanciando-se em apenas uma das inúmeras discussões realizadas, cada qual relacionada a determinados contextos histórico-sociais.

O trabalho de Azanha (2004), publicado originalmente em 1978, refletiu sobre o emprego do termo democratização e a necessidade de apreensão do seu significado, a partir da análise das ações correspondentes às políticas educacionais. O autor vincula a democratização às tentativas da Reforma Sampaio Dória (1920), referente à ampliação do ensino primário; à expansão das matrículas no ciclo ginásial (1967-1969) e à renovação pedagógica proposta para os Ginásios Vocacionais no estado de São Paulo (1961-1969). Foge ao escopo do trabalho o aprofundamento destas Políticas, mencionadas apenas como retomada histórica.

O autor previamente distinguiu a propaganda ideológica da ação democratizadora, pois reconhece que “formulações abstratas do ideal democrático prestam-se a todos os usos, servindo a todas as ideologias”, no entanto “é nos esforços de realização histórica desse ideal que as raízes das posições e das divergências se revelam” (AZANHA, 2004, p. 336). Ressaltou o pressuposto das ações realizadas, à análise da democratização nas políticas educacionais

As três tentativas realizadas exemplificaram a compreensão da democratização da educação de duas maneiras básicas: a primeira, como política de ampliação radical das oportunidades educativas, presentes na Reforma Sampaio Dória e na expansão das matrículas no ciclo ginásial e a segunda, como prática pedagógica fundada na liberdade do educando, reproduzindo-se pedagogicamente na vida escolar os interesses e as forças que movem a vida política, experiência realizada nos Ginásios Vocacionais.

Para a presente pesquisa interessa a primeira compreensão da democratização da educação efetuada por Azanha (2004) como política de ampliação radical das oportunidades educativas. O autor esclarece que na Reforma Sampaio Dória a ação efetuada foi a de reduzir o tempo do ensino primário para estendê-lo a todos. Na expansão das matrículas do ciclo ginásial, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo unificou a preparação das

provas e reduziu as exigências do exame de admissão que, à época representava uma barreira para o ciclo ginasial.

O autor questiona as críticas relativas à ampliação radical das oportunidades educativas presentes nas ações descritas, que foram elaboradas por educadores à época, com o argumento do “rebaixamento” da qualidade de ensino. Este argumento evidenciaria os interesses de uma classe social privilegiada que, no momento histórico, pretendia prevalecer sobre as necessidades essenciais da população brasileira. Para o autor, a extensão de oportunidades

é, sobretudo, uma medida política e não uma simples questão técnico-pedagógica. A ampliação de oportunidades decorre de uma intenção política e é nesses termos que deve ser examinada. Aliás, não poderia ser de outra maneira, pois qualquer que seja o significado que se atribua, atualmente, ao termo ‘democracia’, não se poderia limitar a sua aplicação a uma parcela da sociedade como na Antiga Grécia, onde a vida democrática era privilégio de alguns. Não se democratiza o ensino, reservando-o para uns poucos sob pretextos pedagógicos. (AZANHA, 2004, p. 344).

A questão central enfatizada na análise de Azanha (2004), quanto ao acesso à educação para todos, atualiza-se em relação às ações de expansão realizadas pelas políticas educacionais posteriores e que apresentam como escopo a democratização do acesso, pois enquanto existirem pessoas fora da escola, em todos os seus níveis e modalidades, esta discussão ainda faz sentido.

Segundo Oliveira (2011)

A luta pela educação básica trouxe desde a sua origem a concepção de democratização como acesso universal, como um imperativo, o que resultou na priorização no âmbito das políticas públicas, pelo menos por determinado tempo, dos aspectos quantitativos em detrimento dos qualitativos. (OLIVEIRA, 2011, p. 93).

O PRONATEC ampliou o acesso seletivo de alunos do Ensino Médio à EPTNM, através da expansão da oferta de cursos técnicos na forma concomitante e, posteriormente, na forma subsequente. Priorizou o alcance quantitativo das matrículas alcançadas e consideradas pelo Programa, como uma forma de legitimar-se.

No entanto, a análise quanto à oferta que caracterizou especificadamente o Programa indicou que esta foi expressiva em relação aos cursos FIC e não aos

cursos técnicos, evidenciando a continuidade histórica quanto à opção de qualificação dos trabalhadores para o trabalho simples.

Outra questão passível de discussão relaciona-se à diversificação da natureza da oferta de Educação Profissional aos alunos do Ensino Médio e à continuidade das formas de oferta diferenciadas na EPTNM. Na ampliação de ofertas diferenciadas, mantêm-se também as suas diferenças qualitativas, que obstaculizam a realização da igualdade de acesso às bases do conhecimento (PERONI, 2012), não se promovendo a educação como um processo de formação humana para todos.

Esta última questão remete à crítica de Gramsci (1978) à Reforma Gentile<sup>40</sup> realizada na Itália, que profissionalizou a escola média italiana, configurando-se como uma “ilusão democrática”:

Na escola atual, graças à crise profunda da tradição cultural e da concepção de vida e de homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, tomam a frente da escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvada como democrática, quando, na realidade, não é só destinada a perpetuar as diferenças sociais, como ainda em cristalizá-las em formas chinesas. (GRAMSCI, 1978, p. 132).

Portanto, a expansão da oferta e da formação diversificadas, permitida pelo PRONATEC soa como aparentemente democrática. Entretanto, suas diferenças qualitativas além de não contribuir para a qualidade do Ensino Médio reforçam as desigualdades, distanciando-se da construção do processo de democratização da educação.

A ação do Estado, presente nas políticas educacionais que visam à democratização do acesso, implica também na reflexão sobre as condições políticas e as de implementação, para além da oferta de vagas. Carvalho (2004), ao comentar o artigo de Azanha (2004), complementa: “Não pode haver democratização do ensino sem esforços sistemáticos para o acesso e a

---

<sup>40</sup> Segundo Horta (2008) a Reforma Gentili foi realizada pelo filósofo Giovanni Gentili, primeiro Ministro da Educação do regime fascista, no período de 1922-1923 e constituiu-se de uma ampla reforma no sistema educacional italiano, abrangendo o ensino primário, o médio e o superior, de acordo com a concepção de uma educação própria para dirigentes e outra para trabalhadores. O autor refere-se à uma de suas medidas, a de supressão da escola técnica, transformada em escola elementar, que sofreu rejeição pelas famílias italianas.

permanência de todos nas escolas” (CARVALHO, 2004, p. 333). Neste sentido, a dimensão política e social da democratização na educação compreende também os aspectos pedagógicos, embora não se limite exclusivamente a eles.

No âmbito legal, o princípio constitucional do ensino com igualdade de condições de acesso e de permanência na escola, encontra-se no artigo 206, I, da Constituição Federal e no artigo 214, II, que trata da universalização do atendimento escolar, também prevista pela LDB, mediante ações estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação. Constituem-se quanto à expansão do PRONATEC, como elementos de base legal e indicadores para a análise da democratização da educação com a necessária e complexa qualidade social, discutida e abordada anteriormente por Oliveira (2009).

Análises de determinadas políticas educacionais mais recentes (CATTANI; HEY; GILIOLI, 2006; MICHELOTTO; COELHO; ZAINKO, 2006) abordam a relação entre expansão e democratização da oferta, como as realizadas sobre o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Os trabalhos apontam a não identificação entre expansão e democratização da oferta, pois a primeira constitui-se apenas como um indicador para a análise da segunda, que pressupõe a possibilidade de acesso e de permanência dos alunos. Michelotto; Coelho e Zainko (2006) discutem que na concepção do PROUNI não foram previstas ações que pudessem garantir a permanência dos alunos e, no mesmo sentido, Catani; Hey e Gilioli (2006) indicaram que a expansão articulou-se ao acesso, mas não à permanência.

Portanto, o referencial que sustentou os indicadores para a análise da proclamada democratização na EPTNM pelo PRONATEC foi o princípio da garantia da universalização do acesso, da permanência e conclusão. O problema encontrado, o do abandono no Programa configurou-se como um importante eixo de análise, base para a pesquisa qualitativa realizada com os alunos, que teve como foco central as razões para o abandono e também para a permanência, em um curso técnico determinado do Programa.

## **Síntese do capítulo**

O capítulo 2 teve como objetivo principal dimensionar a oferta da Bolsa Formação Estudante no PRONATEC relacionada aos cursos técnicos

concomitantes quanto às vagas, às matrículas, os cursos e o perfil dos alunos, desde a sua implantação até o ano de 2014, em relação à expansão quantitativa considerada pelo Programa como um todo e com base nos dados disponibilizados em 2012 e em 2014 pela SETEC referentes ao Brasil, ao estado do Paraná e do município de Curitiba. Quanto a estes últimos, também foram considerados os organizados pelo DET/SEED e os disponibilizados pelo NRE de Curitiba.

Os primeiros dados coletados, que se configuraram como os primeiros resultados do PRONATEC nos seus anos iniciais (2011-2012), revelaram que a oferta inicial dos cursos técnicos no Programa correspondeu a menos de um terço em relação ao total dos cursos FIC. Quase a metade destes últimos foi ofertada pelo Sistema S, voltados para a formação de mão de obra para o mercado, como resposta do governo federal à demanda empresarial. A proporção das matrículas nos cursos FIC, consideradas até o ano de 2014, ultrapassou ao dobro das referentes aos cursos técnicos, dando continuidade à tendência histórica de formação para o trabalho simples no Brasil, preliminarmente evidenciada nos anos iniciais de implantação do Programa.

Portanto, o PRONATEC não fortaleceu a democratização dos cursos técnicos, como sugeriram as propagandas oficiais. Os cursos técnicos necessitam de maiores investimentos e de um tempo maior de formação para o desenvolvimento de uma profissionalização mais completa e de qualidade, associada à elevação de escolaridade dos jovens. Além destes aspectos, a oferta do Programa realizou-se sem um estudo consistente que fundamentasse a natureza desta e a sua relação com a demanda real do mercado de trabalho e a dos alunos.

Nos cursos técnicos ofertados no período de 2011-2012, somente as matrículas na rede federal, nos Institutos Federais e nas Escolas Técnicas superaram as vagas ofertadas, demonstrando o interesse dos alunos nos cursos ofertados por estas instituições, corroborando a defesa da ampliação da EPTNM pública. Contraditoriamente, na rede federal a oferta da Bolsa Formação para os cursos técnicos foi inferior (17%), comparada à oferta desta no Sistema S (80%).

As matrículas na Bolsa Formação até o mês de agosto do ano de 2014, embora tenham apresentado um crescimento contínuo, ocorreram em menos da metade (45,5%) do total geral de 7.726.256 matrículas realizadas e computadas no Programa. Em 71,1% das matrículas na Bolsa Formação, estas



corresponderam aos cursos FIC e 46,4% destes alunos possuíam o Ensino Médio completo, integrando, portanto, uma demanda potencial para os cursos técnicos subsequentes.

O perfil preponderante dos beneficiários do PRONATEC até o ano de 2014 em relação ao gênero compôs-se de 60,37% do público feminino, confirmando a tendência apresentada no estudo abordado anteriormente sobre a EP em 2007. Em relação à faixa etária atendida, 30,07% possuíam as idades entre 15 a 18 anos, e quanto à escolaridade, 42,32% apresentavam o Ensino Médio completo e 38,86% o Ensino Médio incompleto; portanto, uma demanda para a maior oferta de cursos técnicos.

O estado do Paraná seguiu a tendência nacional do maior número de matrículas situar-se na iniciativa da Bolsa Formação e na maior oferta de cursos FIC (57%) em relação aos cursos técnicos no período de 2011-2014. O Programa não atraiu os alunos, pois a proporção de vagas ofertadas foi maior do que a de matrículas. No ano de 2012 as matrículas nos cursos técnicos representaram apenas 24% do total de alunos matriculados no EM.

Também foi observado no estado do Paraná, o preenchimento da totalidade das vagas ofertadas pelo SENAI em cursos técnicos concomitantes no segundo semestre de 2012. O interesse específico dos alunos poderia estar relacionado ao prestígio que a instituição possui perante a sociedade pelo reforço à visão da garantia de emprego, a oferta de determinados cursos técnicos, principalmente na área industrial, ou até mesmo à presença da instituição em um maior número de municípios.

No município de Curitiba, a maior expansão de matrículas em relação às iniciativas do PRONATEC no período de 2011-2014 deu-se no Acordo de Gratuidade com o Sistema S, sendo que 89% destas foram realizadas em cursos FIC. Da demanda potencial do município para o PRONATEC no ano de 2014, correspondente aos alunos matriculados no Ensino Médio regular, apenas 10,4% destes matricularam-se no Programa nos cursos técnicos concomitantes. A oferta da Bolsa Formação para estes cursos correspondeu a 3,5% do total ofertado no ano de 2014.

A oferta inicial dos cursos técnicos concomitantes do PRONATEC não ocorreu de forma universalizada no Brasil, no Paraná e no município de Curitiba, não contribuindo para a democratização da EPTNM, a despeito da meta

quantitativa da realização de 8 milhões de matrículas pelo PRONATEC ter sido atingida no início do segundo semestre de 2014.

O capítulo também abordou uma discussão histórico-conceitual realizada por Azanha (2004) acerca da democratização da educação na sua relação com políticas educacionais pretéritas, que tiveram como escopo proporcionar a ampliação da escolaridade para todos. Considerado o momento histórico referido, a análise apresentada tratou de tentativas iniciais para a ampliação do acesso escolar e das suas formas de realização, tendo como foco central a ampliação da escolaridade para todos. O autor problematizou o uso de forma abstrata da expressão “democratização da educação” nas políticas educacionais, que comporta diversas ideologias.

A crescente demanda escolar, advinda da regularização da educação como setor e parte do processo de modernização, serviu como base para que as perspectivas posteriores limitassem o entendimento acerca da democratização na educação básica, correspondente à maior oferta de vagas, representativa da “garantia” de acesso.

A democratização da EPTNM pelo PRONATEC não correspondeu a um acesso universal, mas sim limitado aos alunos do Ensino Médio público, mediante a oferta inicial de cursos técnicos na forma concomitante, propiciada principalmente por instituições privadas. Aos demandantes coube a seleção de alunos, classificados para a Bolsa Formação por critérios objetivos como, por exemplo, estarem cursando o 2º ano do EM, ter renda familiar inferior ou fazer parte do Cadastro Único do Governo Federal.

O Programa priorizou a oferta de cursos técnicos na forma concomitante aos alunos trabalhadores, que têm dificuldade de acesso, pois muitos exercem uma atividade laboral remunerada em tempo integral, incompatível com o turno da escola pública e o do curso técnico.

A oferta quantitativa de cursos técnicos ficou aquém em relação aos cursos FIC, que não elevam a escolaridade. Os cursos concomitantes são articulados ao EM e não integrados, oferecem uma formação fragmentada aos alunos. A opção pela oferta da concomitância e, posteriormente, pela forma subsequente evidencia a natureza da formação privilegiada pelo PRONATEC aos alunos da escola pública.

A aparência de democratização também transparece nas várias formas de oferta possíveis para a escolha do aluno, tanto pertencentes ao Programa quanto fora dele (como a forma integrada no EM regular). Entretanto, o PRONATEC aprofunda as desigualdades existentes, pois não prioriza uma oferta qualitativa a todos, tendo como base a formação humana.

Pesquisas sobre o PROUNI apontaram que a expansão de vagas constitui-se em um indicador para a análise da democratização, mas não se encerra nela. As propagandas sobre o PRONATEC reforçaram o aspecto quantitativo quanto à totalidade de matrículas realizadas, embora não existam até este momento estudos oficiais sobre a permanência dos alunos no Programa e a inserção profissional relacionadas à EPTNM.

O processo de democratização da educação inclui o princípio de igualdade de condições de acesso e de permanência na escola. Portanto, a proclamada ampliação da oferta de EPTNM no PRONATEC apresenta uma dimensão política e social importante para a Educação Profissional, porém não se esgota nela.

O levantamento de dados iniciais apontou problemas quanto ao acesso e à permanência no Programa, norteando a investigação empírica, apresentada no próximo capítulo, visando à análise das razões do abandono e da permanência dos alunos no PRONATEC.

### **CAPÍTULO 3**

#### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: DADOS E REFERENTES DA PESQUISA EMPÍRICA**

O capítulo trata inicialmente dos dados da oferta nos cursos técnicos do PRONATEC no município de Curitiba, que apontaram problemas quanto ao acesso dos alunos. Os dados posteriores, das matrículas constantes no decorrer dos cursos, indicaram também problemas quanto a não permanência de uma quantidade expressiva de alunos nos cursos do Programa. Além do levantamento de dados quantitativos, foram estabelecidos como procedimentos metodológicos da pesquisa, questionários e entrevistas com os alunos. As razões dos alunos quanto à permanência ou não no curso investigado nortearam a investigação empírica, visando compor uma análise qualitativa relacionada à democratização da EPTNM pelo PRONATEC.

A primeira seção trata do percurso metodológico realizado na pesquisa, a partir da apresentação dos dados obtidos no levantamento da oferta do Programa no município de Curitiba, e apresenta a razão que justificou a escolha da instituição pesquisada e os procedimentos metodológicos estabelecidos para a pesquisa de campo.

A segunda seção aborda o processo que envolveu a aplicação do questionário no SENAI A e apresenta os seus dados, caracterizando os alunos que permaneceram e as suas visões sobre o curso. A impossibilidade da coleta de dados com um número representativo de alunos que não permaneceram no curso está apresentada na terceira seção.

A quarta seção refere-se às entrevistas, segundo as categorias de análise compostas previamente para a sua realização, que possibilitaram uma análise qualitativa da visão dos jovens egressos sobre aspectos referentes à implantação do Programa no SENAI A, que também se relacionam com as razões de permanência e de abandono dos colegas na instituição.

Os referentes relativos às razões de permanência dos egressos e do abandono dos colegas na instituição serão apresentados e analisados no quarto capítulo.

### 3.1 O PERCURSO METODOLÓGICO

O recorte da pesquisa empírica concentrou-se na oferta de vagas pelo PRONATEC, nos cursos técnicos concomitantes do município de Curitiba, através da análise preliminar dos dados de vagas e de pré-matrículas realizadas nas instituições ofertantes (IFPR e Sistema S), no período inicial de sua implantação (2012). Os dados de pré-matrículas representaram indícios do interesse dos alunos da escola pública estadual em participar dos cursos do Programa. Em relação à implantação inicial dos cursos técnicos do PRONATEC em Curitiba, a SEED iniciou o processo em agosto do ano de 2012, tendo sido realizadas as pré-matrículas nos Núcleos Regionais de Educação.

No mês de agosto do ano de 2013 a pesquisadora estabeleceu contato telefônico com o NRE de Curitiba, responsável pela realização das pré-inscrições dos alunos para os cursos técnicos do PRONATEC do município, recebendo a informação de que os alunos interessados foram classificados conforme a documentação exigida, com posterior encaminhamento da listagem classificatória para as instituições ofertantes, como o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e as unidades do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Segundo estas informações, coube às instituições ofertantes realizarem o chamamento dos alunos com base na listagem enviada para a efetivação da matrícula e o posterior registro no SISTEC. A responsável pelo SISTEC na Secretaria de Educação do Paraná informou que neste período, o Sistema ainda não permitia a visualização dos nomes dos alunos matriculados nas instituições ofertantes.

A pesquisadora solicitou à responsável pelo PRONATEC no NRE de Curitiba, cópia da listagem dos alunos que realizaram a pré-inscrição nas escolas estaduais ou no próprio NRE, referente ao início da implantação do PRONATEC no estado do Paraná, no município de Curitiba, no mês de agosto de 2012. Prontamente atendida, recebeu via *e-mail* uma listagem constando as instituições ofertantes, os cursos técnicos, o número de vagas e as planilhas de pré-matrículas com os nomes dos alunos interessados, matriculados em determinadas escolas públicas e os seus contatos.

Os dados coletados<sup>41</sup> inicialmente possibilitaram a elaboração da Tabela 17, apresentada a seguir:

Tabela 17 - PRONATEC/CURITIBA/PARANÁ: Instituições/unidades ofertantes, quantidade de pré-matrículas, cursos técnicos e vagas: agosto de 2012

PRONATEC/CURITIBA/PARANÁ			
INSTITUIÇÕES/UNIDADES	PRE-MATR.	CURSOS	VAGAS
IFPR	112	2	80
SENAI A*	171	1	80+40**
SENAI B*	112	1	32+33**
SENAI C*	27	1	40
SENAC	45	2	80
TOTAL	467	7	385

Fonte: PARANÁ/SEED/NRE, 2013. Tabela elaborada pela pesquisadora.

\* As referências alfabéticas às unidades do SENAI como A, B e C foram utilizadas como um critério para preservar-se a identidade da unidade pesquisada.

\*\* Em contato com as coordenadoras do PRONATEC destas instituições no mês de setembro de 2012, houve a informação do posterior aumento das vagas ofertadas no SENAI A para 120 e no SENAI B para 65.

Conforme os dados coletados no NRE de Curitiba, 57,5% das pré-matrículas realizadas ocorreram nos cursos técnicos ofertados, em relação à oferta de cursos FIC, demonstrando a demanda dos alunos no PRONATEC. Mediante a análise da Tabela 17 é possível identificar que o número de vagas ofertadas nos cursos técnicos não foi suficiente para a demanda dos alunos, representada pelas pré-matrículas.

Duas outras unidades do SENAI no município não ofertaram cursos técnicos, e, portanto, não constaram da Tabela 17. O Curso do SENAI C, que obteve poucas inscrições, foi o único curso técnico ofertado no período noturno. Em contato telefônico com alguns alunos, estes relataram que o entorno da instituição é bastante perigoso, e muitos alunos ficam à mercê da violência provocada pelos assaltos, dificultando a sua permanência. Nos cursos técnicos ofertados inicialmente pelo SENAC, em virtude da exigência da idade mínima ser de 17 anos, muitos alunos não puderam realizar as pré-matrículas, conforme

<sup>41</sup> No mês de setembro de 2013 foi protocolado na SEED um pedido formal de autorização para a coleta de dados nas escolas, NRE e SEED para dar-se continuidade à pesquisa sobre o PRONATEC, conforme determinação da Superintendência da SEED. O NRE de Curitiba enviou comunicado à pesquisadora, via *e-mail*, para que esta tomasse ciência do protocolado com a autorização, no próprio NRE, somente no final do mês de janeiro do ano de 2014.

relato de uma representante desta instituição. Estes cursos foram então suspensos e substituídos por outros dois cursos FIC.

No mês de setembro de 2013 foram solicitados ao IFPR e às duas unidades do SENAI que obtiveram o maior número de pré-matrículas, os dados constantes das matrículas iniciais e as deste momento, para a verificação da frequência dos alunos aos cursos técnicos ofertados, o que permitiu a elaboração da Tabela 18 apresentada a seguir.

Tabela 18 - PRONATEC/CURITIBA/PARANÁ: Comparativo entre Pré-Matrículas, Matrículas em agosto de 2012 e em setembro de 2013, por instituições/unidades: setembro de 2013

INSTITUIÇÕES/ UNIDADES	PRONATEC/CURITIBA/PARANÁ		
	PRÉ-MATRÍCULAS	MATRÍCULAS AGOSTO/2012	MATRÍCULAS SETEMBRO/2013
IFPR	112	80	44
SENAI A	171	118	42
SENAI B	112	65	27
TOTAL	395	263	113

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora, a partir de informações repassadas pelas instituições/unidades à pesquisadora, no mês de setembro de 2013.

As matrículas iniciais realizadas quase totalizaram o número de vagas ofertadas nas três instituições destacadas. No entanto, em todos os cursos técnicos apresentados na Tabela 18 ocorreu uma grande redução de matrículas, após treze meses de cursos iniciados. O maior paradoxo encontrado foi em relação ao curso técnico do SENAI A que obteve a maior demanda dos jovens alunos, mas que também apresentou a menor permanência (35%) em relação aos demais. Na tentativa de se estabelecer contato com a coordenadora pedagógica desta instituição, quanto às possíveis razões da não permanência destes jovens no curso, não se obteve nenhuma resposta neste momento.

Os dados de matrículas da instituição do SENAI, da unidade denominada de “A”, chamaram a atenção da pesquisadora para a continuidade da investigação, buscando as razões dos alunos do EM para a permanência ou para o abandono no curso técnico do Programa, justificando-se também pelos motivos expostos a seguir.

Estudos sobre a não permanência dos alunos, que tem ocorrido reiteradamente nos últimos anos, em todos os níveis e modalidades de ensino, apresentam porcentagens variadas nos colégios públicos que ofertam o EM e a EPTNM. Trabalhos como o de Bernardim (2013) e os do Grupo de Pesquisa “Juventude: Escola e Trabalho” da UFPR, dentre outros, estudam o fenômeno. Bernardim (2013) aborda também na sua pesquisa, a questão da não permanência dos alunos, ao analisar os sentidos atribuídos ao Ensino Médio Integrado pelos jovens da classe trabalhadora. O Grupo de Pesquisa “Juventude: Escola e Trabalho” da UFPR que objetiva analisar os sentidos e os significados atribuídos por jovens da EPTNM quanto ao processo de escolarização, como sujeitos da experiência escolar, identificando as razões da permanência ou de abandono da escola, discute ainda, a necessidade de se considerar uma “perspectiva analítica que, aliada às investigações com foco nas instituições (seus textos, discursos, políticas e práticas) se volte para os sujeitos desse processo” (UFPR, 2010, p. 9), segundo dispõe o seu Projeto de Pesquisa. Ancorado neste, o procedimento metodológico do presente trabalho orientou-se para a aplicação de questionários e de entrevistas com os alunos do curso técnico.

A análise das razões para a permanência ou não dos alunos do EM público, em um curso técnico do PRONATEC, ofertado por uma determinada instituição não pública - como as que compõem o Sistema S -, além de compor um dos eixos de análise da pesquisa, em relação à proclamada democratização na EPTNM pelo Programa, encaminha também a discussão para o âmbito da parceria privada.

### 3.2 A APLICAÇÃO E DADOS DO QUESTIONÁRIO NO SENAI A

As unidades do SENAI são entidades jurídicas de direito privado, organizadas e dirigidas pela Confederação Nacional da Indústria, que realizam basicamente a intitulada “aprendizagem industrial”, voltada para a qualificação de concluintes do ensino fundamental, entre jovens de 14 e 24 anos. As unidades pertencentes ao estado do Paraná fazem parte da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), conjuntamente com o Centro das Indústrias do Estado do Paraná (CIEP), o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL).



O SENAI A situa-se em um bairro caracterizado como um dos maiores e mais populosos da cidade de Curitiba, composto por um comércio variado e por concentrações de indústrias, principalmente as metalúrgicas. A unidade possui uma área ampla, com ginásio de esportes, área verde, três blocos onde se situam os cursos, o colégio do SESI, biblioteca e cantina.

Além dos cursos ofertados para a comunidade, no ano de 2013 a unidade ofertou três cursos técnicos e sete cursos de aprendizagem. A razão da oferta do curso técnico pelo PRONATEC no SENAI A no ano de 2012 deveu-se à “necessidade da indústria”, segundo o coordenador do curso. Com o tempo de duração de um ano e meio, sua grade curricular compõe-se de dezesseis disciplinas, ministradas por sete professores, todos com especialização nas suas respectivas áreas e com a “prática na indústria”, exigida pela instituição. A equipe pedagógica e administrativa foi formada pelo coordenador de curso, “coordenadora pedagógica” e por um auxiliar administrativo. Para o final do ano de 2014 previu-se a formatura desta primeira turma do curso técnico do PRONATEC no SENAI A.

O questionário que foi aplicado nesta unidade abrangeu dados socioeconômicos e outros relacionados aos alunos e ao PRONATEC, com 12 perguntas, entre questões abertas e fechadas, aplicado nas três turmas do curso, uma do período matutino e duas do período vespertino, constando do Apêndice B do presente trabalho. Em relação aos que abandonaram o curso, também foi elaborado um questionário, que não foi aplicado a todos. Esta questão será tratada em seção específica.

A visita ao SENAI A para a aplicação do instrumento metodológico de pesquisa com os alunos e o levantamento de informações com a coordenadora pedagógica do curso foi marcada para o dia 06/12/2013, data em que os alunos ainda estariam presentes, devido ao calendário que previa avaliações finais no mês de novembro e a previsão de encerramento do curso em 18/12/2013.

No entanto, na manhã do dia da aplicação do questionário na unidade, em contato com o coordenador do curso, este comentou com a pesquisadora que a coordenadora pedagógica só estaria presente no turno da tarde neste dia e que os alunos do turno matutino provavelmente não estariam presentes, pois haviam sido dispensados pelos Professores após as avaliações. Neste momento,

constatou-se a evidente falta de comunicação entre a equipe pedagógica e a administrativa, pelo desencontro das informações prestadas à pesquisadora.

Devido à ausência dos alunos e da coordenadora pedagógica, o coordenador de curso aceitou conceder uma entrevista para a pesquisadora e parte do seu conteúdo será apresentado a título de informações sobre o SENAI A e para demarcar algumas das questões abordadas pelos alunos nas entrevistas, por opção da pesquisadora.

Segundo o coordenador, a unidade foi formada há oito anos, com a oferta de cursos focados na área automotiva, de capacitação para as montadoras, devido às parcerias de empresas como a Volvo e a Fiat. Atualmente, apenas a metade dos cursos ofertados concentra-se na área automotiva; os demais são cursos técnicos constantes dos eixos tecnológicos de Gestão e Negócios e de Comunicação e Informação, além de cursos de aprendizagem e de qualificação.

Após a entrevista com o coordenador de curso, a pesquisadora permaneceu no SENAI A e às 13h00min, na sala determinada (Auditório) para a aplicação do questionário com os alunos das duas turmas do turno vespertino, estavam presentes o coordenador e outros três professores do curso, montando equipamentos para a projeção de slides. Após uma breve apresentação dos objetivos da pesquisa para os alunos do curso, os questionários foram distribuídos e a pesquisadora permaneceu à disposição destes para sanar eventuais dúvidas. Muitos alunos indagaram sobre o significado da Bolsa Formação no questionário, pois não a relacionaram à gratuidade do curso e aos benefícios de assistência estudantil como a alimentação, o transporte e os materiais didáticos ofertados pelo Programa. Durante a realização do questionário, os alunos trocavam idéias e, passados 20 minutos, a maioria já havia finalizado as respostas no instrumento de pesquisa. Permaneceram na sala, aguardando a realização das últimas avaliações com os professores presentes, que se iniciaria por volta das 14h00min.

Após o encerramento da aplicação dos questionários com os alunos e, em contato com o responsável administrativo pelo curso, este informou à pesquisadora, a partir da listagem das pré-matrículas do NRE, quem eram os seis alunos que permaneceram no curso técnico do PRONATEC do turno da manhã,

pois esta turma não havia realizado o questionário, pelas razões anteriormente referidas.

No contato estabelecido com a coordenadora pedagógica no turno vespertino, esta alegou que estaria ocupada com Conselhos de Classe neste período e que enviaria informações posteriores à pesquisadora por e-mail, o que ocorreu neste mesmo dia. O conteúdo também será apresentado posteriormente, utilizando-se o mesmo critério estabelecido em relação à entrevista do coordenador de curso.

Buscando caracterizar e conhecer as razões dos alunos que permaneceram até o final do curso no SENAI A e como este foi desenvolvido no âmbito do PRONATEC, apresentam-se os dados constantes dos questionários respondidos. Para fins de organização quanto à exposição, os dados da turma do turno matutino foram separados das duas turmas pertencentes ao turno vespertino.

#### a) Dados da turma do turno matutino

Os seis alunos constantes deste turno responderam ao questionário enviado por e-mail pela pesquisadora. O Quadro 1 contempla dados socioeconômicos e educacionais coletados, relacionados ao número de alunos que responderam a cada questão:

Quadro 1 - Dados socioeconômicos e educacionais dos alunos do curso técnico da oferta matutina

(continua)

Sexo	Masculino - 2 Feminino - 4
Idade	24 anos - 1 21 anos - 1 20 anos - 1 19 anos - 1 18 anos - 2
Renda mensal da família	Até meio salário mínimo (R\$ 339,00) e no Programa Bolsa-Família - 1 Mais de meio até um salário mínimo (até R\$ 678,00) - 1 Mais de um a dois salários mínimos (até R\$ 1.356,00) - 2 Mais de dois a três salários mínimos (até R\$ 2.034,00) - 1 Acima de três salários mínimos (mais de R\$ 2.034,00) - 1

Participação na renda da família	Não trabalho - 2 Trabalho para cobrir despesas pessoais- 3 Trabalho e contribuo parcialmente nas despesas da família- 1
Recebimento da Bolsa Formação e a sua importância	Sim - 4. Importância: Estar voltada aos jovens que não tem condições - 2 Em branco a resposta - 2 Não - 2. Importância: Em branco a resposta - 2
Colégios de EM	C.E.Marli Queiróz Azevedo - 1 C.E.Lysimaco Ferreira da Costa - 1 C.E.Emílio de Menezes - 1 C.E.Teobaldo Kletemberg - 1 C.E.lara Bergmann - 1 C.E.Francisco Azevedo Macedo - 1
Distanciada residência em relação ao SENAI	Mais de 2000 m. - 6

Fonte: Questionários aplicados pela autora.

Os dados demonstraram que, dos alunos que frequentaram o curso técnico no turno matutino e o Ensino Médio em colégios de várias regiões de Curitiba, mais da metade são mulheres que trabalham para cobrir despesas pessoais ou contribuir parcialmente nas despesas da família, de nível socioeconômico baixo e com idade acima de 18 anos. A Bolsa Formação contemplou o transporte gratuito para o deslocamento ao SENAI A.

O Quadro 2 apresenta os dados de questões relacionadas ao curso do PRONATEC e a respectiva visão dos alunos:

Quadro 2 - Dados relacionados ao curso e à visão dos alunos da oferta matutina

(continua)

Forma de conhecimento do curso PRONATEC	Pelo colégio de EM - 5 Através de colegas - 1
Motivo principal para a matrícula no curso	Os cursos técnicos do SENAI garantem emprego porque são voltados diretamente para o mercado de trabalho - 2 A oferta da Bolsa-Formação - 2 Estímulo de parentes e/ou colegas - 1 Afinidade pessoal, vocação, realização pessoal - 1
Relações entre os conhecimentos do curso/EM	Faz relações com os conhecimentos do EM - 4 Não faz relações com os conhecimentos do EM - 2
Os principais aspectos positivos do curso que justificaram as suas permanências	Oportunidade de qualificação para o mercado de trabalho - 3 Reconhecimento das empresas pelo SENAI - 2 Vale Transporte e Refeição - 2 Desenvolvimento da área do curso - 2 Incentivo dos professores - 2

Os principais aspectos negativos do Curso	Distância entre residência e curso - 2 Falta de comunicação entre professores e diretores quanto ao interesse dos alunos e de atenção por parte dos professores - 2 Falta de aulas práticas e poucos trabalhos em grupos - 1 Falta de integração entre o curso e o trabalho - 1 Não houve indicação para emprego - 1
---	--

Fonte: Questionários aplicados pela autora.

Da análise dos dados e referenciais constantes no Quadro 2, verificou-se a importância da divulgação no/do colégio de EM para os alunos tomarem conhecimento do curso técnico ofertado pelo PRONATEC. Os motivos que se destacaram para matricular-se no curso do SENAI A e que também justificaram as suas permanências relacionam-se à visão destes alunos de que o curso/instituição garante um emprego por estarem voltados diretamente para o mercado de trabalho, assim como a possibilidade de realizarem o curso pelo auxílio da Bolsa Formação. O primeiro motivo destacado revela a relação dialética entre o discurso empresarial, o do governo, as visões dos alunos e outros elementos das práticas sociais, conforme a Análise Crítica do Discurso (ACD) apresentada por Pini (2013), que procura desvelar as formas em que se expressa a ideologia, especialmente nas políticas educacionais.

Mais da metade dos alunos deste turno apontou relações entre os conhecimentos específicos do curso com os conhecimentos gerais do Ensino Médio. No entanto, como aspectos negativos destacaram os problemas pedagógicos e de gestão, além da distância entre o local do curso e as suas residências. A resposta quanto à “falta de integração do curso e trabalho” foi relacionada como o motivo para “90% das desistências”, somada à outra, a da falta de “indicação para emprego”. Portanto, o curso do PRONATEC no SENAI A frustrou as expectativas de grande parte dos alunos, que acabaram abandonando-o.

#### b) Dados das turmas do turno vespertino

Responderam ao questionário no SENAI um total de 30 alunos, pertencentes às duas turmas do período vespertino. Os respondentes totalizaram 93,7% dos alunos matriculados no último semestre. A seguir, os dados relativos aos alunos:

Quadro 3 - Dados socioeconômicos e educacionais dos alunos do curso técnico da oferta vespertina

Sexo	Masculino - 15 Feminino - 15
Idade	26 anos- 1 20 anos- 1 19 anos- 5 18 anos- 10 17 anos- 12 16 anos -1
Renda mensal da família	Até meio salário mínimo (R\$ 339,00) e no Programa Bolsa-Família - 0 De meio até um salário mínimo (até R\$ 678,00) - 1 Mais de um a dois salários mínimos (até R\$ 1.356,00) - 15 Mais de dois a três salários mínimos (até R\$ 2.034,00) - 9 Acima de três salários mínimos (mais de R\$ 2.034,00) - 5
Participação na renda da família	Não trabalho - 24 Trabalho para cobrir despesas pessoais - 3 Trabalho e contribuição parcial nas despesas da família - 2 Trabalho para cobrir despesas integrais próprias - 1
Recebimento da Bolsa Formação e a sua importância	Sim - 28. Importância: Pelo apoio financeiro - 3 "Muito boa" - 1 "Muito importante" - 4 Pelo transporte e lanche - 2 Em branco a resposta - 18 Não - 2. Importância: Os dois alunos deixaram em branco a resposta.
Colégios	C.E.Marli Queiróz Azevedo - 1 C.E.Teobaldo Kletemberg - 7 C.E.Iara Bergmann - 3 C.E.Francisco Azevedo Macedo - 2 C.E.São Paulo Apóstolo - 2 C.E.Pio Lanteri - 1 C.E.São Pedro Apóstolo- 2 C.E.Benedicto João Cordeiro - 1 C.E.Senhorinha de Moraes Sarmento - 1 C.E.Guido Arzua - 1 C.E.Roberto Langer Júnior - 3 C.E.Nilo Brandão - 1 C.E.Isabel Lopez Santos Souza - 1 C.E.Claudio Morelli - 1 C.E.La Salle - 1 C.E.Guilherme de Albuquerque Maranhão - 1 C.E.Flávio Ferreira da Luz - 1
Distância da residência em relação ao SENAI	Até 500 m - 1 Até 2000 m - 1 Mais de 2000 m - 28

Fonte: Questionários aplicados pela autora.

Os alunos das duas turmas que frequentaram o curso técnico no turno vespertino e o Ensino Médio nos turnos matutino ou noturno, pertenciam a vários colégios situados em regiões diversas de Curitiba, destacando-se o maior número

de alunos pertencentes ao Colégio Teobaldo Kletemberg (24%), localizado no bairro Sítio Cercado, a aproximadamente 5 km do bairro do curso técnico.

Nas duas turmas vespertinas, a questão de gênero equilibra-se: metade dos alunos são mulheres e a outra metade, homens. A maioria dos alunos situa-se na faixa de idade entre 17 e 18 anos, são mais novos do que a turma matutina e mais da metade possuem um nível socioeconômico baixo. No entanto, 80% deste total de alunos não trabalham, e este pode ter sido um fator que permitiu que um maior número de alunos permanecesse no curso, estudando pela manhã/noite no Ensino Médio e à tarde no curso técnico do SENAI. Em virtude da renda baixa e da maior distância entre suas residências e o SENAI, a Bolsa Formação possivelmente auxiliou muitos desses alunos no transporte, embora a maioria não tenha expressado a importância no item correspondente do questionário.

O Quadro 4 contempla as questões relacionadas ao Curso do PRONATEC e a visão dos alunos do turno vespertino:

Quadro 4 - Dados relacionados ao curso e à visão dos alunos da oferta vespertina

(continua)

Forma de conhecimento do curso PRONATEC	Pelo colégio do Ensino Médio - 23 Pelo SENAI - 1 Através de colegas - 1 Outra forma - 5 (TV: 3; Internet: 2)
Motivo principal para a matrícula no curso	Os cursos técnicos do SENAI garantem emprego porque são voltados diretamente para o mercado de trabalho - 16 Estímulo de parentes e/ou colegas - 2 Afinidade pessoal, vocação, realização pessoal - 5 A oferta da Bolsa-Formação - 4 O curso técnico proporciona uma boa remuneração - 3
Relações entre o curso/Ensino Médio	Faz relações com os conhecimentos do Ensino Médio - 17 Não faz relações com os conhecimentos do Ensino Médio - 13
Os principais aspectos positivos do curso que justificam as suas permanências	Professores “bons”, “competentes” e “qualificados” - 7 Pela capacitação - 7 Pelo desenvolvimento do setor - 1 Assuntos voltados para o mercado de trabalho - 4 Oportunidade de emprego - 4 Diploma - 3 Estrutura “boa” e “excelente” do SENAI - 3 Oportunidade de realizar o Curso - 3 Visitas técnicas - 2

Os principais aspectos negativos do curso	Falta de aulas práticas - 4 Falta de visitas técnicas - 2 Não encaminham para mercado - 2 Cansaço - 2 Falta de tempo e prazos de trabalhos curtos - 2 Falta de apoio dos professores - 2 Falta de softwares - 1 Lanche; lanche estragado - 2 Demora no início do Vale-Transporte - 1 Falta de estágio - 1 Infraestrutura - 1 “Nada a declarar” - 1 “Nenhum aspecto negativo” - 2 Responderam com sinais (“...”) - 2 Respostas em branco - 4
---	---

Fonte: Questionários aplicados pela autora.

Os dados apresentados no Quadro 4 corroboraram a importância da divulgação do Programa no colégio em que estudam, que se constituiu como a forma mais efetiva de comunicação para que os alunos tomassem conhecimento dos cursos que são ofertados pelo Programa.

Mais da metade dos jovens estudantes novamente apontou como o principal motivo para matricularem-se no curso do SENAI, as relações deste com o mercado de trabalho e com a garantia de obtenção de emprego, demonstrando o alcance e a legitimação da ideologia empresarial, reforçada pelas propagandas do governo, nos jovens alunos.

Nos aspectos positivos destacou-se a capacitação realizada com professores “competentes” e “qualificados”, justificando muitas das permanências. Quanto aos aspectos negativos, embora 04 alunos tenham deixado em branco a resposta e dois tenham respondido de forma ininteligível, a falta de aulas práticas foi o aspecto mais destacado, além de outras questões mencionadas, como a ausência de visitas técnicas, o não encaminhamento para o mercado, o cansaço, a falta de tempo, os prazos curtos para a realização de trabalhos e até mesmo a falta de qualidade da alimentação (lanche), relacionado à Bolsa Formação.

Algumas sínteses podem ser realizadas com base nos dados provenientes dos questionários respondidos pelos alunos: o primeiro aspecto refere-se ao papel das escolas públicas na divulgação da oferta dos cursos PRONATEC aos alunos, complementando as propagandas governamentais. Os gastos referentes às estas últimas, “acabam se tornando importantes, na medida em que passam para a população a sensação de que muito se está fazendo”



(GARCIA, p. 121, 2011). Criou-se esta sensação quanto ao Programa, que supostamente ampliaria os cursos técnicos para “todos os brasileiros”, como se o problema do desemprego fosse proveniente da falta de formação técnica e não da baixa escolaridade da maioria da população.

Outro aspecto importante no questionário envolveu o principal motivo elencado por todas as turmas para a realização do curso do PRONATEC em uma instituição do SENAI, que se apresenta como um discurso ideológico: a de que a sua formação possui uma maior relação (leia-se adaptação) com o mercado de trabalho e com a obtenção de emprego. Evidentemente que a natureza privada da instituição abarca os interesses dos empresários industriais, ligados ao mercado, e contemplados na formação. No entanto, o mercado de trabalho e o efetivo emprego em um país relacionam-se principalmente a aspectos econômicos globais, nacionais e locais, a aspectos político-sociais e mesmo educacionais, dos quais estas instituições participam, mas que não possuem o efetivo controle.

Pretendeu-se, com as entrevistas, aprofundar o principal motivo destacado pelos alunos, entendendo de que forma os alunos incorporaram-no, relacionado com a permanência destes no Programa e na instituição; além disso, captar a visão dos alunos quanto às relações estabelecidas entre o EM e o curso técnico, na sua articulação.

### 3.3 DADOS DE PESQUISA: OS ALUNOS QUE NÃO PERMANECERAM NO CURSO

A título de esclarecimento e como dado de pesquisa quanto à razão para a não realização da pesquisa qualitativa com os alunos que abandonaram o curso, a pesquisadora apresenta nesta seção algumas considerações sobre a questão. A intenção inicial era a de coletar dados e referentes diretamente com os alunos que abandonaram o curso, através dos questionários e de entrevistas posteriores. No entanto, esta investigação direta foi inviabilizada, pelas razões expostas a seguir.

Após dois meses de tentativas de contato com 33 alunos, listados pelo NRE de Curitiba para realizarem as matrículas no turno matutino, 8 não atenderam as ligações e não retornaram mesmo com mensagens enviadas e 6 apresentaram números de telefone inexistentes.

A maioria dos alunos que atenderam aos contatos telefônicos, não se dispôs a responder o questionário e/ou realizar a entrevista. Foram alegados vários motivos impeditivos, como o trabalho, o estudo e a falta de tempo livre. Repassados os questionários por *e-mail* para 10 alunos que concordaram em respondê-lo, somente 2 retornaram, inviabilizando a coleta e a análise de dados em relação aos alunos que abandonaram o curso.

Os dados coletados com os alunos que não permaneceram, obtidos na tentativa de investigação serão apresentados, embora não sejam considerados na análise, pois não foi possível coletá-los pelos mesmos procedimentos metodológicos estabelecidos na pesquisa, através de questionário e de entrevista.

Por telefone, 19 alunos responderam que o principal motivo para não terem prosseguido no curso foram:

- Trabalho (6);
- Questões familiares, como gravidez inesperada; retorno para a casa dos pais; nascimento de filho e falta de vaga na creche para o filho (4);
- Falta de identificação com o curso (3);
- Falta de realização da matrícula (2);
- Demora no recebimento do Vale-Transporte (2);
- Distância do SENAI em relação à residência (1);
- Falta de chamamento da instituição para a realização da matrícula (1).

Em relação aos alunos das turmas do turno vespertino, restavam 102 alunos para serem consultados, subtraídos os 30 alunos que responderam ao questionário no SENAI e 5 alunos que realizaram transferência para o turno matutino. Foi realizado o mesmo procedimento para estabelecer contato com eles: pelo menos duas ligações telefônicas em dias e horários diferentes e, quando por celular, enviadas também mensagens. Não receberam as chamadas 17 alunos, por não atenderem ou em virtude dos números dos telefones, principalmente celulares, estarem incorretos.

Aos que atenderam as ligações telefônicas (50), a mesma indagação foi realizada, em relação à principal razão para não permanecerem no Curso. Ao final das ligações, obtivemos as seguintes informações:

- Foram chamados, mas não realizaram matrículas ou não frequentaram o curso (14);
- Motivo de trabalho (13);
- Não foram chamados pelo SENAI (6);
- Reprovação (6);
- Questões familiares (2);
- O curso não correspondeu às expectativas (2);
- Desconhecimento de que teria que confirmar a matrícula (1);
- Aprovação no vestibular (1);
- Retorno para casa tarde (1);
- Dificuldade em conciliar trabalho e estudo (1);
- Não soube identificar a principal razão (1);
- Problemas com um professor (1);
- Curso difícil (1).

Retornaram apenas 4 questionários respondidos dos alunos do turno vespertino que não frequentaram o curso, número também insuficiente para caracterizá-los. Dentre estes, uma situação atípica foi constatada: a de um aluno que reprovou no 2º Semestre do curso, permanecendo no curso técnico, mas fora do Programa. Portanto, no SENAI A criou-se um tipo de “exclusão-includente” pela reprovação, em que a exclusão esteve condicionada à falta de oferta pela unidade de novas turmas do curso do PRONATEC, incluindo-se o aluno em turma não gratuita, ofertada em curso técnico fora do Programa.

Por fim, diante da inviabilidade da pesquisa para a identificação das razões dos alunos que desistiram do curso, as entrevistas foram realizadas com os colegas que permaneceram.

### 3.4 A ENTREVISTA PARA A ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS

A partir dos resultados dos dados obtidos através da aplicação dos questionários nas três turmas do curso técnico ofertado pelo PRONATEC no SENAI A, optou-se pelo procedimento posterior de realização de entrevistas individuais, em virtude da necessidade de integrar-se à pesquisa dados qualitativos (SANTOS FILHO E GAMBOA, 2002).

Dentre os trinta e seis alunos que responderam aos questionários aplicados anteriormente, dezoito escolheram e marcaram a resposta: “*Os cursos técnicos do SENAI garantem emprego porque são voltados diretamente para o mercado de trabalho*”, constante das alternativas relacionadas ao principal motivo para terem se matriculado no curso técnico do SENAI A, pertencente ao PRONATEC. Destes, dois alunos pertenciam à turma do período matutino e os outros dezesseis, às duas turmas do período vespertino.

As entrevistas individuais semiestruturadas (MOREIRA; CALEFFE, 2008) ou focalizadas (BARROS; LEHFELD, 2010) permitiram obter um esclarecimento mais detalhado por parte dos alunos quanto à alternativa escolhida mediante as suas justificativas e mesmo a partir de um roteiro prévio; além disso, ter a possibilidade de incluir nas entrevistas outras questões consideradas relevantes para a pesquisa, em relação à implantação do PRONATEC na instituição determinada.

A opção pela alternativa destacada no questionário como critério de seleção para as entrevistas posteriores, justificou-se porque ela poderia confirmar um dos fortes significados do que representou esta oferta para os alunos do SENAI A, ou seja, a centralidade do emprego. A quantidade significativa (50%) que escolheu esta resposta nos questionários corrobora a idéia de que a oferta de uma formação técnica fortemente marcada pelo viés economicista que orienta a política do PRONATEC, direcionada aos jovens alunos matriculados no Ensino Médio público foi acolhida. Além disso, investigou-se a sua possível relação com as razões para a permanência e o abandono dos alunos no curso, compondo a análise da democratização da EPTNM pelo PRONATEC.

Durante quase um mês, do final do mês de fevereiro ao mês de março do ano de 2014, a pesquisadora procurou estabelecer contato com estes ex-alunos, neste momento na condição de egressos (o curso encerrou-se no mês de dezembro de 2013) de diversas formas (por telefone, mensagens via celular e também por *e-mails*) para marcar as entrevistas individuais a serem realizadas em uma sala do Programa de Pós-Graduação, do bloco da Educação na Reitoria, na Universidade Federal do Paraná. Foram informados da possibilidade de escolha para a realização das entrevistas dois dias (ou noites) de uma semana pré-determinada, com a duração de aproximadamente meia hora cada.

O contato deu-se imediatamente via telefone celular e, como resultado inicial, houve a concordância de nove egressos, dentre os dezoito selecionados para a realização das entrevistas propostas. No entanto, na maioria dos contatos realizados, estes não foram imediatos e a pesquisadora necessitou utilizar-se de todos os meios de comunicação citados anteriormente e aguardar o retorno dos alunos. Apenas dois dentre os dezoito selecionados não responderam às inúmeras tentativas de contato durante o mês mencionado.

Os sete egressos que não aceitaram participar da entrevista presencial alegaram como motivos a falta de tempo em virtude de compromissos de trabalho, de estudo ou até mesmo por problemas familiares; no entanto, concordaram em realizá-las por telefone, em horários diversos, de acordo com as suas possibilidades, principalmente nos finais de semana. Um deles que havia concordado em realizar a entrevista desta forma não mais atendeu aos contatos posteriores.

Dos nove egressos que foram agendados para as entrevistas, dois não compareceram no dia e horário combinado e, posteriormente, alegaram dificuldades em remarcar-las, aceitando realizá-las novamente, desde que fossem feitas por telefone. Porém, um deles também não mais atendeu aos contatos posteriores.

Enfim, sete realizaram as entrevistas presencialmente e sete por telefone, compondo uma amostra de quatorze egressos entrevistados (77,7%), dentre os dezoito anteriormente selecionados. Para cada conteúdo de entrevista que foi exposto na pesquisa, usou-se a letra E, correspondente a “entrevista”, seguido de um número que corresponde à ordem de sequência da entrevista realizada, garantindo também que a identidade dos entrevistados fosse preservada.

As questões que formaram o roteiro das entrevistas, constantes do Apêndice C, foram compostas com base em seis categorias prévias, que serviram de critério para a organização das questões e posterior sistematização das respostas, constantes dos quadros do Apêndice D. As categorias escolhidas para as entrevistas procuraram expressar estes jovens enquanto alunos concluintes e trabalhadores, em suas experiências de estudo e de trabalho, a motivação para matricularem-se e permanecerem no curso técnico, as razões de abandono vivenciadas pelos colegas de curso, as suas visões sobre o Programa e expectativas futuras, através da realização do curso técnico no SENAI A.

As seis categorias selecionadas foram: dados complementares dos alunos e dos Colégios de Ensino Médio; justificativa quanto ao principal motivo para a matrícula no curso técnico do PRONATEC; relações entre a juventude, a escola e o trabalho; relações entre o Ensino Médio e o curso técnico; as visões sobre a política do PRONATEC e, por fim, as relações entre a juventude, o presente e os projetos futuros. Para a análise do seu conteúdo utilizaram-se autores (DUBET, 2004) que discutem as questões elencadas, a Análise do Discurso Crítico (ADC) apresentada por PINI (2013), o Documento Referência para a Concomitância no PRONATEC (BRASIL. MEC/SETEC, 2012) e a Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Ofertados no Âmbito do PRONATEC/Concomitância: Ensino Médio (SEED) + Curso Técnico (IFPR/SENAI/SENAC), elaborado pelas entidades parceiras (PARANÁ. SEED/IFPR/SENAI/SENAC, s/d).

a. Primeira categoria: dados complementares dos alunos, dos Colégios de Ensino Médio e outras informações

Os dados referiram-se à idade dos alunos no início do curso técnico; ao sexo; ao ano e ao turno no Ensino Médio; à presença da oferta de cursos técnicos nos Colégios; ao conhecimento dos alunos em relação aos outros cursos ofertados pelo PRONATEC e ao tempo utilizado para os deslocamentos dos alunos entre Colégio, curso, residência e, eventualmente, trabalho de meio período. Os dados foram mensurados quantitativamente e são apresentados no Quadro 5 a seguir:

Quadro 5 - Dados complementares dos alunos do Ensino Médio: Entrevista

IDADE	SEXO	ANO E TURNO	OFERTA DE CURSOS NO COLÉGIO	CONHECIMENTO DE CURSOS PRONATEC	TEMPO DE TRANSPORTE
15 anos: 2 16 anos: 6 17 anos: 4 18 anos: 1 24 anos: 1	M: 9 F: 5	2º Ano: Mat.: 8 Not.: 2  3º Ano: Mat.: 2 Not.: 2	Não: 14 Sim: 0	Não: 4 Sim: 10	1 a 2 h.: 6 2 a 3 h.: 6 + de 3h.:2

Fonte: Entrevistas realizadas pela autora.

A quase totalidade dos entrevistados é jovem, com idades entre 15 e 17 anos, fazendo parte dos aproximadamente trinta por cento dos alunos que se encontram nesta faixa etária no Ensino Médio brasileiro. Mais da metade dos entrevistados pertence ao sexo masculino.

A maioria dos colégios do município de Curitiba oferta o Ensino Médio no período matutino; portanto, isto pode explicar o maior número de matrículas que foram realizadas inicialmente no curso técnico no período vespertino. Na amostra dos entrevistados consta apenas um aluno do curso técnico do período matutino.

Quase 70% destes alunos iniciaram o curso técnico no 2º ano do Ensino Médio, o que indica que o curso não despertou maior interesse por parte daqueles que estavam no ano final do Ensino Médio; da amostra, metade destes estava no 3º ano do turno noturno. Nas percepções dos alunos entrevistados, o fato de a grande maioria ter iniciado o curso técnico ao longo do 2º ano do Ensino Médio, não fez muita diferença em relação às suas aprendizagens, embora a quantidade de reprovações no curso técnico tenha se mostrado bastante expressiva. No entanto, a forma concomitante em que se desenvolveu o curso técnico caracteriza-se pela não integração entre os conhecimentos gerais e específicos.

Apenas quatro entrevistados estavam matriculados no período noturno do Ensino Médio. A situação justifica-se, pois grande parte dos alunos que se matriculam neste turno necessita trabalhar integralmente, o que lhes impossibilita de realizarem cursos técnicos concomitantes ofertados no período diurno, como o do SENAI A.

Os diversos colégios públicos de Ensino Médio em que os entrevistados encontravam-se matriculados não ofertavam, até aquele momento, nenhum curso técnico. Portanto, pelo resultado da amostra não se pode demonstrar uma preferência dos alunos pelos cursos concomitantes ofertados pelo PRONATEC aos cursos técnicos ofertados pela escola pública. Muitos entrevistados expressaram que tinham vontade de realizar um curso técnico; no entanto, os colégios em que estavam matriculados não os disponibilizavam. Além disso, os alunos do Ensino Médio geralmente frequentam escolas mais próximas das suas residências.

A quantidade de alunos que tiveram conhecimento de outros cursos técnicos ofertados pelo PRONATEC também em outras instituições é bastante significativa. No entanto, os alunos que responderam afirmativamente, revelaram que não tiveram conhecimento de todos os cursos ofertados, demonstrando que a comunicação estabelecida pelo Programa não foi efetiva. A forma de comunicação que atingiu mais os alunos para o conhecimento dos cursos técnicos do PRONATEC foi a realizada nos/pelos colégios. Somente o décimo primeiro aluno entrevistado (E11) buscou informações complementares sobre outros cursos, referindo-se aos cursos de qualificação que também foram ofertados pelo Programa:

Bom, os cursos técnicos, como já havia dito, são reconhecidos pela indústria e pelo governo. Têm formação mais prolongada na área, mais fácil a empresa contratar você, porque tem melhor formação (com 1.200h) do que a aprendizagem e a qualificação. O interesse foi em um curso mais complexo (E11).

Os alunos entrevistados residem em diversos bairros da cidade de Curitiba; os mais destacados foram o Sítio Cercado (35,6%), o Uberaba e o Pinheirinho (14,2% em cada um) e, em menor número, o bairro Boqueirão, o Alto Boqueirão, o Novo Mundo, o Tatuquara e o Cajuru.

Em relação ao tempo de deslocamento/transporte nos roteiros realizados entre casa/colégio/trabalho, curso e casa/colégio, pois alguns destes alunos ainda realizaram estágios ou trabalhos de meio período, mais de um terço destes saíam ao final das aulas ou do trabalho diretamente para o SENAI sem retornar para casa, no horário de almoço. A maioria dos alunos gastava o tempo de uma a três horas nestes deslocamentos, principalmente no transporte coletivo. Portanto,



demonstra-se que a concomitância originou dificuldades para os alunos principalmente pelo duplo deslocamento entre colégio e curso.

Um dos alunos que trabalhava pela manhã e realizava o Ensino Médio no período noturno perfazia seis horas de deslocamento diário entre trabalho, curso técnico e colégio. Outro aluno ausentava-se de casa em torno de dezesseis horas, dedicados aos estudos do colégio, do curso técnico e do curso de inglês - realizado no centro da cidade -, mais os deslocamentos entre estes.

b. Segunda categoria: justificativa quanto ao principal motivo para a matrícula no curso técnico do PRONATEC

Uma das questões relacionadas à segunda categoria da entrevista tratou da justificativa quanto à escolha do curso na instituição do SENAI, relacionada à formação técnica para o mercado de trabalho que, ideologicamente poderia “garantir” aos alunos um emprego. A questão foi formulada a partir do discurso dominante do mercado, reforçado pelas propagandas governamentais do PRONATEC no atual contexto econômico neodesenvolvimentista e na tentativa de determinar-se em que medida esta idéia influenciou a entrada e a (não) permanência dos alunos no curso. As demais questões referiram-se ao grau de interesse e ao de conhecimento sobre o curso técnico ofertado pelo PRONATEC.

Mediante a análise qualitativa das respostas dos entrevistados, procurou-se encontrar uma tendência predominante. A quase totalidade dos que haviam marcado a resposta no questionário: *“Os cursos técnicos do SENAI garantem emprego porque são voltados diretamente para o mercado de trabalho”* como o principal motivo para terem se matriculado no Programa, concordaram com a assertiva proposta nas suas justificativas, sem questioná-la, de forma consensual. Um aluno respondeu com a seguinte expressão: “óbvio” (E13). Além disso, os entrevistados também afirmaram que esta idéia manteve-se durante o curso, influenciando as suas permanências e a conclusão do curso técnico.

A questão proposta confirma a perspectiva de que o discurso em educação é “colonizado” pelos discursos da economia e do desenvolvimento (PINI, 2013). Segundo a autora e de acordo com a Análise Crítica do Discurso (ACD), passível de ser utilizada na análise de políticas educacionais, são difusas

e contraditórias as formas de dominação simbólica na educação e muitas vezes “ignoradas” pelos que são atingidos por elas.

Na visão dos entrevistados, o desenvolvimento de competências no curso técnico do SENAI possibilitaria a aquisição de um emprego no mercado de trabalho, uma questão tornada central em suas vidas. No entanto, na fase atual de acumulação flexível, a garantia de emprego transforma-se apenas em uma promessa de empregabilidade. A garantia resume-se em mostrar as poucas vagas existentes:

Então, assim, durante o curso os professores mostravam a oportunidade de trabalho. O SENAI também mostrava meios para entrar em um emprego, pelas vagas de trabalho nas empresas, as ofertas (E5).

Nas justificativas desenvolvidas, as referências à instituição do SENAI foram realizadas com as seguintes expressões: o “nome” SENAI, “referência”, “reconhecido pelas empresas”, “instituição reconhecida”, e até mesmo como “instituição grande do governo” (E10). Esta última menção demonstra o desconhecimento do aluno em relação à gestão e à personalidade jurídica do Sistema S. O histórico financiamento público voltado para o Sistema S desde os anos de 1940, provavelmente ainda obscurece as questões mencionadas e, para muitos alunos, a instituição é considerada pública.

Outra relação destacada pelos alunos nas justificativas foi a ligação originária da instituição à indústria, que representa o setor da economia com “maiores chances no mercado de trabalho” (E5). Os alunos relacionaram a “qualificação” técnica ofertada pelo SENAI como a que promove o “conhecimento por dentro da indústria, o que as empresas querem” (E1); consequentemente, o que o mercado espera, a partir do “reconhecimento do governo e indústria” (E11). Portanto, na visão dos entrevistados a formação profissional do SENAI reflete a tendência pedagógica tecnicista, que organiza o “processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis e necessários para que os indivíduos se integrem na máquina do sistema social global” (LIBÂNEO, 1986, p.28), embora o mercado apresente uma natureza excludente.

Apesar destas considerações, a formação profissional proporcionada foi valorizada pelos entrevistados, convencidos da suposta garantia de emprego aos “alunos SENAI”. Segundo Muller (2010) parte da opinião pública também é

convencida de que a “prestação de serviços” destas refere-se a “uma educação democrática e desinteressada” (MULLER, 2010, p.207).

Três entrevistas apresentaram tensões quanto à tendência predominante desenvolvida pelos alunos. A primeira continha uma carga de decepção na resposta, pois embora concordasse com a assertiva, expressou: “Então, foi assim quando entrei no curso, para encaminhar para as empresas... mas não foi o que aconteceu” (E3). A entrevista referiu-se ao não encaminhamento dos alunos às empresas pela instituição, o que era aguardado segundo a sua visão, “pois esperava ao terminar conseguir emprego”. Esta “falta de encaminhamento” também foi mencionada em outra entrevista (E14).

Porém, alunos que se destacaram no curso apontaram nas entrevistas que houve indicação por iniciativa dos professores, seguindo um critério meritocrático. Segundo Dubet (2004) há uma “certa crueldade” neste modelo, pois:

Na verdade, quando adotamos o ideal de competição justa e formalmente pura, “os vencidos”, os alunos que fracassam, não são mais vistos como vítimas de uma injustiça social e sim como responsáveis por seu fracasso, pois a escola lhes deu, *a priori*, todas as chances para ter sucesso como os outros [...]. A seu ver, a escola meritocrática atraiu-os para uma competição da qual foram excluídos; eles acreditaram na vitória e na igualdade de oportunidades e descobrem suas fraquezas, sem o consolo de poder atribuir o fato às desigualdades sociais, das quais não são mais diretamente vítimas (DUBET, 2004, p. 543).

Portanto, a adoção de um critério meritocrático no curso da instituição, como um mecanismo escolar “normal”, segmentou estes alunos que já enfrentam desigualdades sociais, e que carregavam uma perspectiva ideológica de relação linear entre a realização de um curso técnico na instituição e um emprego garantido no mercado de trabalho, mediante os esperados “encaminhamentos” que supostamente seriam realizados pelo SENAI às empresas. Ainda de acordo com Dubet (2003), “as igualdades sociais comandam diretamente a entrada nas carreiras escolares e os próprios processos escolares produzem essas desigualdades que, por sua vez, reproduzem as desigualdades sociais” (DUBET, 2003, p. 34).

Nas outras duas entrevistas, um dos alunos concordou parcialmente com a resposta, mas questionou-a acrescentando: “O SENAI não garantiu trabalho”

(E11) e outro concordou no que diz respeito à relação mais direta do SENAI com o mercado, contudo discordou em parte: “[...] mas não garante emprego ao término do curso [...]” (E8), constatado após a realização do curso técnico. O mesmo aluno havia mencionado anteriormente que a ideia de conseguir um emprego após o curso havia sido reforçada quando comentou em casa que não queria perder a oportunidade de realizar o curso técnico no SENAI A.

Doze dentre os quatorze alunos entrevistados responderam que não tinham conhecimento e nem interesse anteriores relacionados ao curso técnico. Portanto, o curso técnico específico não foi de fato, o motivo principal de suas escolhas. Os depoimentos revelaram que a possibilidade oferecida pelo PRONATEC, de realizarem um curso técnico no SENAI, instituição que é ligada diretamente à indústria e ao mercado de trabalho, aumentaria suas chances de conseguirem um emprego na área; oportunidade que, segundo as suas visões, não poderiam desperdiçar. A perspectiva (e necessidade) de renda pelo trabalho superou a de satisfação com a escolha e o desenvolvimento de uma carreira profissional.

Dois alunos entrevistados (E10; E11) revelaram que o fator de proximidade do curso em relação às suas residências também influenciou no motivo de escolha do curso técnico e um aluno expressou que a escolha ocorreu porque estava dentro da faixa etária solicitada, o que não aconteceu em relação a outros cursos ofertados pelo PRONATEC.

Apenas dois alunos mencionaram interesse ou conhecimento anterior ao curso através de suas experiências anteriores de trabalho. Um deles afirmou um conhecimento parcial, por trabalhar com uma atividade relacionada ao curso; e outro por já ter tido uma experiência de trabalho conexa.

### c. Terceira categoria: relações entre juventude, escola e trabalho

Os dados relativos à terceira categoria - que trata das relações entre juventude, escola e trabalho - revelaram as experiências ocupacionais dos entrevistados, a importância que o trabalho assume na vida destes jovens e a sua relação com a escola. Mais da metade (57%) dos entrevistados não tiveram esta experiência anteriormente ao curso.

Pela comparação entre o dados obtidos na entrevista com os da renda familiar que orientou a caracterização do nível socioeconômico dos alunos, obtidos através dos questionários aplicados anteriormente, a metade da amostra têm renda familiar de até 2 salários mínimos, 25% acima de 2 até 3 salários e 25% acima de 3 salários mínimos.

Portanto, os alunos que trabalham provavelmente auxiliam no aumento da renda familiar. A entrevista de um aluno que trabalha desde os 15 anos sintetiza as principais razões: “Para ajudar na casa e ter independência financeira” (E4). O relato configura na atualidade uma realidade vivida por milhões de jovens estudantes-trabalhadores brasileiros, a necessidade de suprir/auxiliar na subsistência familiar e/ou de possuir meios para suprir os seus desejos de consumo, expresso na “independência financeira”, que sugere “liberdade” em relação à dependência familiar.

O Quadro 6 sintetiza as razões dos entrevistados para vivenciarem experiências de trabalho (43%), principalmente no período anterior ao curso:

Quadro 6 - Experiências de trabalho dos alunos entrevistados

IDADE	OCUPAÇÃO	RAZÃO
14-15 anos	Ajudante de construção civil	Ajudar o pai, por vontade própria
15 anos	Almoxarife	Ajudar em casa e ter independência financeira
15 anos	Estoquista	Ganhar dinheiro
15-16 anos	Técnico em topografia	Sustentar-se por ter saído de casa
16-17 anos	Atendente de lanchonete	Um emprego de meio-período, compatível a realização do Ensino Médio
17 anos	Arquivista	Interesse pelo estágio e para conhecer outras pessoas

Fonte: Entrevistas realizadas pela autora.

Dentre os sujeitos que tiveram alguma experiência de trabalho, inclusive de estágio, nem todas se configuraram como relações de emprego formais, com carteira assinada. Outra situação, como a do aluno que ajudava seu pai na construção civil, caracterizou-se como uma experiência eventual de trabalho. Portanto, são diversas as situações enfrentadas pelos jovens em relação ao trabalho, entendido como uma ocupação profissional que possibilita uma renda ao indivíduo, mediante o salário. Os alunos também apresentaram razões variadas para tanto, como a necessidade de auxiliar a família, conquistar independência

financeira e a intenção de compatibilizar a ocupação (e, em algumas situações, um emprego formal) com a continuidade dos estudos.

Apenas 18% dos entrevistados trabalharam durante a realização do Ensino Médio e do curso técnico concomitante, pois a ocupação precisaria ser de meio período e provavelmente o Ensino Médio realizado no período noturno.

A relação entre os entrevistados, egressos do curso e a respectiva inserção profissional, demonstrou que 36% dos entrevistados estavam trabalhando no período da realização das entrevistas, após um pouco mais de três meses de encerramento do curso. Destes, um continuou no emprego anterior, que já apresentava relações com o curso realizado. Do restante, apenas o trabalho de mais um encontrou-se na mesma área do curso técnico. Em outras ocupações, responderam que, nelas, há “um pouco” ou “muito pouco” de relações com o curso técnico. O apelo ideológico de que a realização de um curso técnico do PRONATEC no SENAI garantiria a inserção no mercado de trabalho referente ao curso, não se efetivou plenamente.

Um dos entrevistados encontrava-se procurando emprego na área do curso técnico, enviando o seu currículo às empresas; um estava aguardando ser chamado por uma empresa para iniciar um trabalho na área do curso e outro aguardando os trâmites burocráticos de contratação em uma empresa, também ligada à área do curso técnico.

Quatro alunos continuaram os estudos, dois em nível Superior, em cursos tecnológicos na área do curso técnico e em faculdades privadas. Outro realizava cursinho pré-vestibular e um terceiro aguardava resultado do PROUNI. Dos alunos que deram continuidade aos estudos no nível Superior e, também, entre os que expressaram o desejo de realizá-los posteriormente, a maioria dos cursos escolhidos apresentavam relações com o curso técnico realizado.

A última questão da categoria referiu-se à importância do trabalho. Antes de apresentar os referentes das entrevistas, seria oportuno tecer algumas considerações sobre esta questão. O trabalho na sua concepção filosófica, aceita pela pesquisadora, é produtor do ser humano, pressuposto da atividade humana. No entanto, não se pode desconsiderar a sua concepção histórica, relacionada ao sistema capitalista, como um emprego, uma ocupação, em que o detentor da força de trabalho vende-a em troca de um salário, configurando o trabalho assalariado. Segundo Ramos (2004),

O trabalho pode ser assumido como princípio educativo na perspectiva do capital ou do trabalhador. Isso exige que se distinga criticamente o trabalho em si, por meio do qual o homem transforma a natureza e se relaciona como os outros homens para a produção de sua própria existência – portanto, como categoria ontológica da práxis humana –, do trabalho assalariado, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo, portanto como categoria econômica da práxis produtiva. (RAMOS, 2004, p. 42).

Portanto, são complexas as dimensões do trabalho, e o seu processo tanto pode contribuir para a emancipação quanto para a sujeição dos indivíduos.

A pesquisa não teve como objetivo analisar a concepção de trabalho dos jovens entrevistados. No entanto, através das respostas relativas à sua importância, podemos entender o significado do trabalho em suas vidas, que pode aproximar-se da perspectiva do capital ou do trabalhador. Ressalta-se que houve entrevistados que responderam utilizando mais de um significado para o trabalho.

Quase a metade dos jovens (42%) destacou a sua importância pelo “retorno financeiro”, pela “renda”, pelo “salário”, ou seja, mencionaram a relação de troca que se estabelece para o trabalhador, desconsiderando os efeitos no processo e no produto do trabalho, principalmente no desenvolvimento industrial; e também pela “liberdade financeira”, tão valorizada pelos jovens, relacionada à possibilidade de consumo na sociedade atual.

Quatro entrevistados (29%) referiram-se à importância do trabalho pelo conhecimento e pela experiência que produzem na vida das pessoas. Embora nem todo o trabalho seja produtor de conhecimento, as experiências que comporta, também podem ser negativas. A questão da experiência, destacada pelos jovens, apresenta-se no sentido de realização de um trabalho anterior, de acordo com os critérios estabelecidos e exigidos pelo mercado de trabalho. Os jovens expressam a sua apreensão em um contexto de desemprego, principalmente em relação à juventude e ao primeiro emprego; entretanto, não questionaram este critério, que se apresenta funcional ao contexto.

A mesma porcentagem (29%) foi encontrada nas respostas daqueles que associaram a importância do trabalho à “maior” responsabilidade, significando maiores compromissos e obrigações, como um valor moral, que se coaduna com a pressão geral exercida pela sociedade aos jovens, para que assumam maiores responsabilidades, como uma das exigências para as suas passagens ao “mundo

adulto”. A questão mascara, entretanto, a “responsabilidade” (deveres) do empregador, frente aos direitos do trabalhador.

Outros quatro jovens responderam de forma diferenciada, abordando outros aspectos ligados ao trabalho. Um deles referiu-se à importância do trabalho, como uma “carreira”, no sentido de um processo de construção futura. Outro o relacionou como uma “necessidade, para poder manter a vida pessoal” na sociedade (E11). A importância do trabalho também foi expressa por um aluno pelas “conquistas pessoais, para a realização de um sonho” (E2), como auto-realização.

A entrevista destacada abaixo, expressa vários sentidos do trabalho, como centralidade, satisfação de necessidades humanas, realização pessoal e possibilidade de transformação das condições de existência, próximas da concepção ontológica de trabalho, além das perspectivas econômicas expressas na “ocupação” e na “renda”, hegemônicas entre os alunos entrevistados:

Bem, eu tava lendo um livro lá, em que o autor falava de trabalho como o que está ao seu redor, o que o homem precisa... O autor também diz que é aquilo que a pessoa gosta de fazer. Tenho para mim, que é o essencial... Não só ganhar dinheiro, mas melhorar a vida, não só a minha, mas como das outras pessoas (E8).

A visão dos entrevistados sobre a importância do trabalho são construções histórico-sociais, marcadas pelas relações que se formam entre os sujeitos e o contexto da atividade produtiva. Embora tenham revelado positivities, não foram abordadas/questionadas as relações de trabalho realizadas na sociedade capitalista, marcadas pela alienação e pela desumanização, revelando uma formação acrítica, carente do desenvolvimento de uma consciência individual e social.

#### d. Quarta categoria: relações entre o Ensino Médio e o curso técnico

As questões que compõem a quarta categoria da entrevista tratam das relações que se estabelecem no conhecimento, na formação geral desenvolvida mais especificamente no Ensino Médio e na formação específica desenvolvida no curso técnico do SENAI A. As questões propostas na entrevista focaram a percepção dos entrevistados quanto às relações estabelecidas pelo conhecimento



no seu processo de formação, nas relações entre as instituições e entre professores e alunos do curso, além do tempo de duração do curso técnico.

Quanto à primeira questão proposta sobre as relações do conhecimento, 28,6% dos entrevistados responderam que não perceberam relações entre os conhecimentos do curso técnico com os conhecimentos do Ensino Médio. Uma das críticas mais contundentes aos cursos técnicos concomitantes é a não integração entre o conhecimento geral e o conhecimento técnico, pois são separados e tratados de forma fragmentada, em currículos distintos e por instituições geralmente diversas. O conteúdo de uma das entrevistas corrobora a afirmação: “[...] Sem relação, são totalmente diferentes” (E6).

Os outros 71,4% dos entrevistados expressaram “poucas” e/ou “algumas” relações. Metade deles exemplificou apontando os cálculos referentes à matemática utilizados nas disciplinas do curso técnico e outros mencionaram a realização de aulas de reforço de português e de matemática básica no curso técnico, embora nestas situações, as aulas compreenderam conhecimentos matemáticos no nível do ensino fundamental e foram realizadas em momentos pontuais, segundo a abordagem de alunos:

[...] Algumas matérias que a gente estava vendo no Ensino Médio, até as de ensino Fundamental, cálculo, gramática, para lembrar (E9);

Isto é o mais interessante. Mesmo cursando o Ensino Médio, alunos que não sabiam nem a ordem para fazer as contas, para a matéria que envolve cálculo [...] ou custo [...]. O Ensino Médio é importante para o ensino técnico (E8);

Teve algumas semelhanças. Só que no SENAI acontecia antes. Por exemplo: algumas coisas sobre a Guerra Fria, ligadas à indústria; dos modais... Não sei te explicar... No colégio, víamos o assunto, mais ou menos duas semanas depois (E11).

Embora a última entrevista destacada (E11) tenha relacionado o mesmo conteúdo (guerras), visto em momentos distintos nas instituições, o exemplo não se caracterizou como uma integração sistematizada, embora contextualizada.

No entanto, objetivando assegurar a integração do conhecimento foram elaborados dois documentos específicos: o primeiro, o Documento Referência para a Concomitância no PRONATEC (BRASIL, MEC/SETEC, 2012) e posteriormente, o documento Organização Didático-Pedagógica dos Cursos

Ofertados no Âmbito do PRONATEC/Concomitância: Ensino Médio (SEED) + Curso Técnico (IFPR/SENAI/SENAC) pelas entidades parceiras no estado do Paraná (PARANÁ, SEED/IFPR/SENAI/SENAC, s/d). O documento organizado pelo MEC apresenta o sentido da concomitância que

[...] pressupõe efetiva articulação com vistas a atender ao disposto na legislação, bem como a assegurar a necessária integração entre a formação científica básica e a formação técnica específica, na perspectiva de uma formação integral. (BRASIL, MEC/SETEC, 2012, p. 8).

Para consolidar a concomitância propõe-se, no Documento, a construção de um Plano de Ações Articuladas (PAA) para garantir a organização pedagógico-curricular (planejamento, desenvolvimento e avaliação) de cada curso, através de um processo participativo entre os educadores e permitir o acesso dos alunos ao conhecimento das interrelações existentes entre o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, fundamentos da proposta e do desenvolvimento curricular, que compõem um projeto pedagógico unificado (BRASIL, MEC/SETEC, 2012).

O documento organizado pelas entidades parceiras no Paraná (PARANÁ, SEED/IFPR/SENAI/SENAC, s/d) apresenta o PAA, que define estratégias pedagógicas e administrativas visando a concretização da prática pedagógica no PRONATEC, além da:

organização administrativa; previsão de práticas pedagógicas inovadoras, previsão de visitas técnicas, reuniões pedagógicas, reuniões de planejamento com equipe docente, estratégias de seleção e inserção do aluno nos cursos, definição de critérios para acesso e permanência do aluno no programa, intercâmbios com empresas e entidades diversas, seminários, círculos de estudos, palestras, feiras de ciências, de criatividade e de empreendedorismo, atividades culturais, de lazer, dentre outras. (PARANÁ, SEED/IFPR/SENAI/SENAC, s/d, p. 10-11).

No esforço para alcançar a integração, os documentos apresentam os eixos estruturantes do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, conceituados de acordo com o que dispõe as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e a necessária articulação entre o EM e a EPTNM estabelecida pela LDB e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Pretende-se que os eixos considerados norteiem as

Propostas Pedagógicas e o desenvolvimento curricular do Ensino Médio e dos cursos técnicos, compondo desta forma, o projeto pedagógico unificado.

Na oportunidade da aplicação dos questionários aos alunos no SENAI A, no mês de dezembro de 2013 foi solicitado ao coordenador do curso o Projeto Pedagógico da unidade. Este justificou que o documento estava sob a responsabilidade da coordenadora pedagógica. Ao ter sido indagada sobre o Projeto, respondeu que poderia disponibilizar o documento Regimento Escolar dos Cursos Técnicos do SENAI PR (SENAI PR, 2012). Este documento aborda a composição curricular, que apresenta uma estruturação modularizada para favorecer a construção progressiva de competências e habilidades e ao desenvolvimento da capacidade de transferência de conhecimento (SENAI PR, 2012). Também expressa que

o norteador de toda a ação pedagógica são as informações trazidas pelo mundo do trabalho, em termos das competências requeridas pela área em estudo, numa visão atual e prospectiva, bem como no contexto de trabalho em que esse profissional se insere, situando seu âmbito de atuação, tal como apontado pelo Comitê Técnico Setorial Nacional. (SENAI PR, 2012, p. 31).

Portanto, o Regimento Escolar dos Cursos Técnicos do SENAI PR (SENAI PR, 2012) apresenta uma concepção de trabalho como princípio educativo na perspectiva do capital, distinta da estabelecida pelos documentos que tratam da concomitância no PRONATEC, embora traga a referência à realização do projeto pedagógico unificado. O artigo 49, I, c que trata da articulação entre o EM e a EPTNM menciona a concomitância desenvolvida simultaneamente em distintas instituições educacionais, mas integrada no conteúdo, mediante ação de convênio ou ação de complementaridade, para execução de projeto pedagógico unificado (SENAI PR, 2012, p. 36).

Em contato novamente com a coordenadora pedagógica sobre o Projeto Pedagógico do SENAI A ou o projeto pedagógico unificado estabelecido para o PRONATEC, no mês de abril do ano de 2015 foi enviado o documento Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Ofertados no Âmbito do PRONATEC/Concomitância: Ensino Médio (SEED) + Curso Técnico (IFPR/SENAI/SENAC) elaborado pelas entidades parceiras no estado do Paraná (PARANÁ, SEED/IFPR/SENAI/SENAC, s/d).

A segunda questão da quarta categoria proposta aborda a realização concomitante do Ensino Médio e do curso técnico, em instituições e com professores distintos e se este aspecto favoreceu ou não a formação dos alunos. A quase totalidade dos alunos (92,9%) entendeu que a realização do curso técnico ampliou a formação, no sentido de terem obtido um “acréscimo” de conhecimento técnico, mediante a realização do curso. Além disto, as diferenças observadas pelos jovens alunos em relação às diferentes “filosofias” praticadas nas instituições, aos vários professores e aos demais colegas foram vistas sob uma perspectiva positiva de interação social e de diversidade:

A parte mais legal da história: os alunos moravam em vários lugares, um morava perto, outro longe; um tinha 16 anos, outro mais velho, um cadeirante, de tudo um pouco... De 2º e 3º ano... Isto dava diferença na hora da prova, apresentação, em trabalho em grupo. Era até engraçado, por pouca palavra, já havia “guerra” (E8).

Favoreceu. Com relação ao curso técnico, os professores que eu tinha, eram professores capacitados, professores que atuavam na área, tinha conhecimento na prática, isto favoreceu a aprendizagem. No Ensino Médio não há relação com a prática (E7).

Favoreceu, porque cada professor tinha opinião e jeito diferente de ensinar. Os professores do SENAI eram de faculdade (E3).

Bom, o que favoreceu a minha formação foi mais os professores do SENAI mesmo, porque se dedicavam ao máximo. Ficava curioso para saber da onde tanto conhecimento... Você ia atrás. O colégio não dava muito incentivo nos cursos técnicos, visava o ensino para concluir o Ensino Médio e para a entrada na faculdade. Alguns professores do SENAI davam dicas para a faculdade, na realização das provas (E11).

Os professores do técnico eram de faculdades [...], diversidade de professores, conhecimentos diferentes. No começo senti um pouco diferença, depois no decorrer, me acostumei, porque a estrutura e filosofia do SENAI são bem diferentes da escola. No SENAI preparam para o mercado de trabalho e no Ensino Médio para entrar na faculdade (E10).

No conteúdo das entrevistas E10 e E11 transparece a dicotomia entre a educação geral e a educação para o trabalho que, na visão dos entrevistados tem finalidades diferenciadas. Isto explica a cisão que se estabelece no conhecimento, que não é visto na sua unidade e porque os alunos também não encontraram

relações entre a formação do EM e a do o curso técnico, apresentada anteriormente.

Merece destaque a opinião dos entrevistados em relação aos professores do curso técnico. De maneira geral, nas referências foram utilizadas as seguintes expressões: “dedicados”, “qualificados”, “capacitados”, “exemplares”. O fato dos professores lecionarem em universidades e faculdades, também foi expresso como um diferencial importante para as suas aprendizagens, assim como as práticas profissionais destes professores realizadas em empresas.

A entrevista com o coordenador do curso expressa a relevância dada à formação inicial e continuada dos professores do SENAI A, correspondente ao curso Superior e a pós-graduação, embora não relacionados à formação pedagógica. A experiência de trabalho na área do curso é bastante valorizada pela instituição; entretanto, o vínculo de trabalho dos docentes é temporário:

Os nossos professores, para atender esta necessidade, são professores “terceiros”, com contratos determinados; todos os nossos professores são graduados, com especialização e alguns com mestrado; é... Todos passaram por algum momento, em algum tempo, pela indústria ou comércio, trazem também bagagem, por assim dizer, do dia a dia, por atuarem dentro de empresas. (Entrevista com o coordenador, 06/12/2013).

Na relação entre alunos e instituição, uma questão interessante referiu-se às rígidas regras impostas pelo SENAI A, as quais os alunos deveriam adaptar-se, mediante a justificativa de que são demandadas pela indústria, e que demonstram como o disciplinamento da força de trabalho é incorporado na formação técnica. Foram expressas por um entrevistado:

A cobrança foi essencial para mim, interessante, porque no SENAI eles formam para a indústria. Eu me dedicava mais no SENAI, gosto de focar nos estudos, alguns não... Outra que no SENAI tinham muitas normas, se o aluno cometesse mais de duas penalidades, na terceira, saía. Cobravam até o jaleco; se não levasse, advertência, [após] três dias de suspensão e depois, penalidade máxima; porque foco na indústria, na falta do jaleco poderia ser mandado embora por justa causa... Muitos alunos esqueciam na troca de mochilas de colégio e do curso, e tinham que voltar embora... Tinha o jaleco e ir de calça jeans ou calça comprida e sapato fechado, porque é obrigatório o uso na indústria (E11).

Uma única entrevistada não expressou positividade para a sua formação a realização concomitante do Ensino Médio e do curso técnico no SENAI:

Não, porque o professor do Colégio exigia (eram 17 matérias) e o do curso também (mais ou menos 3 ou 4 em cada semestre) e eram coisas diferentes. Igual, para o TCC, passava à noite acordada... Não havia comunicação entre os dois. O colégio que eu estudava, muito bom, bem puxado. A maioria dos alunos que ficaram no curso, usou o Conselho de Classe... Alunos que ficaram abaixo da média (E9).

A entrevista acima se referiu à quantidade excessiva de matérias, tanto no curso quanto no colégio, que pode ter prejudicado o desempenho dos alunos sobrecarregando-os e a falta de acordo entre os professores do colégio e os do curso quanto ao Programa, pois conforme a sua fala, “[...] Não havia comunicação entre os dois”. Esta questão referiu-se aos limites que envolveram os sujeitos na implantação do Programa, desconsiderando-se as dificuldades que foram enfrentadas pelos jovens alunos durante a realização do EM e do curso técnico, nestas experiências de escolarização e de profissionalização.

Quanto ao tempo de duração do curso técnico, se este foi suficiente, a maioria dos entrevistados respondeu afirmativamente. Foi considerada a objetividade no trato dos conteúdos referentes às disciplinas do curso e citados a utilização de “metodologias diferenciadas” e de recursos, como visitas técnicas, maquetes e vídeos para o seu desenvolvimento. Entretanto, houve ressalvas no sentido de que o curso poderia desenvolver-se em um tempo maior, para atender às “práticas” profissionais (como as visitas técnicas) e para o “aprofundamento” de alguns assuntos, pois algumas disciplinas foram “muito rápidas”. Sugeriram que se houvesse mais tempo no curso técnico, “as aulas seriam melhores” (E9).

e. Quinta categoria: as visões sobre a política do PRONATEC

As questões que compõem a quinta categoria analisada, a política do PRONATEC na visão dos alunos refere-se ao desenvolvimento do curso segundo as expectativas iniciais dos alunos, a avaliação quanto à formação técnica gratuita ofertada no SENAI A e aos demais benefícios da Bolsa Formação, como o transporte, o material didático e a alimentação, ofertados gratuitamente aos alunos. A última questão desta categoria versa sobre a visão dos alunos acerca

do elevado número de reprovações e de abandono que ocorreram no curso técnico do SENAI A, que será abordada no capítulo seguinte.

Os referentes relacionados às expectativas iniciais revelaram que 71,4% dos entrevistados ficaram satisfeitos com o curso técnico do SENAI A, citando como exemplos a aceitação das empresas quanto aos cursos técnicos do SENAI, o apoio dos professores aos alunos, a aquisição de competências profissionais em uma área específica, as visitas técnicas realizadas, as apresentações em público, os trabalhos de campo. O curso superou as expectativas de 40% destes entrevistados.

No depoimento abaixo, um aluno citou como contraponto as condições materiais e as relações sociais em que se produz o Ensino Médio público:

Na verdade, foi além daquilo que eu pensava. Acostumado a copiar, copiar, aprendi a aprender, por exemplo, tive que buscar informações, relações com outras pessoas, saber os momentos. O Ensino Médio precisa melhorar bastante, principalmente por parte dos professores, veja o caso das greves, salários, poucos recursos para as escolas, a infraestrutura das escolas públicas do Ensino Médio... Ninguém lida com os computadores, os laboratórios. Raramente é usado e são importantes (E11).

Quase um terço dos entrevistados (28,6%) dividiu-se em duas posições: a primeira, que considerou que a implantação inicial do Programa esteve sujeita a muitos desafios. A segunda, mediante uma posição crítica, referiu-se às expectativas iniciais, que não foram atendidas. A primeira posição reflete-se no depoimento (E10) e na sugestão posterior (E7):

Olha, fomos a primeira turma [...] do PRONATEC no SENAI. Fomos como uma turma teste, vimos muitas coisas diferentes: a questão do “Mundo SENAI”, uma feira de trabalho que deu certo. Entrei com a ideia de que no final do curso já teria um emprego, isto demorou um pouco, três, quatro meses... Quando terminei o curso, mandei seis currículos e só uma chamou (E10).

Eu observei que a gente tinha muita teoria, que o curso [...], não tinha muita prática, não tinha laboratórios ou salas especiais, poderia ter mais isto. Até foi comentado o desenvolvimento de salas próprias, para o próximo ano. A gente comentou com professores que levaram a ideia adiante. Nós fomos a primeira turma, a que fez base para os próximos alunos (E7).

A observação contida no depoimento (E7) serve para refutar o argumento de que as escolas públicas não estabelecem a relação teórico-prática pela

deficiência na sua infraestrutura, concernente a falta de laboratórios e salas especiais. Segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) a infraestrutura recomendada para este curso técnico é o de biblioteca com acervo específico e atualizado e laboratório de informática com programas específicos (BRASIL, MEC, CNCT, 2014).

A segunda posição, que contém críticas, também demonstra a frustração dos entrevistados relativa à idealização da escola “SENAI”:

[...] imaginava que fosse mais prático, que a gente iria ver mais coisas; porque no papel é uma coisa, na prática outra. Também em relação à expectativa de emprego (E3).

[...] foi o que a gente esperava no início. No final não foi, porque não cumpriram a formatura, que não teve entrega de diplomas, nem encaminhamento para vagas de emprego e estágio<sup>42</sup>, para complementar a carga de mais 6 meses de curso (E9).

Para a apresentação dos resultantes da segunda questão, referente à avaliação dos alunos quanto à formação técnica gratuita ofertada pelo PRONATEC em instituições como o SENAI, e aos demais elementos da Bolsa Formação, como o transporte, o material didático e a alimentação transcreve-se algumas entrevistas para análise posterior:

Olha, muito boa esta oportunidade que foi oferecida para a gente que não pode pagar e abre as portas para cursos particulares. O SENAI não exclui, trata da mesma maneira, sem diferenças. Os demais elementos da Bolsa-Formação também foram importantes, pois talvez não conseguíssemos sem eles, um meio para não faltar, um apoio para não desistir (E5).

Olha, eu achei um negócio muito bom, do governo dar estas Bolsas para os alunos que não têm condição, com transporte, alimentação... Interessante o governo fazer isto. O Brasil precisa de pessoas capacitadas. O transporte era pago normalmente (uma vez aconteceu o atraso, ficamos umas três semanas pagando com nosso dinheiro). O lanche no começo era bom, mas foi ficando diferente, problema de qualidade no lanche. O material, dois cadernos, lápis, borracha (kit básico em duas vezes era três módulos). E apostilas e jaleco, que uns quatro meses depois foi entregue (E6).

---

<sup>42</sup> A colocação na entrevista refere-se ao interesse dos alunos de que o curso fosse desenvolvido por mais seis meses, oportunizando neste período estágio nas empresas. No entanto, não se prevê estágio obrigatório neste curso, que possui um mínimo de 800 horas, conforme o CNCT (2014).



Para a gente foi bom, os cursos são caros, do nosso bolso não teríamos condição. Só o material didático que não tinha. Os professores que faziam as apostila e imprimiam no SENAI. Material de base não tinha. Nem livros lá para o TCC. Os professores reclamavam por dar o material, às vezes um para cada grupo (E9).

Isto eu achei interessante, nós aprendemos mais do que os alunos do EBEP<sup>43</sup> (SESI). Os alunos do PRONATEC eram mais interessados dos que os do SESI, segundo os professores. Eu me surpreendi com a quantidade de conhecimentos que adquiri no SENAI, por ser um curso gratuito. Quanto à alimentação, houve troca de fornecedores várias vezes, e uma vez, até alimento estragado. Teve aluno que passou mal com o lanche e precisou ir para o médico. O material didático, não teve; recebemos o kit básico (caderno, lápis, caneta). Os professores passavam slides, falavam sobre o assunto e pediam pesquisas. Não tinha material didático próprio. Agora tem apostila, um dos motivos que pode ter diminuído o tempo do curso... (E11).

Material didático não teve. Na minha avaliação foi regular (E13).

Excelente. Não tinha muita diferença com os cursos pagos, ajudou bastante. O lanche tinha problemas (E14).

Transparece na falas a visão positiva em relação ao Programa em geral, pela ação do governo que lhes oportunizou um curso técnico gratuito e as críticas são voltadas principalmente para os elementos de assistência estudantil que integraram a Bolsa Formação, como a falta de materiais didático-pedagógicos para o desenvolvimento do curso. Através de uma análise qualitativa do conteúdo das questões propostas nas entrevistas, a visão geral manifestada pelos alunos sobre o Programa ressaltou principalmente o caráter assistencialista do PRONATEC. Somente um aluno relacionou a ação do governo em outra direção, voltada à necessidade do país “de pessoas capacitadas” (E6), destacando o valor econômico da educação.

Vários entrevistados reconheceram a importância do apoio assistencial proposto pelo Programa, considerados por estes como essenciais para a continuidade e a conclusão do curso. As críticas foram referentes à alimentação, ao material didático e também ao transporte. O último elemento mencionado articulou-se à menção de alguns alunos, contatados na fase inicial da pesquisa, que desistiram do curso em razão da demora no recebimento do Vale Transporte.

---

<sup>43</sup> O EBEP refere-se a um projeto de integração curricular entre o Ensino Médio do SESI e a Educação Profissional do SENAI (SENAI, PARANÁ, s/d).

Tais críticas, que vão desde a falta de qualidade da alimentação ofertada, o atraso no transporte gratuito, a falta de material didático-pedagógico para o curso, revela também o desencontro entre os “tempos” do governo, das secretarias, das escolas e dos alunos desde a constituição de uma política educacional como a do PRONATEC. Embora possa estar relacionada a problemas na sua implantação inicial e, por este motivo, ser minimizada, compromete-o, pois os seus efeitos recaíram diretamente na formação e na ausência de permanência dos alunos, os beneficiários do Programa.

Na entrevista E9 a aluna também sugeriu para o Programa uma Bolsa Auxílio Financeiro ou a oferta de estágio remunerado para os alunos manterem-se financeiramente durante a realização do curso técnico. A sugestão demonstrou que, embora a Bolsa Formação tenha sido necessária, não se configurou como suficiente para a permanência dos alunos destituídos de uma condição financeira que pudessem optar somente pelo estudo e não pelo trabalho “concomitante” ao curso técnico e ao Ensino Médio.

Algumas entrevistas compararam o curso técnico do PRONATEC aos ofertados de forma não gratuita no SENAI A e expressaram a não diferença entre eles. Entretanto, não consideraram que o curso que realizaram foi pago pelo governo à instituição. Até mesmo por esta razão, a inexistência de material didático no curso do PRONATEC certamente não integrou os critérios que utilizaram para sentirem-se “tão iguais” aos demais alunos pertencentes aos outros cursos técnicos na instituição pesquisada, fora do Programa em questão.

A mencionada “qualidade” destas instituições provém basicamente dos recursos públicos que sustentam a sua estrutura, e que, contraditoriamente, faltam nas escolas públicas, desqualificando-as.

Ao final de uma das entrevistas (E6), o aluno referiu-se à precariedade na infraestrutura do SENAI A, pois houve nas turmas várias mudanças de salas em virtude do problema da falta de acessibilidade na instituição para alunos com deficiência de locomoção. A entrevista E11 confirma a situação mencionada anteriormente:

Também teve no primeiro módulo e no segundo, a situação constrangedora do [...], aluno que veio da manhã, tinha deficiência, cadeirante (recebia o combustível, senão teria que pegar três ônibus), tínhamos que carregar ele pela falta de elevador, e que provocou confusão, porque tivemos aulas no

bloco do SESI, muita bagunça por parte destes alunos e fomos mudados para outras salas inadequadas, isoladas, por problema da falta de acessibilidade. Isto também ajudou nas desistências (E11).

O aluno portador de necessidade especial foi entrevistado pela pesquisadora sobre o problema da falta de acessibilidade na instituição e respondeu:

É uma questão óbvia, o SENAI é referência de educação de ensino técnico, a situação foi constrangedora pela falta de elevador. Problema da direção do SENAI, a instituição já devia estar preparada para a situação. Demoraram mais de um ano para resolverem o problema do elevador (E13).

A falta de acessibilidade na instituição que ofertou um curso técnico do Programa indicou, também, a inexistência de verificação prévia por parte dos órgãos gestores, pois caberia às instituições ofertantes estarem aptas para oferecer os cursos técnicos a todos os alunos. A Lei do PRONATEC, no artigo 2º, §2º, estimula a participação no Programa de pessoas com deficiência, observadas às condições de acessibilidade e de adequação da estrutura física.

A última questão proposta da categoria referiu-se à ocorrência de um grande número de reprovações nas fases iniciais do curso, em virtude dos alunos não terem atingido a média para o seu aproveitamento, como também a ocorrência de inúmeras desistências/abandono do curso. Os referentes para a análise serão abordados no capítulo seguinte.

#### f. Sexta categoria: relações entre a juventude, o presente e os projetos futuros

A última categoria da entrevista com os alunos versou sobre as relações entre a juventude, o presente e os projetos futuros, articulados ao curso técnico realizado. A primeira questão tratou sobre algum diferencial observado no presente, a partir do curso técnico realizado, em relação àqueles que concluíram o Ensino Médio regular.

Uma aluna valorizou a metodologia<sup>44</sup> desenvolvida no curso, que contribuiu para o seu crescimento profissional e pessoal:

---

<sup>44</sup> A aluna refere-se à metodologia de pesquisa desenvolvida no curso técnico do SENAI A. De acordo com o conteúdo de um pôster, em forma de banner, presente na sala dos professores na

Olha, eu vejo uma melhora muito significativa para mim. Houve apresentação de muitos trabalhos no SENAI, eram atividades constantes. Isto me ajudou bastante. Gosto de falar e isto me ajudou. Você vê o mundo de forma melhor, aprende palavras diferentes... (E5).

Quase um terço dos alunos relacionou a importância do curso à aquisição de conhecimento técnico (E1; E2; E4; E10), que se “somou” aos conhecimentos do Ensino Médio e outros o relacionaram para a aplicação em situações que envolvem os seus empregos atuais, mesmo que pertencentes a outras áreas (E3; E4; E9). Uma aluna, que relatou que pretende conseguir emprego com o curso técnico realizado respondeu: “Até agora não vi, mas ao mandar currículo, as empresas pedem experiência, quem sabe com o técnico pode ajudar...” (E12). O desemprego que afeta principalmente os jovens e a barreira utilizada pelo mercado para grande parte destes, tem sido a falta de experiência anterior; portanto, o diploma de técnico, sem a experiência requerida, produz o aumento no contingente de jovens qualificados, mas que, infelizmente, diante da barreira utilizada, são “desqualificados” pelo mercado de trabalho.

Dois alunos apontaram segundo uma perspectiva mercadológica, diferencial proporcionado pelo curso realizado no SENAI; na visão de outra aluna, a importância residiu predominantemente no nome da instituição do curso realizado, conforme os seguintes depoimentos:

[...] tenho mais competências e habilidades do que estes alunos, as chances de entrar no mercado de trabalho são maiores do que a dos alunos com Ensino Médio (E6).

Eu observo que eu tenho muito mais conhecimento do que se eu tivesse só o Ensino Médio regular. Questão de cidadania mesmo... Sou mais consciente do que acontece no mercado de trabalho, estes assuntos que eu não buscava me informar (E7).

Sim. No sentido do meu emprego mesmo, usando coisas que aprendi no curso, eu consigo realizar hoje no emprego. Diferencial [...] pelo nome do SENAI aqui em Curitiba (E9).

---

instituição pesquisada e intitulado “Metodologia SENAI de Educação Profissional – SENAI PR Gerência de Educação Profissional e Tecnológica” (março de 2011), a categoria “competências” aparecia como referência para o perfil profissional, para o desenho curricular e para os planos de cursos. Apresentava também o princípio do “aprender a aprender”, interligando-se à prática pedagógica e quanto ao “monitoramento pedagógico”, a referência ao “aluno com perfil solicitado pelo mercado”. O referido pôster foi observado e fotografado pela pesquisadora em sua visita à instituição em 06/12/2013 (SENAI, PARANÁ, 2011).

Outros diferenciais apontados pelos alunos referiram-se ao auxílio para uma opção profissional futura, relacionada à continuidade de estudos no Ensino Superior:

Sim, a questão do conhecimento técnico em relação ao Ensino Médio. Também questão de decisão de faculdade que quer cursar, já tem noção quanto à área (E10).

Sim, porque a gente acaba aprendendo cada vez mais, com mais conhecimento e certeza daquilo. O curso técnico é uma porta para o ensino superior. Tipo, um conhecido meu, Leonardo, depois que acabou este curso, conseguiu uma bolsa na faculdade no curso de tecnólogo [...] <sup>45</sup>. O bom é que ganha um pouco mais. O curso é parecido, só muda algumas coisas (E8).

Sim. Nossa, mudou completamente minha visão do que vai ser daqui para frente na faculdade... Porque no SENAI, o mesmo nível da faculdade, TCC etc. O que é interessante, é que os professores do SENAI são de faculdade, dão aulas lá, por exemplo, na Federal. Fui em uma aula de álgebra no campus do Jardim Botânico, de um professor meu e percebi que metodologia parecida, o técnico e o Superior, parecido...Os alunos que estão na faculdade, colegas meus, não têm dificuldade...(E11).

A quase totalidade destes jovens apontou a influência do curso técnico aos seus projetos de futuro, tanto em relação à continuidade de estudos, ou ao trabalho. Um aluno considerou o curso técnico como uma “porta para um curso superior”, não observando o grau de distinções entre o conhecimento desenvolvido nos cursos técnicos e nos tecnológicos da mesma área.

No momento da entrevista, um aluno cursava um curso tecnológico relacionado ao curso técnico. A metade dos entrevistados respondeu que pretendem cursar futuramente cursos tecnológicos na área do curso ou afins. Alguns depoimentos sobre as relações estabelecidas da conclusão do curso com os projetos futuros, influenciados pelo curso técnico:

A escolha do curso tecnológico superior [...] que vou entrar. Pretendo fazer outro depois, a Gestão da Qualidade. Na área de [...], quanto mais cursos tiver no currículo, maiores as oportunidades de emprego (E10).

Bom, concluir um curso técnico influenciou na minha opção de carreira profissional no ambiente empresarial, fazer faculdade

<sup>45</sup> Alguns destes símbolos que indicam supressão de parte da fala dos alunos foram utilizados para evitar-se a referência ao nome do curso técnico, o que identificaria a instituição pesquisada.

relacionada [...]. Estou buscando emprego relacionado à área e pretendo fazer faculdade nesta área (E7).

[...] Nem que leve 5, 10, 20 anos pretendo ser diretor ou gerente de alguma empresa, fazendo carreira na empresa. Buscar tecnólogo em [...] em Gestão de Qualidade ou Gestão da Produção. Este ano vou tentar fazer o ENEM (E8).

As falas transcritas acima corroboram a relação estabelecida entre formação e emprego, que aumentariam as oportunidades de obtenção de um emprego de “qualidade” como gerentes, diretores na área do curso técnico, e de ampliação da escolaridade, através da realização futura de cursos de nível Superior na área.

Três alunos pretendem trabalhar atualmente na área do curso, como forma de obterem condições materiais no presente e criar condições para a realização de “sonhos” futuros: os cursos de Engenharia Civil, de Engenharia Mecânica e de Zootecnia:

Bom, o curso técnico [...] dá a base nas minhas ideias futuras. Pretendo fazer Engenharia Mecânica, um sonho desde pequeno. Boa base para conseguir me manter daqui para frente. O curso técnico ajuda isto (E11).

Ah, o que quero fazer não é ligado ao curso: Zootecnia. Agora, quero focar em [...] para fazer este outro (E12).

Dois entrevistados não mencionaram a continuidade de estudos em cursos Superiores nos seus projetos futuros. Um já trabalhava anteriormente à realização do curso técnico, e o curso agregou qualificação à função que já desempenha. O outro aluno pretende trabalhar em uma empresa e “complementar o currículo”, não especificando o tipo de curso que pretende realizar futuramente.

Uma aluna que manifestou a vontade de continuar os estudos no nível Superior demonstrou a dificuldade de acesso e a decepção com a promessa ideológica de garantia de emprego, através da experiência negativa vivenciada no curso técnico:

Bem, vontade tinha de fazer uma faculdade [...] mas tenho dificuldade de aprender, de compreender. Então, para mim não vai compensar, pois também não aprendi como gostaria [...] pretendo fazer mais algum curso, alguma coisa, mesmo que não relacionada à [...]. No curso os alunos achavam que saíam com

emprego; apenas um aluno, que trabalhava na Kraft, porque fazia o curso (E3).

O depoimento da jovem aluna representou o quanto os desejos de grande parte dos jovens podem sofrer limitações, quando se veem aprisionados pelas condições do presente e pela decepção, que frustra as expectativas futuras. No entanto, a quase totalidade dos jovens entrevistados conseguiu elaborar projetos de futuro a partir das suas experiências de escolarização e de profissionalização.

### **Síntese do capítulo**

O capítulo apresentou o percurso metodológico da pesquisa, iniciado com a coleta de dados relativos à oferta de vagas pelo PRONATEC em agosto de 2012 e dos dados das pré-matrículas realizadas pelos alunos para as instituições ofertantes (IFPR e Sistema S), nos cursos técnicos concomitantes do município de Curitiba, no período inicial de sua implantação (2012-2013), disponibilizados pelo NRE de Curitiba.

Os dados coletados de frequência dos alunos nas instituições que obtiveram o maior número de pré-matrículas e de matrículas demonstraram um grande descompasso referente à permanência dos alunos matriculados, após um ano de curso. O maior paradoxo encontrado, no confronto com os dados das pré-matrículas foi o (a) curso/instituição que despertou o maior interesse dos jovens, apresentar a menor porcentagem de permanência (35%) dos alunos matriculados, em relação às outras instituições ofertantes.

Estes dados chamaram a atenção da pesquisadora para a continuidade da investigação no curso técnico do SENAI A com os jovens alunos que permaneceram e com os que abandonaram o curso na tentativa de entender as suas razões e relacioná-las com a proclamada democratização na EPTNM pelo Programa. Desta forma, a metodologia da pesquisa orientou-se para a prévia aplicação de questionários com todos os alunos do curso e a realização de entrevistas posteriores com alunos determinados. Entretanto, a pesquisa com os alunos que abandonaram o curso não foi possível, pela razão principal da falta de interesse destes em participarem, inviabilizando a coleta e a análise de dados pelos procedimentos metodológicos estabelecidos.

O contato direto da pesquisadora com os membros responsáveis pelo Programa nesta instituição não foi também isento de desencontros, tanto em relação à ausência destes e dos alunos do turno matutino, quanto no repasse de informações e de documentos, como o relativo ao Projeto Pedagógico.

O questionário formulado e aplicado para os alunos que permaneceram nas três turmas do curso técnico abrangeu dados socioeconômicos, educacionais e outros, visando caracterizá-los, permitindo também conhecer as suas visões sobre o curso/instituição/Programa. Foram realizadas 12 perguntas, entre questões abertas e fechadas. As questões relacionaram-se ao sexo, idade, participação e renda mensal da família, recebimento da Bolsa Formação e a sua importância, Colégio em que foi realizado o Ensino Médio, distância da residência em relação ao SENAI e tempo de deslocamento. Além destas, também a forma de conhecimento da oferta do curso no Programa, o motivo principal para a matrícula, as relações entre o Ensino Médio e o curso técnico, os principais aspectos positivos do curso que justificaram as suas permanências e os negativos.

Responderam ao questionário 36 alunos, representativo de um total de 87,8% dos alunos que permaneceram no curso ofertado pelo SENAI A, do PRONATEC. Dentre os seus resultados, no período matutino predominaram mulheres que trabalhavam meio período para cobrir despesas pessoais ou contribuir para uma renda familiar baixa, com idade acima de 18 anos. Os diferenciais em relação às duas turmas do turno vespertino foram: a faixa etária entre 17 e 18 anos da maioria dos alunos e de 80% destes não trabalharem. Este último aspecto pode ter sido um dos fatores que contribuíram para a maior permanência destas turmas no curso.

Em virtude da distância entre as suas residências e o SENAI, o auxílio da Bolsa Formação foi importante, principalmente pelo transporte. Quase a totalidade dos alunos tomou conhecimento da oferta do curso do PRONATEC através da escola de Ensino Médio que teve um papel essencial na divulgação dos cursos.

Dentre os principais motivos destacados pelos alunos para matricularem-se no curso prevaleceu a visão ideológica de que os cursos técnicos ofertados pelo SENAI garantem emprego, porque são voltados para o mercado de trabalho. Conforme a Análise Crítica do Discurso (ACD), que procura desvelar as formas em que se expressa a ideologia, especialmente nos discursos construídos em



torno das políticas educacionais (PINI, 2013), no Programa revelou-se uma relação dialética entre o discurso empresarial e o do governo de viés economicista, principalmente através das propagandas, as visões dos alunos e outros elementos constitutivos das práticas sociais.

Os principais aspectos negativos destacados foram: a distância entre a residência e o curso, a falta de comunicação entre direção e professores e de atenção de alguns professores aos alunos, sugerindo problemas de gestão e pedagógicos.

No entanto, os aspectos positivos contemplaram a capacitação proporcionada e a presença de professores “bons”, “competentes” e “qualificados” que apareceram como os principais motivos para as suas permanências, embora tenham reclamado da falta de “atividades práticas”.

Na sequência da aplicação dos questionários foram realizadas entrevistas individuais para compor a análise qualitativa. Foram realizadas com uma amostra de alunos, na condição de egressos, os quais escolheram e marcaram a resposta que se destacou no questionário aplicado anteriormente: *“Os cursos técnicos do SENAI garantem emprego porque são voltados diretamente para o mercado de trabalho”*, constante das alternativas relacionadas ao principal motivo para terem se matriculado no curso técnico do SENAI A. A opção pela alternativa destacada no questionário justificou-se também pela possível relação com as razões para a permanência e para o abandono dos alunos no curso, sugeridas nos questionários.

Dentre os dezoito alunos anteriormente selecionados, quatorze foram entrevistados (77,8%). As questões que formaram o roteiro das entrevistas foram compostas com base em seis categorias prévias, que serviram de critério para a organização das questões e posterior sistematização das respostas. As categorias escolhidas para as entrevistas procuraram expressar estes jovens em suas experiências de estudo e de trabalho, a motivação para matricularem-se e permanecerem no curso técnico, as razões de abandono vivenciadas pelos colegas de curso e as suas expectativas futuras e impressões sobre o Programa, através da realização do curso técnico no SENAI A.

As seis categorias selecionadas foram: dados complementares dos alunos e dos colégios de Ensino Médio; justificativa quanto ao principal motivo para a matrícula no curso técnico do PRONATEC; relações entre a juventude, a

escola e o trabalho; relações entre o Ensino Médio e o curso técnico; impressões sobre a política do PRONATEC e, por fim, as relações entre a juventude, o presente e os seus projetos futuros. Para a análise do conteúdo utilizaram-se autores (DUBET, 2004) que discutem as questões elencadas, a Análise do Discurso Crítico (ADC) apresentada por PINI (2013), o Documento Referência para a Concomitância no PRONATEC (BRASIL. MEC/SETEC, 2012) e a Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Ofertados no Âmbito do PRONATEC/Concomitância: Ensino Médio (SEED) + Curso Técnico (IFPR/SENAI/SENAC), elaborado por estas entidades parceiras (PARANÁ. SEED/IFPR/SENAI/SENAC, s/d).

Os dados referentes à primeira categoria mostraram que quase a totalidade dos jovens entrevistados encontrava-se no início do curso na faixa de idade líquida do EM, de 15 a 17 anos e a metade são do sexo masculino. Dez alunos realizavam o EM no período matutino (portanto, a maioria era das turmas vespertinas do curso) e apenas quatro no período noturno, ofertado principalmente para os alunos trabalhadores. Nenhum dos colégios dos entrevistados ofertava cursos técnicos e a maioria dos alunos teve conhecimento de outros cursos ofertados pelo PRONATEC. Mais de um terço dos alunos saíam dos colégios ou do trabalho diretamente para o SENAI, predominando os deslocamentos de tempo com duração entre uma a três horas.

A segunda categoria que tratou da justificativa quanto ao principal motivo para a escolha dos alunos no curso técnico ofertado pelo SENAI A e a sua relação com a garantia de emprego, a tendência predominante entre os alunos foi a de concordância plena com a assertiva proposta, revelando que a maioria incorporou esta ideologia. As críticas foram referentes ao seu não “cumprimento” pelo curso/instituição do Programa.

Compondo a terceira categoria que abordou as relações entre juventude, escola e trabalho, mais da metade destes jovens não tiveram experiências de trabalho anteriores ao curso e 82,9% destes alunos não trabalharam durante a sua realização. Quase a metade dos entrevistados relacionou a importância do trabalho em suas vidas, pelo retorno financeiro, proporcionado por um emprego, uma ocupação, segundo o sentido histórico do trabalho. Carentes de experiências de trabalho, este sentido pode ser internalizado pelo senso comum, e/ou pelo processo formativo e projeto pedagógico idealizado que prevalece na sociedade.

Uma das questões que compôs a quarta categoria discutiu as relações entre conhecimento geral e específico desenvolvidos no curso técnico e no Ensino Médio. Embora reconheçam a importância das relações, a maioria dos alunos entrevistados percebeu poucas relações, abordando o conhecimento geral e o específico de forma separada. Outra questão desta categoria referiu-se à realização do curso técnico e do Ensino Médio em instituições distintas e se esta condição favoreceu as suas formações. A quase totalidade dos alunos entendeu que o curso “acrescentou-lhes” a formação técnica desenvolvida e viram de forma positiva as diferenças observadas, como uma forma de interação social e diversidade. Para a maioria dos alunos o tempo de duração do curso foi suficiente, embora tenham sido realizadas ressalvas.

A quinta categoria versou sobre a política do PRONATEC na visão dos alunos, quanto às suas expectativas e em relação à oferta de formação técnica gratuita e a importância dos benefícios constantes da Bolsa Formação. A maioria dos alunos expressou a sua satisfação com o curso técnico realizado no SENAI A, embora um terço destes tenha apresentado críticas quanto aos desafios que permearam a implantação do PRONATEC e ao não atendimento das expectativas iniciais dos alunos. Ressaltaram a iniciativa do governo, destacando o caráter assistencialista do PRONATEC, voltado para quem não pode “pagar” um curso técnico. As críticas relacionadas à ação da Bolsa Formação demonstraram a importância do apoio, embora este não tenha sido suficiente, conforme os dados empíricos e os referentes demonstraram. Foram citados problemas específicos relacionados à instituição, como por exemplo, a falta de acessibilidade para portadores de necessidades especiais.

A última categoria tratou das relações entre a juventude, o presente e os seus projetos futuros, articulados ao curso técnico realizado. Os alunos apontaram principalmente quanto ao presente, um diferencial quanto à formação técnica obtida pelo curso realizado, articulado inclusive, à possibilidade de continuidade de estudos no Ensino Superior. A quase totalidade dos jovens estudantes relacionou a influência do curso aos projetos futuros, embora a não realização de expectativas quanto à garantia de emprego, na experiência de profissionalização vivenciada, tenha frustrado expectativas presentes e futuras de alguns dos jovens entrevistados.

## **CAPÍTULO 4**

### **AS RAZÕES DO ABANDONO E DA PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NO CURSO TÉCNICO DO SENAI A**

Este capítulo apresenta uma breve contextualização do fenômeno do abandono na EPTNM e particularmente no PRONATEC. Traz dados empíricos sobre a frequência e o rendimento dos alunos no SENAI A e a visão destes quanto às principais razões que contribuíram para o abandono e a reprovação dos colegas e as que motivaram as suas permanências no curso técnico ofertado pelo Programa, obtidas através das entrevistas. A identificação das possíveis razões no campo empírico permite a discussão acerca da relação entre estas e a forma de oferta do curso e as suas implicações no processo de democratização na EPTNM, pretendido pelo PRONATEC.

#### **4.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O TEMA DO ABANDONO NA EPTNM**

As desigualdades criadas pela sociedade geram processos de exclusão escolar que impedem o acesso de todos à escola. As ações realizadas pelas políticas educacionais para a ampliação do acesso escolar, em qualquer nível e modalidade de ensino, aumentam as oportunidades escolares e visam compor o processo de democratização da educação, um processo bem mais amplo e complexo. Embora os números relacionados ao acesso tenham melhoraram bastante nos últimos anos, muitas crianças, jovens e adultos ainda não se encontram na escola.

A própria política educacional, os sistemas educacionais e as escolas, também reproduzem e criam processos excludentes quanto ao acesso, a permanência e a conclusão dos alunos. Segundo Dubet (2003)

[...] as igualdades sociais comandam diretamente a entrada nas carreiras escolares e os próprios processos escolares produzem essas desigualdades que, por sua vez, reproduzem as desigualdades sociais. O sistema está fechado. Abrindo-se, a escola não é mais “inocente”, nem é mais “neutra”; está na sua

“natureza” reproduzir as desigualdades sociais produzindo as desigualdades escolares. (DUBET, 2003, p. 34).

Como exemplo, cita-se o processo gerado internamente na escola que, ao iniciar o “abandono” em relação ao aluno, produz como efeito o ato de abandono/desistência deste durante o período letivo. Justifica-se, portanto, o levantamento e a análise das razões que podem causar o abandono, articulado aos processos e às práticas presentes nas políticas educacionais de EPTNM, especialmente no PRONATEC, a partir da pesquisa com os alunos.

O processo de democratização da educação pressupõe a garantia do acesso, da permanência e da conclusão, mediante a realização de ações concretas. Embora a garantia legal dos princípios seja recente, o fenômeno do abandono tem raízes históricas, acentuando-se a partir das demandas da sociedade por educação e pela ação do Estado, concentrada na ampliação quantitativa da oferta educacional, conhecida como “massificação do ensino”.

Ainda que o termo “evasão” seja também utilizado para designar a não permanência, não há unanimidade entre os estudiosos quanto ao seu significado conceitual, que pode configurar a saída do aluno de um curso, da instituição e do sistema de ensino, representando o abandono temporário ou o definitivo da condição de estudante.

De acordo por exemplo, com o Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE) do estado do Paraná, tecnicamente ocorre a desistência quando o aluno inicia e “abandona” o período letivo, considerada somente no final do ano (PARANÁ.SEED/SUED, INSTRUÇÃO 007/2015). O presente trabalho não tem a pretensão de discutir conceitualmente os termos<sup>46</sup>, apenas justifica a opção pela utilização do termo “abandono” por considerá-lo na sua amplitude, pois subentende também um processo anterior, que pode ser desencadeado institucionalmente, gerando a atitude de abandono do estudante em relação à escolarização. Esta opção semântica é compartilhada por vários pesquisadores, entre eles Silva, Pelissari e Steimbach (2012).

---

<sup>46</sup> De acordo com o formulário enviado pelo INEP em 2016 para a coleta de dados das escolas, que visa à realização do Censo Escolar referente ao ano de 2015, este utiliza o termo “deixou de frequentar” para o aluno que abandona/desiste (INEP, 2016). No formulário “Sistema Presença - Acompanhamento da Frequência Escolar (PBF)”, referente ao Programa Bolsa Família e realizado pelo MEC, dentre os motivos da “baixa frequência” estão o abandono escolar/desistência (MEC, 2016).

A análise das razões do abandono é bastante complexa, pois trata-se de um fenômeno que é multifacetado, comportando várias dimensões e elementos que compõem as relações entre o indivíduo e a sociedade. Para a análise das razões do abandono no curso do PRONATEC considera-se também a condição juvenil dos estudantes, suas experiências de escolarização e de trabalho, suas expectativas e projetos de futuro, pensando no papel da formação escolar e profissional para o mundo do trabalho.

Segundo Lüscher e Dore (2011) as pesquisas sobre o abandono na EP são escassas, e os dados oficiais disponibilizados não retratam as especificidades da área. Algumas pesquisas mais recentes encontradas sobre o abandono na EPTNM: Pelissari (2012) aborda as relações entre o abandono e os cursos técnicos a partir da análise do fetiche da tecnologia; Steimbach (2012) analisa o abandono e a permanência nos colégios agrícolas, em regime de internato e Coelho (2014) trata também da permanência e do abandono nos Institutos Federais. A publicação de Sansil e Falcão (2014) discute as relações entre currículo, mundo produtivo e evasão escolar.

Têm sido realizados eventos, como o III Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar (2013), em Belo Horizonte, Minas Gerais, o qual originou posteriormente, a Rede Ibero-Americana de Estudos sobre Educação Profissional e Evasão Escolar (DORE, 2014).

Em relação ao PRONATEC, o número elevado de abandono e de reprovação no Programa tornou-se público recentemente, principalmente através da imprensa. Segundo dados do MEC, publicados no jornal Folha de São Paulo de 01/06/2014, a taxa de abandono no Programa é de 13%; nos cursos técnicos é de 27,5% e a reprovação nestes é de 2,8 %. De acordo com a matéria, “as quatro entidades do Sistema S que atuam no PRONATEC consideram aceitáveis os índices de evasão e reprovação em suas instituições” e o MEC pretende reduzir os índices e promover análise de dados e avaliações presenciais nas instituições (FOLHA DE SÃO PAULO, 02/06/2014).

A próxima seção apresenta os dados do abandono, reprovação e conclusão coletados no campo empírico, comparados à porcentagem divulgada no âmbito do PRONATEC para na seqüência, tratar das razões dos alunos.

#### 4.2 DADOS DE ABANDONO, REPROVAÇÃO E CONCLUSÃO NO CURSO DO SENAI A

Os dados de frequência e de rendimento escolar das turmas do curso técnico do SENAI A, relativos aos três semestres de duração do curso, foram obtidos no final de janeiro de 2014 através da sua secretaria. A opção de apresentá-los em Tabelas separadas justifica-se por representarem o movimento realizado pelos alunos, durante os três semestres:

Tabela 19 - 1º MÓDULO (2º Semestre 2012): número de matriculados, desistentes, reprovados e aprovados no curso técnico do SENAI A: PRONATEC

TURMAS/ TURNO	MATRÍCULAS	DESISTENTES	REPROVADOS	APROVADOS
Matutino	37	3	21	13
Vespertino	40	1	12	27
Vespertino	40	2	18	20
TOTAL	117	6	51	60

Fonte: SENAI A, janeiro de 2014.

Tabela 20 - 2º MÓDULO (1º Semestre 2013): número de matriculados, desistentes, reprovados e aprovados no curso técnico do SENAI A: PRONATEC

TURMAS/ TURNO	MATRÍCULAS	DESISTENTES	REPROVADOS	APROVADOS
Matutino	13	0	4	9
Vespertino	27	4	3	20
Vespertino	20	0	4	16
TOTAL	60	4	11	45

Fonte: SENAI A, janeiro de 2014.

Tabela 21 - 3º MÓDULO- (2º Semestre 2013): número de matriculados, desistentes, reprovados e aprovados no curso técnico do SENAI A: PRONATEC

TURMAS/ TURNO	MATRÍCULAS	DESISTENTES	REPROVADOS	APROVADOS
Matutino	09	3	0	6
Vespertino	16	3	0	13
Vespertino	16	0	0	16
TOTAL	41	6	0	35

Fonte: SENAI A, janeiro de 2014.

A análise quantitativa dos dados numéricos constantes das Tabelas 19, 20 e 21 do SENAI A indica um número elevadíssimo de reprovações no curso do SENAI A, principalmente no 1º semestre e na turma do turno matutino, correspondente a mais da metade dos alunos (56,4%) matriculados. A taxa de reprovação foi de 53% do total de alunos inicialmente matriculados nas três turmas no SENAI A, enquanto a fornecida pelo MEC foi de 2,8%. Em torno de 30% dos alunos foram aprovados no SENAI A.

Quanto aos considerados “desistentes” pela secretaria do SENAI A - as Tabelas 20 e 21 demonstram o abandono definitivo de quatro alunos que não se matricularam no 3º módulo do curso, mesmo aprovados -, a taxa foi de 17% e a do MEC de 27,5%. A taxa de desistência, mesmo tendo sido menor em relação à reprovação no SENAI A e à média nacional de desistência nos cursos técnicos do PRONATEC, ocorreu de forma contínua nos três semestres do curso e, de forma mais severa, no último semestre.

Comparando-se as taxas de rendimento do SENAI A com as do Ensino Médio da rede estadual do Paraná, do ano de 2012, divulgadas no Portal Dia a Dia Educação (PARANÁ. SEED, 2012): Reprovação: SEED, 14,2%; SENAI A, 53%; Aprovação: SEED, 78,7%; SENAI A, 29,9% e Abandono: SEED 7,1%; SENAI A: 17%.

Desta forma, a reprovação e o abandono dos alunos no curso técnico do SENAI A, uma instituição não pública, foram mais acentuados do que a média de reprovação e de abandono dos alunos do Ensino Médio da rede estadual. A comparação foi realizada no intuito de se refletir sobre o papel do projeto pedagógico unificado nas parcerias da escola pública de Ensino Médio com instituições privadas que ofertam os cursos técnicos no âmbito do PRONATEC.

#### 4.2.1 As razões da reprovação no curso técnico do SENAI A

Como os dados de rendimento escolar do curso técnico do SENAI A foram obtidos no ano seguinte à conclusão do curso e após as entrevistas com os alunos, a análise das razões para a reprovação destacadas por estes nas entrevistas foram cotejadas com o documento referente à concomitância estabelecido pelos parceiros (PARANÁ. SEED/IFPR/SENAI/SENAC, s/d).



A primeira das razões refere-se a “não identificação com o curso”. Segundo uma entrevista,

A maioria das pessoas quando perguntados no 1º semestre sobre por que estavam no curso, respondiam que “caíram de paraquedas” e não era o que esperavam... Faltavam e abandonavam, assim como os reprovados (E14).

De acordo com o conteúdo expresso na E14, esta razão pode relacionar-se à falta de informações dos alunos sobre o curso técnico, não se configurando apenas como uma razão de motivos pessoais, mas reforçada pela própria instituição. O Plano de Ações Articuladas, contido no documento que trata da concomitância no PRONATEC (PARANÁ. SEED/IFPR/SENAI/SENAC, s/d), previu para o desenvolvimento do Acompanhamento Pedagógico, atividades como a de realização de um diagnóstico (perfil socioeconômico, interesses e mercado) pela instituição ofertante, concernente à etapa de acesso do aluno, iniciando-se pelo

levantamento do perfil dos alunos, interesses e perspectivas em relação ao mercado de trabalho [que] será realizado em conjunto com a avaliação diagnóstica desenvolvida pelas instituições ofertantes no início das atividades. Os interesses dos alunos e suas perspectivas de vida são importantes e devem ser considerados, pois a partir deles será possível identificar aqueles alunos que se interessam pela educação profissional e a consequente inserção no mercado de trabalho, bem como orientar os demais na busca de alternativas condizentes com suas expectativas. Por isso, quanto mais cedo for realizado o levantamento, menor a possibilidade de se investir em alunos cujas expectativas não podem ser atendidas pelos cursos técnicos de nível médio (PARANÁ. SEED/IFPR/SENAI/SENAC, s/d, p. 11).

A realização de diagnóstico foi prevista na parceria justamente para prevenir-se a situação de não permanência ou de não conclusão pela razão da “não identificação dos alunos com o curso”, detectando-a inicialmente. No caso do SENAI A, se foi realizado o diagnóstico, este não conseguiu impedir a ocorrência do abandono e das elevadas reprovações, correspondentes a mais da metade dos alunos matriculados.

Outra razão referiu-se às diferentes experiências de escolarização, vivenciadas nos colégios de Ensino Médio e no SENAI A, em relação ao ritmo do

processo de ensino e aprendizagem e quanto ao momento de avaliação final e conjunta dos professores, motivando as reprovações de colegas:

Dos Colégios mesmo, pessoal acostumado com ritmo mais lento, com Conselho de Classe, e lá não salvava tanto. A média era maior, 7,5. Pessoal não se empenhou, porque achou que o Conselho iria salvar. Diziam que o aluno lá só poderia usar uma vez o Conselho de Classe (E9).

Uma interpretação possível articula-se à organização curricular na concomitância: o Ensino Médio regular comumente organiza-se por séries, diferentemente da forma concomitante que tem como base os módulos de ensino que demandam para o seu desenvolvimento, um menor tempo de duração, porém em um ritmo mais acelerado do que o do EM. Muitos alunos demoram a perceber esta diferença em relação ao Ensino Médio regular, que acaba impactando o aproveitamento escolar. A situação mereceria ser abordada também no momento de diagnóstico com os alunos e ser discutida constantemente pelos professores e alunos durante as aulas e nas reuniões pedagógicas entre equipe e professores, porque o Conselho de Classe não foi previsto para “solucionar” questões como esta. As ações previstas de Articulação Interinstitucional também permitem a

interlocução entre os educadores do ensino médio e da educação profissional visando a troca de experiências e acompanhamento de aspectos relacionados ao currículo, gestão acadêmica e práticas pedagógicas com vistas ao aprimoramento dos processos. (PARANÁ. SEED/IFPR/SENAI/SENAC, s/d, p. 11).

Os colegas também mencionaram razões pessoais como a “falta de vontade”, de “esforço”, como possíveis causas das reprovações:

Acho que de reprovação, por questão de esforço mesmo do aluno (E10).

As reprovações ocorreram porque os alunos não queriam... Quem quer corre atrás (E1).

Embora estas razões possam ter ocorrido com alguns jovens estudantes, a generalização contida nas entrevistas acima demonstra a internalização e o reforço dos alunos à ideologia neoliberal, que considera que a reprovação e a evasão são problemas do indivíduo ou da escola. No entanto, embora o documento da concomitância (PARANÁ. SEED/IFPR/SENAI/SENAC, s/d) tenha

previsto para a permanência e o êxito dos alunos o Acompanhamento Pedagógico, “realizado durante todo o curso, com o objetivo de verificar o desenvolvimento cognitivo do aluno e intervir sempre que necessário na busca de soluções que permitam a construção do conhecimento” (PARANÁ. SEED/IFPR/SENAI/SENAC, s/d, p.11), não se pode desconsiderar a possibilidade da ocorrência de “abandono” destes pela equipe e pelos professores da instituição, culminando em reprovações.

Uma questão interessante, que serviu de contraponto às visões citadas anteriormente, foi mencionada na entrevista (E5): “os alunos tentaram aproveitar ao máximo o curso”, tendo ocorrido a “ajuda entre colegas”, que demonstra a expectativa e a solidariedade presentes nos jovens estudantes.

Alunos relacionaram, dentre as razões para a reprovação, o trabalho pedagógico realizado no curso, que se somou à falta de interesse de alguns professores pelos alunos:

Não teve muito incentivo dos professores. O pessoal ia desistindo e ficava por isso mesmo, não havia interesse dos professores. Acredito também que [as reprovações e o abandono] por terem oferecido uma coisa e ter sido outra no decorrer. Alguns professores passavam muito conteúdo; outros acompanhavam a turma. Tinha um professor que passava conteúdo e misturava tudo, acabava perguntando outra coisa, dava aula em faculdade (E3).

No 2º módulo tinha professor que não sabia explicar... Eu, na verdade, queria ter desistido, os professores incentivaram alunos como eu e mudou totalmente a minha forma de pensar quanto ao curso, não tinha gostado muito...(E12).

Os problemas abordados na relação do trabalho pedagógico entre alguns professores e alunos remetem à polêmica discussão quanto à formação pedagógica destes profissionais do ensino técnico, relacionada ao formato e às instituições que a realizam. A questão tem sido relegada a um plano secundário na implantação das políticas educacionais referentes à Educação Profissional.

O que anteriormente foi abordado por alguns alunos como uma positividade do curso, quanto aos professores lecionarem em Universidades e faculdades, um indício de qualidade pela titulação e atuação acadêmica, assumiu também, no caso concreto, um aspecto negativo relacionado às condições de

trabalho de muitos professores, pela carga excessiva de aulas em níveis de ensino e instituições diferentes.

Ao mesmo tempo, alunos destacaram a atitude de professores na conquista dos alunos pela ação docente e pela atitude de incentivadores dos jovens que não haviam se identificado com o curso inicialmente.

A ocorrência de um remanejamento de alunos nas turmas do turno vespertino, em virtude do alto número de desistências e de reprovações no início do curso, também pode ter influenciado outras reprovações, pela insatisfação com a medida administrativa e pela existência de conflitos entre as turmas:

O curso demorou para começar no 1º módulo quanto a organização, e no início do 2º módulo houveram desistências porque alguns alunos foram invertidos de turma, problema na rematrícula, troca de alunos para balancear a turma. Na nossa turma tinham 26 alunos no segundo módulo, e ficou com 19, se não me engano. Os que foram para a outra turma (dois da nossa) não gostaram e saíram do curso e uma aluna remanejada que era da nossa turma, foi reprovada (E11).

Concluindo, o curso técnico do SENAI A apontou um grave problema de reprovação de alunos, não se garantindo a sua conclusão. Sintetizando as principais razões abordadas pelos alunos quanto às reprovações ocorridas nas turmas do SENAI A foram: a não identificação dos alunos com o curso técnico ofertado pela instituição; as diferentes experiências de escolarização vivenciadas nos colégios de Ensino Médio e na unidade que ofertou o ensino técnico; a “falta de vontade e de esforço” dos colegas; o trabalho pedagógico realizado por alguns professores, somado à falta de interesse destes pelos alunos e o remanejamento de estudantes para outras turmas.

Aparentemente estas diversas razões estariam articuladas mais aos aspectos pessoais e aos pedagógicos, no entanto, percebe-se um relacionamento dialético entre elas, dentro dos limites da forma de oferta concomitante do curso técnico analisado e possibilita o questionamento quanto à realização e efetividade do Plano de Ações Articuladas e do projeto pedagógico unificado, conforme dispõem os documentos referentes à concomitância no PRONATEC. As “razões” apresentadas pelos alunos demonstram a incompatibilidade destas com o processo de democratização proclamado pela Política do PRONATEC.

Na tentativa de entender de que forma o curso técnico concomitante contribuiu para a realidade do abandono no Programa, apresenta-se os resultados da pesquisa qualitativa quanto às principais razões do abandono na visão dos entrevistados.

#### 4.2.2 As razões do abandono no curso técnico do SENAI A

Uma das percepções dos entrevistados quanto à saída dos colegas do curso, assim se expressa:

[...] Muitos que abandonaram porque na verdade não atingiram a média e reprovaram. Só poderia passar uma vez pelo Conselho de Classe, e no 2º módulo não conseguiram novamente. Não tinha outra turma para eles refazerem o módulo. Se teve dois que concluíram e passaram pelo Conselho,foi muito (E11).

Os jovens alunos reprovados nas turmas do curso técnico do SENAI A do PRONATEC podem ser denominados como “vencidos”, de acordo com a expressão de Dubet (2004). O ato de abandono, de saída do curso, remete à causa anterior, de certeza da reprovação. Aparentemente, a expressão naturalizada em muitas instituições escolares de que “o aluno abandonou o curso porque já está reprovado” simplifica a avaliação dos colegas e a institucional. Entretanto, não é esta a questão principal.

O que se discute na reprovação destes alunos no SENAI A não é nem o abandono e nem a reprovação em si, mas a situação criada de exclusão do Programa pela instituição, pois os jovens não tiveram a oportunidade de refazerem os módulos, nos quais não conseguiram aproveitamento, pelo motivo de não terem sido ofertadas outras turmas do PRONATEC no período. A situação mencionada pelos colegas, do aluno que reprovou no curso e precisou refazer o módulo fora do Programa em uma das turmas regulares e não gratuitas do SENAI A é, no mínimo, questionável.

Arroyo (1992) discute a exclusão na escola como parte da sociedade desigual e excludente. A lógica que a fundamenta foi aceita pelo aluno e perpetrada pelo SENAI A, contrária ao processo de democratização da sociedade e à garantia legal da permanência escolar. Como um Programa que pretende democratizar a EPTNM pode, ao mesmo tempo, garantir o acesso do aluno, mas

não a sua permanência e a conclusão posterior? Como aceitar que a reprovação de um aluno gere a sua exclusão do Programa?

Embora possa aparentar um problema que se configurou na implantação do Programa, não previsto pelos principais gestores do PRONATEC e nem pelo SENAI A, a exclusão de um aluno do Programa para posterior inclusão fora dele demonstra a lógica que prevaleceu: a do capital sobrepondo-se ao direito à educação.

Uma das principais questões propostas na entrevista referiu-se aos que abandonaram o curso técnico em virtude da necessidade de trabalho e, no caso afirmativo, se os colegas tiveram conhecimento do abandono do curso técnico e também do Ensino Médio. A metade dos entrevistados respondeu que não houve conhecimento e a outra metade respondeu que sim, que alguns colegas abandonaram-no por esta razão, no início do curso técnico; outros durante o curso e quando concluíram o Ensino Médio (E8). Uma aluna assim expressou:

Sim. Muitos abandonaram os dois, porque precisavam do emprego e não dava para conciliar. Eu mesma precisava trabalhar, quase deixei o curso, para ajudar os meus pais. No PRONATEC não podia modificar o horário que era rígido. Nos outros cursos do SESI podia, e eles reforçavam a igualdade. Davam a desculpa de que no curso PRONATEC não podiam trocar o horário. Meus pais não deixaram largar (E9).

Os alunos do EM que trabalhavam em tempo integral anteriormente à oferta do PRONATEC não tiveram condições de acesso, pois a forma concomitante de curso é incompatível com o trabalho. Os que por razões econômicas necessitaram trabalhar durante o curso acabaram abandonando-o, assim como o EM.

A maioria dos entrevistados que permaneceram no curso do SENAI A, não trabalhavam e os poucos alunos que trabalharam durante o curso foram em ocupações de meio período. Concluindo, a oferta do PRONATEC através dos cursos concomitantes não foi uma oferta voltada aos jovens alunos trabalhadores do EM, seja porque não tiveram acesso, seja porque não puderam permanecer, pela incompatibilidade da oferta de formação profissional com a necessidade de trabalho.

Além disto, a entrevista E9 também demonstrou a inflexibilidade do SENAI A quanto aos horários e a mudança de turnos, que possibilitassem o

trabalho de meio período posterior, uma barreira criada pela instituição à permanência dos alunos. A permanência no curso concomitante do SENAI A não esteve articulada às necessidades dos alunos do EM, não considerando as suas características e condições socioeconômicas.

Se a formação profissional propiciada pelo SENAI A não foi concebida para os alunos do EM que trabalham, o Programa propicia um reducionismo quanto ao acesso e à permanência e fragmenta a relação entre a juventude, o trabalho e a educação, criando uma contradição interna no seu âmbito e em relação à democratização na EPTNM.

Algumas das razões apontadas para a reprovação são nesta seção retomadas brevemente, por apresentarem uma perspectiva diferenciada em relação àquela ou por relacionarem-se a outras razões. A primeira refere-se a não identificação dos colegas com o curso técnico. Na visão dos alunos, o PRONATEC propiciou uma oportunidade para que os matriculados no Ensino Médio realizassem concomitantemente um curso técnico. No entanto, como a oferta dos cursos técnicos não foi ampla e diversificada, muitos alunos matricularam-se de acordo com a oferta permitida.

Segundo os entrevistados,

[...] teve muitas pessoas que se inscreveram assim, porque queriam fazer um curso técnico, mas não sabiam do que. Aí não gostaram do curso, das disciplinas, e aí abandonaram. A minha turma teve bastante abandono, de início eram 40, concluímos com 16, mais da metade abandonou o curso. Eu acredito que a maioria por esta razão (E7).

Desistência, também acho que falta de interesse, alunos que não se identificaram com o curso (E10).

[...] os que abandonaram... Muitos porque não gostaram do curso, não era o que esperavam (E1).

[...] não quiseram mais (E8).

Porém, na visão de outro entrevistado, um aluno com idade mais avançada em relação aos seus colegas, a imaturidade dos mais jovens (mencionada também pela coordenadora pedagógica do curso) serviu para justificar a não identificação com o curso técnico, um estereótipo que se apresenta comumente à juventude, desconsiderando-se e encobrindo uma oferta de cursos limitada:

Talvez os alunos eram muito novos (15-16 anos); nesta idade, não sabem o que querem, são vários fatores. O principal é o pessoal (E13).

As diferentes experiências de escolarização dos jovens, vivenciadas nos colégios que realizavam o Ensino Médio e no curso técnico, foram mencionadas em uma perspectiva que envolveu o “grau de dificuldade” destes:

É porque é o seguinte: o aluno sai do Ensino Médio, não é um sistema puxado de ensino, pode faltar um monte... Muita gente pensa que o ensino técnico é igual, e muita gente não se adaptou a isto. Tem a pressão de trabalhos, muitos alunos acabaram desistindo por causa disto (E6).

Pela falta de interesse dos próprios alunos que pensavam que o curso era fácil, e foi bem cobrado para terem formação de qualidade. Isto quebrou a expectativa destas pessoas (E2).

Na visão de alguns dos entrevistados, o curso técnico foi considerado “difícil” em relação ao EM; mas esta dificuldade poderia ter sido vencida apenas pela força de vontade, através do esforço pessoal de cada um:

[...] Como nós comentamos, o curso tinha 47 alunos no 1º semestre e uns 10 desistiram, é difícil. Ficaram uns 30, no 2º semestre 25, no 3º só 20 e quatro foram para outra sala, para remanejamento (E8).

Acho que faltou força de vontade dos alunos. Vejo por mim (E4).

No entanto, a entrevista E5 ressaltou que a força de vontade dos colegas existiu e relacionou as dificuldades a outros fatores, como problemas na aprendizagem e a falta de tempo de alguns alunos para o estudo e para o cumprimento de todas as atividades solicitadas:

Olha, não saberia te dizer. Os colegas procuravam aproveitar o máximo. Não sei se foi dificuldade de aprendizagem, nos ajudávamos entre si, talvez o trabalho prejudique. Eram bastante atividades no SENAI, era necessário ter um tempo fora, às vezes a falta de tempo pode ter ocorrido (E5).

A razão referente à falta “de prática” no curso foi elencada por ter contribuído para a desistência de alguns alunos, que esperavam um curso técnico mais “prático”:



O 1º módulo foi mais teórico, não tinha nada na prática, muitas pessoas desistiram por isso (E11).

Motivo, só teórico mais no início; no 2º e 3º módulo não teve tanta reclamação, então, quem desistiu se arrependeu... As visitas técnicas gostamos bastante, aprendemos. Também houve a falta de tempo, outros mudaram os horários (E12).

A visão que os alunos possuem de “prática”, como atividade que envolve o “fazer” e desvinculada da teoria, não permite a compreensão da unidade do conhecimento, entre a formação geral e a formação específica e não atende ao princípio da indissociabilidade entre a teoria e a prática no processo de ensino-aprendizagem conforme prevêem as DCNEPTNM e os recentes documentos que tratam da concomitância. Esta questão remete novamente à discussão da forma como vem sendo desenvolvido o projeto pedagógico unificado entre o EM e os cursos técnicos concomitantes, na integração e na concepção dos eixos articuladores, pois a dicotomia entre prática e teoria foi reforçada, expressa na visão dos alunos, tanto através de suas expectativas “práticas”, quanto nas críticas realizadas ao SENAI A que teria privilegiado a teoria no início do curso.

A dicotomia entre teoria e prática, que sustenta a fragmentação do conhecimento e revela-se internalizada pelos alunos, reflete-se no que a escola transmite e o que a empresa necessita. Paul Singer (1988), ao comentar a tese de Cláudio Salm presente no livro *Escola e Trabalho* (1980), de que o capital não precisa da escola para formar a sua mão de obra, expõe:

A escola inevitavelmente se limita a transmitir conhecimentos gerais e abstratos, que por isso são considerados ‘teóricos’, ao passo que a empresa necessita que seu pessoal dirigente tenha conhecimentos específicos e concretos, considerados ‘práticos’. Não é por outro motivo que os jovens que concluem seus cursos profissionalizantes costumam ter as maiores dificuldades para conseguir emprego, pois as empresas quase sempre exigem ‘experiência prévia’, que é a única coisa que a escola não pode dar. (SINGER, 1988, p. 27).

As críticas ao trabalho pedagógico e a falta de interesse de alguns professores, justifica a preferência da pesquisadora pela utilização do termo “abandono”, pois estas razões podem caracterizar o início de um processo de abandono, provocado internamente nas instituições e que culmina no “abandono” posterior do aluno.

Em relação ao tempo utilizado para o deslocamento entre as atividades realizadas nos colégios, no SENAI, no trabalho e outras, também foi considerado como um fator que motivou algumas das desistências, articulado às rígidas regras estabelecidas pela instituição e a sua inflexibilidade quanto aos atrasos dos alunos:

Também tem o tempo, alunos moravam longe, no Centenário, Hauer e ocorriam atrasos. A política do SENAI não aceita isto... O tempo, o cronograma é curto. Até que nós pedimos horários mais flexíveis das 13h30min às 17h30min., mas não teve como, pois funcionavam turmas à noite (E6).

Enguita (2004) ao discorrer sobre as origens da escola e como esta se configurou como uma “antecipação da fábrica”, uma adaptação entre a família e o trabalho assalariado, um local em que se aprenderia de modo sistemático a submissão, dentre outros aspectos, como o controle do tempo do trabalhador, também mencionou o que os alunos aprenderiam:

[...] a competir de maneira destrutiva - estigmatizante e excludente - uns com os outros; [...] a assumir uma estrutura social desigual e estratificada, mas presumivelmente produto de suas diferenças e seus desempenhos individuais; [...] a manter uma atividade regular e continuada independentemente de seu estado de ânimo e suas circunstâncias. (ENGUITA, 2004, p. 30).

O autor registra que tais características referiram-se ao “último terço do século XIX e os dois primeiros do século XX”, às aptidões e atitudes a serem desenvolvidas nos adolescentes pela escola, pois requeridas pelo trabalho desde a divisão manufatureira à automação e, “depois, atuariam como poderosos instrumentos na desqualificação, na submissão e na normalização das atividades trabalhistas” (ENGUITA, 2004, p. 31). A leitura da análise histórica feita por Enguita sobre o papel da escola auxilia na reflexão de o quanto tais características perduram no cenário atual da Educação Profissional, em particular nos conflitos reforçados por situações ocorridas na instituição profissional pesquisada.

A realização de um remanejamento de alunos, nas turmas do turno vespertino no decorrer do curso, provocou muitas insatisfações aliadas a conflitos internos e entre turmas, que também motivaram desistências e reprovações:

[...] Na T1 não eram muito unidos. Dois amigos foram para lá porque nesta turma, muita desistência. Eles queriam voltar, teve uma gincana lá, que o Professor nem conseguiu terminar, um pouco porque eles não aceitam opinião um do outro... [...]. A turma T1 passaram mais no início e terminaram em menos. No primeiro módulo, houve mais desistências. No segundo, houve mais reprovações deles, na nossa, duas. Desistiram porque não tinha como esperar outra turma. A reprovação, pela não aprendizagem e faltas. O professor disse que eles não tinham vontade, preferiram trabalhar. No terceiro módulo, passaram todos. A maioria dos alunos estudava de manhã, alguns voltavam para casa, outros não. Destes, enfrentamos a alimentação. Abriam o curso à noite<sup>47</sup> (E12).

Os conflitos mencionados ocorreram entre as turmas do PRONATEC do turno vespertino (T1 e T2), gerados pela competitividade entre os alunos e também, de uma das turmas com as pertencentes ao Colégio do SESI, de Educação Básica articulada com a Educação Profissional, denominadas de EBEP, que funcionam também no SENAI A:

Tinha uma turma [T1] do vespertino, com muito conflito e competitividade entre os alunos; eram teimosos e críticos, trocavam de representantes e havia conflito entre eles e as turmas do EPEB, do SESI (E11).

[...] Havia painéis, grupos dentro da turma [T1] e ciúmes, por sermos a turma queridinha do SENAI [T2]. Era como se fosse uma disputa, turma contra turma... A maioria dos alunos se conheceu lá, algumas amizades de outro colégio. Quando teve o Mundo SENAI, foi bem triste, o Presidente da FIEP quis ver as duas turmas, a outra não aceitou, por brigas. Foi vergonhoso... Só nós fomos, no SENAI mesmo e no Cotoengo. Não teve esta rivalidade [T2] com a turma do SESI (E12).

Para Dubet (2004) uma escola meritocrática “cria necessariamente ‘vencidos’, alunos fracassados, alunos menos bons e menos dignos” (DUBET, 2004, p. 551). Os “vencidos” serão mais bem tratados em escolas que os considerem [...] “como sujeitos em evolução e não apenas como alunos engajados em uma competição” (DUBET, 2004, p. 553). Entretanto, na competição que caracteriza o mercado, não há espaço para todos os alunos e a escola profissional segue esta lógica.

A entrevista do aluno (E8) citou casos de abandono do curso em função da aprovação de alguns alunos para o Ensino Superior, ao término do Ensino

<sup>47</sup> A entrevista refere-se ao turno ofertado para o curso atualmente, que à época da primeira turma era inexistente.

Médio, e também de alistamento militar para os alunos do sexo masculino que completaram a idade de 18 anos.

Segundo Lüscher e Dore (2011) as causas de “evasão” podem estar relacionadas tanto a fatores externos como a fatores internos à instituição: por questões econômicas; individuais/sociais; educacionais; administrativos; estruturais e conjunturais. A classificação dos autores permite a identificação da natureza das razões; entretanto, não implica em uma separação absoluta destas, pois a análise evidenciou que a maioria mantém uma relação que também se apresenta nos fatores internos e externos à instituição.

Em síntese, diversas razões foram apontadas pelos alunos para o abandono no curso técnico do SENAI A como: a reprovação, a necessidade de trabalho, a inflexibilidade e as rígidas normas estabelecidas na instituição, a não identificação com o curso e imaturidade dos jovens “mais novos”, problemas de/na aprendizagem diferentes experiências de escolarização, a falta de “prática”, críticas ao trabalho pedagógico e à falta de interesse de alguns professores, remanejamento de alunos, aprovação no Ensino Superior e alistamento militar.

Algumas destas razões também foram apontadas como razões para a reprovação, relacionando-se com a opção de oferta realizada pelo PRONATEC, quanto à forma concomitante dos cursos e, outras, que ocorreram especificamente no SENAI A, por não terem sido consideradas as condições econômicas, as experiências de vida, de escolarização e de trabalho destes jovens alunos do Ensino Médio da escola pública, conforme dispõe o Plano de Ações Articuladas e o projeto pedagógico unificado, referentes à concomitância no Programa. Novamente as “razões” para o abandono dos colegas, mencionadas pelos alunos demonstram a incompatibilidade destas com o processo de democratização proclamado pela Política do PRONATEC.

O aluno concreto, inserido em uma realidade social, que faz parte das relações que se estabelecem entre juventude, escola e trabalho e que necessita de uma formação integrada, não foi priorizado na política de constituição e de implantação do Programa, em seus diversos níveis. Disto decorrem problemas para o desenvolvimento do Programa, evidenciados no campo empírico e que demonstram a não garantia do acesso, da permanência e da conclusão de alunos pelo PRONATEC.

#### 4.2.3 As razões da permanência no curso técnico do SENAI A

Embora as razões para a permanência no Programa já tenham sido indiretamente tratadas na exposição da metodologia e no resultado dos dados da pesquisa empírica, procura-se nesta seção, sintetizar as principais considerações.

Na entrevista, ao indagar-se sobre a justificativa para a alternativa escolhida pelos alunos: *“Os cursos técnicos do SENAI garantem emprego porque são voltados diretamente para o mercado de trabalho”*, como o principal motivo para terem se matriculado no Programa, a quase totalidade dos alunos concordaram com a assertiva proposta e também afirmaram que esta ideia manteve-se durante o curso, influenciando a sua permanência e conclusão. Apesar disso, ao final do curso técnico aproximadamente um terço dos entrevistados manifestou-se decepcionado quanto à falta de garantia de emprego, que supostamente seria proporcionada pela realização da formação técnica.

Os depoimentos revelaram que a possibilidade oferecida pelo PRONATEC, de efetivarem um curso técnico no SENAI, instituição que é ligada diretamente à indústria e ao mercado de trabalho, foi o que motivou aproximadamente 80% dos alunos entrevistados a ingressarem no Programa.

Mais da metade dos alunos entrevistados não tiveram experiências anteriores de trabalho e o seu significado articulou-se à possibilidade de renda e de ocupação. O caminho para a concretização desta possibilidade foi o curso técnico.

Para a maioria dos alunos que permaneceram no Programa, o PRONATEC apresentou mais aspectos positivos do que negativos, sobressaindo a oportunidade de realizarem um curso técnico gratuito do SENAI através da Bolsa Formação e o reconhecimento quanto ao conhecimento técnico demonstrado pela maioria dos professores do curso.

Apesar de alguns destes alunos terem registrado o descontentamento com aspectos ligados à implantação da Bolsa Formação Estudante (como o atraso no Vale Transporte, problemas com a qualidade do lanche fornecido e a falta de material didático), à falta de acessibilidade da instituição, o cansaço, principalmente daqueles que trabalhavam conjugado ao excessivo número de disciplinas e à pressão da instituição, evidenciou-se que os alunos que permaneceram superaram todas estas dificuldades, porque acreditaram na

ideologia de que a formação realizada nesta instituição lhes garantiria um emprego, principalmente ao final do curso.

Além deste aspecto, recorrente na fala dos alunos, e mesmo tendo sido minimizado pela manifestação de decepção posterior à realização do curso por alguns, o processo adaptativo às regras da instituição e às do mercado também foram essenciais para as suas permanências e para a conclusão do curso técnico ofertado pelo PRONATEC no SENAI A.

### **Síntese do capítulo**

O capítulo 4 apresentou inicialmente uma breve contextualização do tema do abandono, voltada especialmente para a EPTNM e particularmente para o PRONATEC. Este trabalho não teve a pretensão de discutir o termo “evasão”, apenas justificou a utilização do termo “abandono” na pesquisa, compartilhada por outros pesquisadores, que subentende um processo de abandono que pode ser desencadeado institucionalmente, gerando a atitude posterior do estudante. Além deste aspecto, a análise do abandono na EPTNM implica na consideração da condição juvenil dos estudantes, em suas experiências de escolarização e de trabalho, suas expectativas e projetos de futuro, pensando o papel da formação escolar e profissional para o mundo do trabalho, realizadas pela pesquisa.

A análise quantitativa dos dados empíricos sobre o rendimento dos jovens estudantes no SENAI A indicou um número elevadíssimo de reprovações, mais da metade dos alunos. As principais razões abordadas pelos alunos quanto às reprovações ocorridas nas turmas do SENAI A foram: a não identificação com o curso, as diferentes experiências de escolarização (EM e curso), o trabalho pedagógico realizado por alguns professores e o remanejamento administrativo. A análise das razões cotejou principalmente o que dispõe o documento referente à concomitância (PARANÁ. SEED/IFPR/SENAI/SENAC, s/d) no Plano de Ações Articuladas, pois a instituição não disponibilizou o Projeto Pedagógico do curso.

Em relação à desistência no SENAI A, a sua taxa foi menor em relação à reprovação e à média nacional de desistências do Programa, embora tenha ocorrido continuamente e, de forma mais severa, no último semestre do Curso.

As razões apontadas pelos alunos para o abandono dos colegas foram mais amplas: a reprovação, a necessidade de trabalho, a inflexibilidade e as

rígidas normas estabelecidas na instituição, a não identificação com o curso e imaturidade dos jovens “mais novos”, problemas de/na aprendizagem em diferentes experiências de escolarização, a falta de “prática”, críticas ao trabalho pedagógico e à falta de interesse de alguns professores, remanejamento de alunos, aprovação no Ensino Superior e alistamento militar.

No entanto, observou-se novamente o relacionamento entre questões internas e externas à instituição e entre as causas de abandono e de reprovação. As razões de reprovação e de abandono estão também relacionadas a não efetividade do projeto pedagógico unificado entre demandante e ofertante e ao estabelecido no Plano de Ações Articuladas (PAA), realizado pelas instituições parceiras e aos princípios contidos nas DCNEPTNM. As “razões” apresentadas tanto para a reprovação quanto para o abandono dos colegas, mencionadas pelos alunos, demonstram a incompatibilidade destas com o processo de democratização proclamado pela Política do PRONATEC.

Algumas situações que ocorreram na instituição ofertante demonstraram a tentativa de homogeneização de todos os alunos, não tendo sido consideradas as condições econômicas, às experiências de vida e de escolarização destes jovens alunos do Ensino Médio da escola pública, causando problemas na implantação e no desenvolvimento do Programa, principalmente quanto a não garantia da permanência e da conclusão de grande parte dos alunos.

A forma de oferta concebida pelo Programa não atendeu aos interesses e às necessidades dos jovens estudantes da escola pública. Além disso, situações ocorridas na instituição ofertante estão ligadas à natureza de adaptação e de sujeição à razão instrumental pelos estudantes, predominantes nas instituições privadas, que impactam a formação e podem ter motivado as altas taxas de reprovações e das desistências na instituição do SENAI.

As razões para a permanência dos alunos, sintetizadas na última seção do capítulo, articularam-se principalmente à ideologia de que os cursos técnicos do SENAI garantem emprego, segundo a visão de quase a totalidade dos alunos entrevistados, que justificaram que esta perspectiva manteve-se durante o curso, influenciando as suas permanências e a conclusão do curso técnico. Mais de 80% dos alunos entrevistados revelaram que a possibilidade oferecida pelo PRONATEC de realizarem um curso técnico no SENAI, instituição ligada diretamente à indústria e ao mercado de trabalho, foi o que os atraiu para o

ingresso no Programa e o principal significado dado ao trabalho referiu-se à possibilidade de renda e ocupação.

Na visão de mais de 70% dos alunos entrevistados o PRONATEC apresentou mais aspectos positivos do que negativos, principalmente pela oportunidade oferecida aos alunos de realização de um curso técnico gratuito no SENAI A, reforçada pela oferta da Bolsa Formação. Apesar de alguns destes alunos terem registrado o descontentamento com aspectos ligados à implantação da Bolsa Formação Estudante, consideraram importante o auxílio para as suas permanências e para a conclusão do curso técnico realizado.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizado o percurso da pesquisa, que procurou determinar em que medida o PRONATEC contribuiu para a proclamada democratização da EPTNM, através da análise da oferta inicial (2011-2014) de cursos técnicos na forma concomitante com Bolsa Formação Estudante aos jovens do Ensino Médio público e das razões destes para o abandono e para a permanência em determinado campo empírico, apresenta-se, nestas considerações, uma síntese dos principais resultados obtidos na investigação.

A Lei nº 12.513/2011 que instituiu o PRONATEC tem o objetivo de expandir e democratizar a oferta de educação profissional e tecnológica por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. A maior parte dos projetos e dos programas estava implantada anteriormente e foi incorporada ao Programa, permitindo a ampliação dos resultados quantitativos apresentados, tendo em vista a meta de oferta de 8 milhões de vagas para trabalhadores e jovens alunos/trabalhadores do Ensino Médio regular, incluindo os da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no período de 2011-2014.

A hipótese desenvolvida na presente Tese é a de que o fenômeno de expansão no PRONATEC, mediante a oferta inicial aos alunos do Ensino Médio público de cursos técnicos na forma concomitante com Bolsa Formação - constituinte da especificidade do Programa -, não contribuiu para a democratização da EPTNM, pois esta forma de oferta apresenta limites na sua própria natureza, que impede o acesso de grande parte dos alunos da escola pública, que estudam e que trabalham. Além disso, não garantiu também, à grande parte dos que tiveram acesso, a sua permanência, conforme demonstrou o levantamento inicial dos dados empíricos.

Neste sentido, o paradoxo encontrado foi em relação ao curso técnico que obteve a maior demanda dos jovens alunos ter apresentado posteriormente, a menor porcentagem de permanência em relação aos demais cursos. Os dados de matrículas chamaram a atenção da pesquisadora para a necessidade de continuar a investigação nesta unidade do SENAI, denominada de SENAI A, buscando as razões dos alunos do EM para o abandono e para a permanência neste curso técnico do Programa, ampliando também a discussão em relação à parceria público-privada, prevista no PRONATEC.

A oferta de cursos técnicos na forma concomitante é considerada como articulada ao Ensino Médio: os alunos realizam este em um estabelecimento de ensino público em determinado turno, mediante uma matrícula e, em outro turno e geralmente em instituição de ensino diferenciada, outra matrícula é efetuada para o curso técnico. A legislação educacional prevê convênio ou acordos de intercomplementaridade com planejamento e desenvolvimento de projeto pedagógico unificado para o EM e os cursos técnicos concomitantes. No entanto, de uma forma geral, o trabalho pedagógico conjunto não se desenvolve em torno de um projeto unificado, mas de currículos separados, realizados de forma que o conhecimento geral e o específico não se integram.

A “novidade” apresentada pelo PRONATEC referiu-se à oferta de Bolsa Formação, uma das formas de financiamento para a formação profissional no Programa, nas modalidades Bolsa Formação Trabalhador e Bolsa Formação Estudante, voltada para os cursos de qualificação e para os cursos técnicos de nível médio, mediante a execução financeira do FNDE. Os valores são transferidos para as instituições e correspondem ao custo total do curso por estudante que abrange mensalidades, encargos educacionais, transporte e alimentação aos beneficiários, de acordo com o número de vagas pactuadas por cada instituição de ensino ofertante que, no período inicial foram as instituições públicas e as pertencentes ao Sistema S. A confirmação das matrículas efetivadas realiza-se no SISTEC pelos ofertantes, tendo ocorrido falhas no registro de vagas e a inexistência de processo de prestação de contas, de análise e de aprovação das matrículas na primeira fase do Programa.

Portanto, considerou-se a necessidade da presente investigação crítica realizar uma análise da proclamada democratização na EPTNM no âmbito do PRONATEC, a partir da ampliação da oferta na forma concomitante com a Bolsa Formação, compreendendo também as razões da (não) permanência dos alunos, tendo como referencial teórico da pesquisa, o princípio legal da garantia das condições de acesso e de permanência escolar.

Durante este percurso delinearam-se muitas dificuldades, pois o PRONATEC encontrava-se na fase inicial de implantação, no momento do desenvolvimento da pesquisa. As referências bibliográficas eram escassas, as pesquisas sobre o Programa praticamente inexistentes, um dos instrumentos de gestão do Programa, o SISTEC, apresentava problemas, alguns dados

disponibilizados eram inconsistentes e, outros, não disponibilizados pelos órgãos responsáveis pelo Programa, além das dificuldades criadas pela instituição ofertante, como a falta de comunicação entre os membros da equipe responsável pelo curso no SENAI A e de alguns comportamentos indicativos de não colaboração para a pesquisa, como os obstáculos criados para a não verificação do Projeto Pedagógico do curso. A falta de transparência e de publicidade dos órgãos oficiais e da instituição pesquisada impediu o pleno desenvolvimento da pesquisa, constituindo-se em obstáculo à construção e à consolidação do processo democrático na educação, principalmente face ao volume de recursos públicos envolvidos no PRONATEC.

Os eixos de análise estabelecidos para o objeto da investigação foram construídos no decorrer da pesquisa, a partir da realidade apresentada pelo Programa e revelaram a relação dialética entre quantidade, natureza, forma de oferta e as razões dos alunos para o abandono e para a permanência no Programa. Foram contempladas as possíveis relações existentes entre quantidade/qualidade, expansão/democratização da oferta, forma de oferta/abandono e permanência visando alcançar-se a realidade concreta.

O PRONATEC, como uma política de governo que expressa uma Política de Estado capitalista e parte da política educacional para a EPTNM, não se apresentou de forma linear e nem isento de contradições, pois se relaciona às dimensões mais amplas da sociedade, como a econômica, a política, a cultural e a social.

O primeiro capítulo da pesquisa discutiu os aspectos referenciados acima, que se mostraram no contexto de constituição do Programa: as justificativas expressas pelo governo federal para a criação no Projeto de Lei nº 1209/2011 proposto pelo Executivo, os elementos que foram reforçados no debate do Legislativo, relacionados ao seu processo de tramitação à promulgação da Lei nº 12513/2011.

O que transpareceu na análise do processo de constituição do PRONATEC foi o esforço realizado pelo Executivo para aprová-lo de forma aligeirada, apesar das críticas realizadas por pesquisadores da área e de várias entidades ligadas à educação, que se sentiram excluídas da discussão e do debate legislativo. Este último ocorreu dentro dos limites dos interesses previamente capitaneados pelo Executivo que foram preservados, em torno de

uma suposta “unidade”. Legitimou-se o Programa para o enfrentamento de um “problema” brasileiro, disseminado pelos meios empresariais, reforçado pelo governo e aceito por parte da sociedade civil: o da falta de mão de obra qualificada, como uma das causas principais do desemprego, desviando-se do real problema da baixa escolaridade dos trabalhadores brasileiros.

O foco na apresentação do número de matriculados no Programa, constante das propagandas do governo federal induziu uma interpretação de que a ampliação e a oferta do PRONATEC fossem preponderantemente de cursos técnicos, “a todos os brasileiros”, como se isto fosse possível. Os resultados do primeiro estudo oficial que caracterizou a modalidade da Educação Profissional no Brasil, realizado pelo IBGE em 2009 já indicavam que a natureza da EP está intimamente ligada à qualificação de mão de obra, que independe da escolaridade, voltada para um público que apresenta um nível socioeconômico baixo, necessitando de qualificação formal pelas ocupações exercidas ou que apresenta dificuldades de inserção no mercado de trabalho e realizada principalmente por instituições privadas. Contudo, pesquisas sobre a Educação Profissional e o mercado de trabalho apontam que os cursos de qualificação (FIC), são os que proporcionam uma inserção menor no mercado de trabalho.

Os cursos de qualificação ofertados foram concebidos como instrumentos de inclusão social para o atendimento das demandas econômico-sociais, na perspectiva do desenvolvimento da empregabilidade de trabalhadores e/ou estudantes, articulados principalmente ao Sistema S. Vinculou-se este último à qualidade requerida na Educação Profissional, justificando inclusive, a concedida autonomia para a criação e oferta de cursos e programas de EPT, na condição de mantenedores, segundo a posterior Lei nº 12.816 de 05/06/2013. Favorecendo o Sistema S, mediante um maior e contínuo repasse de verbas públicas, atendeu principalmente aos interesses e às demandas privadas, disputadas no interior daquele órgão.

As perspectivas economicistas e assistencialistas em relação à qualificação e à formação profissional dos trabalhadores e dos jovens estudantes/trabalhadores da escola pública, compreendidas no âmbito de uma política de inserção social no “desenvolvimento” do país reforçaram a constituição do PRONATEC. Sua legislação foi produzida de acordo com a concepção que articula educação e desenvolvimento econômico, envolvendo interesses políticos,

econômicos e sociais em disputa e revelando quais as forças políticas representadas por organismos, instituições, movimentos e organizações civis que foram ouvidas na correlação de forças presentes no Estado.

A Lei do PRONATEC sofreu inúmeras complementações e alterações através de Portarias, Resoluções, Editais e Decretos. A Lei nº 12.816/2013 incorporou novos beneficiários e ampliou a participação de instituições privadas e públicas de Ensino Superior, de instituições de Educação Profissional Tecnológica e de fundações públicas de direito privado para a oferta de cursos técnicos na forma subsequente ao EM conhecidos como os “pós-médios”.

O Programa, que inicialmente destacou a participação do Sistema S e possibilitou também a oferta pelas instituições federais, atendeu posteriormente os interesses dos empresários da educação para a sua entrada neste “mercado de formação profissional”, funcional à acumulação capitalista, criando o consenso necessário em torno do Programa. Os recursos públicos foram colocados em disputa, até mesmo pelas instituições públicas.

O papel do Estado como promotor do crescimento e de políticas sociais universais vem sendo impactado desde a crise do regime de acumulação fordista e pelas críticas conservadoras ao Estado de Bem-Estar Social. No Brasil, os efeitos da reestruturação produtiva e da doutrina política do neoliberalismo foram sentidos efetivamente nos anos 1990, através das reformas do Estado. A partir dos anos 2000, discutiu-se no Brasil o delineamento de uma estratégia novo-desenvolvimentista, apoiada pelo empresariado industrial nacional e pela burocracia estatal para a retomada do desenvolvimento. O Estado, indutor da economia e fortalecedor do setor privado, articulado ao fenômeno de “governança pública”, iniciado no governo do Presidente Lula, “integrou” três lógicas distintas: a do Estado, a do mercado e a da sociedade civil, representando um novo modelo de gestão pública. Esta estratégia legitima-se pelo consenso entre os empresários da produção, os trabalhadores, os técnicos do governo e a classe média profissional, pois o Estado aparece como um agente de mudanças sociais, defensor dos interesses coletivos. Neste contexto, o PRONATEC articula-se como um instrumento que legitima a continuidade da estratégia novo-desenvolvimentista brasileira, no governo da Presidente Dilma, ampliando o consenso dos segmentos populares.

O PRONATEC reforçou as raízes históricas que vincularam a formação e a qualificação profissional realizada pelo Sistema S por mais de setenta anos com “qualidade” e legitimada socialmente, (re) compondo o modelo de gestão público-privada que amplia a expansão privada na Educação Profissional, como a que ocorreu nos anos finais de 1990, que se apresenta como o seu antecedente imediato.

A articulação público-privada, presente na oferta concomitante para a EPTNM, é estratégica também para compensar a deficiente qualidade do EM público, desobrigando o Estado pela oferta pública. Problematisa-se também no PRONATEC a subordinação a uma oferta condicionada pelas instituições ofertantes, que aparenta uma “escolha” dos alunos pelos cursos. O SENAI, por exemplo, que possui uma tradição de qualificação de mão de obra para as empresas, apresenta uma oferta elevada desta no Programa.

No entanto, a defesa da qualidade social decorre da perspectiva histórica e de luta pela ampliação da educação como um direito e que possui elementos como a gratuidade, a obrigatoriedade, a laicidade e a gestão democrática, em toda a sua complexidade, que se articula a análise da democratização da oferta, a partir do princípio legal da garantia de acesso, de permanência e de conclusão, tomando-se estes indicadores para a presente análise. Problematisou-se a democratização entendida restritivamente, como ampliação da oferta ou de ofertas diferenciadas, pois estes aspectos estão presentes na proclamada democratização da EPTNM pelo Programa.

Analisados os principais elementos constitutivos do Programa, este foi situado no âmbito das políticas de EPTNM, no debate atual sobre o EM e a EPTNM, articulados à produção teórica. As discussões acerca da importância da reconstrução da concepção de integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional técnica, recuperaram as discussões críticas realizadas nos anos 1980 na educação, quanto à sua vinculação com as práticas sociais, ao trabalho como princípio educativo e à politecnia. Estes fundamentos estiveram presentes na defesa da revogação do Decreto nº 2208/97, que separou a Educação Profissional técnica do Ensino Médio, através de uma organização curricular própria e independente, privilegiando a lógica de redução de custos no Ensino Médio e restringindo a oferta pública da EPTNM, coerente com a Reforma “administrativa” de 1995 que redefiniu o papel do Estado brasileiro, diminuindo

sua atividade como executor de políticas sociais e privatizando bens e serviços públicos.

O retorno da forma de oferta da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio e o aprofundamento das discussões sobre a concepção de integração entre o EM e a EPTNM foram possibilitados pelo Decreto nº 5154/2004 que manteve, todavia, às demais formas de oferta. A integração possibilita aos alunos o desenvolvimento de uma formação humana na perspectiva da integralidade, visando à compreensão das relações sociais, através de eixos estruturantes do conhecimento como o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia e uma atuação como cidadãos integrados à sociedade política. A formação humana contrapõe-se a uma formação restrita, “operacional” de ensino técnico e a uma formação “propedêutica” do Ensino Médio, que, separados, reforçam a dualidade estrutural.

Além desta concepção de formação apresentada para o EM Integrado à EPTNM, este também é viável para milhões de jovens brasileiros que necessitam tanto escolarizar-se quanto inserir-se no sistema produtivo, pelo seu desenvolvimento em um único turno e instituição.

O PRONATEC, ao priorizar a ampliação da formação profissional concomitante ao Ensino Médio público, caminha na direção oposta à concepção de integração entre Ensino Médio/Educação Profissional técnica no âmbito das políticas da EPTNM e as de EM, fragmenta os recursos públicos, não enfrenta as causas do problema da qualidade na escola pública, além de não promover o pleno acesso aos jovens alunos trabalhadores.

A relação entre a evolução das matrículas da EPTNM, nos anos de 2011, 2012, 2013 e a implantação do PRONATEC pode ser dimensionado pela variação destas nas redes de ensino, pois a rede estadual apresentou uma variação negativa e a variação positiva ocorreu na rede privada.

O segundo capítulo objetivou dimensionar no Programa a expansão referente à oferta dos cursos técnicos concomitantes com a Bolsa Formação Estudante, a partir dos dados quantitativos de vagas, de matrículas, dos cursos e do perfil dos alunos no período de 2012-2014. Os primeiros dados que se configuraram como os resultados do PRONATEC nos anos iniciais (2011-2012) revelaram que a oferta inicial dos cursos técnicos no Programa correspondeu a menos de um terço em relação aos cursos FIC e praticamente a metade destes

últimos foi ofertado pelo Sistema S. As matrículas nos cursos FIC, até o ano de 2014 ultrapassaram ao dobro das referentes aos cursos técnicos, dando continuidade à tendência histórica de formação para o trabalho simples no Brasil. Ao propiciar uma expansão considerável de matrículas na EPT nos anos referidos, mediante a oferta preponderante de cursos FIC, permanece a seguinte questão: o que o Programa significou em relação à democratização da oferta de EPTNM?

O PRONATEC não fortaleceu a democratização da EPTNM, como sugeriam as propagandas oficiais. Os cursos técnicos que necessitam de maiores investimentos e de um tempo maior de formação para o desenvolvimento de uma profissionalização mais completa e de qualidade, associada à elevação de escolaridade dos jovens não foram priorizados. Além deste aspecto, a oferta realizada não teve como base um estudo consistente que relacionasse a natureza desta com a demanda real do mercado de trabalho e a demanda dos alunos. As propagandas oficiais focalizaram o aspecto quantitativo das matrículas realizadas, mas não foram realizados até o momento de finalização desta pesquisa, estudos oficiais sobre a permanência dos alunos no Programa e a sua inserção profissional, relacionadas à EPTNM.

Se nos cursos técnicos ofertados no período de 2011-2012 no Brasil, as matrículas na rede federal superaram as vagas ofertadas no PRONATEC, o interesse dos alunos nas instituições e/ou nos cursos ofertados por estas corrobora a defesa da ampliação da EPTNM pública, embora a oferta da Bolsa Formação para os cursos técnicos na rede federal foi inferior, comparada à do Sistema S. A oferta geral de Bolsa Formação até o mês de agosto de 2014 ocorreu em menos da metade do total de matrículas realizadas nas outras iniciativas do Programa, e quase a metade dos alunos possuíam o Ensino Médio completo, integrando uma demanda potencial para os cursos técnicos subsequentes.

No estado do Paraná seguiu-se a tendência nacional de uma maior oferta de cursos FIC em relação aos cursos técnicos no período de 2011-2014, a qual não foi atrativa para os alunos, pois na proporção de vagas ofertadas, verificou-se que esta foi maior do que a de matrículas efetuadas. No segundo semestre de 2012, quando se iniciou a oferta de cursos técnicos concomitantes no estado, as matrículas realizadas no SENAI em cursos técnicos, totalizaram as vagas



ofertadas. O interesse dos alunos na instituição destacada pode estar relacionado a várias razões: ao “histórico” reconhecimento social que a instituição possui, principalmente pelo reforço à visão ideológica de garantia de emprego pelo Programa, pela oferta de determinados cursos técnicos, principalmente na área industrial, ou até mesmo pela presença da instituição em um maior número de municípios. Entretanto, no ano de 2012, as matrículas nos cursos técnicos do Programa não representaram nem um terço do total de alunos matriculados no EM.

No município de Curitiba, no período de 2011-2014 a maior expansão de matrículas em relação às iniciativas consideradas pelo PRONATEC, deu-se no Acordo de Gratuidade com o Sistema S, realizada majoritariamente nos cursos FIC, ação desenvolvida anteriormente ao Programa. Da demanda potencial do município para o PRONATEC em 2014, correspondente aos alunos matriculados no Ensino Médio regular, um pouco mais de 10% destes matricularam-se no Programa.

A análise possível da oferta do PRONATEC, de cursos técnicos concomitantes com Bolsa Formação no Brasil, no estado do Paraná e no município de Curitiba - os dados finais de 2014 não foram disponibilizados posteriormente pela SETEC -, aponta que esta não contribuiu para a proclamada democratização da oferta de EPTNM para os alunos, em relação à totalidade da oferta considerada pelo Programa.

O referencial teórico da pesquisa, o princípio legal da garantia do acesso e da permanência escolar norteou a análise da democratização da EPTNM pelo PRONATEC, pois a expansão de vagas constitui-se como um indicador para acesso, mas não se encerra nele. Esta discussão é importante, na medida em que aponta para o desvelamento do termo democratização, frequentemente utilizado nas políticas educacionais, mediante a análise concreta das ações decorrentes destas.

O terceiro capítulo tratou dos procedimentos metodológicos estabelecidos para a pesquisa empírica, os questionários e as entrevistas com os alunos, pois as razões para a permanência ou não no curso investigado compuseram a análise qualitativa relacionada à democratização da EPTNM pelo PRONATEC.

A pesquisa com os alunos que abandonaram o curso não foi possível, pela razão principal da falta de interesse destes em participar, inviabilizando a

coleta e a análise de dados pelos procedimentos metodológicos estabelecidos. O questionário foi aplicado aos alunos que permaneceram nas três turmas do curso técnico e abrangeu principalmente os dados socioeconômicos e educacionais dos alunos, permitindo-se também conhecer as visões sobre o curso/instituição/Programa.

O perfil dos jovens alunos em relação aos turnos matutino e vespertino foi diferenciado, em relação à faixa etária e aos alunos trabalhadores que, por força das condições de oferta do curso, realizaram trabalhos de meio período. Dentre os principais motivos destacados pelos alunos para matricularem-se no curso prevaleceu a visão ideológica de que “os cursos técnicos ofertados pelo SENAI garantem emprego”, porque são voltados para o mercado de trabalho. Conforme a perspectiva de análise utilizada nesta questão, a Análise Crítica do Discurso (ACD), a ideologia construída em torno do PRONATEC revelou-se principalmente na relação dialética entre o discurso empresarial, reforçado pelo governo e aceito por grande parte da sociedade civil, acrescido de outros elementos das práticas sociais, que “formaram” o próprio “discurso” dos alunos.

Esta visão norteou as entrevistas individuais, que foram realizadas com os alunos que expressaram ter sido este o principal motivo para terem se matriculado no curso técnico do SENAI A, justificando-se pela possível relação com as razões para a permanência como também para o abandono dos alunos no curso, sugeridas nos questionários.

As questões que formaram o roteiro das entrevistas foram compostas com base em seis categorias prévias, que procuraram expressar estes jovens em suas experiências de estudo e de trabalho, as relações entre o Ensino Médio e o curso técnico, a motivação para matricularem-se e permanecerem no curso técnico, as razões de abandono vivenciadas pelos colegas de curso, o presente e os projetos futuros e as impressões sobre a política do PRONATEC. Para a análise do seu conteúdo utilizou-se autores que discutem as questões elencadas, a Análise do Discurso Crítico e os documentos para a concomitância no PRONATEC.

Retomada a justificativa quanto ao principal motivo dos alunos para a escolha no curso técnico ofertado pelo SENAI A e a sua relação com a garantia de emprego, a tendência predominante entre estes foi a de concordância plena com a assertiva proposta, revelando que a maioria incorporou esta ideologia, sem

questioná-la. As críticas foram referentes ao seu não “cumprimento” pelo curso/instituição do Programa.

No período da realização das entrevistas, após três meses de encerramento do curso, pouco mais de um terço dos entrevistados, na condição de egressos do curso, estavam trabalhando e, apenas um na mesma área do curso técnico. Ressalta-se que mais da metade dos jovens entrevistados não tiveram experiências de trabalho anteriores ao curso e a maioria não trabalharam durante a sua realização, embora tenham expressado a importância do trabalho (leia-se emprego) pelo retorno financeiro. Este sentido pode ter sido internalizado pelo senso comum, e/ou pelo processo formativo e também pelo projeto pedagógico idealizado que prevalece na sociedade.

A maioria dos entrevistados percebeu poucas relações entre o conhecimento geral e o específico, abordando-os de forma separada, o que corrobora que nos cursos técnicos concomitantes existe uma frágil articulação com o EM.

Quanto à política do PRONATEC na visão dos alunos, a maioria deles expressou a sua satisfação com o curso técnico realizado no SENAI A, ressaltando a iniciativa assistencialista do governo, voltada “para quem não pode pagar” um curso técnico. As críticas relacionadas à ação da Bolsa Formação demonstraram a importância do apoio proposto, embora não tenha sido suficiente para prevenir o abandono e as reprovações que ocorreram na instituição destacada.

A quase totalidade dos entrevistados relacionou a influência do curso aos projetos futuros, entretanto, a não realização das expectativas quanto à garantia de emprego na experiência de formação profissional vivenciada, tenha frustrado as expectativas presentes e futuras de alguns dos jovens entrevistados.

O quarto capítulo contextualizou o fenômeno do abandono na EPTNM, que implica na consideração da condição juvenil dos estudantes, em suas experiências de escolarização e de trabalho, nas suas expectativas e projetos de futuro, pensando o papel da formação escolar e da profissional nas relações entre os sujeitos e o mundo do trabalho. Justificou-se também a preferência quanto à utilização do termo “abandono” na pesquisa, compartilhada por outros pesquisadores, que subentende um processo de abandono que pode ser desencadeado institucionalmente, gerando a atitude posterior do aluno. Os

termos desistência/abandono são utilizados como sinônimos por muitos autores em seus trabalhos.

Os dados empíricos sobre a frequência e o rendimento dos alunos no SENAI A e os referentes da visão destes quanto às principais razões que contribuíram para o abandono, a reprovação dos colegas e as que motivaram as suas permanência foram relacionados à forma de oferta do curso do Programa e à democratização na EPTNM.

A análise do rendimento dos jovens estudantes no SENAI A indicou um número elevadíssimo de reprovações, de mais da metade dos que iniciaram o curso. As principais razões abordadas pelos alunos quanto às reprovações ocorridas nas turmas do SENAI A foram: a não identificação com o curso, as diferentes experiências de escolarização (EM e curso), o trabalho pedagógico realizado por alguns professores e o remanejamento administrativo. A situação dos alunos que reprovaram e foram excluídos do Programa em virtude “da não oferta de turma iniciante” é, no mínimo, questionável.

Em relação ao abandono no SENAI A, embora tenha sido menor que a reprovação e à média nacional de desistências do Programa, se comparado ao abandono do EM no estado do Paraná em 2012, foi bem mais elevado. Esta situação implica na reflexão sobre o papel do projeto pedagógico unificado nas parcerias da escola pública de Ensino Médio com instituições privadas que ofertam os cursos técnicos no âmbito do PRONATEC.

Dentre as razões que foram apontadas pelos alunos para o abandono dos colegas no curso técnico do SENAI A como a reprovação, a necessidade de trabalho, a inflexibilidade e as rígidas normas estabelecidas na instituição, a não identificação com o curso, os problemas de/na aprendizagem nas diferentes experiências de escolarização e profissionalização, a falta de “prática”, o trabalho pedagógico e a falta de interesse de alguns professores, o remanejamento de alunos, a aprovação no Ensino Superior e o alistamento militar, observou-se que a maioria destas está relacionada a não efetividade do projeto pedagógico unificado entre demandante (gestor do Programa) e a unidade ofertante (SENAI A), em conformidade ao estabelecido no Plano de Ações Articuladas (PAA), previsto para a concomitância e realizado pelas instituições parceiras.

Algumas das razões demonstraram a tentativa por parte do SENAI A em homogeneizar os jovens alunos, não considerando as suas condições

econômicas, as experiências de vida e de escolarização. Problemas específicos citados, como por exemplo, a falta de acessibilidade para portadores de necessidades especiais na instituição, confronta-se inclusive, com o estabelecido pela legislação.

Portanto, as “razões” para a reprovação e para o abandono dos colegas, mencionadas pelos alunos do curso técnico do SENAI A demonstraram a incompatibilidade destas com o processo de democratização pretendido pela Política do PRONATEC.

A maioria dos entrevistados avaliou que o Programa apresentou mais aspectos positivos do que negativos, principalmente pela “oportunidade” oferecida para a realização de um curso técnico gratuito no SENAI A, reforçada pela oferta da Bolsa Formação. Embora alguns alunos tenham registrado o seu descontentamento quanto a aspectos ligados à implantação da Bolsa Formação Estudante, de forma geral consideraram importante o apoio assistencial para as suas permanências e para a conclusão do curso técnico realizado.

Na articulação dos resultados obtidos na investigação, a partir da análise das relações do PRONATEC com a democratização da EPTNM, os dados de oferta dos cursos técnicos concomitantes no Programa, durante o período de 2012-2014 no Brasil, no Paraná e no município de Curitiba e dos referentes qualitativos, quanto às razões da permanência, do abandono e da reprovação constatadas no campo empírico, estes apontaram que a proclamada democratização da EPTNM pelo PRONATEC não foi realizada.

Esta pesquisa integra-se às demais pesquisas efetuadas sobre o Programa, iniciando a discussão sobre a sua contribuição para a democratização da EPTNM, nas suas relações com o EM e, considerando principalmente, as experiências de trabalho, de escolarização e de formação profissional dos jovens estudantes trabalhadores do EM público.

O direito à Educação Básica necessita ser efetivado para todos, assim como a integração entre o EM e a EPTNM, para que se possa oferecer uma educação e formação profissional de qualidade social aos jovens alunos trabalhadores, na perspectiva da formação humana e da politecnia, pois a formação subordinada ao mercado gera exclusão, “abandono” e, principalmente, reforça desigualdades.

No processo de implantação inicial (2011- 2014) do Programa, a oferta significativa de cursos FIC, que não elevam a escolaridade dos alunos, e de uma formação técnica não integrada ao Ensino Médio, fragmentada, de orientação marcadamente mercantil, propiciada pelas instituições privadas com recursos públicos e desvinculada das necessidades dos jovens alunos/trabalhadores, mostrou-se contrária à proposta anunciada de democratização da EPTNM pelo PRONATEC, evidenciando a direção que vem sendo dada à EPTNM. Esta oferta necessita ser analisada criticamente por outras pesquisas, que possam dimensionar o impacto do PRONATEC na EPTNM e na formação dos jovens.

O direito a uma oferta de EPTNM pública, gratuita e de qualidade, que permita aos jovens estudantes uma formação integrada - tendo como eixos a ciência, a cultura, o trabalho e a tecnologia -, e que garanta o acesso, a permanência e a conclusão, ainda necessita ser efetivado na EPTNM, através de outras políticas educacionais que possuam esta perspectiva.

## REFERÊNCIAS

AITH, F. M. A. **Teoria geral do direito sanitário brasileiro**. 2006. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ALEXANDRINO, M. **Direito Administrativo descomplicado**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Moção nº 06. **34º Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)**, 2011, Natal, Rio Grande do Norte, de 02 a 05 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso: 12 out. 2012.

ARELARO, L. R. G. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 899-919, out. 2007.

ARROYO, M. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. **Em Aberto**, Brasília, ano 11, n. 53, jan./mar. 1992.

AZANHA, J. M. P. Democratização do ensino: vicissitudes da ideia no ensino paulista. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 335-344, maio/ago. 2004.

AZEVEDO, J. M. L. de. O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica. In: **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 17-42.

AZEVEDO, L. A. De **CEFET a IFET**: cursos superiores de tecnologia no Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina: gênese de uma nova institucionalidade? 2011. 192 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

AZEVEDO, L. A.; SHIROMA, E. O.; COAN, M. As Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? **Revista Boletim Técnico SENAC**, v. 38, n. 2, p. 27-39, maio/ago. 2012.

BARRADAS, A. M. da S. **"Fábrica PIPMO"**: Uma discussão sobre política de treinamento de mão-de-obra no período 1963-82. 1986. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação/Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, Rio de Janeiro, 1986.

BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

BERNARDIM, M. L. **Juventude, escola e trabalho**: sentidos atribuídos ao ensino médio por jovens da classe trabalhadora. 2013. 302 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986. (Coleção pensamento crítico, v. 63).

BRASIL. Câmara Federal. **Projeto de Lei nº 1209**. 2011a. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br>>. Acesso em: 05 mar. 2013.

BRASIL. Câmara Federal. **Mensagem Presidencial nº 112**. 2011b. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=0AB078DE008FDD3C1A38CAF776DF908B.node2?codteor=864722&filename=MSC+112/2011+%3D%3E+PL+1209/2011](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0AB078DE008FDD3C1A38CAF776DF908B.node2?codteor=864722&filename=MSC+112/2011+%3D%3E+PL+1209/2011)>. Acesso: 10 ago. 2013.

BRASIL. Câmara Federal. **PRL 1 CEC**. 2011c. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=907791&filename=PRL+1+CEC+%3D%3E+PRL2](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=907791&filename=PRL+1+CEC+%3D%3E+PRL2)>. Acesso: 17 set. 2013.

BRASIL. Câmara Federal. **PRL 1 CCJC**. 2011d. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=908272&filename=PRL+1+CCJC+%3D%3E+PL+1209/2011](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=908272&filename=PRL+1+CCJC+%3D%3E+PL+1209/2011)>. Acesso: 17 set. 2013.

BRASIL. Câmara Federal. **PAR 1 CFT**. 2011e. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/internet/ordem do dia/integras/912519.htm](http://www.camara.gov.br/internet/ordem%20do%20dia/integras/912519.htm)>. Acesso: 17 set. 2013.

BRASIL. Câmara Federal. **PEP CEC**. 2011f. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=907791&filename=PEP+1+CEC+%3D%3E+PL+1209/2011](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=907791&filename=PEP+1+CEC+%3D%3E+PL+1209/2011)>. Acesso: 17 set. 2013.

BRASIL. Câmara Federal. **PRL 1 CFT**. 2011g. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=909126&filename=PRL+1+CFT+%3D%3E+PL+1209/2011](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=909126&filename=PRL+1+CFT+%3D%3E+PL+1209/2011)>. Acesso: 17 set. 2013.

BRASIL. Câmara Federal. **SBT CTASP**. 2011h. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=909749&filename=SBT+1+CTASP+%3D%3E+PL+1209/2011](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=909749&filename=SBT+1+CTASP+%3D%3E+PL+1209/2011)>. Acesso: 17 set. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Legislação AMPERJ, 2010.

BRASIL. **Decreto Federal 2208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9394/96. Diário Oficial da União, 18 de abril de 1997, seção 1, p. 7760.

BRASIL. **Decreto Federal 5154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9394/96. Senado Federal. Subsecretaria de



Informações. Disponível em: < <http://www6.senado.gov.br/sicon>>. Acesso: 28 mar. 2005.

BRASIL. **Decreto Federal 7690**, de 02 de março de 2012. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011\\_2014/2012/Decreto/D7690.htm#art5](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011_2014/2012/Decreto/D7690.htm#art5)>. Acesso: 20 nov. 2014.

BRASIL DE FATO. Grandes grupos económicos estão ditando a formação de crianças e jovens brasileiros. **Entrevista com Roberto Leher** em 01/07/2015, s/p. Disponível em: <<http://brasildefato.com.br/node/32359>>. Acesso: 18 set. 2015.

BRASIL. **Lei Federal 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. D.O.U., Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Leis/L9394.htm>>. Acesso: 10 jun.2013.

BRASIL. **Lei Federal 12513/2011**, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); altera as Leis nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11129, de 30 de junho de 2005, que institui o Plano Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Brasília, 26 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/ABMES/public/arquivos/legislações/Lei-12513-2011-10-26.pdf>>. Acesso: 08 set. 2013.

.BRASIL. **Lei Federal 12816**, de 05 de junho de 2013. Altera a Lei nº 12513 de 26/10/2011 que institui o PRONATEC. Disponível em: <[http://www.pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/lei\\_12816\\_050613.pdf](http://www.pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/lei_12816_050613.pdf)>. Acesso: 21 set. 2013.

BRASIL. **Lei Federal 13005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/-Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/-Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso: 30 set. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Federal 12527**, de 18 de novembro de 2011. Regulamenta o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências

BRASIL. **MDS/PRONATEC, 2013**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso: 09 jul. 2013.

BRASIL/MEC. **Programa Brasil Profissionalizado**: Apresentação. s/d. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12325&Itemid=663](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12325&Itemid=663)>. Acesso: 25 jan. 2015.

BRASIL/MEC. **Avaliação dos Resultados do PRONATEC**. 43<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Brasília, 05 de junho de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 16**, de 05 de outubro de 1999. Trata das Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 04**, de 08 de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, 1999. Disponível em: <[http://www.portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf-legislacao/rede/legisla\\_rede\\_resol0400.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf-legislacao/rede/legisla_rede_resol0400.pdf)>. Acesso: 10 set. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 04**, de 13 de julho de 2010. Define as Diretrizes Gerais Nacionais para a Educação Básica. Disponível em: <[http://www.portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_10.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf)>. Acesso: 18 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Versão Preliminar para debates na Audiência Pública Nacional**. Trata da Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Relator Francisco Aparecido Cordão. Brasília: CNE, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 02**, de 30 de janeiro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de janeiro de 2012, seção 1, p. 20.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 11**, de 09 de maio de 2012. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 04**, de 06 de junho de 2012. Dispõe sobre alterações na Resolução CNE/CEB nº 03/2008, redefinindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em: <[http://www.pronatec.mec.gov.br/cnct/pdf/resolucao\\_04.pdf](http://www.pronatec.mec.gov.br/cnct/pdf/resolucao_04.pdf)>. Acesso: 18 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 06**, de 21 de setembro de 2012. Define as

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 21/09/2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. 2000. Publicações. Disponível em: <[http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=12598%3publicacoes&Itemid=859](http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12598%3publicacoes&Itemid=859)>. Acesso: 25 jan. 2015.

BRASIL/MEC. **Avaliação dos Resultados do PRONATEC**. 43ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Brasília, 05 de junho de 2014.

BRASIL/MEC/CNTE. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**, 2014. Disponível em: <http://www.pronatec.mec.gov.br/cnct/apresentacao.php>>. Acesso: 8 ago. 2015.

BRASIL/MEC/INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Censo Escolar 2006**. Disponível em: <<http://www.portal.inep.gov.br/banca-censo>>. Acesso: 26 fev. 2013.

BRASIL/MEC/INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2011**: resumo técnico. Disponível em: <<http://www.portal.inep.gov.br>>. Acesso: 26 fev. 2013.

BRASIL/MEC/INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica de 2012**. Disponível em: <<http://www.portal.inep.gov.br/básica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso: 12 dez. 2014.

BRASIL/MEC/INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2013**: resumo técnico. Disponível em: <<http://www.portal.inep.gov.br>>. Acesso: 26 set. 2013.

BRASIL/MEC/INEP/DEED, 2015. Matrículas na educação básica. **Censo 2014**. Disponível em: <[http://www.portalmec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17044-dados-censo-2015-11-02-materia&Itemid=30192](http://www.portalmec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17044-dados-censo-2015-11-02-materia&Itemid=30192)>. Acesso: 17 nov. 2015.

BRASIL/MEC/PRONATEC. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**. 2011. Disponível em: <<http://www.pronatecportal.mec.gov.br/index.html>>. Acesso: 01 out. 2011.

BRASIL/ MEC/PRONATEC. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**. 2012. Disponível em: <<http://www.pronatecportal.mec.gov.br/index.html>>. Acesso: 20 set. 2012.

BRASIL/MEC/PRONATEC. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Base Legal. **Portaria nº 1569** de 03 de novembro de 2011a. Fixa Diretrizes para a execução da Bolsa-Formação no âmbito do PRONATEC nos termos da Lei nº 12513 de 26 de outubro de 2011 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislação/portaria-mec-1569-2011.htm>>. Acesso: 10 jan. 2015.

BRASIL/MEC/PRONATEC. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Base Legal. **Portaria nº 185** de 12 de março de 2012a. Fixa diretrizes para a execução da Bolsa-Formação no âmbito do PRONATEC nos termos da Lei nº 12513 de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. Em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislação/portaria-mec-185-2012.htm>>. Acesso: 10 jan. 2015.

BRASIL/MEC/PRONATEC. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Base Legal. **Portaria nº 160** de 05 de março de 2013a. Disponível em: <[http://www.pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/portaria1\\_160\\_050313.pdf](http://www.pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/portaria1_160_050313.pdf)>. Acesso: 20 mar. 2013.

BRASIL/MEC/PRONATEC. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Base Legal. **Portaria nº 168** de 07 de março de 2013b. Disponível em: <[http://www.pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/portaria\\_168\\_07032013.pdf](http://www.pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/portaria_168_07032013.pdf)>. Acesso: 21 set. 2013.

BRASIL/MEC/PRONATEC. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Base Legal. **Portaria nº 20** de 27 de junho de 2013c. Aprova a Tabela de Mapeamento de Cursos Técnicos para a oferta na forma subsequente pela Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do PRONATEC. Disponível em: <[http://www.pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/portaria\\_20\\_27062013.pdf](http://www.pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/portaria_20_27062013.pdf)>. Acesso: 21 set. 2013

BRASIL/MEC/PRONATEC. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Base Legal. **Portaria nº 114** de 07 de fevereiro de 2014. Altera a Portaria do MEC nº 168, de 07 de março de 2013 que dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do PRONATEC. Disponível em: <<http://www.legisweb.com.br/legislação/?id=265432>>. Acesso: 10 jan. 2015.

BRASIL/MEC/PRONATEC. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Base Legal. **Portaria nº 817** de 13 de agosto de 2015. Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. Disponível em: <[http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/portaria\\_mec\\_817\\_13082015.pdf](http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/portaria_mec_817_13082015.pdf)>. Acesso: 25 abr. 2016.

BRASIL/MEC/PRONATEC. **Notícias**. Segunda etapa do Pronatec oferecerá 12 milhões de vagas em mais de 800 cursos a partir de 2015. 2014b. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=comcontents&view=article&id=20>>.

544:segunda-etapa-do-pronatec-oferecera-12-milhoes-de-vagas-em-mais-de-800-cursos-apartir-de-2015-&catid=209>. Acesso: 14 jul. 2014.

BRASIL/MEC/PRONATEC. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**. 2014a. Propaganda televisiva veiculada na Rede Globo a partir da data de 29 abr. 2014.

BRASIL. MEC/SETEC.PDE/PRONATEC.**Documento referência para a concomitância no Pronatec**. Brasília: 31 de janeiro de 2012.

BRASIL. MEC/SETEC/PRONATEC. **PRONATEC: Resultados e Perspectivas**. Marco Aurélio de Oliveira. SETEC, Brasília, 04/12/2012. Disponível em: <[http://www.eventopronatec\\_apres\\_setec\\_vfinal.pdf](http://www.eventopronatec_apres_setec_vfinal.pdf)>. Acesso: 03 fev. 2013.

BRASIL. MEC/SISTEC. Sistema de Informações da Educação Profissional Técnica e Tecnológica. **Consulta Acordo de Gratuidade**. 2013. Dados disponíveis em: <<http://www.sistec.mec.gov.br/consultaacordo>>. Acesso: 08 ago. 2013.

BRASIL. MEC/SIMEC/SETEC. Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle. **Dados enviados à pesquisadora sobre o PRONATEC no Brasil; no estado do Paraná e no município de Curitiba**. 04 de agosto de 2014 e 28 de agosto de 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **BRASIL MAIOR: inovar para competir. Competir para crescer. Balanço das Medidas por Tema do Inova+**. Brasília, julho de 2013. Disponível em: <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/images/data/201307/3d7e555f982da89a8d3282f8dc84e8ec.pdf>>. Acesso: 08 ago. 2013.

BRASIL. PLANO BRASIL SEM MISÉRIA. **Apresentação**. 27 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/apresentacao>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Controladoria Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Relatório de Auditoria Anual de Contas da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Exercício 2013**. Brasília: DF, agosto de 2014.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional**. 2015.

BUCCI, M. P. D (Org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CAMPANHA ELEITORAL PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Propaganda televisiva. **Programa Eleitoral de Dilma Rousseff**. Setembro de 2014.

CARTA DE NATAL. 2013. Aprovada na Plenária do **II Colóquio Nacional de Educação Profissional: A Produção do Conhecimento em Educação Profissional**. IFRN, Natal, 6 a 9 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/moção-de-apoio-a-carta-de-natal>>. Acesso: 10 ago. 2013.

CARVALHO, J. S. F. de. “Democratização do ensino” revisitado. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 327-334, maio/ago. 2004.

CASSIOLATO, M. M. M. C.; GARCIA, R. C. **PRONATEC**: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à Educação Profissional. Texto para discussão. IPEA. Rio de Janeiro: 2014.

CASTELO BRANCO, Rodrigo. O Novo-Desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. **Oikos**, v. 8, n. 1, p. 71-91, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewArticle/132>>. Acesso: 20 maio 2014.

CATTANI, A. M.; HEY, A.P.; GILIOLI, R. de S. P. PROUNI: democratização do acesso às instituições de Ensino Superior? **Revista Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006.

CÊA, G. S. dos S. **A qualificação profissional entre fios invisíveis**: uma análise crítica do Plano de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR). 2003. 283 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

ClAVATTA, M. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G; ClAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado**: concepção e contradições. Cortez: São Paulo, 2005. p. 83-105.

ClAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e Fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso: 22 fev. 2012.

CNTE. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. Sobre o PRONATEC. **Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP)**. São Paulo: IIEP, 2011.

COELHO, A. J. D. P. **Permanência e abandono escolar na educação profissional**: um estudo sobre Instituições Federais de Joinville e Jaraguá do Sul. 2014. 225 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

DAYRELL, J. T.; LEÃO, G. M. P.; REIS, J. B. dos. **Relatório Final**. Pesquisa “Diálogos com o Ensino Médio”, 2010.

DISCURSO DE POSSE. **Discurso de Posse da Presidente eleita Dilma Rousseff em no Congresso Nacional**, 01/01/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/853564-leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso.shtml>>. Acesso: 05 jan. 2011.

DORE, R. Apresentação. In: Dore, R.; ARAÚJO, A. C. de; MENDES, J. de S.(orgs.). **Evasão na educação**: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.

DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (Orgs.). **Políticas públicas & educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

DUBET, F. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

DUBET, F. A escola e a exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 119, p. 29-45, jul. 2003.

ENGUITA, M. F. **Educar em tempos incertos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ENTREVISTA DE ALÉSSIO TRINDADE DE BARROS, 30/06/2014. Disponível em: <<http://www.educacao.uol.com.br/noticias/2014/06/30/pronatec-expandiu-numero-de-vagas-e-atingiu-as-expectativas-diz-mec.htm>>. Acesso: 04 ago. 2014.

FARAH NETO, M.; PINHEIRO, D.; ESTEVES, L. C. G. Demandas educacionais dos jovens brasileiros: alguns indicativos da 2ª Conferência Nacional da Juventude. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 35., 2012, Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas: ANPEd, 2012. Disponível em: <[http://www.35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT03%20Trab/GT03-2174\\_res.pdf](http://www.35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT03%20Trab/GT03-2174_res.pdf)>. Acesso: 30 nov. 2012.

FERREIRA, E. B. Políticas educativas no Brasil no tempo da crise. In: FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. A. (Orgs.). **Crise da Escola e Políticas Educativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 253-270.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2011. **Discurso de posse da Presidente Dilma Rousseff**, 01/01/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/853564-leia-integra-do-discurso-deposse-de-dilma-rousseff-no-congresso.shtml>>. Acesso: 03 fev. 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Curso técnico federal tem desistência de 1 milhão de alunos**. Caderno Cotidiano C5, 01/06/2014a.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Ministério da Educação quer reduzir desistências no Pronatec**. 02/06/2014b. Disponível em: <<http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=>>. Acesso: 02 jul. 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Auditoria aponta descontrole em vitrine de Dilma**. Caderno Eleições 2014, 1, 19/10/2014c.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Documento-Referência da CONAE 2014, **O PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação**: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração. Ministério da Educação, 2012.

FRANZOI, V. L.; SILVA, C. O. B.; COSTA, R. de C. D. PROEJA e PRONATEC: ciclo de políticas, políticas recicladas. **Revista Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 84-100, 2013.

FREITAG, B. Política Social e Educação. In: **Política Educacional e Inclusão Cultural**. São Paulo: Cortez, 1987. p. 15-51.

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

FRIGOTTO, G. **Efeitos cognitivos da escolaridade do SENAI e da escola acadêmica convencional**: uma pedagogia para cada classe social?. 1977. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1977.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO, G. Sujeitos e conhecimento: os sentidos do ensino médio. In: FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. (Org.). **Ensino médio**: ciência, cultura e trabalho. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004. p. 53-69.

FRIGOTTO, G. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, J. F.; NEVES, L. M. W. **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, 2006. p. 241-288.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, J. e colaboradores. **Educação Profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 25-41.



FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, jul./set. 2011.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. Cortez: São Paulo, 2005.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Educação de trabalhadores no Brasil contemporâneo: um direito que não se completa. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 6, n. 2, fev. 2014. Disponível em: <<http://www.portal.seer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13088/9294>>. Acesso: 24 jun. 2015.

FUENTES, R. C.; FERREIRA, L. S. PRONATEC versus o “apagão de mão de obra” no Brasil. In: COLÓQUIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2., 2013, Natal. **Anais...** Natal, 2013.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, **A Educação Profissional e Você no Mercado de Trabalho**. Coordenação: Marcelo Cortes Neri. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

GARCIA, C. P. **Cursos técnicos sob a égide dos Decretos federais nº2208/97 e 5154/04**: caso do Campus Rio Pomba – IF Sudeste MG. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

GARCIA, S. R. de O. **A educação profissional integrada ao Ensino Médio no Paraná: avanços e desafios**. 2009. 147 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

GARCIA, S. R. de O. Entrevista em julho/2010. In: SALDANHA, L. de L. W. **Avanços e contradições da política de educação profissional integrada no Paraná (2003-2010)**. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010.

GARCIA, S. R. de O. Ensino Médio e Educação Profissional: breve histórico a partir da LDBEN n. 9394/96. In: AZEVEDO, J. C. de; REIS, J. T. **Reestruturação do Ensino Médio**: pressupostos teóricos e desafios da prática. São Paulo: Fundação Santillana, 2013.

GARCIA, W. Tecocratas, educadores e os dilemas da gestão. In: **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 113-168.

GAZETA DO POVO. **Ritmo de abertura de vagas no PRONATEC é lento**. 10/08/2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteúdo.phtml?id=1281412&ch=>>>. Acesso: 13 ago. 2012.

GAZETA DO POVO. **Faltam alunos para cursos técnicos**. 26/02/2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br>>. Acesso: 05 mar. 2012.

GENTILLI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

GODOI, J. **A relação público-privado no ensino médio profissionalizante sob a luz da lei 12.513 de 2011 que institui o PRONATEC**. 2014. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade da Região de Joinville: UNIVILLE, 2014.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HORTA, J.S.B. A Educação na Itália Fascista: as Reformas Gentili (1922-1923). **História da Educação**, ASPHE/FAE/UFPEL, Pelotas. v. 12, n. 24, p. 179-223, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.fae.ufpel.ed.br/asphe>>. Acesso: 10 jan. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional 2007**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <[http://www.portal.mec.gov.br/dmdocumentos/pnad\\_eja.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/dmdocumentos/pnad_eja.pdf)>. Acesso: 01 set. 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Síntese de Indicadores, 2011**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br/visualização/livros/liv61566.pdf>>. Acesso: 01 set. 2013.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Formulário para preenchimento das escolas para o Censo Escolar de 2015**. 2016.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. População Censitária segundo Faixa Etária e Sexo. In: **Caderno Estatístico do Município de Curitiba**, 2014.

ISLEB, V.O **Programa Ensino Médio Inovador e sua relação com os dados de fluxo escolar**. 2014. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

IVO, A. B. L. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 187-210,

maio/ago. 2012. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n65/v25n65a02.pdf>. Acesso: 07 set. 2015.

JAKIMIU, V. C. de L. **Política de reestruturação curricular no ensino médio: uma análise do Programa Ensino Médio Inovador**. 2014. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

JORNAL NACIONAL. Rede Globo. **Governo vai reduzir PRONATEC este ano por causa do ajuste fiscal**. Edição do dia 10/06/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/06/governo-vai-reduzir-pronatec-este-ano-por-causa-do-ajuste-fiscal.html>. Acesso: 10.08.2015

JUNG, P. R.; SILVA, M. M. da. A qualificação profissional dos governos nos moldes da teoria do capital humano repaginada: apontamentos sobre o PRONATEC. In: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UDESC, 2014. Disponível em: [http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/887-1.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/887-1.pdf). Acesso: 09 nov. 2014.

KLIKSBERG, B. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

KUENZER, A. Z. A Educação Profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 877-910, out. 2006.

LIBÂNEO, J. C. Tendências pedagógicas na prática escolar. **Democratização da escola pública**. São Paulo, Loyola, 1986.

LIMA, M. Perspectivas e riscos da Educação Profissional do Governo Dilma: Educação Profissional Local e antecipação ao Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (PRONATEC). In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 34., 2011, Natal. **Anais...** Natal, 2011. p. 1-16. Disponível em: <http://www.anped.org.br/app/webroot/34reuniao/images/trabalhos/GT09/GT0942%2n.pdf>. Acesso: 30 nov. 2011.

LIMA, M. Problemas da educação profissional do governo Dilma: PRONATEC, PNE e DCNEMs. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 21, p. 73-91, maio/ago. 2012.

LÜSCHER, A.Z; DORE, R. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 770-789, set./dez. 2011.

MACHADO, L. Ensino Médio e Técnico com Currículos Integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: **O Desafio da Organização Curricular do Ensino Médio Integrado**. Programa 3, Salto para o Futuro, 2010.

MACHADO, M. M.; GARCIA, L. T. Passado e presente na formação de trabalhadores jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, p. 45-64, 2013.

MACIEL, L. M. M. **Ensino médio integrado no Maranhão**: concepção, possibilidades e desafios. 2011. 133 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2011.

MANACORDA, M. A. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Tradução de Newton Ramos de Oliveira. Campinas: Editora Alínea, 2007.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, C. A. R. **Política de Educação Profissional**: a implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) – (2011-2014). Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Cascavel. Cascavel, PR, 2015. 216 f.

MARTINS, E. M. **Movimento “Todos pela Educação”**: um projeto de nação para a educação brasileira. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: [s.n.], 2013.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MAZZOTTI, A. J. A. Relevância e Aplicabilidade da Pesquisa em Educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 39-50, jul. 2001.

MEC. **Formulário Sistema Presença - Acompanhamento da Frequência Escolar PBF**. 2016.

MICHELOTTO, R. M.; COELHO, R. H.; ZAINKO, M. A. S. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. **Revista Educar**, Curitiba, n. 8, p. 179-198, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME/ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Inclusão produtiva urbana: o que fez o PRONATEC/Bolsa Formação entre 2011 e 2014. **Cadernos de Estudos**: Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, n. 24, 2015.

MOREIRA H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MOURA, D. H. Educação Básica e Profissional no PNE (2014-2024): Avanços e contradições. **Retratos da Escola**, v. 8, n. 15, p. 353-368, jul./dez. 2014. (Dossiê PNE 2014-2024: desafios para a Educação Básica).

MOURA, D. H.; LIMA F<sup>o</sup>, D. L. E SILVA, M. R. da. **Politecnia e formação integrada**: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. Trabalho encomendado pelo GT 09 – Trabalho e Educação para a apresentação na 35<sup>o</sup> Reunião Anual da ANPED. Porto de Galinhas, 2012.

MULLER, M. T. O SENAI e a educação profissionalizante no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 40, p. 189-211, dez. 2010.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008.

NOSELLA, P. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação técnica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 137-151, 2007.

NOTÍCIAS UOL. **Governo não sabe quantos alunos conseguiram empregos após curso do PRONATEC**. Educação. 30/06/2014. Disponível em: <<http://www.educacao.uol.com.br/noticias/2014/06/30/governo-nao-sabe-quantos-alunos-conseguiram-empregos-apos-curso-do-pronatec.htm>>. Acesso: 04 ago. 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO, Economia, 02/02/2014. **Qualificação para ter Seguro-Desemprego**. Disponível em: <<http://www.economia.estadao.com.br/noticias/geral/so-4-passam-por-qualificacao-para-ter-seguro-desemprego/176943e>>. Acesso: 08 ago. 2014.

O GLOBO. **PRONATEC já atingiu 1,1 milhão de matrículas no SENAI, diz Dilma**. Entrevista com a Presidente Dilma em 26/11/2012. Disponível em: <<http://www.g1.globo.com/educacao/noticia/2012/11/pronatec-ja-atingiu-11milhao-de-matriculas-no-senai-diz-dilma.html>>. Acesso: 27 nov. 2012.

OLIVEIRA, D. A. A gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado. In: Ferreira, N.S.C.; Aguiar, M.A da S. **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.p. 91-112.

OLIVEIRA, J. F. de. A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas. In: FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. A. (Orgs.). **Crise da Escola e Políticas Educativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 237-252.

OLIVEIRA, R. de. **Agências Multilaterais e a Educação Profissional Brasileira**. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2006.

OLIVEIRA, R. de. O consenso na educação profissional da América Latina. **Boletim Técnico do SENAC**, v. 36, n. 3, p. 25-33, set./dez. 2010.

OSZLAK, O; O'DONNELL, G. Estado y políticas estatales en America Latina: hacia uma estrategia de investigación. **Redes**, Universidad Nacional de Quilmes, Argentina, v. 2, n. 4, p. 99-125, 1995.

PARANÁ, Governo do Estado, Secretaria de Estado da Educação. Videoclipe **“Educação do Paraná em 1º lugar”**, exibido no dia 03/02/2011 durante a Semana Pedagógica nas escolas do Paraná.

PARANÁ. SEED. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação e Trabalho. **O ensino médio integrado à educação profissional: concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública Estadual do Paraná**. Curitiba: SEED, 2008.

PARANÁ. SEED. Secretaria de Estado da Educação. **Plano de Metas, 1º Semestre de 2011**. SEED, 2011

PARANÁ. SEED. Secretaria de Estado da Educação. Portal Dia a Dia Educação. **Matrículas NRE Curitiba**, SAE, 08/11/2014. Disponível em: <[http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas/f/fds/nre/ensino/turma\\_sMatriculas.xhtml](http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas/f/fds/nre/ensino/turma_sMatriculas.xhtml)>. Acesso: 19 nov. 2014.

PARANÁ. SEED. Secretaria de Estado da Educação. Portal Dia a Dia Educação. **Notícias**, 2011. Disponível em: <<http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=908&tit=Ano-letivo-comeca-com-melhorias-em-todas-as-areas-da-Educacao>>. Acesso: 10 mar. 2012.

PARANÁ. SEED. Secretaria de Estado da Educação. Portal Dia a Dia Educação. **Taxas de Rendimento Escolar Paraná - Ensino Médio - 2006-2012**. Disponível em: <[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/censo/rendimento\\_ensino\\_medio\\_pdf.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/censo/rendimento_ensino_medio_pdf.pdf)>. Acesso: 11dez. 2014.

PARANÁ. SEED. Departamento de Educação Profissional. DET. **Perfil da Educação Profissional no Paraná** (Apresentação). Simpósio de Educação Profissional em Foz do Iguaçu, 20 a 24 de maio de 2013.

PARANÁ. SEED. Núcleo Regional de Educação de Curitiba. NRE. **Dados de pré-matrículas dos alunos nos cursos técnicos ofertados pelo PRONATEC no município de Curitiba**, 2º semestre de 2012. Curitiba, 2013.

PARANÁ. SEED/IFPR/SENAI/SENAC. PDE/PRONATEC. **Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Ofertados no Âmbito do**

**PRONATEC/Concomitância:** Ensino Médio (SEED) + Curso Técnico (IFPR/SENAI/SENAC), s.d.

PARANÁ. SEED/SUED, **Instrução 007**, de 17 de novembro de 2015. Normatiza os procedimentos para emissão de Relatório Final do Sistema Estadual de Educação. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao0072015sued.pdf>>. Acesso: 13 abr. 2016.

PAZ, S. R. OLIVEIRA, R. de. A educação tecnológica e profissional como programa/política de Estado: análise da política nacional de qualificação profissional do Brasil. In: OLIVEIRA, R. de (Org.). **Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas públicas em debate**. Campinas, SP: Papirus, 2012. p. 125-162.

PELISSARI, L. B. **O fetiche da tecnologia e o abandono escolar na visão dos jovens que procuram a educação profissional técnica de nível médio**. 2012. 221 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

PEREIRA, L. C. B; DINIZ, E. Empresariado Industrial, Democracia e Poder Político. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 84, p. 83-99, 2009.

PERONI, V. M. V. **Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

PERONI, V. M. V. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, V. M. V.; BAZZO, V. L.; PEGORARO, L. (Orgs.). **Dilemas da Educação Brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 11-23.

PERONI, V. M. V. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação/UNICAMP**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), maio/ago. 2012.

PERONI, V. M.; CAETANO, M. R. Redefinições no Papel do Estado: Terceira Via, Novo Desenvolvimentismo e as Parcerias Público-Privadas na Educação. In: ANPED SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: UCS, 2012. Disponível em: <[http://portalanpedsul.com.br/admin/uplowds/2012/Estado\\_e\\_Politica\\_Educacional/Trabalho/01\\_20\\_38\\_10](http://portalanpedsul.com.br/admin/uplowds/2012/Estado_e_Politica_Educacional/Trabalho/01_20_38_10)>. Acesso: 18 dez. 2012.

PINI, M. E. El Análisis Crítico del Discurso (ACD): aspectos teóricos y metodológicos en la investigación de Políticas Educativas. In: TELLO, C. (Coord. y Comp.). **Epistemologías de la política educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. p. 69-90.

POCHMAN, M. Mudanças na ocupação e a formação profissional. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 6, p. 48-71, jan./jun. 2000.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

PROGRAMA DE GOVERNO JOSÉ SERRA. **Uma Agenda para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil**. Diretrizes Gerais. Propostas Setoriais. Prioridades Estaduais. 2010. 280 p. Disponível em: <<http://www.psdb.org.br/wp-content/uploads/2010/10/Programa-de-Governo-Jose-Serra.pdf>>. Acesso: 19 maio 2015.

RAMOS, L da F. **O PRONATEC como política social de estado**: historicidade e contradição na construção de uma política para educação profissional. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RAMOS, M. N. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Ensino Médio**: ciência, cultura e trabalho. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004. p. 37-52.

RAMOS, M. N. O currículo para o Ensino Médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 771-788, jul./set. 2011.

RODRIGUES, A. B. **O retorno do desenvolvimentismo**: um balanço das políticas públicas de proteção social no Brasil no período de 2008 a 2012. 2012. 51 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RODRIGUES, J. DOS S. **O Moderno Príncipe Industrial**: O pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. 1997. 289 p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

RUIZ, G. El enfoque jurídico-normativo de La Política Educacional. In: TELLO, C. (Coord. y Comp.). **Epistemologías de la política educativa**: posicionamientos, perspectivas y enfoques. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. p. 109-162.

SALDANHA, L. de L. W. **Avanços e contradições da política de educação profissional integrada no Paraná (2003-2010)**. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010.

SALDANHA, L. de L. W. O PRONATEC e a relação Ensino Médio e Educação Profissional. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL - ANPED SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: UCS, 2012. p. 1-13.



SALDANHA, L. de L. W. A relação Público-Privado: Estado e Políticas de Educação Profissional (PRONATEC). In: COLÓQUIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2., 2013, Natal. **Anais...** Natal, 2013.

SALM, C. **Escola e Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SANSIL, C. da S. S.; FALCÃO, G. L. Desafios Curiculares e Evasão na Educação Profissional de Nível Médio. **Espaço do Currículo**, v. 7, n. 1, p. 64-75, jan./abr. 2014.

SANTOS FILHO, J. C.; GAMBOA, S. S. (Org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, M. I. dos; RODRIGUES, R. de O. Relação entre o público e o privado na educação profissional e tecnológica: elementos para a análise do PRONATEC. In: Intercâmbio UFPR/Campinas. Relações público e privado na Educação: Embates e desdobramentos para a democratização da Educação. **Anais...** Campinas, 2012.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SENAI, PARANÁ. **Metodologia SENAI de Educação Profissional** - SENAI PR, Gerência de Educação Profissional e Tecnológica. Pôster. Março de 2011.

SENAI, PARANÁ. **EBEP**.s/d.Disponível em:<<http://www.ro.senai.br/portal/app/webroot/index.php?id>>. Acesso:05 jan. 2013.

SENAI, PR. **Regimento Escolar dos Cursos Técnicos do SENAI PR**. SENAI. Departamento Regional do Trabalho. Gerência da Educação Profissional e Tecnológica. SENAI PR, dez. de 2012.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP& A, 2002.

SILVA, D. de M. **Desvelando o PRONATEC: uma avaliação política do Programa**. 2015.168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SILVA, M. R. da (Org.). **Ensino médio integrado: travessias**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2013.

SILVA, M. R. da. **Currículo e competências: a formação administrada**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, M. R. da; PELISSARI, L. B. e STEIMBACH, A. A. Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na Educação Profissional Técnica de nível médio. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 403-417, abr./jun. 2012.

SIMÕES, C. A. Educação técnica e escolarização de jovens trabalhadores. In: MOLL, J. et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 96-119.

SINGER, P. Escola e Capital. **Revista de Educação Municipal**. Estudos e Pesquisas. Editora Cortez, Ano 1, n. 2, p. 25-30, set. 1988.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G. et al. (Orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

SOUZA, F. E. de. **Educação Profissional e Tecnológica**: análise do PRONATEC no Campus de Paraíso do Tocantins do IFTO. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Campus Universitário de Palmas, Tocantins, 2015.

STEIMBACH, A. A. **Juventude, escola e trabalho**: razões da permanência e do abandono no curso técnico em agropecuária integrado. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, **Juventude**: Escola e Trabalho-sentidos e significados atribuídos à experiência escolar por jovens que buscam a educação profissional técnica de nível médio. Projeto de Pesquisa. Responsável: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Monica Ribeiro da Silva. Curitiba, 2010.

WALDOW, C. As políticas educacionais do governo Dilma, a formação para o trabalho: reflexões iniciais. In: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2014. Disponível em: <[http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq.\\_pdf/1765-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq._pdf/1765-0.pdf)>. Acesso: 09 nov. 2014.

**APÊNDICE A - QUADRO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PRONATEC**

<b>Instituições Gestoras – Ministério da Educação/ SISTEC</b>				
<b>Demandante</b>	<b>Modalidade de Demanda</b>	<b>Público Beneficiário</b>	<b>Unidade Demandante</b>	<b>Unidade Ofertante</b>
<b>Secretarias de Estado e do Distrito Federal de Educação</b>	PRONATEC Jovem Técnico Concomitante	Estudantes do Ensino Médio da rede pública.	Unidades de ensino da educação básica de ensino médio, e/ou secretaria estadual; distrital de educação.	Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação.
	PRONATEC Jovem FIC	Estudantes do Ensino Médio da rede pública.	Unidades de ensino da educação básica, de ensino médio, e/ou secretaria estadual; distrital de educação.	Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação.
<b>Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão</b>	PRONATEC PROJOVEM Urbano	Jovens que participam do PROJOVEM Urbano e que possuem entre 18 a 29 anos.	Secretarias municipais e estaduais de educação.	Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação
	PRONATEC EJA Técnico Integrado	Egressos do ensino fundamental e EJA e do ProJovem Urbano, com idade igual ou superior a 18 anos.	Secretarias municipais e estaduais (órgãos gestores da EJA e do ProJovem.	Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação
	Pronatec EJA Técnico Concomitante	Egressos do ensino fundamental e EJA e do ProJovem Urbano, com idade igual ou superior a 18 anos.	Secretarias municipais e estaduais (órgãos gestores da EJA e do ProJovem)	Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação
	Pronatec EJA FIC	Estudantes matriculados no ensino fundamental EJA com idade igual ou superior a 15 anos e no ensino médio EJA, idade = ou > 18 anos	Secretarias municipais e Secretarias estaduais (órgãos gestores da EJA)	Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação
<b>SISUTEC/ENEM</b>	PRONATEC Técnico	Estudantes egressos do		Sistema S, Rede

	Subsequente	Ensino Médio.		Estadual de Educação, Instituições privadas de Ensino Superior e de EPT.
<b>Ministério do Trabalho e Emprego</b>	PRONATEC Seguro-Desemprego	Beneficiários do Seguro-Desemprego.	SINE e outras agências do trabalhador.	Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação.
	PRONATEC Trabalhador	Trabalhadores	SINE e outras agências do trabalhador.	Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação.
	PRONATEC Aprendizagem	Jovens participantes do Programa Jovem Aprendiz.	SINE e outras agências do trabalhador.	Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação.
	PRONATEC Certific	Cidadãos interessados em realizar processo de certificação de saberes.	SINE e outras agências do trabalhador.	Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação.
	PRONATEC PROJOVEM Trabalhador	Jovens que participam do PROJOVEM Trabalhador e desempregados inscritos no Cadastro Único.	SINE e outras agências do trabalhador.	Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação.
<b>Ministério do Turismo</b>	PRONATEC Copa	Trabalhadores que atuam ou pretendem atuar nos setores de turismo, hospitalidade ou lazer.	Secretarias estaduais e municipais de turismo.	Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação, Instituições privadas de Ensino Superior e instituições de EPT.
	PRONATEC Copa na Empresa	Trabalhadores setores de turismo, hospitalidade ou lazer.	Secretarias estaduais de turismo, Infraero, Sesi, Empresas do setor de turismo,	Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação.

			hospitalidade e lazer.	
	PRONATEC Copa Social	Jovens em situação de vulnerabilidade egressos do Projeto Vira Vida.	Secretarias estaduais e municipais de turismo e SESI.	Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação.
	PRONATEC Turismo Cidadão	Pessoas que desejam inserir-se no setor de turismo.	Secretarias estaduais e municipais de turismo.	Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação.
	PRONATEC Turismo na Empresa	Trabalhadores que atuam nos setores de turismo, hospitalidade ou lazer.	Empresas do setor de turismo, hospitalidade e lazer.	Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação.
	PRONATEC Turismo Social	Jovens em situação de vulnerabilidade e egressos do Projeto Vira Vida.	Secretarias estaduais e municipais do turismo e SESI.	Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação.
	PRONATEC Turismo Desenvolvimento Local	Jovens maiores de 18 anos.	Secretarias estaduais e municipais de turismo e SESI.	Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação.
<b>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome</b>	PRONATEC Brasil Sem Miséria	Cadastrados no Cadastro Único.	Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, vinculados às prefeituras e/ou secretarias estaduais de assistência social.	Sistema S, Rede Estadual e Rede Federal de Educação.
	Pronatec Mulheres Mil	Mulheres cadastradas no Cadastro Único.	Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, vinculados às prefeituras, e/ou secretarias estaduais de assistência social.	Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação.
	Pronatec Vira Vida	Jovens em situação de vulnerabilidade social do Projeto Vira Vida.	Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, vinculados às prefeituras, e/ou	Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação.

			secretarias estaduais de assistência social.	
	PRONATEC Socioeducativo aberto	Jovens e Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.	Centro de Referência de assistência social – CRAS, vinculados às prefeituras, e/ou secretarias estaduais de assistência social.	Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação.
<b>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério da Saúde</b>	PRONATEC Brasil Sem Miséria e Brasil Sorridente	Jovens trabalhadores matriculados nos cursos do PRONATEC Brasil Sem Miséria.		Municípios que apresentam estrutura necessária para executar o PRONATEC Brasil Sorridente.
<b>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria de Direitos Humanos</b>	PRONATEC Sistema Socioeducativo Fechado	Jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas fechadas.	Órgãos estaduais de execução do sistema socioeducativo.	Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação.
	PRONATEC Viver Sem Limites	Pessoas com deficiências.	Órgão de gestão da política da pessoa com deficiência, entidades representativas da sociedade civil vinculadas à política da pessoa com deficiência.	Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação.
	PRONATEC POP Rua	População em situação de rua.		Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação.
<b>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional da Juventude</b>	PRONATEC Juventude Viva	Jovens em situação de vulnerabilidade social.		Sistema S, Rede Estadual e Federal de Educação.
<b>Ministério do Desenvolvimento,</b>	PRONATEC Brasil Maior	Trabalhadores para os	Entidades representativas da	Sistema S, Rede

<b>Indústria e Comércio Exterior</b>		setores relacionados ao Plano Brasil Maior.	indústria.	Estadual e Federal de Educação.
<b>Ministério das Comunicações</b>	PRONATEC Comunicações	Trabalhadores que atuam ou pretendem atuar nas áreas de produção, programação e distribuição de informações e dados sobre plataformas de radiodifusão ou telecomunicações.	Prefeituras participantes do programa Cidades Digitais, Associações e Federações de empresas do setor e do programa de Conteúdos Digitais Criativos.	Rede Federal e Sistema S.
<b>Ministério do Desenvolvimento Agrário</b>	PRONATEC Campo	Público da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e da Reforma Agrária.	EMATER, ATER, SEAPROF e Sindicatos.	Institutos Federais, Escolas Técnicas e Sistema S.
<b>Ministério da Defesa</b>	PRONATEC Exército	Praças do Exército em prestação de Serviço Militar.	Comando local do Exército.	
	PRONATEC Aeronáutica	Praças da Aeronáutica em prestação de Serviço Militar.	Comando da aeronáutica.	
	PRONATEC Marinha	Praças da Marinha em prestação de Serviço Militar.	Comando da Marinha	
	PRONATEC Exército Reserva	Praças do Exército que deram baixa do Serviço Militar, nos últimos 12 meses e Atiradores de Tiro de Guerra.	Organizações militares.	
	PRONATEC Aeronáutica	Praças da Aeronáutica	Organizações militares.	



	Reserva	que deram baixa do Serviço Militar, nos últimos 12 meses.		
	PRONATEC Marinha Reserva	Praças da Marinha que deram baixa do Serviço Militar, nos últimos 12 meses.	Organizações militares.	
	PRONATEC Marinha Mercante	Trabalhadores que atuam ou pretendem atuar no setor aquaviário.	Órgãos de execução do sistema de ensino profissional marítimo.	
<b>Ministério da Justiça</b>	PRONATEC Sistema Prisional	Privados de liberdade em regime aberto e semiaberto e egressos de Estabelecimentos Penais.	Unidades prisionais, Secretarias estaduais de administração prisional ou órgãos congêneres. Grupo de Monitoramento da Execução Penal vinculado ao Conselho Nacional de Justiça.	Institutos Federais, Escolas Técnicas e Sistema S.
	PRONATEC Sistema Prisional em regime fechado.	Cumpridores de penas nos Sistemas Penitenciários em regime fechado.	Unidades prisionais, Secretarias estaduais de administração prisional ou órgãos congêneres. Grupo de Monitoramento da Execução Penal vinculado ao Conselho Nacional de Justiça.	Institutos Federais, Escolas Técnicas e Sistema S.
<b>Ministério da Previdência Social</b>	PRONATEC Reabilitação Profissional	Trabalhadores em processo de reabilitação profissional.	Postos do INSS.	Institutos Federais, Escolas Técnicas e Sistema S.
<b>Ministério da Cultura</b>	PRONATEC Cultura	Trabalhadores para atender	Secretarias estaduais e	

		as demandas do mercado cultural.	municipais da cultura.	
<b>Ministério da Pesca e Aquicultura</b>	PRONATEC Pesca e Aquicultura	Pescadores e aquicultores que atuam ou pretendem atuar no setor pesqueiro e aquícola.	Superintendências federais da pesca e aquicultura.	
<b>Ministério da Integração Nacional</b>	PRONATEC Defesa Civil	Pessoas que atuam direta ou indiretamente em atividades relacionadas à defesa civil.	Coordenações locais de defesa civil.	

Fonte: Martins (2015, p. 177-182).

**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO E RELACIONADO AO  
PRONATEC: ALUNOS DO CURSO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

**Questionário Socioeconômico e relacionado ao PRONATEC: alunos do curso**

Pesquisa: O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) para os alunos do ensino médio do município de Curitiba: uma análise da implantação inicial no curso técnico concomitante de (...) do SENAI.

1. Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

2. Data de Nascimento: .....

3. Qual a renda mensal de sua família?

( ) Até meio salário mínimo (até R\$ 339,00) ( ) Beneficiária do Programa Bolsa-Família

( ) De meio até um salário mínimo (até R\$ 678,00)

( ) De 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 678,00 à R\$ 1.356,00)

( ) De 2 a 3 salários mínimos (de R\$ 1.356,00 à R\$ 2.034,00)

( ) Acima de 3 salários mínimos ( acima de R\$ 2.034,00)

4. Qual a sua participação na renda da família?

( ) Não trabalho

( ) Trabalho para cobrir despesas pessoais

( ) Trabalho e contribuo parcialmente para as despesas da família

5. Você recebe a Bolsa Formação do PRONATEC? ( ) Sim ( ) Não

6. Escreva o nome do Colégio no qual você realiza o Ensino Médio e o ano:

.....

7. Qual a distância da sua casa em relação ao SENAI?

( ) Até 500 m

( ) Até 2000 m

( ) Mais de 2000 m

**8.** Como você tomou conhecimento da oferta deste Curso pelo PRONATEC?

- ☐ ) Pelo Colégio no qual realizo o Ensino Médio
- ☐ ) Pelo SENAI
- ☐ ) Através de colegas
- ☐ ) Outra forma ☐ ) Qual? .....

**9.** Qual foi o motivo principal para você matricular-se neste Curso?

- ☐ ) Afinidade pessoal, vocação, realização pessoal
- ☐ ) O curso técnico de (...) proporciona uma boa remuneração
- ☐ ) Os cursos técnicos do SENAI garantem emprego porque são voltados diretamente para o mercado de trabalho
- ☐ ) A oferta da Bolsa-Formação
- ☐ ) Estímulo de parentes e/ou colegas

**10.** Em relação ao curso técnico de (...):

- ☐ ) Faz relações com os conhecimentos do Ensino Médio
- ☐ ) Não faz relações com os conhecimentos do Ensino Médio

**11.** Aponte os principais aspectos positivos do curso que justificam a sua permanência:

.....

.....

.....

**12.** Aponte os principais aspectos negativos do curso:

.....

.....

.....

Se desejar, deixe um telefone e/ou e-mail para contato:

.....

Obrigado pela sua participação na pesquisa.

**APÊNDICE C - ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS**

### Roteiro para as entrevistas

#### 1. DADOS COMPLEMENTARES DOS ALUNOS E DO COLÉGIO DE ENSINO MÉDIO:

- a.idade
- b.ano, turno e colégio
- c.roteiro (colégio, curso, trabalho?) e tempo nas atividades
- d.oferta de curso técnico no colégio
- e.conhecimento dos demais cursos PRONATEC

#### 2. JUSTIFICATIVA QUANTO AO PRINCIPAL MOTIVO PARA A MATRÍCULA NO CURSO PRONATEC:

- a. Justificar o principal motivo para a matrícula no curso PRONATEC, escolhido no questionário aplicado anteriormente : *"Os cursos técnicos do SENAI garantem emprego porque são voltados diretamente para o mercado de trabalho"*
- b. O motivo citado anteriormente manteve-se durante a realização do curso influenciando a permanência e conclusão?
- c. Já existia o interesse e o conhecimento anterior em relação (ao curso)?

#### 3. RELAÇÕES ENTRE JUVENTUDE, ESCOLA E TRABALHO:

- a. Se já trabalhou anteriormente; idade; ocupação e a razão.
- b. Se trabalhou durante o curso técnico e a razão.
- c. Se atualmente trabalha e/ou estuda? Tem relação com o curso técnico?
- d. Se teve conhecimento de colegas de curso que o abandonaram em virtude da necessidade de trabalho? Abandonaram apenas o curso técnico?
- e. Qual a importância do trabalho em sua opinião?

#### 4. RELAÇÕES ENTRE O ENSINO MÉDIO E O CURSO TÉCNICO:

- a. Durante o curso técnico percebeu relações com o Ensino Médio? Justifique.
- b. A realização do Ensino Médio e curso técnico em instituições e com professores diferentes favoreceu ou não a formação? Por quê?

c. Comente se o tempo de duração do Curso (três semestres) foi suficiente para a formação técnica.

#### 5. A POLÍTICA DO PRONATEC NA VISÃO DOS ALUNOS:

a. O curso técnico de (...) (PRONATEC) do SENAI desenvolveu-se conforme as suas expectativas? Justificar.

b. Como avalia a formação técnica gratuita ofertada pelo PRONATEC em instituições nas quais normalmente os cursos técnicos são pagos? (Gratuidade pela Bolsa-Formação, transporte, material didático e alimentação?)

c. Por que houve durante o curso técnico de (...) do SENAI um número tão elevado de reprovações no início do curso e de abandono no seu decorrer?

#### 6. RELAÇÕES ENTRE PRESENTE, JUVENTUDE E FUTURO:

a. Observa na sua vida atual algum diferencial proporcionado pelo curso técnico em relação aos alunos que concluem exclusivamente o Ensino Médio regular?

b. Concluído o curso técnico de (...), como ele se relaciona com os seus projetos futuros?



**APÊNDICE D - QUADROS DE TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS POR  
CATEGORIAS**

Quadro referente à 1ª Categoria<sup>48</sup>: DADOS COMPLEMENTARES DOS ALUNOS;  
DO COLÉGIO DE ENSINO MÉDIO E INFORMAÇÕES SOBRE O PRONATEC

Idades	Anos; Turnos; Colégios	Tempo no roteiro das atividades	Ofertas de curso no Colégio	Conhecimento de outros cursos do PRONATEC
15 anos: 2	2º Ano: Matutino: 8 Noturno: 2	1-2 horas: 6	Não: 14	Não: 4
16 anos: 6	3º Ano: Matutino: 2 Noturno: 2	2-3 horas: 6	Sim: -	Sim: 10
17 anos: 4				
18 anos: 1		Mais de 3 horas: 2		
24 anos: 1				
	Colégios: Drº Francisco Azevedo Macedo (2); Guido Arzua; Teobaldo Leonardo Kletemberg (2); Roberto Langer Júnior; Iara Bergmann; Pe. Cláudio Morelli; Des. Guilherme de Albuquerque Maranhão; Senhorinha de Moraes Sarmento; São Paulo Apóstolo; Profª Isabel Lopez Santos Souza; Flávio Ferreira da Luz; Pio Lanteri.			

<sup>48</sup> O Quadro representativo da 1ª categoria, não foi realizado conforme cada transcrição, pois apresenta basicamente dados quantitativos e não referentes para a análise qualitativa.

Quadros referente à 2ª Categoria: JUSTIFICATIVA QUANTO AO PRINCIPAL MOTIVO PARA A MATRÍCULA NO CURSO PRONATEC

2a - Justificar o principal motivo para a matrícula no curso PRONATEC, escolhido no questionário aplicado anteriormente: *"Os cursos técnicos do SENAI garantem emprego porque são voltados diretamente para o mercado de trabalho"*

Entrevista	Transcrição	Agrupamento	Análise
E1	As empresas precisam de pessoas qualificadas, que conheçam "por dentro" a indústria e o SENAI proporciona isto.	SENAI	Concordam totalmente.
E14	O nome do SENAI, e lá o que me chamou a atenção foi o método de ensino, a infraestrutura.		
E6	Então, a instituição SENAI em si, o próprio nome diz, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, está voltada à indústria, isto despertou o interesse no SENAI. Instituição reconhecida, chances maiores de mercado de trabalho, isto despertou interesse de participar do curso técnico na instituição SENAI.	SENAI	Concorda parcialmente.
E8	É verdade. Não garante emprego, o meu pai e minha mãe tinham esta ideia, terminando o curso, emprego. O SENAI dá conhecimento para a empresa, a qualificação para o mercado de trabalho. Na área de (...) tem várias funções. Chamou atenção o nome SENAI, porque é referência, reconhecido pelas empresas. Preferi fazer o curso técnico naquele momento, para não perder a oportunidade.	SENAI	Discorda.
E2	Então, na minha visão, é isto mesmo. As disciplinas do curso eram voltadas ao trabalho na indústria, por isso as empresas procuram pessoas que tenham feito o curso técnico.	Curso	Concordam totalmente.
E3	Então, foi assim quando entrei no curso, para encaminhar para as empresas... mas não foi o que aconteceu.		
E7	É isso mesmo, né, porque com este curso técnico eu adquiri muita experiência e qualificação para a profissão, o mercado. Com este curso técnico é a garantia que você vai ter emprego nesta área.		
E9	Porque tratam as áreas que as empresas precisam, áreas específicas. No caso do curso de (...), mais para empregos envolvendo exportação e importação, importação, deste ramo.		
E4	Eu já trabalhava anteriormente e continuo... O curso técnico dá grande força.	Curso	Concordam parcialmente.
E10	Então, é... o SENAI é uma instituição grande do governo mesmo, me interessei pelo curso e não pela instituição, é...e tem ligação com o mercado de trabalho, porque já na conclusão do curso tem bastante indicação do curso mesmo. O SENAI selecionou alunos e indicou para empresas. Teve um evento no Cotelengo em que foram chamados o (...), a (...), a (...), o (...), (...), eu, acho que só. Só que nesse momento, não chamou ninguém. Semana retrasada,		

E11	<p>professores indicaram e foram chamados o (...) e a (...).</p> <p>Bom, os cursos técnicos, como já havia dito, são reconhecidos pela indústria e pelo governo. Têm formação mais prolongada na área, mais fácil a empresa contratar você, porque tem melhor formação (com 1.200h) do que a aprendizagem e a qualificação. O interesse foi em um curso mais complexo. No SENAI, falaram que no final do curso, indicações do SENAI para emprego, que eu também estava procurando. Tive duas indicações. Uma não deu certo e a outra já fiz a entrevista, há duas semanas, os professores que mandaram as indicações para os alunos que se destacaram, digamos assim... No começo do curso os professores avisaram que indicariam os que se destacavam. Até o meio do curso isto não aconteceu; existia edital de vagas, mas eram poucas e era difícil, muitas vezes já estavam preenchidas. Falamos com o diretor se haveria alguma indicação, mas ele não tinha a informação.</p>		
E13	Sim, óbvio. Chamou minha atenção o nome SENAI e o curso técnico.	Curso SENAI	Concorda totalmente
E5	Então, assim, durante o curso os professores mostravam a oportunidade de trabalho. O SENAI também mostrava meios para entrar em um emprego, pelas vagas de trabalho nas empresas, as ofertas em (...);	Curso SENAI	Concordam parcialmente
E12	Bom, é, pelo PRONATEC, o técnico em (...) dá oportunidade para entrar no mercado de trabalho. Hoje mesmo, conversei com um professor, que comentou que com o técnico, 80% de chances nas vagas do mercado. Técnico e no SENAI, conhecidos, né, quem faz curso, tem boa qualidade para o mercado de trabalho.		

2b - O motivo citado anteriormente manteve-se durante a realização do curso influenciando a permanência e conclusão?

Entrevista	Transcrição	Agrupamento	Análise
E1	Sim...	Sim	Manteve-se para permanência e conclusão, sem justificativas.
E2	Sim.		
E4	Sim.		
E6	Sim.		
E7	É.		
E8	Sim. Como nós comentamos, o curso tinha 47 alunos no 1º semestre e uns 10 desistiram, é difícil. Ficaram uns 30, no 2º semestre 25, no 3º só 20 e quatro foram para outra sala, para remanejamento. Eu era da sala (...).		
E9	Também.		
E10	Sim		
E12	Sim.		
E13	Sim.		
E3	Esperava ao terminar conseguir emprego.	Sim; com ressalvas.	Manteve-se para permanência e conclusão, embora tenham expressado a não ocorrência.
E14	Influenciou bastante, só que teve falta de indicação deles. Nenhuma indicação, só de professores em relação às vagas. Nenhum professor indicou ninguém para as empresas.		
E5	Vi que a área é ampla, o que fez com que eu continuasse o curso.	Sim; motivo ampliado.	Manteve-se para permanência e conclusão.
E11	Não. Bom, eu tenho um lema, é... que quando você começa algo, tem que terminar... O SENAI não garantiu trabalho, não afirmaram isto... Foi mais motivação minha e de muitos professores que se dedicavam ao máximo para a continuidade dos alunos. Muitos de nós nos espelhávamos nos professores, que eram exemplares, ficávamos maravilhados com as aulas...	Questiona o motivo inicial.	Apresenta motivação pessoal e de professores.

## 2c - Já existia o interesse e o conhecimento anterior em relação ao curso?

Entrevista	Transcrição	Agrupamento	Análise
E1	Não, nem interesse e nem conhecimento.	Não	A oferta do curso na instituição e pelo Programa atraiu os alunos.
E2	Não, na época. Fiquei sabendo da questão que é um trabalho para a indústria, depois.		
E3	Não, nada.		
E5	Não, nenhuma. Tive conhecimento lá dentro.		
E6	Na verdade, não sabia de nada, nem do que se tratava o curso. Fui gostando e resolvi acabar o curso.		
E7	Não, eu não tinha informação, não sabia mesmo, que eu fui conhecer, foi no curso mesmo. O motivo principal, o que me atraiu, foi a qualificação profissional que iria adquirir. Eu tinha o desejo de fazer o curso técnico e não tinha oportunidade. O representante do SENAI foi até o Colégio e passou a informação.		
E8	Não sabia, tinha ideia de cursos similares que não eram de (...).		
E9	Não.		
E11	Não, não sabia como funcionava.		
E12	Não. Não pela (...). É uma área nova, vista como só transporte. (...) é tudo, tudo o que você faz no seu cotidiano.		
E13	Não.		
E14	Não.		
E10	Então, eu trabalhei durante um tempo na loja da minha tia como estoquista, começou daí o meu interesse.	Sim	Interesse por trabalho anterior.
E4	Na verdade, tinha um conhecimento parcial, pois trabalho em almoxarifado.	Sim	Conhecimento parcial pelo trabalho.

Quadros referente à 3ª Categoria: RELAÇÕES ENTRE JUVENTUDE, ESCOLA E TRABALHO

3a - Se já trabalhou anteriormente; idade; ocupação e a razão.

Entrevista/Trabalho anterior	Idade	Ocupação	Razão	Agrupamento	Análise
E1 Não.				Não	Sem experiência de trabalho anterior ao curso.
E2 Não.					
E3 Não.					
E5 Não.					
E7 Não.					
E11 Não.					
E12 Não.					
E14 Não.					
Sim.	15-16	O último emprego foi como técnico em topografia.	Porque saí de casa nesta idade.	Sim	Motivo financeiro.
Sim.	16-17	Atendente de lanchonete.	Porque resolvi trabalhar meio período, com o Ensino Médio.		Motivo pessoal.
Sim.	17	No Arquivo Público, como estagiário.	Para conhecer mais sobre o assunto e outras pessoas.		Motivo pessoal.
Sim.	14-15	Na construção civil.	Não era emprego, dava uma força ao pai.		Motivo familiar.
Sim.	15	Em almoxarifado.	Para ajudar na casa e ter independência financeira.		Motivo financeiro e pessoal.
Sim.	15	Como estoquista.	Naquela época queria fazer alguma coisa, ganhar dinheiro próprio.		Motivo financeiro e pessoal.

## 3b - Se trabalhou durante o curso técnico e a razão.

Entrevista	Transcrição	Agrupamento	Análise
E1	Não.	Não	Não apresentaram justificativas.
E2	Não.		
E3	Não.		
E5	Não.		
E7	Não.		
E9	Não.		
E13	Não.		
E14	Não.	Não	Justificativas: tempo escasso, inviabiliza trabalho.
E6	Não, só estudei, também não tinha tempo, chegava em casa quase 7 horas para fazer trabalho de escola, do curso, sem tempo. No projeto do curso estudava até às 3, 4 horas da manhã.		
E10	Não. Muito corrido.		
E11	Não. Não tinha como, preenchidos os três períodos.		
E12	Não. Não tinha como, só para quem estuda à noite.		
E4	Sim, pelas mesmas razões. Foi cansativo.	Sim	Razões financeiras. Ressalva: cansaço.
E8	Em 2012 na COHAPAR, para ganhar mais, trabalhei durante 10 meses. Fiz pesquisa pelo Google. Terminou o contrato quando terminei o Ensino Médio.		



## 3c - Se atualmente trabalha e/ou estuda? Tem relação com o curso técnico?

Entrevista	Transcrição	Agrupamento	Análise
E1	Atualmente estudo Gestão de Transporte Aéreo, no Positivo, é um curso Superior de Tecnologia em Gestão de Transporte Aéreo. Tem um pouco de relação com o curso técnico.	Estudam	Relação do curso com estudo.
E6	Não, eu estou tentando entrar na faculdade, o PROUNI demora um pouco para chamar, na área de Administração Empresarial. Tem relação com a (...), matérias e se fizer uma pós-graduação em (...), em qualidade.		
E5	Faço cursinho pré-vestibular, não trabalho, estudo. Estou um pouco indecisa sobre fazer vestibular para Comércio Exterior, Engenharia de Produção ou Engenharia Química.	Estuda	Não relação do estudo com o curso.
E2	Trabalho no Centro de Distribuição do Grupo UNINTER, como auxiliar (...), há um mês.	Trabalham	Relação do curso com o trabalho.
E4	Trabalho e tem bastante relações.		
E9	Trabalho no banco, na função de assistente financeiro. Tem um pouco.		
E3	Sim. Em um laboratório, na produção, no envase de remédio. Muito pouco.	Trabalham	Não relação do curso com o trabalho.
E13	Não. Sou atleta de para canoagem. Não.		
E14	Sim, trabalho em telemarketing, comecei depois do curso.		
E7	Atualmente eu to procurando emprego, na área de (...). Está difícil, estou tentando escolher onde trabalhar; tem várias possibilidades... Mandeí currículo, ainda não chamaram.	Procurando emprego.	Relação do curso com o trabalho.
E12	Não, estou mandando currículos.		
E8	Atualmente está previsto para eu começar a trabalhar a partir do mês que vem. Não sei se posso falar ainda... em uma operadora de telecomunicações, no setor de almoxarifado. Na verdade uma (...) interna.	Aguardando chamamento para trabalho.	Relação do curso com o trabalho.
E10	Vou começar dia 29 de abril a faculdade de (...) no Positivo, Curso Tecnológico Superior em (...). Em questão de trabalho estou conversando com a empresa francesa Schneider, que trabalha com gestão de energia, na Linha Verde. Serei responsável pela área de recebimento no almoxarifado. A vaga está praticamente certa, só esperar um pouco, pois o gerente viajou. Tenho um conhecido meu na empresa que trabalha com (...).	Aguardando chamamento para trabalho e estudo.	Relação do curso com o trabalho e estudo.
E11	Não. Eu estou fazendo a carteira de habilitação.	Nenhum	Atividade não relacionada ao trabalho e estudo.

3d - Se teve conhecimento de colegas de curso que o abandonaram em virtude da necessidade de trabalho? Abandonaram apenas o curso técnico?

Entrevista	Transcrição	Agrupamento	Análise
E1	Sim, no início do curso. Abandonaram o curso técnico.	Sim	Abandonaram o curso pela necessidade de trabalho.  Abandonaram o curso, além do trabalho, também por motivos pessoais; pelo curso específico; entrada na faculdade e alistamento no exército.
E3	Sim. Tinha uma aluna, a (...), de 40 anos que fazia o CEEBJA. Precisou trabalhar e largou na metade do curso.		
E7	Sim. Eu tenho conhecimento de uma colega, que ela abandonou o curso, mas já tinha concluído o Ensino Médio, foi para trabalhar mesmo. No 2º semestre do outro ano.		
E13	Sim. Só o técnico.		
E8	Alguns por trabalho, outros não quiseram mais, outros escolheram outros cursos. Continuaram o Ensino Médio e alguns abandonaram o técnico, outros pela faculdade e dois por motivo de alistamento no exército.		
E5	Tenho um amigo meu, que terminou o colégio e abandonou o curso por causa do quartel.	Sim	Abandonaram curso por causa de alistamento militar.
E14	Tenho conhecimento de abandono por causa do quartel, por trabalho, ninguém.		
E10	Olha, os que pararam, não tive mais contato. Não sei a época em que saíram.	Sim	Não abordou as razões.
E9	Sim. Muitos abandonaram os dois, porque precisavam do emprego e não dava para conciliar. Eu mesma precisava trabalhar, quase deixei o curso, para ajudar os meus pais. No PRONATEC não podia modificar o horário que era rígido. Nos outros cursos do SESI podia, e eles reforçavam a igualdade. Davam a desculpa de que no curso PRONATEC não podiam trocar o horário. Meus pais não deixaram largar.	Sim	Abandonaram curso e EM pela necessidade de trabalho.
E6	Não.	Não	Não tiveram conhecimento.
E2	Não tive conhecimento.		
E12	Não, não conheço.		
E4	Não.		
E11	Não tenho. Muitos que abandonaram porque na verdade não atingiram a média e reprovaram. Só poderia passar uma vez pelo Conselho de Classe, e no 2º módulo não conseguiram novamente. Não tinha outra turma para eles refazerem o módulo. Se teve dois que concluíram e passaram pelo Conselho, foi muito.	Não	Justifica o abandono pela reprovação.

## 3e - Qual a importância do trabalho em sua opinião?

Entrevista	Transcrição	Agrupamento	Análise
E1	O trabalho é bastante importante, porque a carreira é que vai lhe dar sustento.	Sustento	Necessidade
E2	O trabalho é de diversas formas: para conquistas pessoais; realização de um sonho.	Conquistas pessoais; Sonhos	Meio para conquistas
E3	Muita... (risos). É o financeiro, tudo, conhecimento, experiência.	Financeiro; Conhecimento; Experiência; Tudo	Retorno financeiro; Centralidade;
E4	Trabalho é digno do seu salário...	Salário	Retorno financeiro
E5	Nunca trabalhei, não tenho experiência... Muito importante você adquirir responsabilidade, o trabalho é um conhecimento e uma aprendizagem a cada dia.	Responsabilidade; Conhecimento; Aprendizagem	Conotação moral; Centralidade
E6	Porque é uma renda, um dinheiro meu, que trabalhei e consegui. E também experiência na área que estudou.	Renda; Experiência	Retorno financeiro
E7	Trabalho é essencial né, fonte de renda... o principal.	Renda	Retorno financeiro
E8	Bem, eu tava lendo um livro lá, em que o autor falava de trabalho como o que está ao seu redor, o que o homem precisa... o autor também diz que é aquilo que a pessoa gosta de fazer. Tenho para mim, que é o essencial... não só ganhar dinheiro, mas melhorar a vida, não só a minha, mas como das outras pessoas.	Necessidade; Gosto; Essencial; Dinheiro; Melhorar a vida própria e das outras pessoas	Necessidade; Retorno financeiro; Centralidade;
E9	Para nós, jovens, um pouco de liberdade, é você ter o seu dinheiro, o direito de escolha e também mais responsabilidades...	Liberdade; Dinheiro; Direito de escolha; Responsabilidades	Retorno financeiro; Conotação moral
E10	Ah, individualmente é uma questão de independência para cada pessoa; uma responsabilidade maior.	Independência; Responsabilidade	Conotação moral
E11	Bom, necessário para poder manter a vida pessoal, vamos dizer, com o meio em que vive, com a sociedade. É um meio de sobrevivência, não pode depender sempre dos pais, é uma necessidade.	Manter vida pessoal; Meio de sobrevivência	Necessidade
E12	Ah, responsabilidade, ter seu próprio dinheiro, ajudar em casa...	Responsabilidade; Dinheiro; Auxílio familiar	Conotação moral; Retorno financeiro
E13	Principalmente como retorno financeiro.	Retorno financeiro	Retorno financeiro
E14	Experiência, conhecimento. É isto, são os principais...	Experiência; Conhecimento	Centralidade

# Quadros referente à 4ª Categoria: RELAÇÕES ENTRE O ENSINO MÉDIO E O CURSO TÉCNICO

4a - Durante o curso técnico percebeu relações com o Ensino Médio? Justifique.

Entrevista	Transcrição	Agrupamento	Análise
E1	Não.	Não	Não percebeu e não justificou.
E2	Não. Pouca coisa.	Sim	Relações mínimas; justificativas vagas.
E3	Pouca coisa, não tinha muito...		
E13	Sim. Algumas.		
E4	Somente o básico. Por exemplo, na matemática, o cálculo. Outras relações, não.	Sim	Relações básicas, por área de conhecimento; justificaram exemplificando.  Relações com o conhecimento geral em alguns momentos específicos; justificaram exemplificando.
E12	Algumas coisas, não muitas. Mais na área de matemática.		
E7	As disciplinas específicas mesmo, para atuação no âmbito empresarial, não tinha relação com o Ensino Médio. A não ser as disciplinas de matemática básica e português.		
E5	Olha, eu vi muita conta, principalmente matemática que não tinha visto no colégio. Houve encontros de reforço de português e matemática, que foram muito bons. Os professores ensinavam bem para que todos entendessem.		
E9	Sim. Algumas matérias que a gente estava vendo no Ensino Médio, até as de ensino fundamental, cálculo, gramática, para lembrar.		
E10	Algumas coisas sim, em algumas matérias que eu aprendi no Ensino Médio, uns temas. Foi mais no último ano.		
E11	Teve algumas semelhanças. Só que no SENAI acontecia antes. Por exemplo: algumas coisas sobre a Guerra Fria, ligadas à indústria; dos modais... não sei te explicar... . No colégio, víamos o assunto, mais ou menos duas semanas depois. As guerras no SENAI, pela (...). Depois de três, quatro semanas, o assunto no colégio. Estas são algumas das relações.		
E14	Não, a não ser na época das disciplinas de português e matemática e quanto aos cálculos.		
E6	No curso técnico não. Eu acho que o ensino médio público é bem mais fraco que o técnico. No técnico eu aprendi muito mais. Sem relação, são totalmente	Não	Não estabeleceu relações no conhecimento; exemplifica.

	diferentes.		
E8	Isto é o mais interessante. Mesmo cursando o Ensino Médio, alunos que não sabiam nem a ordem para fazer as contas, para a matéria que envolve cálculo (...) ou custo (...). O Ensino Médio é importante para o ensino técnico. A parte mais legal da história: os alunos moravam em vários lugares, um morava perto, outro longe; um tinha 16 anos, outro mais velho, cadeirante, de tudo um pouco... de 2º e 3º ano... isto dava diferença na hora da prova, apresentação, em trabalho em grupo. Era até engraçado, por pouca palavra, já havia “guerra”.	Sim	Destaca a relação entre EM e EP, principalmente do conhecimento geral para o ensino técnico; exemplifica.

4b - A realização do Ensino Médio e curso técnico em instituições e com professores diferentes favoreceu ou não a formação? Por quê?

Entrevista	Transcrição	Agrupamento	Análise
E1	Sim, foram pontos positivos.	Sim	Favoreceu; mas não justificaram por que.
E2	Sim, positivo.	Sim	
E3	Favoreceu, porque cada professor tinha opinião e jeito diferente de ensinar. Os professores do SENAI eram de faculdade.	Sim	Favoreceu; justificativas relacionadas ao trabalho pedagógico diversificado; à experiência docente no ensino Superior; ao trabalho de professores na área do curso e dedicação. Ressalvas quanto ao EM e à falta de relação EM e curso.
E5	Olha, eu acho que favoreceu sim. Um meio que complementava o outro. Talvez pela melhor formação dos professores do SENAI, eles me ajudaram a tirar dúvidas do colégio. As maneiras eram diferentes de explicarem.		
E7	Favoreceu. Com relação ao curso técnico, os professores que eu tinha, eram professores capacitados, professores que atuavam na área, tinham conhecimento na prática, isto favoreceu aprendizagem. No Ensino Médio não há relação com a prática.		
E11	Bom, o que favoreceu a minha formação foi mais os professores do SENAI mesmo, porque se dedicavam ao máximo. Ficava curioso para saber dá onde tanto conhecimento... você ia atrás. O colégio não dava muito incentivo nos cursos técnicos, visava o ensino para concluir o Ensino Médio e para a entrada na faculdade. Alguns professores do SENAI davam dicas para a faculdade, na realização das provas. É até interessante você anotar aí que, no meu colégio, eu era o único aluno no SENAI. Divulguei as apresentações do SENAI no colégio, nas salas e fiquei sabendo disto.		
E10	Os professores do técnico eram de faculdades (Positivo, UFPR, Bagozzi), diversidade de professores, conhecimentos diferentes. No começo senti um pouco diferença, depois no decorrer, me acostumei, porque a estrutura e filosofia do SENAI são bem diferentes da escola. No SENAI preparam para o mercado de trabalho e no Ensino Médio para entrar na faculdade.		
E14	Favoreceu, pelas visões diferentes. Os professores do Ensino Médio não		

	ensinavam em faculdade, daí diferenças... Agregaram sim, embora sem muita relação entre eles.		
E4	Creio que favoreceu. Por várias ideias, pessoas, referências.	Sim	Justificativa pela diversidade (filosofia e sujeitos); e como motivação para a aprendizagem.
E6	Sim, porque são coisas diferentes, é... ajudam sim, como vou dizer, aumenta a..., como eu posso explicar...coisas diferentes aumenta a sua sede de ensino, diferentes, mas cada campo chamava a atenção, correlacionava uma coisa com outra. Um exemplo: ABNT pedida no SENAI, quando fiz trabalho na escola, apliquei normas. Na escola, não é trabalhada, explicada, inventam uma norma lá. Acho que no ensino público deveria ter uma disciplina assim, um trabalho sobre isto. Sai do ensino médio sem saber nada e chega na faculdade, complica um pouco...		
E8	Para mim, bastante. Eu pude aprender mais. No SENAI e na escola pública. A filosofia, a história, não saiu da minha cabeça...		
E12	Sim, porque aprendemos um pouco mais do que já sabíamos, todos os professores bem qualificados, tanto nós quanto eles aprendemos.		
E9	Não, porque o professor do colégio exigia (eram 17 matérias) e o do curso também (mais ou menos 3 ou 4 em cada semestre) e eram coisas diferentes. Igual, para o TCC, passava à noite acordada... Não havia comunicação entre os dois. O colégio que eu estudava, muito bom, bem puxado. A maioria dos alunos que ficaram no curso, usou o Conselho de Classe... alunos que ficaram abaixo da média.	Não	Justificativa pela quantidade excessiva de disciplinas e falta de comunicação entre colégio e curso.
E13	Não. Sei lá, não vi nada de positivo ou negativo...	Não	Indiferença quanto aos aspectos questionados. para a formação.

4c - Comente se o tempo de duração do Curso (três semestres) foi suficiente para a formação técnica.

Entrevista	Transcrição	Agrupamento	Análise
E14	Acredito que sim. Tempo suficiente, aprendi bastante.	Sim	Suficiente.
E10	Tecnicamente, sim.		
E8	Bem, teoricamente foi bem trabalhada. Foram apresentados também vídeos, feitas maquetes, visitas técnicas. Não tenho nada a reclamar.		
E6	Sim, porque um ano e meio, conteúdos trabalhados muito bons, relacionados à área, importantes.		
E5	Olha, eu acredito que sim. Bem distribuídas as matérias, acredito que foi bom.		
E4	Sim, pois foi bem objetivo.		Suficiente sem comentar.
E2	Tempo suficiente.		
E1	Sim.		
E13	Tempo suficiente; o que faltou foi aprofundamento em algumas disciplinas, softwares, práticas.	Sim	Suficiente com ressalvas.
E12	Ah, acho que foi, aprendi coisas que não sabia. Mais visitas técnicas... Razoável.		
E11	Foi suficiente. É até curioso que agora diminuíram a carga horária para 900 h. do curso, não sei por que, eram 1.200h e até faltou um pouquinho, muita coisa para ver. Perguntei aos professores por que e eles disseram que por causa da nova ementa. Nosso curso, não tinha livro didático, os professores usavam data show, nós anotávamos e fazíamos pesquisas...		
E9	Foi. Poderiam aumentar um pouco mais, porque algumas matérias ficam muito apertadas e as aulas seriam melhores.		
E7	Eu acho que poderia se prolongar mais, este tempo. Aprendemos, mas seria bom para aprofundar mais alguns assuntos, né? Algumas disciplinas são muito rápidas.		
E3	Não. Precisaria mais tempo. O curso foi só teórico, nada de prático.	Não	Insuficiente, vinculando a falta de prática ao tempo.



## Quadros referente à 5ª Categoria: A POLÍTICA DO PRONATEC NA VISÃO DOS ALUNOS

5a - O curso técnico de (...) (PRONATEC) do SENAI desenvolveu-se conforme as suas expectativas? Justificar.

Entrevista	Transcrição	Agrupamento	Análise
E14	Até mais. Desenvolvi as apresentações em público; aula em campo etc.	Sim	Conforme as expectativas e algumas superações, pelos recursos metodológicos utilizados; desenvolvimento de habilidades; maior aceitação no mercado de trabalho. Foram feitas ressalvas quanto ao EM.
E11	Sim, foi até superior ao que eu pensava. Teve bastante visitas técnicas que ajudou a compreender a (...): no Porto de Itapoá (S.C.) para compreender a movimentação de materiais; modais de transporte marítimo, aprender sobre a movimentação dos containers; na Eternit na linha de produção e nos Irmãos Abbage para conhecer o estoque, o almoxarifado. Foram todas as turmas da tarde, a partir do 2º módulo; de manhã eu não sei. O curso demorou para começar no 1º módulo quanto a organização e, no início do 2º módulo houveram desistências porque alguns alunos foram invertidos de turma, problema na matrícula, troca de alunos para balancear a turma. Na nossa turma tinham 26 alunos no segundo módulo, e ficou com 19, se não me engano. Tinha uma turma do vespertino de (...), com muito conflito e competitividade entre os alunos; eram teimosos e críticos, trocavam de representantes e havia conflito entre eles e as turmas do EPEB (SESI). Os que foram para a outra turma (dois da nossa) não gostaram e saíram do curso e uma aluna remanejada que era da nossa turma, foi reprovada. A nossa turma não, era unida e conseguia mais coisas... Por exemplo: houve muita motivação pela maquete realizada e apresentada na Federação da Indústria (o que acabou liberando mais recursos para o curso) e também apresentada no Pequeno Cotelengo, em uma feira lá, com a maquete que mostrava uma pequena área da (...). Foi o que deu mais destaque ao curso de (...). No terceiro módulo, não houve nenhuma alteração.		
E8	Na verdade, foi além daquilo que eu pensava. Acostumado a copiar,		
			Faltou justificativa

	copiar, aprendi a aprender, por exemplo, tive que buscar informações, relações com outras pessoas, saber os momentos. O Ensino Médio precisa melhorar bastante, principalmente por parte dos professores, veja o caso das greves, salários, poucos recursos para as escolas, a infraestrutura das escolas públicas do Ensino Médio... Ninguém lida com os computadores, os laboratórios. Raramente é usado e são importantes.		
E6	Sim. Desenvolveu habilidades de competência profissional e possibilitou que abrisse um leque de conhecimentos, o aluno do Ensino Médio não sabe a área que vai escolher. O ensino técnico proporciona este conhecimento na área específica.		
E5	Sim, bastante. O SENAI foi bem importante. Foi um apoio para mim, até mesmo no Ensino Médio regular. O curso técnico fez bastante diferença.		
E4	Ãrrã...		
E2	Sim, pois as empresas tem aceitação mais fácil em relação a quem tem curso técnico, procuram pessoal com esta qualificação.		
E1	Sim. Melhor do que eu esperava...		
E10	Olha, fomos a primeira turma de (...) do PRONATEC no SENAI. Fomos como uma turma teste, vimos muitas coisas diferentes: a questão do "Mundo SENAI", uma feira de trabalho que deu certo. Entrei com a ideia de que no final do curso já teria um emprego, isto demorou um pouco, três, quatro meses... Quando terminei o curso, mandei seis currículos e só uma chamou; a Schneider.	Cumpriu parcialmente as expectativas	Ressalvas quanto a não garantia de emprego ao final do curso; falta de encaminhamento às empresas; não formatura; pouca prática; infraestrutura deficiente.
E9	Sim, foi o que a gente esperava no início. No final, não foi porque não cumpriram a formatura, que não teve com entrega de diplomas, nem encaminhamento para vagas de emprego e estágio, para complementar a carga de mais 6 meses de curso.		
E7	Aconteceu, assim. Eu observei que a gente tinha muita teoria, que de (...),		

	não muita prática, não tinha laboratórios ou salas especiais, poderia ter mais isto. Até foi comentado o desenvolvimento de salas próprias para (...), para o próximo ano. A gente comentou com professores que levaram a ideia adiante. Nós fomos a primeira turma, a que fez base para os próximos alunos.		
E13	Huum... Não completamente, esperava mais...	Não	Aspectos negativos abordados: falta de tempo; visitas técnicas; pouca prática; expectativa de emprego.
E12	Faltou algo pela falta de tempo, as visitas técnicas. Eu, na verdade, queria ter desistido, os professores incentivaram alunos como eu e mudou totalmente a minha forma de pensar quanto a (...), não tinha gostado muito.. O 1º módulo foi mais teórico, não tinha nada na prática, muitas pessoas desistiram por isso.		
E3	Não. Porque imaginava que fosse mais prático, que a gente iria ver mais coisas; porque no papel é uma coisa, na prática outra. Também em relação à expectativa de emprego.		

5b - Como avalia a formação técnica gratuita ofertada pelo PRONATEC em instituições nas quais normalmente os cursos técnicos são pagos (Gratuidade pela Bolsa-Formação: transporte, material didático e alimentação)?

Entrevista	Transcrição	Agrupamento	Análise
E10	Excelente, porque é um curso, tipo, que muitas pessoas humildes não teriam como pagar. Favoreceu muitas pessoas. Os demais auxílios, essenciais. Tinha alunos da Barreirinha que para eles era difícil a locomoção.	Avaliação positiva da formação sem críticas.	Realizaram abordagens assistenciais e comparativas.
E5	Olha, muito boa esta oportunidade que foi oferecida para a gente que não pode pagar e abre as portas para cursos particulares. O SENAI não exclui, trata da mesma maneira, sem diferenças. Os demais elementos da Bolsa-Formação também foram importantes, pois talvez não conseguíssemos sem eles, um meio para não faltar, um apoio para não desistir.		
E2	Foi um trabalho excelente. Eu procurava comparar com as turmas que pagavam. A passagem e o lanche ajudaram bastante, foi uma oportunidade boa.		
E1	O curso pago pelo governo ajudou bastante.		
E14	Excelente. Não tinha muita diferença com os cursos pagos, ajudou bastante. O lanche tinha problemas.	Avaliação positiva com críticas.	Realizaram abordagens comparativas e as críticas centralizaram-se na qualidade do lanche; nos atrasos do Vale-transporte e na insuficiência/inexistência de material didático e pedagógico.
E12	É, teve algumas reclamações do lanche, algumas vezes estragado. Foi bom ganhar um curso. Às vezes também atrasava colocação de créditos no cartão do transporte, falhas... Também não tinha muito material...		
E11	Isto eu achei interessante, nós aprendemos mais do que os alunos do EBEP (SESI). Os alunos do PRONATEC eram mais interessados dos que os do SESI, segundo os professores. Eu me surpreendi com a quantidade de conhecimentos que adquiri no SENAI, por ser um curso gratuito. Quanto à alimentação, houve troca de fornecedores várias vezes, e uma vez, até alimento estragado.		

	<p>Teve aluno que passou mal com o lanche e precisou ir para o médico. O material didático, não teve; recebemos o kit básico (caderno, lápis, caneta). Os professores passavam slides, falavam sobre o assunto e pediam pesquisas. Não tinha material didático próprio. Agora tem apostila, um dos motivos que pode ter diminuído o tempo do curso...</p>		
E9	<p>Para a gente foi bom, os cursos são caros, do nosso bolso não teríamos condição. Só o material didático que não tinha os professores que faziam as apostila e imprimiam no SENAI. Material de base não tinha. Nem livros lá para o TCC. Os professores reclamavam por dar o material, às vezes um para cada grupo.</p>		
E8	<p>O curso em si, suficiente. O lanche deveria ser preparado no local, seria o ideal; ter um espaço próprio para os alunos do PRONATEC, cantina ou refeitório. O material foi dado pelo programa. As apostilas, pelos professores. Algumas eram pagas, não passavam de 2,00 reais. E na biblioteca, alguns livros de (...).</p>		
E7	<p>Eu considero o mesmo nível da formação paga. A gente não foi diferenciada em momento algum, mesmas coisas, mesmos professores. O nível, o mesmo do curso pago. O transporte, o Vale-Transporte, às vezes a gente demorava a receber (uma semana ou mais até, pagando), acho que por problemas com a URB'S... Alimentação e material didático, tudo certinho...</p>		
E6	<p>Olha, eu achei um negócio muito bom, do governo dar estas Bolsas para os alunos que não têm condição, com transporte, alimentação... interessante o governo fazer isto. O Brasil precisa de pessoas capacitadas. O transporte era pago normalmente (uma vez aconteceu o atraso, ficamos umas três semanas pagando com nosso dinheiro). O lanche no começo era bom, mas foi ficando diferente, problema de</p>		

<p>E4</p> <p>E3</p>	<p>qualidade no lanche. O material, dois cadernos, lápis, borracha (kit básico em duas vezes era três módulos). E apostilas e jaleco (uns quatro meses depois foi entregue).</p> <p>Achei bem bacana, só o lanche que era zoadado... não muito bom.</p> <p>Achei que o nível do curso foi parecido, não teve diferença quanto em relação ao pago, tudo normal. Deram transporte, material didático, que era um caderno com o nome PRONATEC, o restante do material didático tivemos que comprar. Deram jaleco também, mas xeróx, principalmente para o TCC, teve que ser do bolso; até tinha no SENAI, mas não ofereciam para a gente. No colégio, falaram que teria Vale-Alimentação, mas foi dado pão com suco.</p>		
E13	Material didático não teve. Na minha avaliação foi regular.	Avaliação negativa.	Abordou inexistência do material didático; avaliação insuficiente.

5c - Por que houve durante o curso técnico de (...) no SENAI um número tão elevado de reprovações no início do curso e de abandono no seu decorrer?

Entrevista	Transcrição	Agrupamento	Análise
E8	Alguns por trabalho, outros não quiseram mais, outros escolheram outros cursos. Continuaram o Ensino médio e alguns abandonaram o técnico, outros pela faculdade e dois por motivo de alistamento no exército.	Abandono	Razões: trabalho; entrada na faculdade; alistamento militar; não gostaram do curso; faltas excessivas; pressão dos trabalhos; pouco tempo disponível.
E7	Bom, teve muitas pessoas que se inscreveram assim, porque queriam fazer um curso técnico, mas não sabiam do que. Aí não gostaram do curso, das disciplinas, e aí abandonaram. A minha turma teve bastante abandono, de início eram 40, concluímos com 16, mais da metade abandonou o curso. Eu acredito que a maioria por esta razão.		
E6	É porque é o seguinte: o aluno sai do ensino médio, não é um sistema puxado de ensino, pode faltar um monte... muita gente pensa que o ensino técnico é igual, e muita gente não se adaptou à isto. Tem a pressão de trabalhos, muitos alunos acabaram desistindo por causa disto. Também tem o tempo, alunos moravam longe, no Centenário, Hauer e ocorriam atrasos. A política do SENAI não aceita isto, o tempo, o cronograma é curto. Até que nós pedimos horários mais flexíveis das 13:30 às 17:30 h., mas não teve como, pois funcionavam turmas à noite.		
E14	A maioria das pessoas quando perguntados no 1º semestre sobre por que estavam no curso, respondiam que caíram de paraquedas e não era o que esperavam... Faltavam e abandonavam, assim como os reprovados. Na época de conclusão dos cursos, os trabalhos eram mais puxados. O restante podia ser feito como atividade.	Reprovação e Abandono	Razões para abandono e reprovação: faltas; imaturidade; não gostaram do curso; remanejamento; conflitos entre turmas; falta de empenho pelas práticas de colégios de EM com ritmo mais lento e aprovação pelo Conselho de Classe; horários rígidos; trabalho; dificuldade de aprendizagem; tempo escasso; muitas atividades no curso; falta de incentivo e interesse dos professores; problemas no trabalho pedagógico de alguns
E13	Sei lá. Talvez os alunos eram muito novos (15-16 anos), nesta		

<p>E12</p> <p>E11</p> <p>E10</p>	<p>idade, não sabem o que querem, são vários fatores. O principal é o pessoal.</p> <p>Motivo, só teórico mais no início; no 2º e 3º módulo não teve tanta reclamação, então, quem desistiu se arrependeu... As visitas técnicas, gostamos bastante, aprendemos. Também houve a falta de tempo, outros mudaram os horários. Até no final do curso, os 19 alunos, nenhum reprovou. No 2º, duas reprovações por faltas.</p> <p>O curso demorou para começar no 1º módulo quanto a organização e, no início do 2º módulo houveram desistências porque alguns alunos foram invertidos de turma, problema na rematrícula, troca de alunos para balancear a turma. Na nossa turma tinham 26 alunos no segundo módulo, e ficou com 19, se não me engano. Tinha uma turma do vespertino de (...), com muito conflito e competitividade entre os alunos; eram teimosos e críticos, trocavam de representantes e havia conflito entre eles e as turmas do EPEB (SESI). Os que foram para a outra turma (dois da nossa) não gostaram e saíram do curso e uma aluna remanejada que era da nossa turma, foi reprovada. A nossa turma não, era unida e conseguia mais coisas... (...) No terceiro módulo, não houve nenhuma alteração. (...) Também teve no primeiro módulo e no segundo, a situação constrangedora do (...), aluno que veio da manhã, tinha deficiência, cadeirante (recebia o combustível, senão teria que pegar três ônibus), tínhamos que carregar ele pela falta de elevador, o que provocou confusão, porque tivemos aulas no bloco do SESI, muita bagunça por parte destes alunos e fomos mudados para outras salas inadequadas, isoladas, por problema da falta de acessibilidade. Isto também ajudou nas desistências.</p> <p>Acho que de reprovação, por</p>	<p>professores; falta de interesse dos alunos; não correspondência entre a oferta e a realidade.</p> <p>Desistências: curso muito teórico no início; falta de tempo; falta de acessibilidade na instituição; falta de interesse e de identificação com o curso.</p> <p>Reprovação: falta de esforço e interesse do aluno.</p>
----------------------------------	---	---



	<p>questão de esforço mesmo do aluno. Desistência, também acho que falta de interesse, alunos que não se identificaram com o curso.</p>		
E9	<p>Dos Colégios mesmo, pessoal acostumado com ritmo mais lento, com Conselho de Classe, e lá não salvava tanto. A média era maior, 7,5. Pessoal não se empenhou, porque achou que o Conselho iria salvar. Diziam que o aluno lá só poderia usar uma vez o Conselho de Classe. Também horário rígido e a questão de trabalho.</p>		
E5	<p>Olha, não saberia te dizer. Os colegas procuravam aproveitar o máximo. Não sei se foi dificuldade de aprendizagem, nos ajudávamos entre si, talvez trabalho prejudique. Eram bastante atividades no SENAI, era necessário ter um tempo fora, às vezes a falta de tempo pode ter ocorrido.</p>		
E4	<p>Acho que faltou força de vontade dos alunos. Vejo por mim.</p>		
E3	<p>Não teve muito incentivo dos professores. O pessoal ia desistindo e ficava por isso mesmo, não havia interesse dos professores. Acredito também que [as reprovações e o abandono] por terem oferecido uma coisa e ter sido outra no decorrer. Alguns professores passavam muito conteúdo; outros acompanhavam a turma. Tinha um professor que passava conteúdo e misturava tudo, acabava perguntando outra coisa, dava aula em faculdade.</p>		
E2	<p>Pela falta de interesse dos próprios alunos que pensavam que o curso era fácil, e foi bem cobrado para terem formação de qualidade. Isto quebrou a expectativa destas pessoas.</p>		
E1	<p>As reprovações ocorreram porque os alunos não queriam... quem quer corre atrás; os que abandonaram, muitos porque não gostaram do curso, não era o que esperavam.</p>		

Quadros referente à 6ª Categoria: RELAÇÕES ENTRE PRESENTE, JUVENTUDE E FUTURO.

6a - Observa na sua vida atual algum diferencial proporcionado pelo curso técnico em relação aos alunos que concluem exclusivamente o Ensino Médio regular?

Entrevista	Transcrição	Agrupamento	Análise
E14	Sim, pela visão do mercado de trabalho.	Sim	Diferenciais observados: visão do mercado de trabalho; visão e decisão quanto ao Ensino Superior e “porta” para este; conhecimento técnico e aplicação no atual emprego; realização de um curso técnico do SENAI; desenvolvimento de competências e habilidades; mais chances de entrar no mercado de trabalho; emprego; crescimento pessoal.
E11	Sim. Nossa, mudou completamente minha visão do que vai ser daqui para frente na faculdade... Porque no SENAI, o mesmo nível da faculdade, TCC etc. O que é interessante, é que os professores do SENAI são de faculdade, dão aulas lá, por exemplo, na Federal. Fui em uma aula de álgebra no campus do Jardim Botânico, de um professor meu e percebi que metodologia parecida, o técnico e o Superior, parecido...Os alunos que estão na faculdade, colegas meus, não têm dificuldade...		
E10	Sim, a questão do conhecimento técnico em relação ao Ensino Médio. Também questão de decisão de faculdade que quer cursar, já tem noção quanto à área.		
E9	Sim. No sentido do meu emprego mesmo, usando coisas que aprendi no curso, eu consigo realizar hoje no emprego. Diferencial não pela (...) em si, mas pelo nome do SENAI aqui em Curitiba.		
E8	Sim, porque a gente acaba aprendendo cada vez mais, com mais conhecimento e certeza daquilo. O curso técnico é uma porta para o Ensino Superior. Tipo, um conhecido meu, (...), depois que acabou este curso, conseguiu uma bolsa na faculdade no curso de tecnólogo em (...)... o bom é que ganha um pouco mais. O curso é parecido, só muda algumas coisas.		
E7	Eu observo que eu tenho muito		

	mais conhecimento do que se eu tivesse só o Ensino Médio regular. Questão de cidadania mesmo; sou mais consciente do que acontece no mercado de trabalho, estes assuntos que eu não buscava me informar.		
E6	Sim. Tenho mais competências e habilidades do que estes alunos, as chances de entrar no mercado de trabalho são maiores do que a dos alunos com Ensino Médio.		
E5	Olha, eu vejo uma melhora muito significativa para mim. Houve apresentação de muitos trabalhos no SENAI, eram atividades constantes. Isto me ajudou bastante. Gosto de falar e isto me ajudou. Você vê o mundo de forma melhor, aprende palavras diferentes...		
E4	Só mais conhecimento na área de (...).		
E3	Algumas coisas no laboratório lá, lembra da (...), mesmo que lá não seja focado na (...). Gostaria de estar trabalhando na área, mas também não tenho experiência na área.		
E2	Sim, pelo atual emprego.		
E1	Sim, bastante pelo conhecimento técnico adquirido, que os outros alunos não tiveram.		
E13	No momento não, pois não exerço função na área; alguns amigos sim.	Não	Não observaram nenhum diferencial em virtude de não trabalharem na área.
E12	Até agora não vi, mas ao mandar currículo, as empresas pedem experiência, quem sabe com o técnico pode ajudar...		

6b - Concluído o curso técnico de (...), como ele se relaciona com os seus projetos futuros?

Entrevista	Transcrição	Agrupamento	Análise
E13	Bem, pretendo trabalhar na área em alguma empresa e futuramente complementando o currículo. Não procurei emprego, pois envolvido com a competição agora.	Relação	Futuro trabalho e curso Superior na área; trabalhar na área para realizar outros cursos Superiores.
E12	Ah, o que quero fazer não é ligado ao curso: zootecnia. Agora, quero focar em (...) para fazer este outro.		
E11	Bom, o curso técnico em (...) dá a base nas minhas ideias futuras. Pretendo fazer Engenharia Mecânica, um sonho desde pequeno. A (...), relacionada a isto, pois tem todo um planejamento. Boa base para conseguir me manter daqui para frente. O curso técnico ajuda isto. A (...) está relacionada a todas as áreas. Agora quero trabalhar na área de (...), é interessante.		
E10	A escolha do Curso Tecnológico Superior em (...) que vou entrar. Pretendo fazer outro depois, a Gestão da Qualidade. Na área de (...), quanto mais cursos tiver no currículo, maiores as oportunidades de emprego.		
E8	Tem. A vaga que aguardo é para pessoas com deficiência, como auxiliar de almoxarifado. Nem que leve 5, 10, 20 anos pretendo ser diretor ou gerente de alguma empresa, fazendo carreira na empresa. Buscar tecnólogo em (...), em gestão de qualidade ou gestão da produção. Este ano vou tentar fazer o ENEM.		
E7	Bom, concluir um curso técnico influenciou na minha opção de carreira profissional no ambiente empresarial, na carreira de (...), fazer faculdade relacionada à (...). Estou buscando emprego relacionado à área e pretendo fazer faculdade nesta área. Eu vou prestar vestibular este ano, tentar Engenharia da Produção, pela (...).		
E6	Então, eu tinha aí, tenho um sonho de fazer Engenharia Civil. Por enquanto, faço Administração, e depois, quando ganhar dinheiro, pago uma faculdade de Engenharia para realizar sonho e abrir empresa na área de Engenharia Civil.		
E5	Sim. Antes do curso não tinha noção de que área seguir. Vi que gostava da área estou pensando em Engenharia de Produção ou Comércio Exterior no vestibular, e interligar o curso técnico com estes cursos Superiores.		

E4	É importante para a carreira, tomei o conhecimento teórico. Se aparecer algo melhor, cadastrei o meu currículo em sites... senão, cresço lá no meu trabalho.		
E2	Pretendo estudar um curso Superior na mesma área, esta é a minha expectativa. O curso deu um incentivo grande para assimilar conhecimento e também para o trabalho atual.		
E1	A vida é como a (...). O curso atual também envolve (...). Pretendo trabalhar na área do curso atual.		
E14	O curso abriu mais os horizontes. Tenho dúvidas quanto a cursar Comércio Exterior ou a própria (...), ou Gestão de Produção em relação ao curso Superior.	Dúvidas	Em relação ao Curso Superior.
E9	Eu pretendia fazer Comércio Exterior, para entrar nesta parte de (...). Hoje, no banco, não sei, estou em dúvida quanto à área financeira. Vou parar para pensar...		
E3	Bem, vontade tinha de fazer uma Faculdade de (...). Mas tenho dificuldade de aprender, de compreender. Então, para mim não vai compensar, pois também não aprendi como gostaria; gostaria de focar na qualidade. Pretendo fazer mais algum curso, alguma coisa, mesmo que não relacionada à (...). No curso os alunos achavam que saíam com emprego, apenas um aluno trabalhava na Kraft porque fazia o curso de (...).		